

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO**

**A UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS:
PROCESSOS DE CONSTITUIÇÃO DO *HABITUS* INSTITUCIONAL
ACADÊMICO E DA GESTÃO UNIVERSITÁRIA**

Sylvana de Oliveira Bernardi Noletto

Goiânia, 2018

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR
VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES
NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: Dissertação Tese

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

Nome completo do autor: SYLVANA DE OLIVEIRA BERNARDI NOLETO

Título do trabalho: **A UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS: PROCESSOS DE CONSTITUIÇÃO DO *HABITUS* INSTITUCIONAL ACADÊMICO E DA GESTÃO UNIVERSITÁRIA**

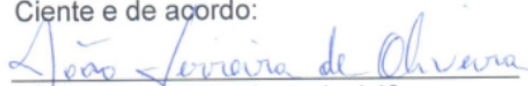
3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.


Assinatura do(a) autor(a)²

Ciente e de acordo:


Assinatura do(a) orientador(a)²

Data: 21 / 09 / 18

SYLVANA DE OLIVEIRA BERNARDI NOLETO

**A UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS:
PROCESSOS DE CONSTITUIÇÃO DO *HABITUS* INSTITUCIONAL
ACADÊMICO E DA GESTÃO UNIVERSITÁRIA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Educação da Universidade Federal de Goiás
para realização do processo de Qualificação.
Linha de pesquisa: Estado, Políticas e História da
Educação
Orientador: Prof. Dr. João Ferreira de Oliveira

Goiânia, 2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

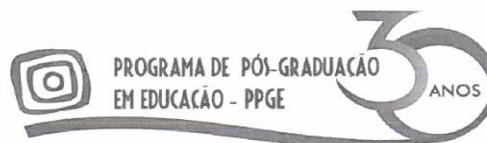
Noletto, Sylvana de Oliveira Bernardi
A UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS: [manuscrito] :
PROCESSOS DE CONSTITUIÇÃO DO HABITUS INSTITUCIONAL
ACADÊMICO E DA GESTÃO UNIVERSITÁRIA. / Sylvana de Oliveira
Bernardi Noletto. - 2018.
328 f.

Orientador: Prof. Dr. João Ferreira de Oliveira.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de
Educação (FE), Programa de Pós-Graduação em Educação, Goiânia, 2018.
Bibliografia. Anexos. Apêndice.
Inclui siglas, mapas, abreviaturas, gráfico, tabelas, lista de
figuras, lista de tabelas.

1. Gestão universitária. 2. Habitus institucional e acadêmico. 3.
Campo da educação superior. 4. Institucionalização da UEG. 5.
Universidade Estadual de Goiás. I. Oliveira, João Ferreira de, orient.
II. Título.

CDU 37

Faculdade
de Educação



ATA DA REUNIÃO DA BANCA EXAMINADORA DA DEFESA DE TESE DE SYLVANA DE OLIVEIRA BERNARDI NOLETO – Aos vinte e quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezoito (24/08/2018), às 8h, reuniram-se os componentes da Banca Examinadora: Prof. Dr. **João Ferreira de Oliveira**, orientador, doutor em **Educação** pela USP; Prof.^a Dr.^a **Suely Ferreira**, doutora em **Educação** pela UFG; Prof.^a Dr.^a **Lúcia Maria de Assis**, doutora em **Educação** pela UFG e, via Skype, Prof.^a Dr.^a **Carina Elisabeth Maciel**, doutora em **Educação** pela UFMS e Prof.^a Dr.^a **Gladys Beatriz Barreyro**, doutora em **Educação** pela USP, para, sob a presidência do primeiro e em sessão pública realizada nas dependências da Faculdade de Educação, procederem à avaliação da defesa da tese intitulada: **“A UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS: PROCESSOS DE CONSTITUIÇÃO DO HABITUS INSTITUCIONAL ACADÊMICO E DA GESTÃO UNIVERSITÁRIA”**, em nível de Doutorado, área de concentração em **Educação**, de autoria de **Sylvana de Oliveira Bernardi Noleto**, discente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás. A sessão foi aberta pelo presidente da Banca Examinadora, Prof. Dr. João Ferreira de Oliveira, que fez a apresentação formal dos membros da Banca. A palavra, a seguir, foi concedida à autora da tese que, em 30 minutos, procedeu à apresentação de seu trabalho. Terminada a apresentação, cada membro da Banca arguiu a examinanda, tendo-se adotado o sistema de diálogo sequencial. Terminada a fase de arguição, procedeu-se à avaliação da defesa. Tendo-se em vista o que consta na Resolução nº 1537/2017 do Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura (CEPEC), que regulamenta o Programa de Pós-Graduação em Educação e procedidas às correções recomendadas, a tese foi **APROVADA** por unanimidade, considerando-se integralmente cumprido este requisito para fins de obtenção do título de **DOUTORA EM EDUCAÇÃO** pela Universidade Federal de Goiás. A conclusão do curso dar-se-á quando da entrega da versão definitiva da tese na secretaria do Programa. Cumpridas as formalidades de pauta, às 13h a presidência da mesa encerrou esta sessão de defesa de tese e, para constar, eu, Adenilde de Oliveira Souza, secretária do Programa de Pós-Graduação em Educação, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos membros da Banca Examinadora em três vias de igual teor.

Prof. Dr. João Ferreira de Oliveira
Presidente – PPGE/FE/UFG

Prof.^a Dr.^a Suely Ferreira
Membro – UFG

Prof.^a Dr.^a Lúcia Maria de Assis
Membro – PPGE/FE/UFG

Prof.^a Dr.^a Carina Elisabeth Maciel
Membro – UFMS

Prof.^a Dr.^a Gladys Beatriz Barreyro
Membro – USP

Dedicatória

Este trabalho é dedicado a todos os professores, gestores, servidores técnico-administrativos que se dedicam ao trabalho na Universidade Estadual de Goiás. A todos os profissionais que lutam, por vezes em condições adversas, para manter e constituir esta instituição como Universidade pública e laica, com os objetivos de sua elevação acadêmico-científica e de sua qualidade socialmente referenciada.

*Apenas quando somos instruídos pela realidade é que
podemos mudá-la
Bertolt Brecht*

Agradecimentos

Tenho muito a agradecer. Mas a ideia de agradecer ainda parece pouco, parece que acaba ao dizer. Mais que agradecer, tenho muito a reconhecer.

Reconheço o que aprendi e também o tanto que não. Reconheço que os dias e horas foram poucos e também muito. Porque perdi o sol, o vento fresco, os passeios, o aconchego, o sono. E, perder também não é algo a se dizer aqui. Porque no lugar do sol, do vento, dos passeios, do aconchego, do sono, estavam os livros, as palavras, o novo, o muito a aprender. E entre falta e ganho veio o incentivo, a paciência, o entendimento, o zelo, o companheirismo, mais amor. Isso eu reconheço profundamente em você, Antônio.

Reconheço junto comigo todos os meus amores – em especial meus filhos – minha família, amigos, os que me sorriram, os que me fizeram até chorar. Reconheço todos e os guardo em minha história. Essa não se escreve em papel. Essa está inscrita na alma, na experiência. Mas, ao fim, reconheço e agradeço muito. Mesmo que a palavra vire água, vire pó, vou dizê-la.

Reconheço em você, João Ferreira, a quem muito admiro, a palavra amiga, a palavra correta. E o agradeço por ter aceito a orientação deste trabalho. Comecei de forma tão confusa e aos poucos, mirando nas suas orientações, cheguei ao fim. Tomara eu não o tenha desapontado.

Agradeço os meus amigos da UEG, todos. Nem preciso nomeá-los. Agradeço os meus amigos da PUC Goiás. São muitos também.

Agradeço os professores desta casa, do Programa de Pós-Graduação, lugar que tenho muito apreço e respeito. Aqui fiz toda minha formação superior.

Agradeço os professores e gestores que contribuíram com esta pesquisa, separando um pouco do tempo do trabalho para as entrevistas. Muito obrigada!

Deixo aqui para todos um poema; não é muito, mas é um pouco do que o papel escrito nos faz emocionar.

*A poesia está guardada nas palavras — é tudo que eu sei.
Meu fardo é o de não saber quase tudo.
Sobre o nada eu tenho profundidades.
Não tenho conexões com a realidade.
Poderoso para mim não é aquele que descobre ouro.
Para mim poderoso é aquele que descobre as insignificâncias (do mundo e as nossas).
Por essa pequena sentença me elogiaram de imbecil.
Fiquei emocionado.
Sou fraco para elogios.*

(Tratado geral das grandezas do ínfimo – Manoel de Barros)

[...] a elaboração e transmissão de métodos de pensamento eficazes e fecundos nada tem de comum com a circulação das 'ideias' tal como é geralmente pensada: se é permitida esta analogia, diria que os trabalhos científicos são parecidos com uma música que fosse feita não para ser mais ou menos passivamente escutada, ou mesmo executada, mas sim para fornecer princípios de composição.

(BOURDIEU, p. 63, 2001)

RESUMO

A UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS: PROCESSOS DE CONSTITUIÇÃO DO *HABITUS* INSTITUCIONAL ACADÊMICO E DA GESTÃO UNIVERSITÁRIA. 328 f. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.

O tema a que se refere esta pesquisa inscreve-se no campo da educação superior pública e, de forma mais detida, estuda-se a Universidade Estadual de Goiás (UEG). A pesquisa se atém aos agentes individuais, políticos e institucionais que, em relações, participam da constituição da UEG. Busca-se compreender os elementos conjunturais, contextos políticos, econômicos e educacionais que, imbricados, contribuem para a constituição do *habitus* institucional acadêmico e da gestão da UEG. Faz-se uma análise da gestão da Universidade, considerando os Órgãos Superiores Colegiados e da Administração Central. Definiu-se, a partir da revisão de literatura e da empiria, e trabalhou-se com as categorias: espaço social; capital; *habitus*; campo; Estado; instituição; violência simbólica; institucionalização; contradição. A pesquisa caracteriza-se como um *estudo de caso*, com tipologia multidisciplinar, com estudo bibliográfico e empírico, tendo em vista uma abordagem mais totalizadora e compreensiva do objeto de estudo. O período temporal demarcado é da segunda metade da década de 1990 ao ano de 2017. Para análise e compreensão do objeto, o estudo baseia-se nas contribuições de Pierre Bourdieu, Max Weber, Brigitte Berger, Thomas Luckmann, Peter L. Berger, Carlos R. M. Jamil Cury, além de e-autores do campo da educação superior. Dentre os resultados obtidos destacam-se: a constituição de um *habitus* institucional gerencial do Estado brasileiro que modelou as diferentes instituições sob os princípios do neoliberalismo; observou-se que as estratégias políticas que constituem o *habitus* de gestão do governo do Estado de Goiás estão em consonância com o modo de articulação da política partidária e constatou-se o tensionamento entre o instituinte e o instituído no projeto acadêmico e de gestão da UEG. Observou-se que a vinculação da UEG ao desenvolvimento regional e interiorização estrutura-se sob estratégias políticas interessadas, no decorrer de sua institucionalização; compreendeu-se que a gestão desenvolve variados ritos burocráticos, com a produção de excessiva regulamentação; o estudo também revelou uma Universidade em processo de institucionalização, que apresenta fragilidades institucionais em questões básicas de sua estrutura física e acadêmica e que esses fatores produzem um *modus operandi* próprio; verificou-se que a Administração Central e Órgãos Colegiados estão em consonância com um modo de fazer gestão aderente ao campo político e da base de sustentação partidária do governo do estado de Goiás; observou-se que a UEG luta e desenvolve estratégias para aplainar e relativizar o discurso do governo no seu interior; compreendeu-se que o princípio da autonomia universitária é, em parte, condizente com os princípios da política estadual; foi verificado que as práticas institucionais da Universidade estão em consonância com as estruturas objetivas, verificáveis na instituição no decorrer de sua história e no decurso de sua institucionalização, pois a tendência do *habitus* é o de reproduzir as regularidades inscritas nas condições objetivas e estruturais que presidem a seu princípio gerador; verificou-se como um dos elementos duráveis do *habitus* institucional acadêmico e da gestão universitária o elemento das estratégias políticas e outro, o da improvisação; verificou-se o modelo gerencial que permeia os princípios da UEG e da gestão; constataram-se resistências, movimentos contraditórios no interior da Universidade que corroboram para o entendimento do “espaço de liberdade” dos agentes; verificou-se que, como estrutura interiorizada, o modo da atual gestão do governo do Estado de Goiás está incorporado ao modo de fazer gestão da Universidade, exteriorizado como práticas, discursos e relações entre os grupos e comunidade universitária.

Palavras chave: gestão universitária; *habitus* institucional e acadêmico; campo da educação superior; institucionalização da UEG; Universidade Estadual de Goiás

ABSTRACT

THE STATE UNIVERSITY OF GOIÁS: PROCESSES OF CONSTITUTION OF THE INSTITUTIONAL ACADEMIC *HABITUS* AND UNIVERSITY MANAGEMENT. 328 f. Thesis (Doctorate in Education) School of Education, Federal University of Goiás, Goiânia, 2018.

The theme to which this research refers is in the field of public higher education, and, more closely, a study of the State University of Goiás (UEG). The research focuses on individual, political and institutional actors who, in relations, participate in the constitution of the UEG. It seeks to understand the conjunctural elements, political, economic and educational contexts that, imbricated, contribute to the constitution of the institutional academic *habitus* and the management of the UEG. An analysis of the management of the University is conducted, considering the Collegiate Superior Organs and the Central Administration. From the literature review and empiria, categories were defined and considered: social space; capital; *habitus*; field; State; institution; symbolic violence; institutionalization; contradiction. The research is characterized as a *case study*, with a multidisciplinary typology, with a bibliographical and empirical study, focusing a more complete and comprehensive approach to the object of study. The demarcated time period is from the second half of the 1990s to the year 2017. For the analysis and understanding of the object, the study is based on the contributions of Pierre Bourdieu, Max Weber, Brigitte Berger, Thomas Luckmann, Peter L. Berger, Carlos RM Jamil Cury, besides authors of the field of higher education. Among the results obtained are: the constitution of a managerial institutional *habitus* of the Brazilian State that shaped the different institutions under the principles of neoliberalism; it was observed that the political strategies that constitute the *habitus* of management of the State of Goiás Government are in consonance with the articulation manner of political parties and it was possible to verify the tensioning between the instituting and the instituted in the academic and management project of the UEG. It was observed that the linkage of the UEG to the regional development and interiorizing is structured under biased political strategies, in the course of its institutionalization; it was understood that the management develops various bureaucratic rites, with the production of excessive regulation; the study also revealed a University in the process of institutionalization, which presents institutional weaknesses in basic matters of its physical and academic structure and that these factors produce a *modus operandi* of their own; it was found that the Central Management and Collegiate Organs are in line with a way of managing which is adherent to the political field and the partisan support base of the Government of the State of Goiás; it was observed that the UEG struggles and develops strategies to flatten and relativize the Government discourse in its interior; it was understood that the principle of university autonomy is, in part, consistent with the principles of State policy; it was verified that the institutional practices of the University are in consonance with the objective structures, verifiable in the institution in the course of its history and in the course of its institutionalization, because the tendency of the *habitus* is to reproduce regularities inscribed in the objective and structural conditions that preside to its generative principle; it was verified as one of the durable elements of the institutional academic *habitus* and University management the element of political strategies and another, te one of improvisation; it was possible to verify the managerial ways that permeate the principles of the institution and management; resistances were verified, contradictory movements within the University that corroborate the understanding of the "space of freedom" of agents; it was found that, as an internalized structure, the management mode of current Government of the State of Goiás is incorporated into the way of managing of the University, externalized as practices, discourses and relations between the groups and university community.

Key words: university management; institutional and academic *habitus*; field of higher education; institutionalization of the UEG; State University of Goiás

RESUMEN

La UNIVERSIDAD ESTADUAL DE GOIÁS: PROCESOS DE CONSTITUCIÓN DEL *HABITUS* INSTITUCIONAL ACADÉMICO Y DE LA GESTIÓN UNIVERSITARIA. 328 f. Tesis (Doctorado en Educación) Facultad de Educación, Universidad Federal de Goiás, Goiânia, 2018.

El tema a que se refiere esta investigación se inscribe en el campo de la educación superior pública y, de forma más detenida, se estudia la Universidad Estadual de Goiás (UEG). La investigación se atiene a los agentes individuales, políticos y institucionales que, en relaciones, participan en la constitución de la UEG. Se busca comprender los elementos coyunturales, contextos políticos, económicos y educativos que, imbricados, contribuyen a la constitución del *habitus* institucional académico y de la gestión de la UEG. Se hace un análisis de la gestión de la Universidad, considerando los Órganos Superiores Colegiados y de la Administración Central. Se definió, a partir de la revisión de literatura y de la empiria, y se trabajó con las categorías: espacio social; capital; *habitus*; campo; Estado; institución; violencia simbólica; institucionalización; contradicción. La investigación se caracteriza como un estudio de caso con tipología multidisciplinar, con estudio bibliográfico y empírico, teniendo en vista un enfoque más totalizador y comprensivo del objeto de estudio. El período temporal demarcado es de la segunda mitad de la década de 1990 al año 2017. Para el análisis y la comprensión del objeto, el estudio se basa en las contribuciones de Pierre Bourdieu, Max Weber, Brigitte Berger, Thomas Luckmann, Peter L. Berger, Carlos R. M. Jamil Cury, además de autores del campo de la educación superior. Entre los resultados obtenidos se destacan: la constitución de un *habitus* institucional gerencial del Estado brasileño que modeló las diferentes instituciones bajo a los principios del neoliberalismo; se observó que las estrategias políticas que constituyen el *habitus* de gestión del gobierno del Estado de Goiás están en consonancia con el modo de articulación de la política partidista y se constató el tensamiento entre el instituyente y el instituido en el proyecto académico y de gestión de la UEG. Se observó que la vinculación de la UEG al desarrollo regional y interiorización se estructura bajo estrategias políticas interesadas, en el transcurso de su institucionalización; se comprende que la gestión desarrolla diversos ritos burocráticos, con la producción de excesiva regulación; el estudio también reveló una Universidad en proceso de institucionalización, que presenta debilidades institucionales en cuestiones básicas de su estructura física y académica y que estos factores producen un *modus operandi* propio; se verificó que la Administración Central y Órganos Colegiados están en consonancia con un modo de hacer gestión adherente al campo político y de la base de sustentación partidista del gobierno del estado de Goiás; se observó que la UEG lucha y desarrolla estrategias para aplanar y relativizar el discurso del gobierno en su interior; se comprendió que el principio de la autonomía universitaria es, en parte, acorde con los principios de la política estadual; se verificó que las prácticas institucionales de la Universidad están en consonancia con las estructuras objetivas, verificables en la institución en el transcurso de su historia y en el curso de su institucionalización, pues la tendencia del *habitus* es el de reproducir las regularidades inscritas en las condiciones objetivas y estructurales que presiden su principio generador; se verificó como uno de los elementos duraderos del *habitus* institucional académico y de la gestión universitaria el elemento de las estrategias políticas y otro de la improvisación; se verificó el modelo gerencial que impregna los principios de la institución y de la gestión; se constató resistencia, movimientos contradictorios en el interior de la Universidad que corroboran para el entendimiento del "espacio de libertad" de los agentes; se comprobó que, como estructura interiorizada, el modo de la actual gestión del gobierno del Estado de Goiás está incorporado al modo de hacer gestión de la Universidad, exteriorizado como prácticas, discursos y relaciones entre los grupos y la comunidad universitaria.

Palabras clave: gestión universitaria; *habitus* institucional y académico; campo de la educación superior; institucionalización de la UEG; Universidad Estadual de Goiás

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: ORGANOGRAMA DO PERCURSO FORMATIVO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	77
Figura 2: MAPA DO BRASIL - LOCALIZAÇÃO DAS IES ESTADUAIS E MUNICIPAIS NO BRASIL	103
Figura 3: MICRORREGIÕES DO ESTADO DE GOIÁS	211
Figura 4: AUMENTO DA FOLHA DE PAGAMENTO DOS PROFESSORES EFETIVOS – 2015 a 2017	226
Figura 5: QUANTIDADE DE DOCENTES EM CADA CLASSE DE TRABALHO	227
Figura 6: ORGANOGRAMA DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS DA UEG	252
Figura 7: ESTRUTURA DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DA UEG – ANO: 2005	261
Figura 8: ESTRUTURA BÁSICA E COMPLEMENTAR DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DA UEG A PARTIR DO ANO DE 2016	262

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - PRINCÍPIOS NORTEADORES E METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS DA PESQUISA	44
Quadro 2 – DADOS SOBRE OS GESTORES ENTREVISTADOS NA UEG – 2017 E 2018	49
Quadro 3 – RELAÇÃO E QUANTIDADE DE UNIVERSIDADES E CENTROS UNIVERSITÁRIOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS POR ESTADOS BRASILEIROS – 2018	104
Quadro 4 - IES ESTADUAIS NO BRASIL: QUANTIDADES DE ALUNOS E CAMPUS	114
Quadro 5 - MISSÃO INSTITUCIONAL DAS IES ESTADUAIS BRASILEIRAS	117
Quadro 6 - CATEGORIAS SÍNTESE EXTRAÍDAS DAS MISSÕES DAS IES ESTADUAIS	121
Quadro 7 - CRIAÇÃO DE IES NO ESTADO DE GOIÁS ENTRE OS ANOS DE 1980 A 1986	132
Quadro 8 – IDENTIFICAÇÃO E TOTAL DE IES EM GOIÁS NO ANO DE 1995	135
Quadro 9 - IES ISOLADAS JÁ CRIADAS EM 1999 – *IES CRIADAS, INSTALADAS E AGRUPADAS PARA CONSTITUIÇÃO DA UEG	137
Quadro 10 - REFORMAS NA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO ESTADO DE GOIÁS – 1961 A 2017	142
Quadro 11 – ANÚNCIO DE NOVOS SECRETÁRIOS DE ESTADO NO GOVERNO MARCONI PERILLO – 2013	160
Quadro 12 – NOTÍCIA ESPECULATIVA SOBRE OCUPAÇÃO DE NOVO CARGO NO GOVERNO MARCONI PERILLO – 2017	161
Quadro 13 – CONFRATERNIZAÇÃO NO GOVERNO MARCONI PERILLO APÓS RESULTADO DE ELEIÇÕES – 2014	162
Quadro 14 – TRECHO DE REPORTAGEM SOBRE ARTICULAÇÕES POLÍTICAS E EMPRESARIAIS NO GOVERNO DE MARCONI PERILLO	163
Quadro 15 – TRECHO DE REPORTAGEM SOBRE AMBIENTE POLÍTICO QUE ANTECEDE O PRIMEIRO GOVERNO DE MARCONI PERILLO	169
Quadro 16 – REITORES DA UEG – FORMAÇÃO ACADÊMICA E PERÍODO DE GESTÃO	176
Quadro 17 – LICENÇA DE JOSÉ IZECIAS E ENTRADA DE LUIZ ARANTES NA REITORIA DA UEG	178
Quadro 18 – PROCESSO JUDICIAL CONTRA JOSÉ IZECIAS E LUIZ ARANTES	179
Quadro 19 – POSSE DO REITOR HAROLDO REIMER NA UEG	183
Quadro 20 – DADOS SOBRE ENTREVISTA DO PROFESSOR HAROLDO REIMER AO PROGRAMA RODA DE ENTREVISTA – TBC	183
Quadro 21 – MICRORREGIÕES- PÓLOS DE DESENVOLVIMENTO- CÂMPUS E CURSOS - 2011 E 2017	212
Quadro 22 - DISTRIBUIÇÃO DOS CÂMPUS DA UEG POR MESORREGIÕES DE GOIÁS	217
Quadro 23 – GRADUAÇÃO: NÚMERO DE ACADÊMICOS EM 2016 E NÚMERO DE PROFESSORES EM 2015	221
Quadro 24 - RECURSOS HUMANOS DA UEG – 2016	224
Quadro 25 - QUANTIDADE DE CURSOS OFERTADOS/NOVOS/EXTINTOS ENTRE OS ANOS 2000 E 2016	225
Quadro 26 - CURSOS DE GRADUAÇÃO PRESENCIAS E A DISTÂNCIA – UEG 2016/1	229
Quadro 27 - CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO NA UEG – ANO DE 2018	233
Quadro 28 - FONTES DE RECEITAS E DESPESAS EFETUADAS DA UEG – 2013	244
Quadro 29 - DISCRIMINAÇÃO DE GRUPO DE DESPESA E VALORES EMPENHADOS NOS GASTOS DA UEG EM 2014	245
Quadro 30 - REUNIÕES DO CsA E CsU ANALISADAS	271

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - DIFERENCIAÇÃO E QUANTITATIVO DE IES EM 2016	74
Tabela 2 - MATRÍCULAS E INSTITUIÇÕES POR ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA – 2016	75
Tabela 3 - NÚMERO DE INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR, POR ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA E CATEGORIA ADMINISTRATIVA DAS IES NO BRASIL, CENTRO-OESTE E GOIÁS – 2016	101
Tabela 4 - TOTAL GERAL DE CURSOS DE GRADUAÇÃO PRESENCIAIS DISTRIBUÍDOS NO BRASIL, CENTRO OESTE E GOIÁS, POR CATEGORIA ADMINISTRATIVA, NA CAPITAL E INTERIOR 2016	105
Tabela 5 - CURSOS DE GRADUAÇÃO PRESENCIAIS DISTRIBUÍDOS NO BRASIL, CENTRO OESTE E GOIÁS, POR CATEGORIA ADMINISTRATIVA- UNIVERSIDADES E CENTROS UNIVERSITÁRIOS - NA CAPITAL E INTERIOR – 2016	107
Tabela 6 - CURSOS DE GRADUAÇÃO PRESENCIAIS DISTRIBUÍDOS NO BRASIL, CENTRO-OESTE E GOIÁS, POR CATEGORIA ADMINISTRATIVA- FACULDADES, IFS E CEFETS – NA CAPITAL E INTERIOR - 2016	108
Tabela 7 - DADOS DE MATRÍCULAS EM CURSOS DE GRADUAÇÃO DISTRIBUÍDOS CATEGORIA ADMINISTRATIVA, CURSOS DE GRADUAÇÃO BACHARELADO, LICENCIATURA E TECNÓLOGO, PRESENCIAIS E A DISTÂNCIA – BRASIL, CENTRO OESTE E GOIÁS - TOTAL GERAL – 2016	110
Tabela 8 - EVOLUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MATRÍCULAS DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS POR GRAU ACADÊMICO NOS ANOS DE 2010 A 2016, CONFORME CARVALHO (2018, p. 139)	112
Tabela 9 - DADOS QUANTITATIVOS DOS DOCENTES EM EXERCÍCIO DISTRIBUÍDOS POR TIPOS DE IES, REGIME DE TRABALHO E CATEGORIA ADMINISTRATIVA – BRASIL, CENTRO-OESTE E GOIÁS – 2016	112
Tabela 10 - QUANTITATIVO DE SERVIDORES ATIVOS E SITUAÇÃO FUNCIONAL-2017	223

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: CRESCIMENTO DO NÚMERO DE ACADÊMICOS DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO NA UEG – PERÍODO 2013 A 2017	219
Gráfico 2: QUANTITATIVO DE DOCENTES EFETIVOS NA UEG	225
Gráfico 3 – PROGRESSÃO ENTRE OS ANOS DE 2006 E 2017 DO NÚMERO DE CURSOS DE MESTRADOS E DOUTORADOS NA UEG	233
Gráfico 4: VALOR AUTORIZADO E EMPENHADO POR GRUPO DE DESPESA – UEG – 2018	245

LISTA DE SIGLAS

ABRUEM - Conselho de Reitores das Universidades Estaduais e Municipais
ACIA - Associação Comercial e Industrial de Anápolis
ADUEG - Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Goiás
ADCT - Ato de Disposições Constitucionais Transitórias
ANDES - Sindicato nacional dos Diretores das Instituições de Ensino Superior
ANPAE - Associação Nacional de Política e Administração
BM - Banco Mundial
BME - Burocratas de Médio Escalão
CAR - Comissão de Avaliação e Reestruturação
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCET - Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas
CCHL - Centro de Ciências Humanas e Letras
CCSE - Centro de Ciências Socioeconômicas
CCSEH - Campus de Ciências Socioeconômicas e Humanas
CE - Constituições Estaduais
CEE - Conselho Estadual de Educação
CEFET - Centro Federal de Educação Tecnológica
CEP - Comitê de Ética e Pesquisa
CONSED - Conselho nacional de Secretários da Administração
CRUB - Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras
CsA - Conselho Acadêmico
CsU - Conselho Universitário
CNPQ - Conselho nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DEM - Partido Democratas
DES - Docente de Ensino Superior
EaD - Educação a Distância
EMCIDEC - Empresa Estadual de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e Social
EMOP - Empresa Estadual de Obras Públicas
ENADE - Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio
ESEFFEGO - Escola de Superior de Educação Física e Fisioterapia de Goiás
EUA - Estados Unidos da América
FACEA - Faculdade de Ciências Econômicas de Anápolis
FAEG - Federação da Agricultura do Estado de Goiás
FAPEG - Fundação de Amparo à Pesquisa de Goiás
FFACEA - Fundação Faculdade de Ciências Econômicas de Anápolis
FHC - Fernando Henrique Cardoso
FIES - Programa de Financiamento Estudantil
FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos
FMI - Fundo Monetário Internacional
FUEG - Fundação da UEG
FUNCER - Fundação Universitária do Cerrado
FUNDESC - Fundação Escola de Formação e Aperfeiçoamento do Servidor Civil
GERES - Grupo de Estudos para Reformulação do Ensino Superior
GRTU - Grupo de Trabalho da Reforma Universitária
HID - Agency for International Development
IDE - Índice de Desenvolvimento Econômico
IDM - Índice de Desenvolvimento dos Municípios
IDS - Índice de Desenvolvimento Social
IES - Instituição de Educação Superior
IF - Instituto Federal
IFES - Instituições Federais de Ensino Superior
IIPCT - Lei de Incentivo à Inovação e à Pesquisa Científica e Tecnológica

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
IPCA - Índice Geral de Preços ao Consumidor Amplo
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LPP - Licenciaturas Plenas Parceladas
MARE - Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado
MBC - Movimento Brasil Competitivo
MEC - Ministério da Educação
MP - Ministério Público
NGP - Nova Gestão Pública
OCDE - Organização para a Cooperação de Desenvolvimento Econômico
OMC - Organização Mundial do Comércio
ONG - Organização Não Governamental
OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação
PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional
PDRAE - Plano Diretor da Reforma do Estado
PEC - Projeto de Emenda Constitucional
PEG - Plano Estratégico de Gestão
PFL - Partido da Frente Liberal
PFL - Partido da Frente Liberal
PIBID - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
PIB - Produto Interno Bruto
PLANO MB - Plano “Mauro Borges”
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNE - Plano Nacional de Educação
PP - Partido Progressista
PPA - Plano Plurianual
PPI - Projeto Pedagógico Institucional
PPP - Lei de Parceria Público-Privada
PROEXT - Programa de Apoio à Extensão Universitária
PROUNI - Programa Universidade para Todos
PSD - Partido Social Democrático
PSDB - Partido Socialista Democrático Brasileiro
PTB - Partido dos Trabalhadores do Brasil
PUC Goiás - Pontifícia Universidade de Goiás
RBPAE - Revista Brasileira de Política e Administração da Educação
REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RTIDP - Regime de Trabalho de Tempo Integral de Dedicção à Docência e à Pesquisa
SECTEC - Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado de Goiás
SED - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico e de Agricultura, Pecuária e Irrigação
SEDUC - Secretaria Estadual de Educação
SEDUCE - Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte de Goiás
SEE/GO - Secretaria Estadual de Educação do Estado de Goiás
SEGPLAN - Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento
SEMARH - Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos
SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SEPLAN - Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento
SESU - Secretaria de Educação Superior
STF - Supremo Tribunal Federal
TBC - Televisão Brasil Central
TBM - Taxa Bruta de Matrículas
TCM - Tribunal de Contas do Município
TJGO - Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
UAB - Universidade Aberta do Brasil
UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina

UEA - Universidade do Estado do Amazonas
UEL - Universidade Estadual de Londrina
UEAP - Universidade do Estado do Amapá
UECE - Universidade Estadual do Ceará
UESB - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
UESC - Universidade Estadual de Santa Cruz
UEG - Universidade Estadual de Goiás
UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana
UEM - Universidade Estadual de Maringá
UEMA - Universidade Estadual do Maranhão
UEMG - Universidade do Estado de Minas Gerais
UEMS - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
UENF - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro
UENP - Universidade Estadual do Norte do Paraná
UEPA - Universidade do Estado do Pará
UEPB - Universidade Estadual da Paraíba
UEPG - Universidade Estadual de Ponta Grossa
UERGS - Universidade Estadual do Rio Grande do Sul
UERN - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
UERR - Universidade Estadual de Roraima
UESPI - Universidade Estadual do Piauí
UEZO - Centro Universitário Estadual da Zona Oeste
UFES - Universidades Federais
UFG - Universidade Federal de Goiás
UNCISAL - Universidade de Ciências da Saúde de Alagoas
UNEAL - Universidade Estadual de Alagoas
UNEB - Universidade do Estado da Bahia
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação
UNESP - Universidade Estadual Paulista
UNESPAR - Universidade Estadual do Paraná
UNEMAT - Universidade do Estado de Mato Grosso
UNIANA - Universidade Estadual de Anápolis
UNICAMP - Universidade de Campinas
UNICENTRO - Universidade Estadual do Centro-Oeste
UNIDERP - Direito Notarial e Registral pela Universidade Anhanguera
UNIFAE - Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
UNIFACEF - Centro Universitário de Franca
UNIFIMES - Centro Universitário de Mineiros
UNIJUD - Universidade do Judiciário Goiano
UNIMONTES - Universidade Estadual de Montes Claros
UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná
UNIRV - Universidade de Rio Verde
UNITAU - Universidade de Taubaté
UNITINS - Universidade Estadual do Tocantins
UPE - Universidade de Pernambuco
URCA - Universidade Regional do Cariri
USCS - Universidade Municipal de São Caetano do Sul
USP - Universidade de São Paulo
UVA - Universidade Estadual Vale do Acaraí

SUMÁRIO

RESUMO	9
ABSTRACT	10
RESUMEN	11
LISTA DE FIGURAS	12
LISTA DE QUADROS	13
LISTA DE TABELAS	14
LISTA DE GRÁFICOS	15
LISTA DE SIGLAS	16
INTRODUÇÃO	21
1. Campo temático da pesquisa, objeto e finalidades da investigação.....	22
2. Categorias para a análise compreensiva da pesquisa.....	27
3. O modo de investigação e de exposição.....	42
CAPÍTULO 1	53
O Estado e a Educação Superior: processos de reconfiguração dos campos sociais em tempos de reestruturação do capital	
1.1. O movimento de adaptação e readaptação do Estado em consonância com o sistema capitalista	54
1.2. Uma interpretação sobre a reforma do Estado brasileiro na década de 1990	61
1.3. Educação superior: diferenciação institucional, luta por posição e distinção de agentes no campo.....	70
1.4. Expansão da educação superior no Brasil: alguns pontos de destaque.....	81
1.5. A universidade pública como agente do campo da educação superior.....	88
1.6. Universidades Estaduais como agentes institucionais do campo da educação superior: localização, presença e importância no campo.....	99
1.6.1. Uma breve abordagem sobre a missão institucional das IES estaduais.....	117
CAPÍTULO 2	124
Universidade Estadual de Goiás como uma autarquia do estado: história, estrutura e processos relacionais do campo político	
2.1. Estado de Goiás: reformas político-administrativas sob a premissa da modernização e a criação da Universidade Estadual de Goiás.....	126
2.1.1 As reformas administrativas das décadas de 1960 a 1980 em Goiás.....	126
2.1.2 As reformas administrativas das décadas de 1990 e 2000 em Goiás e a criação da UEG.....	134
2.1.3 O repertório da economia privada como dimensão a ser incorporada ao <i>habitus gestor</i>	146
2.2. O estado de Goiás como discurso político: agentes políticos, o jogo e as Estratégias	160
2.3. Institucionalização da UEG: tensões e disputas políticas em jogo.....	166
2.4. Tensões no percurso da gestão da UEG: elementos que se agregam ao <i>habitus gestor</i> da instituição.....	

2.4.1. O jogo jogado nos espaços de gestão: estratégias para se garantir o/no Jogo.....	175
CAPÍTULO 3	194
A Universidade Estadual de Goiás como agente institucional da educação superior pública: sua posição no campo	
3.1. A função social da UEG como mote: delineamento de elementos do <i>habitus</i> Gestor.....	195
3.2. A UEG como instrumento de reforço aos Polos de Desenvolvimento do estado de Goiás.....	205
3.3. A UEG como universidade multicampi: alguns indicadores.....	218
3.3.1 Graduação e pós-graduação: câmpus, cursos, docentes, acadêmicos e servidores técnicos administrativos.....	219
CAPÍTULO 4	235
A gestão administrativa e acadêmica da Universidade Estadual de Goiás (UEG): embates e tensões no processo de organização e estruturação universitária e a constituição do <i>habitus</i> gestor	
4.1. A UEG e os <i>limites</i> de sua autonomia universitária.....	236
4.2. A gestão da UEG: os órgãos colegiados.....	250
4.2.1 A organização gestora da Administração Central da UEG: Reitoria e Pró-reitorias.....	259
4.2.2. A organização gestora da Administração Central da UEG com a introdução das Gerências.....	264
4.3. Características gestoras observadas: análise sobre <i>habitus</i> gestor da UEG a partir de análises e registros de reuniões do CsA e CsU.....	270
CONSIDERAÇÕES FINAIS	279
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	292
ANEXOS	
Anexo I.....	311
Anexo II.....	314
Anexo III.....	319
Apêndice I.....	324
Apêndice 2	327

Introdução

Costumo citar ligeiramente uma fórmula célebre de Pascal: 'o mundo me contém e me engole como um ponto, mas eu o contenho'. O espaço social me engloba como um ponto. Mas esse ponto é um ponto de vista, princípio de visão assumida a partir de um ponto situado no espaço social, de uma perspectiva definida em sua forma e em seu conteúdo pela posição objetiva a partir da qual é assumida. O espaço social é a realidade primeira e última já que comanda até as representações que os agentes podem ter dela.

(BOURDIEU, 2001b, grifos do autor)

A citação de Bourdieu cabe a essa Introdução no sentido de já delinear a compreensão que aqui se tem sobre o lugar, a condição e possibilidade do olhar sobre o recorte de realidade e a percepção do objeto de pesquisa. A pesquisa produzida se dá a partir de um lugar e de uma condição para tal. O ponto de vista é o ponto possível, pois o espaço social é o limite tanto da delimitação do lugar ocupado por quem pesquisa, como daquilo que se consegue produzir de pensamento ou conhecimento novo. Sendo assim, o problema, a pesquisa, os resultados e o modo de exposição dos mesmos revelam-se por um olhar sobre a ponta dos pés, com a intenção de ver sobre; o que nem sempre é ou foi possível, pois, na perspectiva relacional, a percepção vai depender da economia simbólica dos capitais que formam o *habitus* de cada agente, nesse caso, de quem aqui fez a pesquisa e faz a exposição.

Nesta exposição, a Introdução é dividida em três itens que se pretendem articulados. Apresenta-se, portanto, como primeiro item, o campo temático da pesquisa e dá-se o delineamento do objeto, bem como sinaliza-se intenções e finalidades do estudo. Nesse item, tem-se a expectativa de identificar e localizar o objeto de estudo no espaço da investigação, bem como as hipóteses que deflagraram a investigação.

Na continuidade, no segundo item, faz-se a opção de introduzir a discussão dos elementos teóricos balizadores e fundantes que percorrem as análises ao longo da tese, pois são aqueles que amplificam o objeto de estudo, dando-lhe contorno, consistência e corpo. Tem-se, pois, no segundo item, a intenção de maior

adensamento teórico, pois se pretende marcar a base epistemológica adotada e assumida como lupa da investigação realizada. É um item mais alongado, pois se evidencia a importância de tal aprofundamento.

O terceiro item dessa Introdução trata de método, metodologia e modo de exposição da pesquisa realizada. Expõe-se nesse item em questão, o raciocínio adotado para o planejamento da pesquisa, como foi realizada a investigação, os procedimentos e instrumentos utilizados, bem como o modo de exposição via capítulos da tese. Como a tese ancora-se, fundamentalmente, na teoria de Bourdieu, o item evidencia o que do método de investigação de Bourdieu norteia a produção da tese em questão.

1. Campo temático da pesquisa, objeto e finalidades da investigação

O tema a que se refere esta pesquisa está inscrito no campo da educação, especificamente da educação superior. Faz-se o recorte da educação superior pública e, de forma mais detida, estuda-se a Universidade Estadual de Goiás (UEG) como instituição pública que produz e desenvolve um *ethos* institucional-acadêmico próprio, e para isso, a gestão da Universidade constitui-se como um espaço de poder de agentes que imprimem, em situação de lutas, modos e processos de institucionalização da Universidade¹.

Em um sentido mais estrito, porém revelador da estrutura e organização institucional teve-se ao *habitus*² gestor que é constituído e constituinte da Universidade. O que se compreende por *habitus* gestor é o modo como a instituição expressa no cotidiano das ações o que está impregnado de suas concepções, princípios, intenções, representações e práticas a partir da gestão universitária. O *habitus* não é estático e não se conforma a uma relação direta entre o que se pretende e o que se faz com as prescrições; resulta de um movimento contínuo do/no campo, dos agentes sociais com suas histórias, vidas, em relações. O *habitus* gestor na universidade revela, para além das normativas institucionais, a construção

1 No trabalho a escrita de universidade com inicial minúscula refere-se à universidade de modo geral; o uso de Universidade com inicial minúscula, refere-se à UEG.

2 Bourdieu define *habitus* como sendo disposições ou predisposições duradouras e incorporadas ao longo da vida, experiências apreendidas e que, de certa forma, conduzem nossa maneira de entender, de agir e de nos posicionarmos nos processos de socialização. Da mesma forma podem-se relacionar essas disposições ou predisposições às instituições que incorporam e desenvolvem práticas institucionais próprias, mesmo fazendo parte de um campo específico e mesmo sofrendo interferências de diversos campos sociais.

de um *ethos acadêmico*. A constituição do *habitus* da gestão da administração superior³ da UEG imprime à instituição um modo de estar e agir por meio da trama institucional construída a par de sua história, suas relações e mediações sociais, um microtecido que se constrói a partir das relações intra e extra institucionais no campo da educação superior. A noção de *habitus* da gestão aqui compreendida designa, também, a forma, o modo – impregnado do entendimento e concepções de seus agentes gestores – com que a gestão superior da UEG define, interpreta, avalia, promove e organiza ações institucionais para o conjunto de seus *campi*.

Esta pesquisa objetivou compreender e analisar os fundamentos, processos e constituição do *habitus* institucional-acadêmico e da gestão da UEG, tomando-se como recorte a Administração Central da Universidade. Para tanto, considerou-se importante encontrar os elementos que integram a problemática da efetivação da UEG como uma universidade estadual, pública, que busca autonomia e relevância institucional no campo da educação superior. Estudar a história social da UEG, suas características institucionais, identificar e tipificar a gestão e o seu *modus operandi*, compreendendo a Universidade como um agente institucional do campo da educação superior pública, fez muito sentido.

A UEG é uma Universidade multicampi⁴ instituída em 1999 e evidencia, com certo atraso, o movimento de expansão e interiorização da educação superior no país e no estado, portanto uma jovem universidade que participa ativamente do jogo concorrencial para se posicionar e se manter em evidência positiva no conjunto das universidades estaduais e no campo. É uma Instituição de Ensino Superior (IES) constituída por 41 câmpus e, inicialmente composta pela junção de 12 faculdades isoladas do estado de Goiás e a Universidade Estadual de Anápolis (UNIANA). É a única universidade estadual de Goiás e se coloca como a maior em número de câmpus, cursos e matrículas no universo das IES estaduais da Região Centro Oeste do Brasil.

3 Para esta exposição de pesquisa adota-se o termo *administração superior* para designar o conjunto dos segmentos, setores, conselhos, partes, que compõem a administração da UEG. Vez por outra pode ser usado como sinônimo o termo *administração central*. O termo *gestão* é utilizado com o significado daquilo que a administração exerce como atividade, com a ideia de organização das ações da administração.

4 O conceito multicampi pode ser entendido como uma configuração organizacional desconcentrada e distribuição das unidades acadêmicas da universidade por uma área territorial razoavelmente ampla. (FIALHO, 2005). Para saber mais consultar, também, a tese de Nelson de Abreu Jr, intitulada: *Universidade Multicampi e sua gestão acadêmica: o caso da Universidade Estadual de Goiás*, Brasília, UNB, 2017.

Como campo social de relações objetivas, a educação superior se constitui em processo histórico que produz, lenta e progressivamente, a sua autonomização como campo, numa espécie de depuração, ou seja, de depuração em depuração, as lutas que têm lugar no campo, vão depurando os lugares, as posições dominantes dos agentes e mais, os princípios que sustentam a evidenciação e conformação dos elementos presentes no campo. Portanto, “o processo histórico aí instaurado desempenha o mesmo papel de *abstractor de quinta-essência*. Donde a análise da história do campo ser, em si mesma, a única forma legítima da análise da essência.” (BOURDIEU, 2001a, p. 71, grifos do autor).

[...] a noção de campo, então, substitui a de sociedade, pois, para Bourdieu, uma sociedade diferenciada não se encontra plenamente integrada por funções sistêmicas, mas, ao contrário, é constituída por um conjunto de microcosmos sociais dotados de autonomia relativa, com lógicas e possibilidades próprias, específicas, com interesses e disputas irreduzíveis ao funcionamento de outros campos.” (CATANI, 2011, p.193-194).

Sob essa premissa, este estudo trabalha com a concepção de educação superior como campo social. Considera-se que a educação superior no Brasil, na contemporaneidade, é resultado do seu desenvolvimento histórico e das políticas empreendidas, que foram produzidas e efetivadas em consonância com o desenvolvimento econômico e social do país. A educação superior é produto das lutas e posições de agentes desse campo específico, mas também da interconexão com outros campos sociais (político, econômico, poder etc...), que envidou maior ou menor esforço para a definição dos rumos e da implementação desse nível de educação.

Bourdieu (1983a, p. 112) toma como hipótese que entre o mundo social e a ciência, por exemplo, como polos, existe o que nominou de campo, um “universo intermediário” e explica que é onde “[...] estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a arte, a literatura ou a ciência”, como exemplo, mas que obedecem a regras próprias, leis sociais mais ou menos específicas. Nesse sentido, assim como o macrocosmo está sujeito a leis sociais que o regulam, o microcosmo aqui definido como campo, a educação superior, também se limita a leis sociais próprias que o define e o caracteriza como campo social, com agentes e instituições sociais que estão ali incluídas em relações de força e poder, na premissa de pertencimento ao campo, de disposições incorporadas, bem como de ocupação de lugar. Esse microcosmo desenvolve uma

autonomia parcial mais ou menos acentuada, em sua relação com o macrocosmo e como resultado do movimento interno de seus agentes e instituições.

Há, de toda forma, contradições no percurso de definição, implantação e avaliação da educação superior, em especial das universidades públicas em nosso país. É possível compreender que essas contradições compõem o quadro de constituição de uma sociedade que se firma a partir de sua construção histórica e que, no caso brasileiro, as contradições estão na sua gênese, nos percursos e possibilidades de nascimento e sua afirmação como nação. Como instituição social, a universidade ou qualquer outra instituição da educação superior, “[...] realiza e exprime a sociedade de que é e faz parte. Não é uma realidade separada e sim uma expressão historicamente determinada de uma sociedade determinada.” (CHAUÍ, 2001, p. 35). Analisa-se então, que como campo, a educação superior submete-se às relações de força e poder. Conforme Bourdieu (2003), todo campo é um campo de forças, um campo de lutas para manter ou transformar esse campo de forças; comporta relações de dominação. Os agentes criam o espaço e esse espaço é construído diante das relações objetivas entre eles. “É a estrutura das relações objetivas entre os agentes do campo que determina o que podem ou não fazer”. (op. cit. p. 22). O espaço de forças no campo social é articulado por lutas estratégicas que se dão em função da “distribuição de diferentes espécies de capital no espaço [...]” e essa distribuição “determina a estrutura do espaço [...] e permite entendê-lo como um espaço de forças.” (HEY, 2008, p. 80).

No contexto da pesquisa, em que se tem a perspectiva de localizar o objeto e sua configuração relacional no campo da educação superior, faz-se necessário refletir sobre o Estado brasileiro e, também, o estado como unidade da federação, de forma mais específica⁵. Concebe-se o Estado como campo em que este é lugar de lutas por posição e distinção em função do capital adquirido e conquistado e constituído pelo caráter relacional de seus agentes. Na compreensão de Bezerra (2014, p. 489),

O Estado, concebido como um conjunto de agentes e instituições, que exerce a autoridade soberana sobre um agrupamento humano fixado num território e que expressa de forma legítima esse agrupamento é, na visão de Bourdieu, um fetiche político. Essa representação dominante do Estado é interpretada pelo autor ao mesmo tempo como condição de sua existência e um de seus efeitos. O Estado é definido, portanto, como

⁵ Chama-se a atenção para a escrita ao longo da exposição da tese em que será usado o termo **Estado (com inicial maiúscula)** para referir-se ao Estado brasileiro e **estado (com inicial minúscula)** para referir-se ao ente federado, em especial ao estado de Goiás.

produto de uma crença coletiva para a qual contribuem teorias políticas e jurídicas. [...] A empreitada é indissociável do exame do Estado como fonte de poder simbólico, isto é, como local onde se produzem princípios de representação legítima do mundo social.

Nesse contexto, avalia-se que os resultados relativos às atuais e novas faces do Estado brasileiro, oriundas de uma construção e de reformas ou mesmo transformações mais significativas ocorridas no campo social, decorrem de um conjunto de fatores de toda natureza, de contextos históricos, do volume de capital de seus agentes sociais e institucionais, do próprio poder do Estado, como aquele que mantém vitalizado, ou não, o poder da crença social em si. Conforme Bourdieu (2014, p. 50-51),

[...] *o Estado não é um bloco, é um campo*. O campo administrativo, como setor particular do campo do poder, é um campo, isto é, um espaço estruturado segundo oposições ligadas a formas de capital específicas, interesses diferentes. Esses antagonismos, cujo lugar é o espaço, têm a ver com a divisão das funções organizacionais associadas aos diferentes corpos correspondentes. A oposição entre ministérios financiadores e ministérios gastadores ou sociais faz parte da sociologia espontânea da alta função pública: enquanto houver um Ministério da Educação Nacional, haverá uma defesa da Educação que será imensamente autônoma em relação às características dos que ocupam essas posições.” (grifos nossos).

Portanto, como campo, não se estabelece em uma situação tranquila e estática, uma vez que o campo acolhe divergências, contradições, disputas por capitais. Compreende-se que os campos sociais - os campos político, econômico, educacional, dentre outros, conformam-se no espaço social, se diferenciam de diversas formas, seja pelo território, pela historicidade, pelas especificidades inerentes às lutas de seus agentes, pelos resultados das relações empreendidas.

A análise institucional tende mais a delimitar-se pelo que é - como produto de sua institucionalização como teoria e como prática – do que pela precisão de seu objeto, dos fenômenos que aborda ou das teorias de que se nutre (BUTELMAN, 1998, p. 110). Dessa forma, é importante pensar que as instituições, como objeto do conhecimento, estabelecem obstáculos epistemológicos que provém, por um lado, da própria natureza dos fenômenos institucionais; por outro, do sentido e função que as instituições adquirem na sociedade.

Nesse contexto, avalia-se que este trabalho pode subsidiar e contribuir, dentro dos limites de sua inserção como pesquisa, com a discussão mais aprofundada sobre o processo de institucionalização da UEG como uma Universidade com maior qualidade social. Para tanto, compreende-se como necessário o estudo

aprofundado em relação à complexidade das políticas em curso para a reestruturação da educação superior no Brasil, verificando em que medida a lógica econômico produtivista impregna tanto as políticas quanto as ações e gestão das universidades públicas – federais e estaduais.

2. Categorias para a análise compreensiva da pesquisa

A apresentação das categorias de análise desse estudo é fundamental no sentido de evidenciar de forma mais aprofundada os contornos interpretativos que se tem delas, bem como quais são os elementos que conduziram a análise dos dados encontrados na pesquisa. Conforme Cury (1986, p. 26-27), as categorias “[...] oferecem subsídios nos atos de investigar a natureza da realidade social e as vinculações das propriedades da educação nessa mesma realidade”. Conforme o autor, as categorias são essenciais para compreensão da totalidade no processo de investigação da realidade e acrescenta que elas “[...] ajudam a entender o todo, cujos elementos são os constituintes da realidade e, nele, os elementos da educação”.

O processo de acercamento e construção do objeto de estudo desta tese implicou na compreensão as seguintes categorias de investigação/exposição: espaço social; capital; habitus; campo; Estado; instituição; violência simbólica; institucionalização; contradição. Adota-se para esta exposição, a compreensão de que a teoria não se separa da metodologia, do método. As categorias, nesse sentido, que emergem das teorias, são históricas e transitórias. É importante, pois, explicitar que mesmo que essas categorias apareçam de forma separada na exposição deste trabalho, elas formam um elo em que uma se relaciona a outra, à medida que se complementam, pois, somente assim são concretas e dão sentido à realidade social investigada.

2.1. Espaço social e capital

Bourdieu (2001, p. 135) compreende o mundo social ou espaço social como um espaço multidimensional em que os agentes o ocupam conforme as variantes sobre as “espécies de capital” que possuem, numa primeira dimensão pelo “volume de capital”, e, numa segunda dimensão pela “composição” desse capital, ou seja,

“segundo o peso relativo das diferentes espécies no conjunto das suas posses”.

Conforme o autor:

Pode-se assim representar o mundo social em forma de um espaço (a várias dimensões) construído na base de princípios de diferenciação ou de distribuição constituídos pelo conjunto das propriedades que actuam no universo social considerado, quer dizer, apropriadas a conferir, ao detentor delas, força ou poder neste universo. Os agentes e grupos de agentes são assim definidos pelas suas “posições relativas” neste espaço. Cada um deles está acantonado numa posição ou numa classe precisa de posições vizinhas, quer dizer, numa região determinada do espaço – mesmo que tal seja concebível. Na medida em que as propriedades tidas em considerações para se construir este espaço são propriedades actuantes, ele pode ser descrito também como campo de forças, quer dizer, como um conjunto de relações de forças objectivas impostas a todos que entrem nesse campo e irreduzíveis às intenções dos agentes individuais ou mesmo às “interacções directas” entre os agentes. (BOURDIEU, 2001a, p.133-134, grifos do autor)

Por sua vez, capital é entendido não no aspecto econômico, mas como resultado das interações de força e poder que o agente adquiriu no interior do campo social. Bourdieu (2001a) compreende que esse termo não expressa acúmulo de bens e riquezas econômicas somente, mas todo recurso ou poder que se manifesta em uma atividade social. Assim, conforme o autor, além do “capital econômico” (renda, salários, imóveis), é importante a compreensão de “capital cultural” (saberes e conhecimentos reconhecidos por diplomas e títulos), “capital social” (relações sociais que podem ser convertidas em recursos de dominação) e outros capitais. Em resumo, refere-se a um “capital simbólico” aquilo que se considera como prestígio ou honra e que permite identificar os agentes no espaço social. Ou seja, desigualdades sociais não decorreriam somente de desigualdades econômicas, mas também dos entraves causados, por exemplo, pelo *deficit* de capital cultural no acesso a bens simbólicos.

O capital, então, é resultado de um sistema de classificações, em que

[...] operações de classificação referem-se não apenas aos índices do julgamento coletivo, mas às posições nas distribuições que esse juízo coletivo já leva em conta. As classificações tendem a esposar as distribuições, contribuindo assim para reproduzi-las. (BOURDIEU, 2013, p. 110 – 111).

E o autor acrescenta a essa compreensão a ideia de valor social do agente no campo ou espaço social, ou seja, esse “[...] valor social, crédito ou descrédito, reputação ou prestígio, respeitabilidade ou honorabilidade, não é o produto das representações que os agentes realizam ou fazem de si, e o ser social não é meramente um ser percebido.” (op, cit, p. 111). O agente social é aquele que se

constitui no campo mediante a colocação que ocupa e essa colocação refere-se a uma primeira objetivação de sua origem social, cultural e uma segunda daquilo que conseguiu capitalizar para si junto aos grupos. O capital simbólico está, nesse sentido, para além do julgamento dos pares ou daqueles pertencentes a outros grupos; “[...] é a forma sublimada de que se revestem realidades tão claramente objetivas como aquelas registradas pela física social [...]. E o autor acrescenta, “[...] só existe na relação entre as propriedades distintas e distintivas”. (op. cit. p. 110). Analisa que as diferenças entre os agentes do campo, identificadas porque os agentes creem ou fazem crer que existam, se convertem em distinções reconhecidas. Acentua que a “[...] diferença reconhecida, aceita como legítima, funciona por isso mesmo como um capital simbólico que obtém um lucro de distinção.” (op.cit, p. 111).

No entendimento do espaço social como espaço de posições, tem-se com Bourdieu (2001a; 2013), a compreensão da existência de um espaço de relações no interior do espaço social (sociedade) e isso se dá por agentes sociais – individuais e institucionais – que lutam por seu pertencimento e posição no espaço. O espaço social, como espaço relacional, é tão real como o espaço geográfico em que as mudanças de lugar se pagam com trabalho, esforços, tempo. Pode ser dito e construído em diferentes modos e formas, com diferentes princípios de visão e divisão, com diferentes agrupamentos e reagrupamentos. Os agentes não são agrupados e reagrupados aleatoriamente, pois, para ser identificado como espaço ou campo social, não se pode descuidar das diferenças econômicas, sociais, culturais de quem o compõe. (BOURDIEU, 2001a, p. 137 – 138).

Como palco de lutas e relações de poder, além de microcosmo social dotado de leis específicas, cada campo está ligado a determinados capitais quando se constitui como espaço no qual os capitais são movimentados, valorizados, legitimados. Assim, de acordo com as características e finalidades de um determinado campo, um ou outro capital terá maior valor e importância. É também no campo que pode ser situado o *habitus*, já que cada campo privilegia um *habitus* específico.

2.2. Habitus e campos sociais

Quando da organização do espaço social, o homem se institui, se assenta na construção de hábitos – em sentido diferenciado de *habitus*. Portanto, “[...] toda atividade humana está sujeita ao hábito”. (BERGER; LUCKMANN, 2002, p. 77). Segundo esses autores, o hábito refere-se a uma ação executada repetidamente que remete ao indivíduo um mesmo esforço econômico, ou seja, na realização cotidiana de mesmas ações não havendo necessidade do indivíduo tomar novas decisões a cada ato, porque ele, indivíduo, já está impregnado de uma realização automática, de impulsos já conhecidos e apreendidos e, por assim dizer, o hábito libera o indivíduo da carga de decisões e de tensões. Essa conceituação de hábito aproxima-se à concepção de *habitus* utilizada por Bourdieu (2001a, p. 61) em que *habitus* “[...] é um conhecimento adquirido e também um haver, um capital [...]”. Bourdieu (op.cit, p. 35), esclarece o conceito de *habitus* como sendo disposições ou predisposições duradouras e incorporadas ao longo da vida, experiências apreendidas e que, de certa forma, conduzem nossa maneira de entender, de agir e de nos posicionarmos nos processos de socialização. “O *habitus* expressa, mais que o hábito, capacidades criadoras, *ativas*, inventivas do agente.” (BOURDIEU, 2001a, p. 61, grifos do autor).

Para Bourdieu (op.cit, p. 60, grifos do autor) “o agente social [...] não é um indivíduo autônomo, plenamente consciente de suas motivações, cuja ‘consciência intencional’ visaria fins explícitos. Os agentes sociais não são como sujeitos ante um objeto”. O *habitus* induz o sujeito a procurar seu ambiente de socialização e a adequar-se àquele ambiente pretendido. O sujeito não renega àquilo que foi apreendido primariamente, busca mecanismos e estratégias de adaptação. É, pois um sistema que integra as experiências passadas e as reformula em novas situações, como sistema de disposições duráveis e transponíveis. A prática pode ser entendida, então, como o produto da relação dialética entre uma situação dada e o *habitus*, é a reformulação de ações e atitudes fundamentadas naquilo que o sujeito traz consigo e o que lhe é apresentado e, ao buscar seu ambiente, o sujeito encontra-se nos campos ou espaços sociais que interage por afinidade. (BOURDIEU, 2001a, p. 60-64).

Nesse contexto, Miceli (2015), na introdução do livro *A Economia das Trocas Simbólicas*, de Bourdieu, faz uma interpretação do conceito de *habitus*:

[...] o *habitus* constitui o princípio gerador que impõe um esquema durável e, não obstante, suficientemente flexível a ponto de possibilitar improvisações reguladas. Em outras palavras, tende, ao mesmo tempo, a reproduzir as regularidades inscritas nas condições objetivas e estruturais que presidem a seu princípio gerador, e a permitir ajustamentos e inovações às exigências postas pelas situações concretas que põem à prova sua eficácia. A operação operada pelo *habitus* entre, de um lado, as estruturas e suas condições objetivas, e de outro, as situações conjunturais com as práticas por elas exigidas, acabam por conferir à *práxis* social um espaço de liberdade que, embora restrito e mensurável porque obedece aos limites impostos pelas condições objetivas a partir das quais se constitui e se expressa, encerra as potencialidades objetivas de inovação e transformações sociais. O *habitus* vem a ser, portanto, um princípio operador que leva a cabo a interação entre dois sistemas de relações, as estruturas objetivas e as práticas. O *habitus* completa o movimento de interiorização de estruturas exteriores, ao passo que as práticas dos agentes exteriorizam os sistemas de disposições incorporadas. (MICELLI, 2015, p. XLI, grifos do autor).

Além de identificar as capacidades criativas, ativas e inventivas do agente, o *habitus* é um conhecimento adquirido, herdado socialmente, herdado das relações que estabelece nos campos.

Numa relação dialética, os campos sociais formam o *habitus* na mesma medida em que o *habitus* forma os campos sociais. Cada campo tem suas próprias regras e estratégias, numa situação dinâmica, de variação, em que se incluem vários agentes, com dominantes e dominados. E a autonomia do campo é sempre relativa.

Para Bourdieu (2001a), o agente social como sujeito coletivo é aquele que age conforme o que foi interiorizado do mundo social, dos campos os quais faz parte, exteriorizando em forma de *habitus* essa interiorização. Nesse sentido, compreende-se que o *habitus* não é estático, é um capital de um agente social em ação, ou seja, um agente que circula, que aprende e incorpora esses aprendizados em visões de mundo, em posturas interiorizadas e exteriorizadas em forma de *habitus*.

De acordo com Charlot (2000), em Bourdieu o sujeito de sua análise é aquele construído das relações coletivas e sociais, que responde ao meio e com ele interage, sendo mais ou menos vulnerável às pressões e circunstâncias em que vive. Charlot afirma que os agentes sociais, enquanto seja, seus *habitus*. É o sujeito coletivo aquele que se incorporou, se apropriou, habituou-se, às relações sociais; elaborou esquemas de percepção sob uma interiorização da exterioridade e manifestando, assim, a exteriorização da interioridade.

Mesmo configurado no universo cultural de seu agrupamento social, Berger e Luckmann (2002) acrescentam que cada homem é único e não há possibilidade de igualá-lo às pressões socialmente determinadas; os autores expõem essa circunstância assim como Bourdieu (2001a) faz a correlação entre campo e *habitus*, ou seja, na interdependência dos sujeitos que compõem um determinado campo. Pressões iguais, ambientes iguais e mesmo assim resultam em homens diferentes que recebem impactos e influências diferenciadas. Esclarecem que “[...] estes aspectos recebem correto reconhecimento se a sociedade for entendida em termos de um processo dialético em curso, composto de três momentos, exteriorização, objetivação e interiorização”. (BERGER; LUCKMANN, 2002, p. 173). Na explicação dos autores, a exteriorização e objetivação fazem parte de um contínuo processo dialético em que a sociedade, na conjunção dos sujeitos que a compõem, traça ações e reações que constroem e lhe dão características próprias, ou seja, a sociedade se organiza e se estabelece na interdependência das ações dos indivíduos que dão formas à sua estrutura, que erigem suas intuições sociais. Esse processo contínuo só pode ter efeito se houver a interiorização das objetividades sociais, ou seja, “o mundo social objetivado é reintroduzido na consciência no curso da socialização” (op.cit. p. 87).

2.3. Estado, instituição social, violência simbólica e institucionalização

O agente social exerce uma autonomia relativa nos campos em que se relaciona porque está limitado pelas institucionalizações do mundo social, pois é ele mesmo institucionalizado em vários campos e instituições. As instituições sociais, por sua vez, nos remetem à ideia de organização, pois foram instituídas com o sentido de preservação e continuidade de valores, ideias, posturas e ações humanas. (BERGER; BERGER, 1988).

O conceito de instituição social é fundamental para a compreensão dos processos de socialização humana e para a análise da formação de *habitus*. A instituição é uma matriz construída socialmente, inserindo-se em processos de sociabilidade ou apresentando caráter mais expressamente organizacional. Porém, em ambos os casos, pode-se entender “[...] a instituição como um padrão de controle, ou seja, uma programação da conduta individual imposta pela sociedade”. (BERGER; BERGER, 1988, p. 193); regula as práticas sociais, a convivência

humana impregnando condicionamentos posturais ao indivíduo. Além disso, as instituições são pontuadas por concepções ideológicas que favorecem a organização social. Berger e Berger (op.cit.) ressaltam que o termo instituição

[...] designa uma organização que abranja pessoas, como por exemplo, um hospital, uma prisão ou, [...] uma universidade. [...]; também é ligado às grandes entidades sociais que o povo enxerga quase como um ente metafísico a pairar sobre a vida do indivíduo, como o “Estado, a economia”, ou “o sistema educacional”. [...] a linguagem é uma instituição. (grifos dos autores).

No sentido acentuado pelos autores, a instituição é, então, aquela que agrupa, organiza, seleciona, estabelece limites, legitima e sedimenta as tradições, ou seja, dimensiona a vida social interferindo na sua organização e atuação. Cada instituição social promove violência simbólica em seus quadros no sentido de inculcar valores, práticas e atitudes para cumprir e realizar o que entende ser a sua finalidade. O termo *violência simbólica* é definido pelas relações de poder que se forma entre indivíduos (e/ou instituições), que se situam em sistemas/estruturas de poder que se tornam instrumentos para assegurar a dominação. Quem exerce violência simbólica é quem detém o poder simbólico.

O poder simbólico como poder de construir o dado da enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a acção sobre o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário. (BOURDIEU, 2001a, p. 14).

Bourdieu e Passeron (1982) acrescentam:

Todo poder de violência simbólica, isto é, todo poder que chega a impor significações e a impô-las como legítimas, dissimulando as relações de força que estão na base de sua força, acrescenta sua própria força, isto é, propriamente simbólica, a essas relações de força." (BOURDIEU; PASSERON, 1982, p. 19).

A violência não é explícita, mas está implícita nas atribuições e prerrogativas institucionais no sentido de coibir, alterar, imprimir, exigir, regular, organizar.

Bourdieu (2014) atribui ao Estado, como instituição, o princípio de produção de uma representação legítima do mundo social, pois está inscrito no campo do poder⁶, no campo administrativo ou da função pública. O campo do poder, que não se confunde com o campo político, é o espaço de relações de força entre os diferentes tipos de capital ou entre os agentes providos de um dos diferentes tipos de capital para poderem dominar o campo. O Estado, então, detém o monopólio da violência

⁶ Para saber mais sobre o campo do poder ler: BOURDIEU. Campo de poder, campo intelectual. Buenos Aires: Folios, 1983b.

física e “simbólica legítima” (acrescentado ao conceito de Max Weber), ou seja, o “monopólio da violência simbólica é a condição da posse do exercício do monopólio da própria violência física.” (BOURDIEU, 2014, p. 30). O Estado pode ser compreendido como ente institucional que organiza e estrutura as demais instituições sociais; como agente social maior que delimita e é delimitado por quem o pensa e por quem o efetiva. É o Estado que tem o domínio da produção simbólica que gera o efeito de sua influência sobre os agentes institucionais e individuais. O Estado também produz e naturaliza o arbitrário cultural, instituindo nas coisas e nos espíritos esse arbitrário, dando a elas uma aparência de natural. Para tanto, o Estado exerce uma violência física e simbólica, ou seja, o Estado se encarna tanto na objetividade, sob a forma de estruturas e de mecanismos específicos, quanto na subjetividade, ou nas mentes, sob a forma de estruturas mentais e de pensamento. (BOURDIEU, 2001b, p. 97-98).

O poder do Estado não se mantém pela violência explícita, pela repressão, até porque o capitalismo não se conserva sob essa forma, ou seja, o Estado na sociedade capitalista se mantém elaborando e reafirmando a violência simbólica. Simbólica porque essa violência é simbolizada nas suas instituições e organizações estruturadas para o exercício do poder do Estado, no sentido de gerir a vida dos homens, controlá-los em suas ações, para que seja viável e possível utilizá-los ao máximo, aproveitando suas capacidades e potencialidades; para aumentar o efeito de seu trabalho, dando utilidade econômica à força de trabalho humana; para apaziguar e neutralizar as resistências e insurreições às ordens do poder, docilizar os homens politicamente, envidando esforços e estratégias para conter as insurgências contra o poder do Estado.

Para Bourdieu (2014, p. 30 – 31) o Estado representa “[...] um princípio de ortodoxia, [...] um princípio oculto [...]. Um princípio oculto perceptível nas manifestações da ordem pública, entendida simultaneamente no sentido físico e no sentido simbólico.” E acrescenta que o Estado “[...] é o fundamento da integração lógica e da integração moral do mundo social.” (op.cit, p. 31). O autor continua:

[...] para que o próprio conflito sobre o mundo social seja possível, é preciso haver uma espécie de acordo sobre os terrenos de desacordos e sobre os modos de expressão do desacordo. Por exemplo, no campo político a gênese desse subuniverso do mundo social, que é o campo da alta função pública, pode ser vista como o desenvolvimento progressivo de uma espécie de ortodoxia, de um conjunto de regras do jogo amplamente impostas, a partir das quais se estabelece, no interior do mundo social uma comunicação que pode ser uma comunicação no e do conflito.” [...]

podemos dizer que o Estado é o princípio de organização do consentimento como adesão à ordem social, a princípios fundamentais da ordem social, e que ele é o fundamento, não necessariamente de um consenso, mas da própria existência das trocas que levam a um dissenso. (BOURDIEU, 2014, p. 31, grifos nossos).

É importante questionar o poder do Estado e como ele consegue impor-se e fazer com que seus agentes sociais ajam em consonância com suas prescrições. Pensando na esfera do Estado brasileiro, é possível responder com Bourdieu (2014) que o Estado impõe estruturas cognitivas aos agentes sociais e desencadeia operações de conhecimento e reconhecimento sobre as quais é pensado, bem como contribui com a sua produção, ou seja, o Estado só é legitimado e ganha reconhecimento se é conhecido e reconhecido pelos agentes que compõem os campos sociais.

Weber citado por Bourdieu (2014, p. 239), acrescenta: “[...] como é possível que os dominantes dominem?”. Weber (1999; 2013) evoca a “legitimidade dos dominantes” como componente importante para a dominação. Bourdieu (2001b; 2014) enfatiza a questão do “conhecimento da legitimidade”, da cognição do dominado, ou seja, o dominado reconhece a legitimidade de seu dominador e ambos desenvolvem uma relação de interesse, o que o autor denomina de “racionalização de interesse”. Para tanto, pode haver intenção explícita ou não, pois, tanto “dominante como dominado” encontram significados nessa relação. Ao tratar de dominantes e dominados, nessa abordagem em especial, Bourdieu (op.cit) refere-se a grupos, indivíduos, aos agentes políticos que ocupam postos de poder no âmbito dos governos e do Estado como dominantes (deputados, senadores, ministros, altos executivos, empresários etc). Dominados são os cidadãos comuns que reconhecem e legitimam os dominantes a ocuparem cargos, postos de poder na estrutura governamental e do Estado. E é possível compreender que a classe dirigente que ocupa os postos de poder no interior do Estado são os dominantes.

O fato mais extraordinário para a manutenção do Estado é o efeito da crença. A crença no poder do Estado faz com que este seja atendido sem haver coerção permanente, pois detém o capital simbólico necessário para a manutenção da ordem social. “O Estado dá uma contribuição essencial à reprodução da ordem simbólica, que colabora de maneira determinante para a ordem social e para a sua reprodução.” (BOURDIEU, 2014, p. 228).

A associação política, tendo o princípio da autoridade pela dominação como

necessário para sua existência, mantém-se e conserva-se desenvolvendo o caráter institucional com um aparato administrativo de forma contínua e permanente, regulando as mais variadas atividades humanas. Para Weber (2007) toda dominação ancora-se na administração e precisa de um grupo de pessoas que a viabilize em aparato coativo burocrático. Weber (op. cit) transpõe o conceito de associação política para a compreensão de Estado, entendendo este como uma espécie particular de associação política, porém desloca o conceito para o de comunidade humana, ou seja, o Estado seria, nesse sentido, racional e aquele que mantém um aparato coativo ancorado na burocracia que delimita regras e normas para o convívio social, bem como para a realização de suas premissas em seu território.

A política, inerente ao poder do Estado, inscreve-se como ação diretiva, ou seja, configura-se conforme é o Estado naquele território, naquele tempo; é intrinsecamente referenciada pelo(s) grupo(s) em relações de força e poder. A política é o meio pelo qual o Estado se expressa, o meio pelo qual os agentes políticos elaboram, induzem e direcionam as ações àquele agrupamento social estando à frente do governo e instituindo possibilidades de efetivação de ações. Bourdieu (2011) nos explica que o campo político pode ser compreendido como um microcosmo dentro do mundo social, com relativa autonomia na relação com outros campos sociais, porém, os processos, fenômenos, se revestem aí de uma forma particular. Produz e mantém um *nomos* próprio, que tem em si os princípios e regras de seu funcionamento. Na verdade, conforme Bourdieu (2011), o agente que pertence ao campo político ou mesmo ingresse nele, deve passar por uma conversão, mesmo que não tenha consciência dela. Caso o agente não se atenha às transformações necessárias ou adaptações para o seu pertencimento no campo poderá sofrer sanções ou mesmo a exclusão. De forma geral, não são as pessoas com condições comuns que acessam o campo político, é preciso acumulação de capital político passível de ser encontrado em pessoas dotadas de um excedente econômico que lhes possibilita não participar de atividades econômicas, e sim, ter tempo livre e acesso aos bens culturais e educacionais. Com essas condições, acrescenta Bourdieu (op.cit), os agentes políticos do campo jogam o jogo do qual os profanos são excluídos, ou seja, é preciso dominar a linguagem, o modo de ser e agir, proceder aos movimentos do jogo de relações, angariar acordos e manter legitimidade para se fazer pertencente ao campo político, inclusive ter a

competência própria do campo. Sendo assim, na política, o volume e a composição do capital do agente político, implica em sua posição e trânsito dentro do campo, nos explica Bourdieu (2011), pois incide no seu pertencimento a determinado grupo ou não, em seu poder e influência, bem como em seu reconhecimento para a legitimação de suas posições e decisões. Daí o jogo, a flexibilidade para jogar o jogo com quem tem o poder, que inclusive, esse poder migra de tempos em tempos para grupos mais capitalizados.

Assim, conforme Bourdieu (2001a),

[...] o capital político é uma forma de capital simbólico, 'crédito' firmado na crença e no reconhecimento ou, mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa [...] os próprios poderes que eles lhes reconhecem." (BOURDIEU, 2001a, p. 187-188, grifos do autor).

E o autor continua esclarecendo que o "poder simbólico é um poder que aquele que lhe está sujeito dá àquele que o exerce, um crédito com que ele o credita, uma *fides*, uma *auctoritas*, que ele lhe confia pondo nele a sua confiança." (op. cit. p. 188). Ou seja, é "um poder que existe porque aquele que lhe está sujeito crê que ele existe." (op.cit). Sendo assim, é possível compreender que o capital político é um capital outorgado, consentido, um crédito depositado por muitos em alguém.

Como os outros campos do universo social, compreende-se que o campo político é um microcosmo, com relativa autonomia no mundo social, que faz como outros microcosmos fazem, o jogo específico desse espaço/campo social. Conforme Bourdieu (2011, p. 195), "[...] nele se encontrará um grande número de propriedades, relações, ações e processos que se encontram no mundo global, mas esses processos, esses fenômenos, se revestem aí de uma forma particular." E o autor continua, incluindo o campo político no interior do campo do Estado: "As lutas políticas são lutas entre responsáveis políticos, mas nessas lutas os adversários, que competem pelo monopólio da manipulação legítima dos bens políticos, têm um objeto comum em disputa, o poder sobre o Estado [...]". (op.cit. p. 203).

Para Bourdieu (2014), o Estado existe na realidade concreta, no registro civil e nos cérebros, ou seja, os indivíduos, agentes sociais, incorporam as regras, as normas, submetem-se à dominação do Estado, subjetiva e objetivamente. Uma instituição, nesse caso o Estado, só funciona quando há correlação entre estruturas objetivas e subjetivas, ou seja,

[...] é um ato de submissão dóxico à ordem social e também pode ser compreendido como um conhecimento infraconsciente, infralinguístico [...], é o acordo entre as estruturas cognitivas incorporadas, tornadas inconscientes e as objetivas, que é o verdadeiro consenso sobre o sentido do mundo, da crença, da opinião, da doxa. (BOURDIEU, 2014, p. 237).

Para tanto, o Estado produz e desenvolve o discurso para a produção da crença, via agentes políticos, institucionais, instrumentos da legislação, regulação, normas, argumentos, pois o ato de obediência supõe conhecimento e reconhecimento no sentido de que os agentes do Estado empregam categorias e esquemas de percepção, princípios de visão e divisão. O Estado, então, promove a produção de princípios de classificação capazes de serem aplicados a todas as coisas do mundo, como formas simbólicas, que se inscrevem como princípios de construção da realidade por agentes sociais conhecedores, que portam estruturas cognitivas.

Pode-se aqui fazer referência ao *habitus*, à constituição dos *habitus* dos agentes nos campos sociais como resultado dessas incorporações cognitivas e exteriorizadas em ações, lutas, disputas e consensos. Nesse sentido, a instituição procura imprimir um *habitus* específico promovendo a institucionalização das práticas dos indivíduos. Pode-se inferir que um grupo gestor de uma instituição está imerso nos meandros da institucionalização de suas práticas e isso se dá não sem embates, sem situações de pressão institucional para o ajustamento dos indivíduos à cultura institucional.

Lima (2018, p. 15) em seu estudo sobre institucionalização, refere-se a Wiseman (2007) em que este explica que

[...] institucionalização é o processo de incorporação de aprendizagem que ocorre por meio de indivíduos ou grupos de indivíduos nas instituições, e inclui sistemas, estruturas, procedimentos e estratégias. Ou seja, é o processo que assegura a ocorrência de ações rotineiras, desde que englobem toda a instituição, e não apenas indivíduos ou pequenos grupos. (grifos nossos).

Lima (2018, p. 16) continua a esclarecer que a institucionalização chega ao nível de incorporar o conhecimento acerca de determinado objeto na “memória organizacional”:

Em uma abordagem qualitativa, Wiseman (2007) também considera que são três as etapas para o acompanhamento do processo de institucionalização: a pré- institucionalização, a institucionalização e a pós- institucionalização. Na pré- institucionalização ocorrem a habitualização e o consenso de validação coletiva para se aceitar que um determinado objeto seja institucionalizado; na institucionalização, o órgão observa os mecanismos utilizados para a aprendizagem de uma determinada

institucionalização, as características do processo e os papéis de cada gestor e executor; e, por fim, na pós-institucionalização, o *conhecimento acerca do objeto é incorporado na memória organizacional, e as ações institucionalizadas tornam-se cada vez mais controladas por meio de sua promulgação institucional e rotinização*. (grifos nossos).

Nesse sentido, a institucionalização requer o aceite, a disponibilidade dos agentes para incorporar processos institucionais que tornem rotineiras suas práticas e ações. “A institucionalização, portanto, é identificada como o ponto em que a ação é rotina.” (LIMA, 2018, p. 16).

As instituições sociais, conforme Berger e Berger (1998, p. 198) estão imbuídas de poder, revelado por sua historicidade, revertendo-se, assim, em autoridade moral. Nesse sentido,

[...] as instituições têm a qualidade da historicidade. [...] as ideias corporificadas na instituição foram acumuladas durante um longo período de tempo, através de inúmeros indivíduos cujos nomes e rostos pertencem irremediavelmente ao passado”. (BERGER; BERGER, 1988, p. 198).

Conforme os autores, a autoridade moral é o que dá legitimidade às ações da instituição, determinando o seu perfil, sua postura no meio social e interferindo na vida do indivíduo no terreno da moral quando regras são violadas. O poder institucional é estabelecido em relações de força, que configuram os meandros internos e hierarquizados dos postos de trabalho.

O ato de institucionalizar poderia, então, ser explicitado como a introjeção e habituação dos valores e da proposta da instituição social, de tal forma que a adequação do profissional se daria mediante esse processo. Lima (2018), ao se referir ao conceito de institucionalização elaborado por Kesar (2007), afirma que:

A institucionalização é vista como um processo que ocorre em fases ao longo do tempo resultante de fatores que interagem para criar um ambiente que lhe dê suporte. É o estabelecimento de uma prática ou ação em um sistema humano, e caracterizada pela rotina difundida e legitimada, esperada, apoiada, permanente e resiliente. Exige uma liderança comprometida com a criação de um ambiente voltado para a ação, engajada no processo de transferência de uma agenda de progresso para institucionalizar uma nova maneira de fazer o trabalho ou a ação. (LIMA, 2018, p. 14-15).

Na instituição social não existe um indivíduo completamente autônomo e também nenhum outro que responda com ações completamente adaptáveis a situações herdadas e impostas. O que ocorre é uma autonomia relativa, em que o profissional cercado pela quadratura institucional, pressiona-a, mas dentro de circunstâncias que lhe são desfavoráveis porque a instituição exerce poder,

violência, mecanismos de coerção e autoridade moral que a legitimam. Porém, imersa no campo social, a instituição, também como agente social institucional, está sujeita às influências, conjunturas e pressões de outros campos, ou seja, também é constituída historicamente e resultado das intervenções tanto dos sujeitos que integram a instituição quanto do posicionamento e manutenção dessa instituição no campo social. Portanto, as instituições sociais não estão imobilizadas e paralisadas em suas estruturas, não agem condicionadas a si mesmas, ou seja, redimensionam-se na manutenção de sua dinâmica de funcionamento, objetivando eficiência e continuidade de sua função social.

Para Weber (1999), na autoridade exercida por uma instituição social há a evidência do “poder de mando regulado em aparato coativo”. Esse aparato coativo pode ser evidenciado por um aparato administrativo, ou seja, numa condição em que as relações são hierarquizadas entre os indivíduos que assumem funções de coerção para manutenção e desenvolvimento da ordem, nesse caso, da instituição. A instituição é, nesse sentido, uma associação que se impõe em espaços e tempos de vigência, com relativa eficácia. A prerrogativa está na autoridade que a instituição é autorizada a exercer, ou seja, no exercício outorgado de poder, exercício de direito, com a autorização e permissão social creditada em direito legitimado. Esse poder é delegado aos agentes e avalizado pela crença numa certa superioridade hierárquica ou saberes daqueles que estão mais próximos do objeto institucional.

As instituições são experimentadas como algo dotado de realidade exterior, “[...], a instituição é alguma coisa situada fora do indivíduo. [...]. As instituições são experimentadas como possuidoras de objetividade”. (BERGER; BERGER, 1988, p. 196). Sendo dotadas de objetividade, as instituições expressam-se como estrutura social e viabilizam seus papéis junto à representação oficial outorgada a elas no mundo social. Nesse sentido, o espaço social ou a sociedade é constituída e representada pelos campos e pelas instituições que a compõe. Em boa medida, o espaço social é, também, organizado e administrado pelo Estado, como instituição importante e reguladora das ações dos indivíduos.

Nesse entendimento, verifica-se que as instituições refletem e expressam o espaço social em que estão inseridas. As instituições são, por assim dizer, o resultado concreto e visível dos processos de socialização do homem, representando e instituindo o poder simbólico do Estado.

2.4. Contradição

Sobre contradição é importante sublinhar que esta integra um conjunto de categorias que têm como referência o materialismo histórico, portanto, não se faz aqui neste estudo a apropriação da mesma de forma isolada, de forma dissociada de outras. Tem-se como princípio que, ao trazer a mesma como categoria de análise, ela está em consonância com outras, como, totalidade, práxis, mediação, de forma mais direta nas interpretações e análises dos dados deste estudo. Portanto, como categoria necessária e importante para a análise da realidade, a contradição não pode ser “entendida somente como categoria interpretativa do real, mas também como sendo ela própria existente no movimento do real, como motor interno do movimento, já que se refere ao curso do desenvolvimento do movimento da realidade.” (CURY, 1986, p. 30). A base dessa interpretação requer perceber a realidade na sua totalidade, sendo esta dialética e contraditória, como também, não dada *a priori*; nem mesmo compreendê-la como algo rígido, estático ou em partes. Conforme o Dicionário Básico de Categorias Marxistas, de Néstor Kohan⁷, contradição significa

[...] categoria fundamental da lógica dialética. Seu extremo oposto é a identidade. Algo é idêntico quando não se pode distinguir uma diferença. Se existem distinções, a identidade se transforma em diferença. Se a diferença se aprofunda, há contrariedade e contraposição. Se a oposição se agudiza, a contrariedade se transforma em contradição. Nesse caso, os polos opostos já não são apenas diferentes, mas contraditórios e antagônicos (não podem se conciliar). Exemplos: a relação social do capital encerra a contradição antagônica entre empresários e trabalhadores. A crise do capitalismo constitui a exposição de múltiplas contradições antagônicas. A mudança e o movimento da história são produtos dessas contradições.

Conforme Cury (op. cit), a contradição “sempre expressa uma relação de conflito no devir do real. Essa relação se dá na definição de um elemento pelo que ele não é. Assim, cada coisa exige a existência do seu contrário, como determinação e negação do outro.” Cury (op.cit) acrescenta que “tudo está ligado, [...] tudo tem um caráter relacional”, e continua o autor, “[...] a totalidade é sempre aberta a novas determinações. Nesse movimento, cada elemento contém os anteriores e se abre a novas determinações.” Percebe-se aqui que há um movimento contínuo e inconcluso da realidade e que, por isso, a totalidade é algo complexo e difícil de apanhar; até porque, por ser contraditória, a realidade (o fato, o

7 Disponível em <https://pcb.org.br/portal/docs1/texto3.pdf> [2018]; Acesso em: 28/05/2018

fenômeno) não se mostra de forma linear e conclusa.

Cury (1986, p. 31) explica que

A contradição, pois, ao interpretar o real, capta-o como sendo o resultado de uma inadequação pugnativa entre o que é e o que ainda não é, numa síntese contraditória. Por isso, todo o real é um processo que contém, sem encerrar, o possível numa unidade de contrários.

Compreende-se, então, com o autor que, nessa condição, por ser marcado por um caráter relacional, o mundo das relações não só se desenvolve, “como também é um todo dialético, em que os fenômenos não se desenvolvem isoladamente, mas em ligação com outros fenômenos” (CURY, 1986, p. 31). Nesse sentido, ao se ater aos fenômenos encontrados na realidade, a busca para a compreensão destes deve relacioná-los a outros, pois a análise isolada de um fenômeno o encontrará fragmentado, descolado, desconectado de possíveis causas e consequências deste, de seu processo de desenvolvimento.

Cury (op.cit, p. 32-34) acentua que nas contradições, há o que se encontra de comum a todos os fenômenos e o que os distingue, o que há de específico a cada um, ou seja, “[...] o universal existe no particular”. Para identificar e distinguir o que há de universal e específico em cada fenômeno, há que se fazer a reflexão sobre o real, pois a “[...] natureza dialética do real encontra na consciência da contradição, sua expressão subjetiva, e também a possibilidade de uma interferência no real”. Portanto, eliminar a contradição “[...] torna a análise unilateral e faz uso apenas dos conceitos de confirmação e legitimação.” Essa eliminação pode levar ao conservadorismo, pois retirar esse elemento fundante da análise da realidade é abstrair “[...] seu caráter profundo de inacabamento, sendo aí, recurso próprio das ideologias dominantes, que, não podendo retirá-las das relações sociais, econômicas e políticas, representam-na como imaginariamente superadas.”

3. O modo de investigação e de exposição

“O *homo academicus* gosta do acabado.” (BOURDIEU, 2001a, p. 19, grifos do autor). Com essa ideia é interessante verificar na citação (op.cit) certa verve de ironia do autor e, por outro lado, a certeza do que enuncia. Sendo assim, sob essa premissa, far-se-á aqui o esforço em apresentar o acabado, em expressar o raciocínio desenvolvido no percurso da investigação e como foi pensada a exposição da pesquisa realizada. Compreende-se que a investigação processou-se

em uma perspectiva racional, “[...] e não como uma espécie de busca mística, de que se fala com ênfase para se sentir confiante” (op.cit, p. 18), ou seja, a busca foi pela razoabilidade da interpretação e argumentação a partir dos elementos encontrados.

Conforme Bourdieu (2001a, p. 20-21), é preciso construir o objeto da pesquisa e isso se dá, não de forma abrupta, de uma vez. Dá-se de maneira em que “[...] é preciso converter problemas muito abstratos em operações científicas inteiramente práticas [...] é preciso pôr em causa os objectos pré-construídos [...] porque não há outra maneira de adquirir os princípios fundamentais de uma prática [...]”. Nessa perspectiva, encarnar o abstrato no concreto, delimitar um corpo teórico-prático que apreenda e compreenda o objeto da pesquisa é fundamental. Bourdieu (op.cit, p. 24) alerta sobre a tarefa, qual seja,

[...] as opções técnicas mais empíricas são inseparáveis das opções mais teóricas de construção do objecto. É em função de uma certa construção do objeto que tal método de amostragem, tal técnica de recolha ou de análise dos dados, etc. se impõe. Mais precisamente, é somente em função de um corpo de hipóteses derivado de um conjunto de pressuposições teóricas que um dado empírico qualquer pode funcionar como prova [...].

Dessa maneira, a pesquisa foi planejada e desenvolvida a partir de variados instrumentos e procedimentos que pudessem apreender o objeto de estudo na sua complexidade. Compreendeu-se com Bourdieu (2001a, p. 26) que “a pesquisa é uma coisa demasiado séria e demasiado difícil para se poder tomar a liberdade de confundir ‘a rigidez’, que é o contrário da inteligência e da invenção, com o ‘rigor’, e se ficar privado deste ou daquele recurso [...]” (grifos do autor). De todo modo, analisa-se que a “[...] metodologia é uma atividade crítica e criativa que não se separa do método em Bourdieu [...]” (OLIVEIRA; PESSOA, 2013, p. 23).

Concebe-se que o objeto científico aqui foi sendo construído à medida que foram ocorrendo modificações – definições - no modo e na forma de sua abordagem e de alguns procedimentos incorporados ao conjunto de ações. Isso se deu à medida que o objeto foi se tornando um caso particular, ou seja, à medida que no caminho da investigação foram sendo encontrados elementos que configuraram a especificidade do objeto científico em estudo; buscou-se, pois, ser coerente ao que o objeto demandava, ao que a pesquisa indicava como próximo passo. Nesse sentido, burla-se, sobremaneira, a ideia do acabado.

A par destas considerações, evidencia-se que os princípios epistemológicos que orientaram a investigação, a análise da realidade e a exposição da pesquisa

estão ancorados na pesquisa compreensiva, praxiológica de Bourdieu. Fez-se uma investigação e análise relacional, ou seja, envidaram-se esforços no sentido de compreender o objeto de estudo “[...] articulado a outras estruturas, campos de diferentes amplitudes, estratégias, inter-relações. [...] A metodologia em Bourdieu é, pois, a forma de realização de uma crítica permanente ao instituído [...].”(OLIVEIRA; PESSOA, 2013, p. 23).

Para tanto, há o alerta de Bourdieu (2001a) que esclarece que, ao não se tomar o campo social como elemento fundante para as pesquisas científicas, leva-as a limitarem-se aos objetos, aos fragmentos da análise sociológica, como universos isolados, circunscritos, autônomos; nesse sentido, encontrar o objeto de estudo situado em uma posição no campo social ao qual pertence, é fundamental para sua compreensão. Conforme o Bourdieu (op.cit), ignorar os encaixes estruturais no qual o objeto está circunscrito, em sua posição (relacional) e os efeitos de posições correlativos, significa sujeitar-se a procurar princípios explicativos que estão no exterior. “A noção de campo é, em certo sentido, uma estenografia conceptual de um modo de compreensão do objeto que vai comandar – ou orientar – todas as opções práticas da pesquisa.” (BOURDIEU, 2001a, p. 217).

Sendo assim, tomou-se como princípios o que expressa o sistema teórico de Bourdieu em síntese elaborada por Silva (1996, p. 232), que denomina “forma bourdieuniana de olhar o mundo social” e, a partir deles, alinhou-se a metodologia e procedimentos metodológicos para essa investigação. Nessa direção, o Quadro 1, a seguir, sintetiza os princípios, metodologia e procedimentos da pesquisa:

Quadro 1 – PRINCÍPIOS, METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

PRINCÍPIOS*	METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS DA PESQUISA
<p>Problematizar as categorias e mecanismos sociais tomados como dados e naturais pelo senso prático [...].</p> <p>Perceber padrões na aparente desordem e falta de sentido do mundo social</p> <p>Não dicotomizar o mundo social [...]</p>	<p>Análise, a partir do princípio da contextualização e do método compreensivo, de elementos do campo político, econômico e da educação superior no âmbito internacional, nacional, regional e local no período dos anos 1990 a 2017.</p> <p>Revisão da literatura sobre o campo da educação superior.</p>
<p>Pensar relacionalmente, o que implica [...] situá-los uns em relação aos outros e na estrutura à qual pertencem</p>	<p>Realização de entrevistas com gestores</p> <p>Caracterização e identificação dos <i>câmpi</i> da UEG no que tange à sua história, estrutura física e pedagógica.</p>

	<p>Levantamento dos gestores dos campi ao longo da história, no sentido de buscar o movimento de ocupação dos mesmos em novos cargos na administração da universidade ou no mesmo campus.</p>
<p>Historicizar o mundo social, relativizá-lo, demonstrar a arbitrariedade histórica dos artefatos da criação humana e social</p> <p>Objetivar o mundo social, vinculando-o às condições objetivas de sua produção</p>	<p>Historicização do processo de constituição e expansão da UEG no período dos anos 1999 a 2017.</p> <p>Compreensão sobre as microrregiões em que os campus estão inseridos.</p>
<p>Mostrar desconfiança em relação às formas oficiais e correntes de nomear e classificar o mundo [...]</p>	<p>Levantamento de normativas, regulamentos, pareceres, oriundos do Conselho Estadual de Educação para a UEG.</p> <p>Caracterização e análise dos elementos que consubstanciam a política e prática gestora e organizacional da UEG: em documentos, pareceres, circulares internos, ofícios, resoluções.</p> <p>Análise dos documentos da UEG: Estatuto, PDI, Projeto Pedagógico, planilhas financeiras e orçamentárias e outros pertinentes</p>
<p>Destacar como unidades de análise não o mundo social em seu conjunto, mas instituições ou práticas localizadas, governadas por práticas específicas [...]</p> <p>Ver todas as práticas como interessadas, situá-las em relação aos interesses de manutenção das estruturas existentes de acumulação de prestígio simbólico e vantagens materiais e formas particulares de poder.</p>	<p>Estudo sobre as reformas no esfera do aparelho do Estado (1995) e do estado de Goiás (1961 a 2017).</p> <p>Levantamento de notícias e publicações sobre o governo do estado de Goiás e sobre a UEG, da década de 1999 a 2017.</p> <p>Levantamento de dados em pesquisas já realizadas sobre a UEG e em documentos da instituição.</p> <p>Observações intencionais, com pauta especificada para observação dirigida de reuniões dos Órgãos Colegiados.</p> <p>Deliberativos da gestão da administração superior da UEG, com o intuito do registro fundamentado nas pautas, debates e decisões.</p> <p>Explicitação e análise de práticas concernentes à natureza, compromissos e finalidades da universidade presentes no corpo da gestão da UEG</p>

Fonte: elaboração própria

* Cf. SILVA (1996, p. 232-233) (adaptado)

Sendo assim, a pesquisa foi pautada no estudo rigoroso do referencial teórico que fundamenta a pesquisa bibliográfica e a pesquisa empírica qualitativa e quantitativa desenvolvida, conforme os pressupostos da pesquisa em educação. Apresenta tipologia multidisciplinar, pois abarca concepções, conceitos e base

teórica do campo da sociologia, da educação, das políticas. Inscreve-se como estudo de caso e constituiu-se a partir de dados primários e secundários com amostra intencional e procedeu-se a uma pesquisa compreensiva. A pesquisa e método compreensivo encontram referência em Bourdieu e também em Max Weber, portanto,

[...] consiste em entender o sentido que as ações de um indivíduo contêm e não apenas o aspecto exterior dessas mesmas ações. Weber concebe o objeto da sociologia como, fundamentalmente, 'a captação da relação de sentido' da ação humana. Em outras palavras, conhecer um fenômeno social seria extrair o conteúdo simbólico da ação ou ações que o configuram. Por ação, Weber entende 'aquela cujo sentido pensado pelo sujeito ou sujeitos é referido ao comportamento dos outros, orientando-se por ele o seu comportamento'. Tal colocação do problema de como se abordar o fato significa que não é possível propriamente explicá-lo como resultado de um relacionamento de causas e efeitos [...], mas compreendê-lo como fato carregado de sentido, isto é, como algo que aponta para outros fatos e somente em função dos quais poderia ser conhecido em sua amplitude. (TRAGTENBERG, 1985, p. IX, grifos do autor)

A pesquisa e o método desenvolvido para este estudo procurou acercar o objeto em seu contexto e relações, o objeto e sua constituição histórica, social e política; a análise se dá pela busca de sentido das ações e posições observadas, bem como não se busca explicação do fato, mas a sua compreensão no conjunto e possível totalidade.

O período temporal demarcado para a pesquisa realizada foi, essencialmente, da segunda metade da década de 1990 ao ano de 2017. Fez-se a revisão da literatura a partir do direcionamento proporcionado pelo tema e com autores fundamentais para os eixos da investigação. Para levantamento e compreensão das categorias de análise, bem como do processo metodológico que guiou a busca dos dados da pesquisa, buscou-se essencialmente Pierre Bourdieu, Max Weber, Brigitte Berger, Thomas Luckmann, Peter L. Berger, Carlos R. M. Jamil Cury. Fez-se, por consequência, um estudo de autores clássicos e contemporâneos que tratam dos temas do Estado, do capitalismo, da educação superior, das instituições, das instituições de educação superior; pesquisadores que discutem as relações educação, Estado e mercado; educação superior pública e privada; a gestão da educação superior e gestão do Estado. Foi realizada uma busca nos estudos e pesquisas relativas à Universidade Estadual de Goiás (teses e dissertações), aos documentos norteadores dos processos de institucionalização da Universidade, bem como do seu percurso histórico, marcado pelas políticas do governo do estado de Goiás. Dentre os documentos da Universidade estudados e consultados estão o

Estatuto da UEG (2011; reformulado em 2012), Regimento Geral da UEG (2014), Plano de Desenvolvimento Institucional 2010 - 2019 (PDI), Projeto Pedagógico Institucional 2011 (PPI), Relatórios de Gestão (2013, 2015), Relatórios de Autoavaliação (2002, 2005, 2006, 2007, 2008, 2012, 2013, 2014, 2016); Relatório de Autoavaliação da Administração Central (2015); Relatórios de Avaliação Institucional (2013, 2014); Atas do Conselho Universitário (1999 a 2018); Atas do Conselho Acadêmico (2001 a 2018); Lei da Autonomia da UEG de 2015, dentre outras legislações referentes ao processo de efetivação da UEG desde 1999 disponível de forma virtual no site da Secretaria de Estado da Casa Civil; foram consultados documentos do Conselho Estadual de Educação, a Constituição do Estado de Goiás, leis ordinárias, complementares e decretos do governo de Goiás em períodos diversos, mais especificamente os da década de 1990 e subsequentes.

Também foram acessados e consultados os sítios dos câmpus universitários da UEG com o intuito de se ter uma visão panorâmica sobre a Universidade e verificar fontes de informações mais pontuais, bem como conferir cursos, localização, histórico dos câmpus. Em órgãos da gestão da Universidade (Gestão de Pessoas e Pró-Reitoria de Graduação) foram solicitados, via documentos, listas de dados sobre professores, cursos, alunos, dentre outros.⁸ Nem todos os dados solicitados foram conseguidos, mesmo solicitados com uma previsão de tempo alargada. Nessa questão, foi observada certa dificuldade desses segmentos da gestão em fornecê-los, inclusive por não os terem de forma sistematizada.

As referências encontradas nessa pesquisa estão agrupadas em livros; em artigos de revistas científicas, em especial, do banco de dados bibliográficos do Scielo (Scientific Electronic Library Online), de portais das universidades e do banco de dados da Capes.

8 Foram solicitados: número de professores efetivos, com especificação da formação inicial e pós-graduação; número de professores contratados, com especificação da formação inicial e pós-graduação; número de servidores administrativos geral e por câmpus; número de servidores administrativos efetivos e contratados; número de professores por câmpus; número de professores com função de gestão; número de professores com função de gestão na administração central; número de gestores do quadro efetivo; número de gestores do quadro temporário; número de professores efetivos e temporários que moram na cidade do câmpus de lotação e número dos que não moram; número de servidores técnico-administrativos que moram na cidade do câmpus de lotação; número de professores efetivos e temporários por curso; câmpus e cursos que têm mais doutores efetivos; câmpus e cursos que têm mais professores temporários; 1- Número de Coordenadores de Curso efetivos e número de Coordenadores de Curso temporários; Número de Coordenadores Adjuntos de Estágio Supervisionado Obrigatório efetivos e temporários; Cursos que permanecem desde 1999 e cursos abertos nos últimos 5 anos; Quais e quantos cursos fechados nos últimos 5 anos; Número de acadêmicos por curso.

As questões para as entrevistas foram definidas com antecedência e organizadas sob a forma semiestruturada a partir de eixos pré-definidos que orientaram a análise do conteúdo: a) Compreensão sobre a UEG e sua função social; b) Participação na história da UEG; c) A gestão da UEG; d) Práticas de gestão (APÊNDICE 1). A partir das questões formuladas para cada eixo, levantaram-se categorias para as análises. Os trechos das entrevistas se inscrevem no conjunto do texto da tese atentando-se para a finalidade da discussão pretendida e como dado qualitativo para análise. A interpretação das respostas se deu mediante a técnica de análise de conteúdo e se tem como base a interpretação. Para Bardin (2009), a análise de conteúdo, enquanto método torna-se um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. Fases da análise de conteúdo organizam-se em torno de três polos, conforme Bardin: “1. A pré-análise; 2. A exploração do material”; e, por fim, “3. O tratamento dos resultados: a inferência e a interpretação.” (op. cit. 2009, p.121). A técnica foi utilizada na análise das entrevistas realizadas; entrevista dada pelo atual reitor da UEG, Haroldo Reimer, a programa de televisão e transcrita; análise das notícias publicadas em sites de jornais e utilizadas como material deste estudo; análise de documentos e textos legais. Foi realizada a pré-análise do material a ser analisado; os trechos das entrevistas, documentos e as notícias foram separados em unidades de registro; foi realizada a exploração dos textos para a classificação e agregação das informações em categorias simbólicas, temáticas; os trechos foram recortados por temas, estabelecendo-se a partir deles as categorias temáticas iniciais e posteriormente as categorias temáticas que guiaram a análise de conteúdo. Para a análise do conteúdo foram encontradas as categorias: criação e história da UEG; política partidária; reformas; modernização; inovação; eficiência; eficácia; jogo político; fragilidades institucionais.

Para a definição dos gestores entrevistados, teve-se como critérios: o tempo de existência do câmpus⁹ em que atuam (dois câmpus com existência anterior à fundação da UEG; um câmpus fundado com a UEG em 1999; um câmpus fundado

9 Conforme o Regimento Geral da UEG (2014): “§ 1º As Unidades Universitárias, mediante decisão do CsU e alteração em lei estadual, passarão a ter denominação de Câmpus, seguida do nome de cada cidade-sede ou de algum nome honorífico aprovado pela Congregação do Câmpus e homologado pelo CsU. § 2º. **Considera-se câmpus** a unidade acadêmico-administrativa, localizada fora da sede da instituição a que pertence, que ministra curso, programas e projetos com a qualidade acadêmica equivalente à exigida na sede.” (UEG, 2014, p. 04, grifos nossos).

nos primeiros três anos de UEG e um fundado como Pólo e posteriormente câmpus em 2005). Em relação aos gestores entrevistados, foram definidos: dois gestores que participaram da fundação da UEG, pois já pertenciam ao quadro docente de faculdades isoladas ou da UNIANA, instituições estas que foram agrupadas para constituição da UEG; dois gestores oriundos do primeiro concurso público para professores da UEG em 2004; outro convocado em 2015; dois gestores oriundos do concurso para professores de 2010 e um de 2012; uma gestora oriunda do último concurso para técnico-administrativo em 2016 (pertencente ao quadro temporário da universidade desde 2007)¹⁰. A intenção foi encontrar agentes institucionais e individuais (gestores) que vivenciaram e vivenciam os processos de institucionalização da UEG em tempos históricos variados da gestão da Universidade. Não se teve a intenção em realizar entrevistas visando uma quantidade expressiva de gestores, buscou-se, tão somente, gestores que pudessem dar informações significativas sobre a UEG e a gestão, bem como pudessem contribuir com o objetivo da pesquisa. O Quadro 2, a seguir, apresenta dados dos gestores entrevistados; no corpo da tese cada gestor será denominado como Entrevistado, conforme indicado.

Quadro 2 – DADOS SOBRE OS GESTORES ENTREVISTADOS NA UEG – 2017 e 2018

	Sigla	Dados do local de trabalho	Tempo de UEG	Regime de trabalho
1	ENTREVISTADA 1	Fundação do câmpus: 1999	19 anos (antes de 1999 em faculdade que foi agregada à UEG) Efetiva por concurso após 2004	RTIDP Regime de Tempo Integral em Docência e Pesquisa - 40 horas e dedicação exclusiva. (após 2010)
2	ENTREVISTADO 2	Origem do câmpus: como Polo EaD em 2001 Como câmpus: 2005	8 anos 2012 - efetivo por concurso 2009-2010 como contrato temporário	RTIDP Regime de Tempo Integral em Docência e Pesquisa - dedicação exclusiva. (Professor Assistente - Classe DES IV - Carga horária: 40)

¹⁰ As entrevistas, em sua maioria, foram realizadas entre os meses de fevereiro a setembro de 2017 e uma última em maio de 2018, com Termo de Consentimento Livre e Esclarecido aos moldes do Comitê de Ética da UFG. O projeto de pesquisa foi, também, cadastrado na Plataforma Brasil e aprovado pelo Comitê de Ética da UFG.

3	ENTREVISTADO 3	Origem do câmpus: faculdade isolada desde 1961 Como câmpus da UEG: 1999	13 anos efetivo desde 2005	Professor (DES IV-I) Enquadramento Funcional: DES IV-I, Carga horária: 40, Regime: Dedicação exclusiva
4	ENTREVISTADO 4	Origem do câmpus: faculdade isolada desde 1968 Como câmpus da UEG: 1999	8 anos efetivo desde 2010	RTTI - 40 horas
5	ENTREVISTADO 5	Origem: como Polo EaD em 2001 Como câmpus: 2005	6 anos desde 2012 - por concurso	RTTI - 40 horas
6	ENTREVISTADO 6	Prédio da Reitoria: ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR	27 anos 1990 a 2010 – cargos temporários e comissionados 2010 – atual – professor efetivo	Carga horária: 40, Regime: Dedicação exclusiva
7	ENTREVISTADO 7	Prédio da Reitoria: ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR	18 anos 1999 – 2004 – contrato temporário 2004 – atual – professora efetiva	RTI – 40h
8	ENTREVISTADA 8	Prédio da Reitoria: ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR	11 anos professora e servidora técnica temporária desde 2007 efetiva como técnica administrativa	Servidor Público Carga horária: 8h/d

Fontes: Sítios dos câmpus da UEG e CNPq – Plataforma Lattes. Acesso: fevereiro e agosto de 2017 e junho de 2018

Como forma de exposição da pesquisa, foram organizados quatro capítulos. No **Capítulo 1**, intitulado **Estado e educação superior: processos de reconfiguração dos campos sociais em tempos de reestruturação do capital**, faz-se discussão sobre o Estado e educação superior como campos que articulam-

se ao movimento do sistema capitalista. Trata da impregnação do ideário neoliberal na administração pública, em especial no Estado e apresenta elementos compreensivos sobre a atualização da Nova Gestão Pública. Identifica agentes institucionais da educação superior pública, bem como faz um mapeamento das IES estaduais e infere sobre a missão institucional desse grupo de instituições.

O **Capítulo 2**, sob o título **Universidade Estadual de Goiás como uma autarquia do estado de Goiás: história, estrutura e processos relacionais do campo político**, desenvolve uma exposição sobre a constituição da UEG sob processo de reforma do estado de Goiás a partir da entrada de um novo governo. Questiona os motivos de sua criação ao mesmo tempo em que dá relevo e importância sobre a existência de uma universidade estadual para Goiás. Explora o processo em que essa criação se deu e o viés político incorporado às intenções no período. Identifica as reformas mais evidentes ocorridas ao longo das décadas de 1960 a 2017, exemplifica, por meio do movimento de agentes políticos, a incidência dos interesses, estratégias, permanências desses agentes nesse campo. Procura evidenciar um modo de fazer gestão e como esse modo incide sobre o modo de fazer gestão da UEG.

O **Capítulo 3** denominado **A Universidade Estadual de Goiás como agente institucional da educação superior pública em Goiás: sua posição no campo** é organizado de modo a evidenciar as características da UEG, ou seja, expõe os elementos que a configuram e a distinguem como instituição participante do campo em questão. Nesse ponto, faz-se a exposição da UEG como IES que se expandiu e ocupou regiões em consonância com as demandas políticas e econômicas do estado de Goiás. Isso revela, pois, a aderência à lógica de desenvolvimento regional do estado, em que a Universidade é encontrada como um instrumento capitalizado para o governo e agentes políticos nessa questão. No Capítulo problematiza-se a função social da UEG a partir da voz dos gestores entrevistados e apresentam-se dados quantitativos da UEG sobre professores, acadêmicos e cursos.

No **Capítulo 4**, sob o título **A gestão administrativa e acadêmica da Universidade Estadual de Goiás (UEG): embates e tensões no processo de organização e estruturação universitária e a constituição do habitus gestor**, como capítulo final, faz-se a abordagem sobre os processos de tomada de decisões no interior da administração central da Universidade e delinea-se o *habitus* gestor.

Trabalha-se mais detidamente os aspectos referentes à gestão da Universidade, buscando-se suas características e fazendo-se a análise dos dados encontrados no conjunto do corpo teórico e análises contextuais desenvolvidas no percurso da pesquisa. Procura-se no Capítulo, ao finalizar a exposição, ratificar o percurso de construção do objeto e da tese.

Nas **Considerações Finais** retomamos os aspectos centrais da construção do objeto de estudo, especialmente a problemática central, as suspeições levantadas e as categorias de investigação e exposição, evidenciando elementos de conclusão e, ao mesmo tempo, trouxe à reflexão aspectos que apontam para novas problematizações e investigações.

Tem-se, pois, a expectativa que os processos metodológicos, assim como os procedimentos da pesquisa que forneceram elementos e dados para as inferências e análises ao longo da exposição, tenham resultado em algo com significado acadêmico e, conseqüentemente, coerente com o que se propôs investigar.

CAPÍTULO 1

Estado e Educação Superior: processos de reconfiguração dos campos sociais em tempos de reestruturação do capital

Povoais igualmente o território, estendei por toda parte os mesmos direitos, levai a todos os lugares a abundância e a vida – assim o Estado se tornará ao mesmo tempo o mais forte e o mais bem governado possível. Lembrai-vos que os muros das cidades não se erigem senão com os destroços das casas dos campos. Para cada palácio que vejo elevar-se na capital, creio ver desabar em ruínas todo um país.

(ROUSSEAU, O Contrato Social, Livro III)

Observa-se que a crise conjuntural pela qual passa a educação superior brasileira a partir da segunda metade dos anos 2010 está intimamente relacionada à reforma do Estado e se coloca como parte das reformas no contexto da crise mundial de acumulação do capital. Há o tensionamento fundamentado no neoliberalismo que orienta a redução da atuação do Estado e a sua substituição reguladora pelo mercado, pelas regras da competição. Nesse *continuum*, o processo resultante de uma nova fase de reestruturação capitalista é marcado por políticas de diferenciação e de diversificação institucional no campo da educação superior. Nessa condição, sobrevive a instituição que se adequar e jogar o jogo mercadológico.

Nesse contexto, este capítulo discute o Estado e o campo da educação superior no Brasil a partir da década de 1990, buscando evidenciar os movimentos que fazem em consonância com o movimento próprio do sistema capitalista, que é o de garantir ganhos por meio da elevação da produtividade; ganhos por meio da relação concorrencial e estratégica entre os agentes dos campos. A chamada economia do conhecimento demanda mais e melhor qualificação do capital humano, bem como a geração de conhecimentos, tecnologias e inovações que, em geral, são produzidos no campo científico e universitário.

1.1. O movimento de adaptação e readaptação do Estado em consonância com o sistema capitalista ¹¹

O Estado e a educação superior no Brasil, como campos distintos, porém em relação, vivenciam um processo de crise, e não de forma exclusiva para si ou para países em desenvolvimento sob o sistema capitalista. É uma crise mundial e estrutural de base econômica, intensificada nas décadas de 1970 e 1980 no Brasil, com repercussões importantes que culminaram com a reforma do Estado na década de 1990. Esse processo foi tão intenso que chegou a ser chamado de “uma década de reformas” (BAUMAN, 2003, p. 52). De uma forma sistêmica, a crise nos países centrais do capitalismo teve repercussões diversas, com diferentes intensidades e formas e são os fatores da estrutura peculiar de cada Estado que indicam o caminhar dos processos de mudanças. No percurso, ocorreram alterações significativas no papel do Estado e nos processos de decisão política, de estruturação e gestão do campo educacional. (BAUMAN, 1999; BAUMAN; BORDONI, 2016; SGUISSARDI, 2009; SGUISSARDI; SILVA JR, 2001).

Pochmann (2017) analisa que o desenvolvimento do capitalismo no mundo ocidental, de modo geral, vem sofrendo reestruturações e adaptações diante da própria organização dos Estados modernos em relação a contingentes internos e externos, em função da produção de distintas relações econômicas, políticas e sociais, de um novo modo como as políticas são produzidas e desenvolvidas de maneira globalizada e com a indução do capital. Conforme Maricato (2009),

As transformações nos Estados, nos mercados, nos processos de trabalho, na estética, nos produtos, nos hábitos, nos valores, na cultura, na subjetividade individual e social, na ocupação do território, na produção do ambiente construído e na relação com a natureza se dá pelo processo de globalização que, marcadamente, produz um novo modelo de sociedade, de homem, para além do que os processos econômicos ensejam.

A “globalização ultraliberal” (DARDOT; LAVAL, 2017; SGUISSARDI, 2015) apresenta processos e dimensões múltiplas que expressam o caráter complexo, difuso e articulado de uma nova fase do capital, de uma nova fase de acumulação, exploração e expansão do sistema. Essa nova fase implica em modificações nas condições em que se processam as políticas mundiais e locais. Observam-se contradições no movimento de globalização do capitalismo, uma vez que este produz ambiente e estratégias para a dominação política e apropriação econômica de

¹¹ Os termos adaptação e readaptação são utilizados com o sentido que implica movimento; a ideia de que o Estado se move *pari passo* com o movimento de reestruturação do sistema capitalista.

abrangência mundial; conformam-se, nesse movimento, novas relações de sociabilidade ao custo da reconfiguração e adaptação de forças sociais em processos de lutas, da reconfiguração de estruturas de poder nos campos econômicos, políticos, culturais e sociais, em especial dos países do Ocidente.

Ancorado nas tecnologias de comunicação e informação de ponta, o movimento de globalização do capital ganha escopo e estrutura para a intensificação de articulações e desenvolvimento de processos que impactam as mudanças sociais, culturais, econômicas, educacionais¹² e políticas no mundo. Esses impactos geralmente são permeados de tensões e conflitos que são produzidos na sua base de reestruturação. Nesse conjunto de transformações configura-se uma nova geografia, bem como novos percursos históricos se definem nos espaços e territórios, nas sociedades e coletividades, nas nações e países¹³.

Conforme Pochmann (2017, p. 313 a 317), enquanto prevaleceu a primeira onda de globalização capitalista – no Brasil, no período do Império - cuja centralidade dominava as relações internacionais, o Brasil obteve a sua independência nacional, constituiu o Estado mínimo da era liberal e fez a transição do agrarismo escravocrata para o capitalismo, isso sob a hegemonia inglesa em meio ao aprofundamento da Segunda Revolução Industrial e Tecnológica. O Estado mínimo ampliou a sua atuação na economia e na sociedade por determinação da dinâmica interna de acumulação capitalista no Brasil. “As funções estatais foram diversificando-se no domínio do Estado mínimo, sobretudo pelo movimento de decadência inglesa” (op. cit. p. 315). Se de um lado a constituição do Estado brasileiro, após 1930, foi fundamental para a consolidação da nova dinâmica de acumulação com a industrialização, de outro, o avanço capitalista deu-se de forma intensa, ou seja, a modernização capitalista fez-se conservadora, pois foi responsável por generalizada exclusão no interior da sociedade.

O Estado liberal ou, mais precisamente na atualidade, Estado neoliberal, desde sua constituição histórica, tem representado de forma dissimulada os interesses privados ou privado mercantis, utilizando-se de estratégias de convencimento e coerção na busca pelo consenso ideológico desses grupos. Bourdieu compreende o Estado como aquele que se torna campo da produção

12 Ver CARNOY, Martin (org.). *A nova economia global na era da informação: reflexões sobre o nosso mundo em mudança*. Universidade Estadual da Pensilvânia, 1993.

13 Para maior aprofundamento consultar SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização - do pensamento único à consciência universal*, SP: Record, 2000.

ideológica e desenvolve uma autonomia relativa ante a economia e a sociedade civil. Portanto, o Estado também é o campo da produção da ideologia. É preciso pensar, então, na dimensão simbólica do efeito de Estado que Bourdieu desenvolve ao compreender que esse efeito se reverbera nos interesses e estratégias dos servidores civis aliados ao poder político que produzem um discurso performativo que, ao mesmo tempo que legitima o Estado também o constitui como agência da dominação simbólica na luta por poder e dominação.

A crise do sistema capitalista gerada pelo esgotamento de seu regime de acumulação no final dos anos 1970, desencadeou, portanto, a crise do denominado Estado social. A crise pode ser, também, concebida como ideológica na medida em que há uma acentuação naquilo que se analisa como problema para a manutenção de um Estado, daquilo que se deveria extrair do campo econômico e dispor ao campo social, ou seja, as decisões de se promover um ou outro investimento e gasto, estão assentadas no modelo de Estado ratificado por grupos que o mantêm e estão no poder, que têm uma ideologia e um entendimento sobre o Estado e suas funções. Habermas (1987, p. 107) questiona o poder desse Estado intervencionista:

Dispõe o Estado intervencionista de poder bastante, e pode ele trabalhar com eficiência suficiente para domesticar o sistema econômico capitalista no sentido do seu programa? E será o emprego do poder político o método adequado para alcançar o objetivo substancial de fomento e proteção de formas emancipadas de vida dignas do homem? Trata-se, pois, em primeiro lugar, da questão dos limites da possibilidade de conciliar capitalismo e democracia e, em segundo lugar, da questão das possibilidades de produzir novas formas de vida com instrumentos burocrático jurídicos.

Com Wood (2010), em aspecto complementar, porém importante para a análise em questão, é possível pensar que há uma articulação estratégica dos países capitalistas para a separação entre capitalismo e democracia, ou seja, em que as democracias modernas, tomando-se como exemplo os EUA, não conservam aquilo que de fato constituiu a democracia grega: a coletividade ativa e direta. Para a autora (op.cit. p. 407), “[...] o capitalismo é – em sua análise final – incompatível com a democracia, se por *democracia* entendemos tal como o indica sua significação literal, *o poder popular ou o governo do povo* [...]” (grifos nossos). A ideia de povo, nesse sentido, é tida como abstração e resultado desse modelo; aqui já não é o corpo social, a coletividade que aparece em primeiro plano, mas sim, o indivíduo, que atua sozinho. Como estratégia complexa, isso gera um processo de despolitização da sociedade, separando política e capitalismo e, ao contrário,

estabelece-se condições para uma relação tolerável entre democracia e capitalismo. Essa relação tensa e certamente tênue, põe em questão a legitimidade das políticas sociais, uma vez que a ideia de indivíduo atribui a cada um a responsabilidade ou competência de manter-se na vida, de lutar concorrencialmente pelo seu bem estar. O indivíduo está separado da coletividade, da organização coletiva. Esse ideário agrega-se aos fundamentos que põem em xeque as possibilidades do Estado social.

Habermas (1987, p. 108) acrescenta que o Estado “mostrou-se em uma moldura demasiado *apertada* para assegurar adequadamente a política econômica keynesiana ante os imperativos do mercado mundial e das políticas de investimento das multinacionais.” O autor analisa que é no interior dos Estados que é expressivo o limite de seu poder e sua capacidade de intervenção, pois o Estado é modelado ao mesmo tempo que é suscetível aos movimentos do capital.

Pochmann (2017) faz uma análise sobre o papel e função do Estado e evidencia os contextos internos e externos das relações políticas e econômicas que o nosso país desenvolveu ao longo das últimas três décadas. Como limite, o Estado que evidencia e desenvolve políticas sociais expressivas, esbarra na resistência dos setores privados quando ocorre a diminuição da rentabilidade das empresas, queda da taxa de juros, o que naturalmente gera a diminuição da disposição em investir, em especial pela percepção subjetiva das empresas, à medida que há implementação exitosa dos programas sociais empreendidos pelo Estado. Para tanto, o Estado, para sua progressão e continuidade, tem que deixar intacto o modo de funcionamento do sistema econômico, o que só é possível se exercer influência sobre a atividade privada de investimentos, ajustando-a ao sistema; quando há ajuste ao sistema capitalista, ocorre a possibilidade de sua não efetivação, há desvirtuamento por meio das necessárias adesões e relações com o capital econômico. O autor (op. cit, p. 311) confirma que “[...] o processo de desenvolvimento capitalista brasileiro constituiu-se assentado direta e indiretamente na atuação do Estado, sobretudo pela natureza das formações sociais ambientadas na tradição autoritária e de transição tardia.” Analisa que o Estado brasileiro é por excelência interventor na medida em que se estruturou no período republicano com um conjunto complexo e extraordinário de organizações estatais instituídas para executar políticas públicas, administrar um montante expressivo de despesas na diversidade do seu sistema de financiamento. Reafirma que as “[...] relações

estabelecidas pelo Estado no desenvolvimento capitalista brasileiro, os modos de intervenção encontram limites nas exigências da acumulação de capital.” (op. cit. p. 311).

Como repertório para calçar a necessidade de mudanças na estrutura do Estado na década de 1990 no Brasil, os reformistas assentados em cargos no Estado recorrem a três *scripts* básicos, conforme Moraes (2002, p. 15): o impacto sobre os fundos públicos causados pelos altos custos das políticas sociais; os efeitos degenerativos dessas políticas sobre as pessoas, empresas, causando dependência ao Estado; burocratismos ou os efeitos de uma maquinaria política exigida para implementação e manutenção dos programas sociais.

Em outro sentido, de toda forma importante às questões apresentadas, Carnoy (1988, p. 306) observa que há também aqueles que não consideram as *classes*, que veem a crise ou em termos de “excesso de Estado”, ou de “excesso de democracia”. Nesse entendimento, o Estado se torna um problema para o desenvolvimento do capital. E analisa que essas posições ou visões consideram

[...] que o problema não reside absolutamente na natureza do capitalismo, mas na extensão em que o Estado, seja como uma entidade autônoma com seu próprio poder ou como representante das massas, interfere ‘irracionalmente’ no desenvolvimento capitalista. (CARNOY, 1988, p. 306).

Conforme o autor, para ambas as razões existem respostas políticas, ou seja, onde o Estado é autônomo e irracional a resposta é diminuir a interferência ou presença do Estado reprivatizando a economia e a sociedade; no outro caso, onde a irracionalidade do Estado resulta não de sua autonomia, a resposta é ampliar o papel do Estado, mas para separá-lo da influência das massas. (CARNOY, 1988).

A par dessas questões, compreende-se que no Brasil, em especial, o modelo de Estado social não se instituiu, assim como sequer conseguiu reverter estruturalmente o nosso modelo de sociedade, desigual e excludente. O Brasil nunca foi e nem é um centro dinâmico de desenvolvimento do capitalismo, da competição “intercapitalista” (POCHMANN, 2017). O autor analisa que a formação do Estado capitalista brasileiro é tardio e diferente de países que passaram pelo período feudal; perseguiu o liberalismo tradicional, numa economia agrária e produtora de bens primários com transição lenta para a industrialização e para a centralização de serviços. Esclarece que na atualidade, o Brasil passa por um processo de desindustrialização, diferente do período de industrialização nacional (1930-1989), em que o desenvolvimento capitalista transcorreu simultaneamente à

própria constituição do Estado moderno em conjunção com as particularidades de uma revolução burguesa desencadeadora do projeto de industrialização nacional. Conforme Antunes (2000), atualmente, esse capitalismo tardio vive a transição para os serviços e uma nova dependência do comércio externo de produtos primários.

“As determinações na forma de atuação do Estado servem tanto às exigências da estrutura de competição *intercapitalista* quanto ao formato da dominação exposta pelo centro dinâmico capitalista à periferia global” (POCHMANN, 2017, p. 313, grifos do autor). Ou seja, o capital internacional procura resolver sua crise exportando-a para a periferia. O Brasil é da periferia do capital e, portanto, mantém relações de subserviência aos grandes centros capitalistas. É interessante observar o que significa ser da periferia do capitalismo, ou seja, não ser ou estar no centro. Significa ser o outro, ser aquele que não é reconhecido como civilizado (como o que pode ser colonizado). É, portanto, aquele colonizável, aquele que deve estar submetido ao poder de um outro maior, melhor e mais capitalizado. Conforme Teixeira (2006, p. 539, grifos do autor): “O *sentido da colonização* é, portanto, a constituição da periferia de um sistema capitalista mundial.”

Foram profundas as transformações ocorridas no capitalismo recente no Brasil, particularmente na década de 1990 que, conforme o autor, constituiu-se como a “década da nossa desertificação neoliberal” (ANTUNES, 2008) criando-se na mesma via, o *lócus* de precarização do trabalho. Com Fernando Collor de Melo na Presidência da República (1990-1992), aprofunda-se a inserção do país na economia mundial alicerçada nas forças do mercado, calcada na liberalização, na flexibilização, na desregulação, na reestruturação produtiva, com um caráter fortemente conservador e que se espraiou sobre toda a sociedade, inclusive sobre a educação. Nesse período intensificou-se o processo de liberalização da economia, liberalização forçada pelo grande capital internacional que, encontrando-se em crise, avalizado pelos governos e elites nacionais, penetrou despudoradamente no mercado interno. Com isso, ampliaram-se as privatizações, promoveram-se reformas nas áreas sociais, administrativas, educacionais, previdenciária e trabalhista.

Recentemente observa-se, conforme Pochmann (2017), que o aparelho estatal modificou-se juntamente com o processo atual de desindustrialização. E explica: “Assim, pela expansão capitalista, o Estado se transforma concomitantemente com o avanço e diferenciação das classes sociais e suas frações em disputa pelo

controle do aparelho estatal e de atuação na economia e na sociedade nacional.” (POCHMANN, 2017, p. 311). Compreende-se aqui, que o Estado, ao mesmo tempo que é sujeitado ao sistema capitalista porque se mantém como instituição que ratifica o capital, também promove violência física e simbólica às instituições sociais e agentes sociais que o constitui. É interessante observar a construção gradativa do papel e função do Estado brasileiro mediante as articulações dos grupos econômicos, dos interesses da elite brasileira em detrimento das camadas populares. Desde o impeachment da presidenta Dilma Rousseff¹⁴, em 2016, há uma inflexão nas políticas públicas instauradas o que pode ser denominado “ciclo político¹⁵ da Nova República” (POCHMANN, 2017). Avalia-se que as reformas impostas desde então alteram o papel do Estado no capitalismo brasileiro, reposicionando-se frente ao centro dinâmico capitalista mundial, em que se constata que estrutura-se no interior do Congresso Nacional e em postos de poder uma maioria política favorável aos interesses dominantes.

No Brasil, foram abaladas as próprias bases sociais da reprodução política, cujo destaque foi o impeachment da presidenta eleita Dilma Rousseff, que veio a ser substituída pelo vice-presidente Michel Temer por decisão do Congresso Nacional. Assim, o Brasil vive mais uma ruptura democrática, acompanhada por uma grave crise política, econômica e social.

Obviamente, essa conjuntura afeta todas as instituições republicanas e, sobretudo, as instituições de educação superior (IES), assim como as políticas e ações que estavam em curso no tocante a este nível de ensino, a exemplo das metas e estratégias previstas no Plano Nacional de Educação (2014-2024), aprovado pela Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014 (Brasil, 2014). (MANCIBO; SILVA JR, J. R.; OLIVEIRA, J. F., 2018, p.02)

14 A academia, movimentos sociais organizados, associações científicas, grupos políticos, artistas, intelectuais, mídia internacional, mídia alternativa, dentre outros agentes coletivos e individuais têm denunciado e registrado o impeachment de Dilma Rousseff como **golpe**. Os argumentos se fazem com análise contextual dos fatos, com análise sobre o posicionamento de determinados grupos políticos, das decisões do campo jurídico, da veiculação de notícias da mídia analisadas como tendenciosas, bem como pela evidenciação do movimento de grupos rentistas do capital, dentre os mais expressivos. Como exemplo dos estudos e denúncias, pode-se consultar a Revista Brasileira de Política e Administração da Educação da ANPAE em seu volume 33. O editorial da revista acentua que: “A RBPAA abre este número a exatos um ano e quatro meses do golpe de Estado impetrado no dia 31 de agosto de 2016, pelo Congresso Nacional, com a cumplicidade do Supremo Tribunal Federal (STF) e apoio incondicional dos grandes meios de comunicação, parte constitutiva da elite econômica brasileira e uma das beneficiárias do golpe de Estado. Desde o impeachment de Dilma Rousseff e a posse de Michel Temer, o desmonte do Estado de Direito avança, a soberania nacional escoia pelo ralo da história e, em nome de um pseudo combate à corrupção, liderado por juízes de primeira instância, assistimos atônitos ao maior ataque à classe trabalhadora da era Republicana e ao completo desrespeito à Constituição Federal de 1988.” (OLIVEIRA; ASSIS; LIMA, 2017, p. 507)

15 O autor refere-se ao “ciclo político da Nova República” em que o mesmo infere que há uma inflexão das políticas públicas instauradas. Para acréscimo no entendimento dessa questão, pode-se recorrer à ideia de “ciclo de políticas”. Essa abordagem foi formulada por Stephen Ball e Richard Bowe e tem sido utilizada em diferentes contextos como referencial teórico analítico para o estudo de políticas educacionais.

Nesse sentido, observa-se os campos em movimento, como um *locus* de relações conflitivas, porém com a expressão de práticas em prol de interesses do grupo dominante neste determinado tempo, com essas condições e contexto. Sendo assim, concebe-se que o Estado é campo de disputas políticas, econômicas, sociais, ideológicas, seja no seu interior, na esfera administrativa, seja na abrangência de suas ações e relações, em que é marcado por disputas muito bem ancoradas em interesses de grupos. Observa-se um Estado vinculado à ideologia do capital, à conformidade de reprodução dessa ideologia e à sua materialização em forma de políticas para os campos sociais. Conforme nossa interpretação, compreende-se, um Estado capturado pelo capital.

1.2. Uma interpretação sobre a reforma do Estado brasileiro na década de 1990

Os anos 1990 configuraram-se, então, como o tempo-espaço da história recente do Brasil em que se constatou o triunfo das propostas de reforma do Estado centradas nas ideias de uma Nova Gestão Pública (NGP), iniciadas há, pelo menos, duas décadas anteriores, seguindo a tendência internacional. A ideia de *Estado Gerencial* surgiu em meio à tônica neoliberal, na Grã-Bretanha, na segunda metade dos anos 1980, denominando-se Reforma Gerencial do Estado, incluindo-se como a segunda grande reforma do Aparelho do Estado moderno, também chamada de Reforma da Gestão Pública. A inspiração decorreu das estratégias de gestão das empresas privadas, e sua teoria foi chamada de Nova Gestão Pública. (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 114)

Na década de 1980 as administrações públicas de todo o mundo (considerando-se os países capitalistas) realizaram profundas mudanças nas políticas de gestão pública e no desenho de organizações de suas instituições. As reformas administrativas empreendidas consolidaram discursos e práticas do setor privado em todas as esferas do governo. Observa-se que aquilo que vem como novo, como reforma, na verdade se institui com uma matriz do setor privado e é, estrategicamente, anunciado como reforma para “[...] a mais profunda redefinição da administração pública desde que esta emergiu como uma área de especialidade identificável.” (SECHHI, 2009, p. 348). Nesse modelo, o primado da racionalidade

instrumental se desenvolve em um universo cada vez mais paradoxal. O objetivo, naquele tempo, foi de atender às demandas do capital referentes às questões energéticas, à forma de exploração de recursos naturais renováveis e não renováveis, porém, “[...] antes de tudo, de instaurar uma lógica de propriedade intelectual que possibilitasse o controle sobre todas as formas de produção humana, sempre a favor dos países hegemônicos.” (ANDES, 2007, p. 11).

No Brasil, a reforma do Estado iniciou-se com Collor de Melo que, sem força política e com poder de aglutinar argumentos para já impor uma reforma na estrutura do Estado, foi com o governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) que a reforma teve mais efetividade e os fundamentos e resultados produzidos ainda perduram, até porque os princípios do capital persistem¹⁶. Fernando Henrique Cardoso (FHC), impõe uma reforma para além da gestão, ou seja, uma reforma institucional ao nível de atuação do Estado.

Bresser-Pereira, como agente e intelectual do campo econômico e político brasileiro, esteve à frente do Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado (MARE) no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso. Coordenou a produção do documento intitulado Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE) de 1995, bem como as estratégias instituídas para a reforma do Estado. O documento PDRAE (1995), naquele momento, materializou um discurso que se queria coerente com o combate à crise fiscal, o esgotamento da estratégia de substituição de importações, à centralização de funções no Estado, sua rigidez, do excesso de normas, procedimentos e regulamentos. Na reforma, uma boa parcela dos setores de infraestrutura que davam sustentação à máquina do Estado brasileiro foram privatizados ou terceirizados. Houve a delimitação das funções típicas do Estado, com a redução de pessoal, com programas de privatização e terceirização e foi introduzido o princípio da publicização¹⁷ dos serviços sociais e científicos. Houve a substituição do conceito de direito social pelo de serviços

16 Conforme Sallum Jr e Casarões (2011, p. 163 – 164): “Em maio de 1992 Collor foi acusado por seu irmão de associação em esquema de corrupção gerenciado pelo tesoureiro de sua campanha eleitoral. Em seguida, formou-se uma Comissão Parlamentar de Inquérito que confirmou seu envolvimento. Em setembro, a Câmara dos Deputados autorizou por ampla maioria a abertura do processo de impeachment, em meio a uma onda de manifestações populares que demandavam isso do Congresso. Em dezembro, o Senado Federal aprovou o impeachment do presidente e o banuiu da vida pública por oito anos.” Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452011000100008&lng=en&nrm=iso

17 Quando ocorre a transferência de atividades e recursos para o setor público não-estatal, como por exemplo para as organizações sociais de interesse público.

sociais e científicos¹⁸, assim como os investimentos estruturais não seriam mais obrigações exclusivas do Estado. Dentre estes, estão: escolas, universidades, centros de pesquisa científica e tecnológica, creches, ambulatórios, hospitais. Essas atividades que são concebidas como direitos sociais, passam a ser sujeitas à constituição de quase mercados, conforme se interpreta nos documentos do MARE.

Dourado e Oliveira (2003, p. 80), explicitam que a “[...] educação superior, desde o início da década de 1995, passou a receber o que comumente se identifica como um choque de mercado.” Esse processo pode ser compreendido e denominado como mercantilização ou quase mercado¹⁹ na educação superior, pois verifica-se que o sistema de ensino superior passa a ser orientado e estruturado, sob os interesses de empresários do campo do ensino privado, nas sinalizações do mercado. A competitividade e flexibilidade ganham maior concretização quando da constituição do denominado “sistema avaliativo” no interior das IES, com maior choque nas Instituições Federais de Ensino Superior – IFES, algo que contraria a natureza destas. No período de governo de Fernando Henrique Cardoso as principais ações voltadas para a educação superior foram de cunho regulatório instituindo uma base legal associada a provas e programas para avaliação dos estudantes e dos cursos, bem como reconfiguração do Conselho Nacional de Educação, com novas atribuições e o estabelecimento de padrões de referência para a organização acadêmica das IES²⁰

Seguindo, então, os princípios dos empreendimentos dessa natureza, localizados nos países centrais, a reforma do Aparelho do Estado passa a ser orientada pelo desenvolvimento de uma cultura gerencial nas organizações. Conforme a doutrina, a administração pública gerencial se propaga com a ideia de um certo rompimento com a burocracia, porém não significa a negação de todos os seus princípios. Os argumentos desenvolvidos enfatizavam tornar os administradores públicos mais autônomos e responsáveis, as agências executoras dos serviços sociais mais descentralizadas, eficientes e menos onerosas em face ao tamanho do Estado, buscando-se a eficiência da administração pública – a necessidade de reduzir custos e aumentar a qualidade dos serviços, tendo o cidadão como beneficiário. Teve como suposto “equacionar as assimetrias

18 Consultar Caderno n. 25 da ANDES, 2007.

19 Ver Dourado e Oliveira, 2003; Souza e Oliveira, 2003; Sampaio, 2000; 2011; Marques, 2013; Silva Jr. e Sguissardi, 2001; Sguissardi, 2005, dentre pesquisadores da área.

20 Dentre a literatura que trata do tema, a discussão de Cunha (2003) traz uma abordagem analítica do processo histórico e das políticas empreendidas no governo FHC.

decorrentes da persistência de aspectos patrimonialistas na administração contemporânea, bem como dos excessos formais e anacronismos do modelo burocrático tradicional” (BRASIL, PDRAE, 1995, p. 17).

A questão era de como reconstruir, redefinir o novo Estado em face ao mundo globalizado, tecnológico e em um aspecto mais amplo, o Estado passa a ser o responsável por desenvolver as funções de promotor e regulador do desenvolvimento econômico e social, deixando de ser o responsável direto pela produção de bens e serviços. O PDRAE (1995) expõe que a diferença fundamental da administração burocrática para a gerencial está na forma de controle, em que a gerencial deixa de basear-se nos processos para concentrar-se nos resultados e não na rigorosa profissionalização da administração pública, que continua um princípio fundamental. A administração pública gerencial está apoiada na administração burocrática, flexibilizando alguns dos seus princípios fundamentais, como a admissão segundo rígidos critérios de mérito, a existência de um sistema estruturado e universal de remuneração, as carreiras, a avaliação constante de desempenho, o treinamento sistemático. A estratégia da gerência atribui ao administrador a definição precisa dos objetivos que deverá atingir em sua unidade, autonomia na gestão dos recursos humanos, materiais e financeiros que lhe forem colocados à disposição para que possa atingir os objetivos contratados, e para o controle ou cobrança a posteriori dos resultados.

Noletto (2016) acrescenta que

[...] houve, no período da reforma do Estado, o conhecimento e reconhecimento da legitimidade do Estado brasileiro por parte de um grupo significativo de agentes sociais que tiveram o intuito de instituir o chamado *novo*, o jargão e discurso de ruptura com o modelo anterior de Estado, julgado patrimonialista e burocrático. No contexto, houve a defesa do que se consagrou como uma reforma coerente a um *upgrade* na eficácia do Estado, ou seja, no campo político e econômico, os agentes interessados em sua manutenção e pertença aos espaços de poder do Estado, conheceram, reforçaram e disseminaram como legítimas as ações dos agentes políticos e gestores do Estado para implementar a reforma. Agentes esses oriundos de um grupo social dominante, detentores de um arbitrário cultural e social considerado. Os agentes políticos e gestores do Estado, impulsionados pela luta no campo, conquistaram posição e distinção, bem como evidenciaram *capital político* em *composição e volume* suficientes para a sua ascensão, manutenção e pertença no/do campo. Observa-se, inclusive, a longevidade dos princípios fundantes da administração gerencial que impregnaram as reformas no período. (grifos da autora).

Sob essa concepção é possível compreender que o Estado, na atualidade, expressa e reafirma o ideário capitalista, bem como as suas contradições. Imprime,

fortemente, uma força simbólica, resultado de lutas dos agentes dos campos sociais, daqueles que detém maior volume de capital; capital para pertencer ao campo, que o identifica como agente do campo.

A institucionalização da NGP é observável na organização e estruturação administrativa do Estado²¹, sob uma razão instrumental, funcionalista, seja na esfera federal como nas esferas estaduais.

Em alguns casos, as reformas administrativas de cunho gerencialista dos estados tratavam-se apenas de reformas burocráticas no esforço de se romper com o patrimonialismo do Estado, como afirmam Fernandes, Bezerra e Nascimento (2014), ao estudarem a reforma do estado do Piauí. Os autores pesquisaram também reformas empreendidas nos estados brasileiros, especialmente a partir da indução da reforma do Estado sob o fundamento da Nova Gestão Pública - também chamada “reforma gerencialista do Estado”. É importante refletir que os estados brasileiros carregam uma herança patrimonialista e, portanto, há uma complexidade no andamento nas reformas dos estados; em boa medida, muitas reformas se espelham em outras, em outros modelos dentro do próprio país.

DiMaggio e Powell (2005) compreendem que as instituições se conformam a um campo organizacional e identificam que elas se reconfiguram, promovem mudanças de si, transformam-se, sob os mecanismos do isomorfismo institucional. DiMaggio e Powell (2005) identificaram três mecanismos por meio dos quais ocorre a mudança isomórfica institucional. O primeiro deles, o isomorfismo coercitivo, é resultado da dependência e das expectativas culturais que determinadas organizações exercem sobre outras, isto é, são forças formais e informais que algumas organizações exercem sobre outras, influenciando suas estruturas organizacionais. O segundo mecanismo é o isomorfismo mimético. O último mecanismo de mudança isomórfica institucional refere-se às pressões normativas.

Analisar a reforma do Estado sob essa perspectiva, além de ser interessante, a compreensão se faz lógica porque é possível observar estados no Brasil que trouxeram para suas reformas experiências bem sucedidas de outros estados. Ou seja, conforme a ideia, segundo DiMaggio e Powell, há o isomorfismo mimético em que o processo de mudança institucional se dá no espelho de outra instituição, devido ao

²¹ Lota, Pires e Oliveira (2014) fazem um levantamento de pesquisas que discutem a Nova Gestão Pública implantada em administrações do Estado em países capitalistas nas últimas décadas, bem como no Brasil, com a inclusão das gerências; problematizam e procuram identificar os agentes que ocupam esses postos tratando-os como burocratas de médio escalão (BME) ou gestores intermediários da administração.

grau de incerteza simbólica e devido a incompreensões tecnológicas. As organizações utilizam-se da modelagem para lidar com essas situações. Esses modelos podem ser difundidos de modo não intencional, de modo indireto ou de forma explícita. Analisam que a reforma do Estado, como instituição que regula as demais instituições no âmbito da gestão estatal, bem como as reformas dos estados nacionais, dão-se porque esse movimento é continuamente retroalimentado.

Sobre reformas ocorridas nos estados brasileiros, o documento do Ministério do Planejamento/Secretaria de Gestão do governo FHC, de 2002, intitulado Balanço da Reforma do Estado no Brasil: a Nova Gestão Pública, é estruturado com uma coletânea de relatos analíticos sobre fases, procedimentos e resultados das reformas dos Estados desde o início dos anos 1990. Dentre os relatos, o da Secretária de Administração da Bahia e vice-presidente do CONSED (Conselho Nacional de Secretários de Administração) à época, Ana Benvinda Teixeira Lage, trata da reforma no Estado da Bahia até aquele momento, bem como faz algumas análises da reforma mais geral no contexto brasileiro em relação aos estados. Dentre pontos apresentados, destacam-se aqueles referentes às dificuldades dos estados em implementar a reforma :

Em 1995, já sob a égide do Plano Diretor da Reforma do Estado, a percepção dos estados não era boa. *A agenda fiscal* foi muito forte não deixando perceber que tínhamos outros princípios que, na verdade, estavam inseridos nela. [...].

Poderíamos ter avançado mais no processo da reforma com relação à transparência, foco no cidadão, desburocratização e outros princípios que eram muito claros à época. [...].

Em outro momento uma ação importante do Governo Federal foi a *descentralização vertical das ações da área social*. O entendimento não foi o de que esse era mais um instrumento que fazia parte do processo da reforma, e que os estados poderiam também avançar nesse sentido. Desse modo, a perda foi realmente grande, fato que poderia ser minorado se as ações tivessem se dado de forma mais articulada no âmbito dos governos estaduais. [...].

[...] eis que surge o PPA [...]. É necessário, porém, que associemos todos os princípios do PPA na gestão por programas com os próprios princípios do Plano Diretor da Reforma, visto haver um paralelismo entre eles. [...].

À falta de um projeto de reforma, *observa-se a emergência de uma série de práticas reformistas isoladas nos estados, expressas em novas formas institucionais e em mecanismos de melhoria de instrumentos gerenciais* [...].

[...].

No tocante aos *desafios da reforma*, o primeiro ponto a merecer destaque é a *incorporação da visão estratégica e do planejamento estratégico no âmbito do setor público*. *A definição de prioridades é um grande problema*, não apenas dos governos estaduais ou municipais, mas do Governo Federal também. *Deve-se avançar na questão da definição de prioridades, bem como nas questões relacionadas às formas de contratação, regime jurídico único e regulamentação da Emenda Constitucional 19*. Outro assunto, talvez o mais importante, por ter um ônus grande nos estados, é a *questão da previdência social*. [...].

A avaliação de resultados e a profissionalização do servidor também são pontos em que se deve avançar. (LAGE in MP, SEGES, 2002, p. 191 – 192, grifos nossos).

A Secretária da Administração, naquele momento, compreende que há avanços na reforma:

Verificam-se muitos avanços no modelo de gestão. Existem *experiências importantes e bem sucedidas de organizações sociais*, a exemplo de três no Estado da Bahia, três no Ceará e três em São Paulo, estas últimas na área de saúde. A *terceirização* vem acontecendo no Paraná, na Bahia, no Ceará, e em São Paulo, com experiências interessantes. Na Bahia, a terceirização foi feita na área de operacionalização dos hospitais. No Ceará e no Paraná, destaca-se a terceirização da gestão de presídios, uma nova modalidade administrativa. Com relação à valorização do servidor público, vale ressaltar a *implantação de escolas de governo*, a instituição de *gratificações por desempenho* e a criação de novas carreiras. [...]. Cerca de 15 estados têm experiências bem sucedidas de *centrais de atendimento*. Muitos estados, destacando Bahia, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Pernambuco e São Paulo, já têm *portais de compras eletrônicas* implantados. Na Bahia, já se está trabalhando para implantarmos o pregão eletrônico [...]. Em alguns estados, verificaram-se *experiências de ouvidoria*. (LAGE in MP, SEGES, 2002 193 – 194, grifos nossos).

Acrescenta que as reformas dos estados têm-se dado de forma gradual em que, numa primeira etapa, ocorreu o “restabelecimento do estado de governança e governabilidade do Estado; numa segunda etapa, com a adequação do aparato administrativo e sua prática de gestão aos novos papéis da administração pública.” (op.cit.). E ainda, enfatiza como prioridades que devem ser encaminhadas:

A consolidação do *ajuste fiscal, avanços em gestão e aprofundamento dos novos modelos, fortalecimento de parcerias com o setor privado, terceiro setor e organismos internacionais*. Continuar no processo de valorizar e profissionalizar o servidor cada vez mais. Aprofundar a *descentralização das políticas públicas nas esferas subnacionais, regionais e paraestatais*. Ampliar a participação do cidadão, cada vez mais, nesse processo de decisão do governo. Impulsionar novas formas de organização do trabalho no processo decisório, através da ampla utilização da tecnologia, da comunicação e informação, ou seja, do governo eletrônico. (LAGE in MP, SEGES, 2002, p. 197, grifos nossos).

Passados dezesseis anos desse relatório, observa-se que as reformas ainda estão em andamento e em todas as esferas dos governos federal, estadual e municipal a agenda pouco se modificou, talvez mais aprimorada e refinada, pois encontra-se em outras conjunturas políticas e econômicas. Porém, o modelo de Estado eficiente, enxuto, continua no horizonte. Persegue-se e busca-se a manutenção de: ajuste fiscal; fortalecimento de parcerias com o setor privado, terceiro setor e organismos internacionais; descentralização vertical das ações da área social; descentralização das políticas públicas nas esferas subnacionais, regionais e paraestatais;

privatizações de empresas públicas; experiências com organizações sociais; implantação de escolas de governo; novas formas de organização do trabalho; governo eletrônico; terceirização; portais de compras eletrônicas; gratificações por desempenho (meritocracia); ouvidoria; melhoria de instrumentos gerenciais, dentre outros elementos da esfera administrativa com a intenção da eficiência e eficácia do desempenho do estado mínimo.

A reforma brasileira intencionou, na primeira etapa de sua implantação, a divisão do aparelho do Estado em quatro setores básicos: núcleo estratégico, atividades exclusivas, serviços não exclusivos e produção de bens e serviços para o mercado. (PDRAE, 1995). Conforme Fernandes, Bezerra e Nascimento (2014) a distinção destes setores dentro do aparelho estatal possibilitaria ao governo privatizar ou conceder ao terceiro setor algumas das atividades que antes estavam centralizadas no Estado, tais como atividades produtivas, atividades de pesquisa, museus, ensino superior, hospitais, orquestras sinfônicas, etc. Avaliam que a reforma gerencial do MARE não logrou êxito em todos seus objetivos, sobretudo naquele relacionado à entrega ao terceiro setor dos serviços públicos, que continuam a cargo do Estado. E os autores explicam:

Entretanto, outros elementos introduzidos pela reforma foram assumidos na cultura do setor público brasileiro, tais como nova política de recursos humanos, pautada pela profissionalização e capacitação; a eliminação de privilégios e redução de custos com pessoal; a simplificação das compras e terceirização; o uso da tecnologia de informação nos processos, oferecendo aos gestores públicos mais informações e de melhor qualidade; e a ênfase na comunicação institucional e na transparência. (FERNANDES; BEZERRA; NASCIMENTO, 2014, p. 03, grifos nossos).

Esses elementos, implantados, deveriam *dar conta* da eficiência do Estado. A reforma do Estado, sob o prisma da NGP, então, baseada no modelo burocrático gerencial, toma emprestado os princípios da administração privada e tem como práticas a instituição de formas de controle sobre o desempenho dos gestores públicos, além de dividir essa responsabilidade com a sociedade civil. Instaura-se sob a clara disposição à diminuição da presença do Estado sob o molde neoliberal.

É possível, assim, considerar a confecção de um *habitus* institucional advindo do Estado. O Estado como instituição, como uma matriz socialmente construída, apresenta seu caráter organizacional e imprime, a partir desse modelo, um padrão de controle, ou seja, uma programação da conduta, seja individual ou coletiva aos agentes; regula práticas sociais impregnando condicionamentos posturais que são aprendidas e aceitas sob o consentimento dos agentes. Isso se dá não sem resis-

tência, embora quando disseminada a ideia e insistentemente trabalhada ideologicamente, esse modo de ver a organização estatal, bem como o modo como age, promove o convencimento dos agentes institucionais, coletivos e individuais; evidentemente na troca por interesses atendidos. Além disso, o Estado, enquanto instituição, desenvolve-se pautado por concepções disseminadas pela violência simbólica inerente ao seu poder e abrangência. Nesse sentido, mais que a organização burocrática gerencial a ser implantada, avalia-se na reforma do Estado e naquelas que se seguiram como reformas dos estados brasileiros, a intenção de se imprimir um modo de fazer, um *modus operandi* em consonância com os princípios do estado enxuto, neoliberal, estado mínimo. A NGP implementa-se como estratégia racional que corporifica um projeto neoliberal para a organização do Estado.

Sobre neoliberalismo Harvey (2011, p. 15) compreende que:

Minha opinião é que se refere a um projeto de classe que surgiu na crise dos anos 1970. Mascarada por muita retórica sobre liberdade individual, autonomia, responsabilidade pessoal e as virtudes da privatização, livre-mercado e livre-comércio, legitimou políticas draconianas destinadas a restaurar e consolidar o poder da classe capitalista. Esse projeto tem sido bem-sucedido, a julgar pela incrível centralização da riqueza e do poder observável em todos os países que tomaram o caminho neoliberal. E não há nenhuma evidência de que ele está morto.

Mais adiante o autor (op.cit, p. 206) complementa sua compreensão sobre o neoliberalismo:

Uma maneira de se enxergar o neoliberalismo, como mencionado anteriormente, é como um movimento grandioso e bastante revolucionário (liderado pela figura autoproclamada revolucionária de Margaret Thatcher) para privatizar os excedentes, ou pelo menos impedir o avanço de sua socialização.

Harvey (2011) e Chesnais (1996) convergem sobre o entendimento do neoliberalismo e o compreendem como práticas políticas e econômicas que buscam por lucro, incluindo a financeirização, a manipulação de crises e a privatização. Essas práticas atingem de modo diferenciado cada uma das regiões do mundo, seguindo uma dinâmica geograficamente desigual de acumulação, conforme os autores.

Por sua vez, Bourdieu (1998, p. 82), acentua o caráter político e econômico do neoliberalismo que instaura a desigualdade social e entre países e regiões.

Efetivamente, o discurso neoliberal não é um discurso como os outros. [...], é um "discurso forte", que só é tão forte e tão difícil de combater porque *tem a favor de si todas as forças de um mundo de relações de força, que ele contribui para fazer tal como é*, sobretudo orientando as escolhas econômicas daqueles que dominam as relações econômicas e acrescentando assim a sua força própria, propriamente simbólica, a essas relações de força. Em nome desse *programa científico de conhecimento convertido em*

programa político de ação, cumpre-se um imenso trabalho político (renegado, pois aparentemente puramente negativo) que visa criar as condições de realização e de funcionamento da "teoria"; *um programa de destruição metódica dos coletivos* (a economia neoclássica querendo lidar apenas com indivíduos, mesmo quando se trata de empresas, sindicatos ou famílias). (grifos nossos).

O neoliberalismo, conforme Bourdieu (op.cit), institui-se como “programa político de ação” e promove o discurso sobre a importância da democratização dos espaços públicos com a participação de agentes coletivos e das comunidades ao mesmo tempo que promove “um programa de destruição metódica dos coletivos”. Complementando-se a essa perspectiva, compreende-se que, por dentro das estruturas institucionais, o neoliberalismo desenvolve acirradamente o projeto de desarticulação e individualização; ratifica o discurso sobre a garantia dos direitos, porém, com a prerrogativa do mérito pela competência; há uma acentuação sobre os processos de desigualdade social que determinam os lugares ocupados pelos coletivos, indivíduos e instituições. Nessa perspectiva, a democracia transforma-se em um valor instrumental e não substancial, desenvolvida sob a égide da racionalidade instrumental, técnica, de resultados. E, nessas questões, o Estado neoliberal se institui com força e poder, pois está ao lado do capital, media relações econômicas e políticas do capital.

1.3. Educação superior: diferenciação institucional, luta por posição e distinção de agentes no campo

Tomar a educação superior como campo social, ou mesmo um subcampo da educação, é buscar entendê-la como um *lócus* que abriga agentes institucionais, sujeitos coletivos e individuais, agentes de modo geral, que se movem e se relacionam entre si como agentes e com outros campos sociais, que, em boa medida, desenvolvem *habitus* que são acolhidos pelo campo. Porém, as relações não se dão em uma linearidade, dão-se, por assim dizer, em processos de demarcações de lugares e interesses. Para tal, fazem o jogo de sua pertença no campo. Como um objetivo identificável comum dos agentes institucionais da educação superior no campo, pode-se aqui destacar “a formação de indivíduos em nível superior”. Pode-se discutir e evidenciar a variedade de concepções de formação, de concepções sobre ensino superior que impregnam o campo, assim como os motivos, as estratégias, as propostas, as intenções, o jogo que cada agente faz para a manutenção desse ele-

mento comum, porém, há um trabalho²² oriundo dos objetivos que alinhavam os agentes do/ao campo. Trabalho resultado de disputas concorrenciais e jogos para a apropriação, conservação ou destituição de poder entre agentes, resultado que diz muito sobre o agente, ou seja, quem é, o que tem de capital e o que pode produzir e incidir com o que tem no campo.

Far-se-á aqui um recorte entre os agentes do campo da educação superior, destacando os agentes institucionais denominados IES, observando-se a sua presença no campo. A partir disso, analisa-se que os agentes institucionais no campo da educação superior se diferenciam à medida que desenvolvem-se com estruturas específicas, bem como com projetos que agrupam alguns em detrimento de outros ou mesmo em que essa especificidade qualifica e garante espaço, lugar e posição no campo.

A diferenciação expressiva no campo da educação superior pode ser visualizada a partir da configuração organizativa dos modelos de instituições de ensino, ou seja, cada modelo resulta de lutas contingenciais e históricas para sua afirmação. Martins (1998, p. 60), apresenta uma questão importante de ser considerada, quando coloca o processo de diversificação de IES em países desenvolvidos:

Os diversos sistemas de educação superior, existentes em países que ocupam uma posição destacada no processo de desenvolvimento socioeconômico, tendem a desempenhar uma pluralidade de funções em termos de formação acadêmico-profissional. Nestes sistemas prevalece uma extensa hierarquia de instituições de ensino com perfis acadêmicos específicos que oferecem cursos e programas para públicos portadores de diferentes motivações e perspectivas profissionais, bem como procuram manter uma relação de sintonia com as amplas demandas oriundas da dinâmica das mudanças sociais vivenciadas por esses países. Este processo de diferenciação ocorre não apenas no sentido vertical da oferta de formação acadêmico-profissional, mas também no plano horizontal, a partir de uma pluralidade de objetivos e conteúdos educacionais, competências e prerrogativas típicas das instituições, permanecendo, no entanto, um processo de fluidez de comunicação entre os diferentes setores que o integram. (MARTINS, 1998, p. 60).

Pode-se pensar com o autor que o Brasil, ao manter e estimular a diversificação do seu sistema de educação superior, por um lado atende públicos com perfis e motivações diferenciadas, com diferentes perspectivas profissionais e, nessa interpretação, se assemelha a países que ocupam uma posição destacada no processo de desenvolvimento econômico. Porém, pode-se interpretar, por outro lado, que essa diversificação institucional procura tamponar processos históricos de desigual-

22 Com Bourdieu, pode-se inferir que o campo do trabalho, enquanto relações objetivas entre posições em disputa, é o lugar e o espaço de uma luta concorrencial.

dade escolar, processos profundos de exclusão e impedimentos de chegada de jovens à educação superior no Brasil; seja pela condição da oferta para todos seja pela condição do acesso e permanência em instituições de ensino superior, especialmente nas universidades federais, em universidades públicas.

Saviani (2000, p. 49) explicita, a partir do Decreto 2.306/1997, que “a proposta ou estratégia oficial de diferenciação institucional e diversificação de fontes financeiras como parte da solução para os males históricos da educação superior brasileira apresenta, portanto, dimensões variadas.” Ou seja, a categorização das IES no Brasil instituída pelo Decreto 2.306/1997 que introduziu modificações no sistema de educação superior, especialmente quanto à natureza e dependência administrativa, definiu nova disposição acadêmica que desenhou-se pela identificação das IES como: a) Instituições Universitárias constituídas de Universidades; Universidades Especializadas e Centros Universitários; b) Instituições não universitárias, compostas por Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETs e Centros de Educação Tecnológica – CETs, Faculdades Integradas; Faculdades Isoladas e Institutos Superiores.

As Universidades são definidas “como instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano [...]” (BRASIL, 2001). As *Universidades Especializadas* por campo do saber têm como princípio definidor uma área de conhecimento ou de formação especializada em nível superior. Os *Centros Universitários*, conforme definição do referido decreto, são instituições de educação superior pluricurriculares, que, essencialmente, devem proporcionar ensino de excelência, como também oferecer meios favoráveis de qualificação ao corpo docente e condições de trabalho à comunidade escolar. Caracterizados como instituições especializadas em oferecer educação tecnológica nos vários níveis e modalidades de ensino estão os *Centros Federais de Educação Tecnológica* (CEFETs) e os *Centros de Educação Tecnológica* (CETs). Além de ministrar o ensino técnico em nível médio, os CETs visam à qualificação de profissionais em cursos superiores de educação tecnológica, os quais atuarão nos diversos setores da economia; também objetivam realizar pesquisa e desenvolvimento tecnológico de novos processos, produtos e serviços, desenvolvendo uma significativa articulação com os setores produtivos e a sociedade, oportunizando forma e meios para a educação continuada. Configurando-se como instituições de educação superior, as *Faculdades Integradas*, com propostas curriculares voltadas para mais de uma área do conhecimento, têm regimento unificado, oferecendo cursos em diferentes níveis, desde os de graduação aos de pós-graduação, incluindo cursos sequenciais e de especialização. Conforme sua organização administrativa é dirigida por um diretor geral. As *Faculdades Isoladas*, instituições de educação superior, igualmente com propostas curriculares em mais de uma área do conhecimento, são vinculadas a um só mantenedor com administração e direção isoladas. Da mesma forma que as *Faculdades Integradas*, podem oferecer cursos em vários níveis, sendo eles de graduação, cursos sequenciais e de especialização e programas de pós-graduação. Os *Institutos Superiores de Educação* carac-

terizam-se como instituições que ministram cursos de graduação, sequenciais e de especialização, como também de extensão e pós-graduação em nível de mestrado e doutorado.” (BARBALHO, 2011, p. 09 – 10, grifos nossos).

No processo de diferenciação das IES a partir de 1997, o que se pode depreender é a necessidade de se estabelecer um caráter regulatório para as instituições, no sentido de agrupá-las em organizações acadêmicas definidas. O que se verifica é a franca diferenciação e diversificação mesmo dentro dos agrupamentos de instituições classificadas, ou seja, há uma gama de características que denotam sua diversificação, mesmo sendo classificadas para o mesmo grupo de organização acadêmica. “No Brasil, os modelos institucionais seguiram a tipologia ou ideia (isomorfismo mimético?) de muitos outros existentes no mundo que valorizaram a diversificação institucional.” (LEITE, 2006). Conforme Neves (2003), o recente desenvolvimento do ensino superior no país expõe a contradição vivida pelo sistema: pressionado a expandir-se e diversificar-se, é também pressionado a manter o isomorfismo²³

Barreyro (2008), acentua a questão da diversificação entre as IES, ao explicitar que

[...] o artigo 45 da LDB permitiu a diversificação das instituições; sua regulamentação pelo Decreto nº 2.306/97 do Presidente da República, tornou possível a criação de diferentes organizações acadêmicas autorizadas a ministrar educação superior. Essas formas: centros universitários, faculdades integradas, faculdades e institutos ou escolas superiores *podem educar sem precisar desenvolver as funções indissociáveis de ensino, pesquisa e extensão que as universidades devem cumprir*, como postula a Constituição (art. 207). Assim, o Centro Universitário gozava de autonomia para criar novos cursos sem o ônus da indissociabilidade entre ensino-pesquisa e extensão que é mais cara. (BARREYRO, 2008, p. 22)

Mais recentemente, a categorização das IES no Brasil foi reconfigurada pelo Decreto 9.235/2017 que em seu Art. 15, incisos I, II e III, §4º. estabelece:

Art. 15. As IES, de acordo com sua organização e suas prerrogativas acadêmicas, serão credenciadas para oferta de cursos superiores de graduação como:

I - faculdades;

II - centros universitários; e

III - universidades.

§ 1º As instituições privadas serão credenciadas originalmente como faculdades.

§ 2º A alteração de organização acadêmica será realizada em processo de credenciamento por IES já credenciada.

²³ Mais adiante neste estudo, será realizada apresentação e discussão mais pontual sobre outros aspectos importantes da educação superior no Brasil, como por exemplo, o processo de interiorização das IES, em especial pelas IES estaduais.

§ 3º A organização acadêmica das IFES é definida em sua lei de criação.
 § 4º As instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica são equiparadas às universidades federais para efeito de regulação, supervisão e avaliação, nos termos da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

As IES são classificadas em públicas e privadas quanto a sua competência e responsabilidade, assim como podem ser observadas instituições universitárias e não-universitárias.

A educação superior, no conjunto das instituições universitárias e não-universitárias, no ano de 2016, se diferencia como expresso nas Tabelas 1 e 2:

Tabela 1 - DIFERENCIAÇÃO E QUANTITATIVO DE IES EM 2016*

Ano	Instituições								
	Total	Universidade		Centro Universitário		Faculdade		IF e Cefet	
		Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada
2016	2.407	108	89	10	156	138	1.866	40	a

(a) Não se aplica.

Fonte: BRASIL/MEC/INEP - Sinopse Estatística da Educação Superior 2016.

* Disponível em <http://inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior> . Acesso em novembro de 2017

Observa-se na Tabela 1 a quantidade expressiva de Faculdades privadas em relação às outras IES, equivalem a 77,5% do total de IES existentes no Brasil no ano de 2016. Entre as IES privadas, predominam as faculdades (88,4%). No conjunto das IES, as instituições privadas, somando-se universidades, centros universitários e faculdades, equivalem a 87,7% do total de IES no Brasil. As 197 universidades existentes no Brasil equivalem a 8,2% do total de IES. 83,3% das IES brasileiras são faculdades, nas quais estão matriculados apenas 26,7% dos estudantes.

Verifica-se na Tabela 2, conseqüentemente, o número significativo de matrículas em IES privadas. Também visualiza-se um percentual importante de matrículas em Universidades (públicas e privadas), porém, a maioria das universidades é pública (54,8%).

Tabela 2 - MATRÍCULAS E INSTITUIÇÕES POR ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA – 2016*

Organização Acadêmica	Instituições		Matrículas de Graduação	
	Total	%	Total	%
Total	2.407	100,0	8.048.701	100,0
Universidades	197	8,2	4.322.092	53,7
Centros Universitários	166	6,9	1.415.147	17,6
Faculdades	2.004	83,3	2.146.870	26,7
IFs e Cefets	40	1,7	164.592	2,0

Fonte: BRASIL/MEC/INEP - Sinopse Estatística da Educação Superior 2016.

* Disponível em <http://inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior> . Acesso em novembro de 2017

Observa-se que a flexibilização - seja na criação de IES seja na organização acadêmica e de cursos – apresenta-se como uma estratégia política para a expansão do sistema. “As universidades devem exercer sua autonomia institucional para propor cursos novos, flexibilidade curricular, caminhos de formação adaptados a cada realidade local” (BRASIL, 2007, p.22). As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica (DCNFPEB) definem que:

Art. 14. Nestas Diretrizes, é enfatizada a *flexibilidade necessária, de modo que cada instituição formadora construa projetos inovadores e próprios*, integrando os eixos articuladores nelas mencionados. § 1º A flexibilidade abrangerá as dimensões teóricas e práticas, de interdisciplinaridade, dos conhecimentos a serem ensinados, dos que fundamentam a ação pedagógica, da formação comum e específica, bem como dos diferentes âmbitos do conhecimento e da autonomia intelectual e profissional. (BRASIL, 2002, p. 6, grifos nossos).

Nessa perspectiva há a inclusão nos percursos formativos de novas formas e possibilidades de formação na educação superior, como os Bacharelados e Licenciaturas Interdisciplinares, por exemplo²⁴. Uma estratégia que incide sobremaneira no

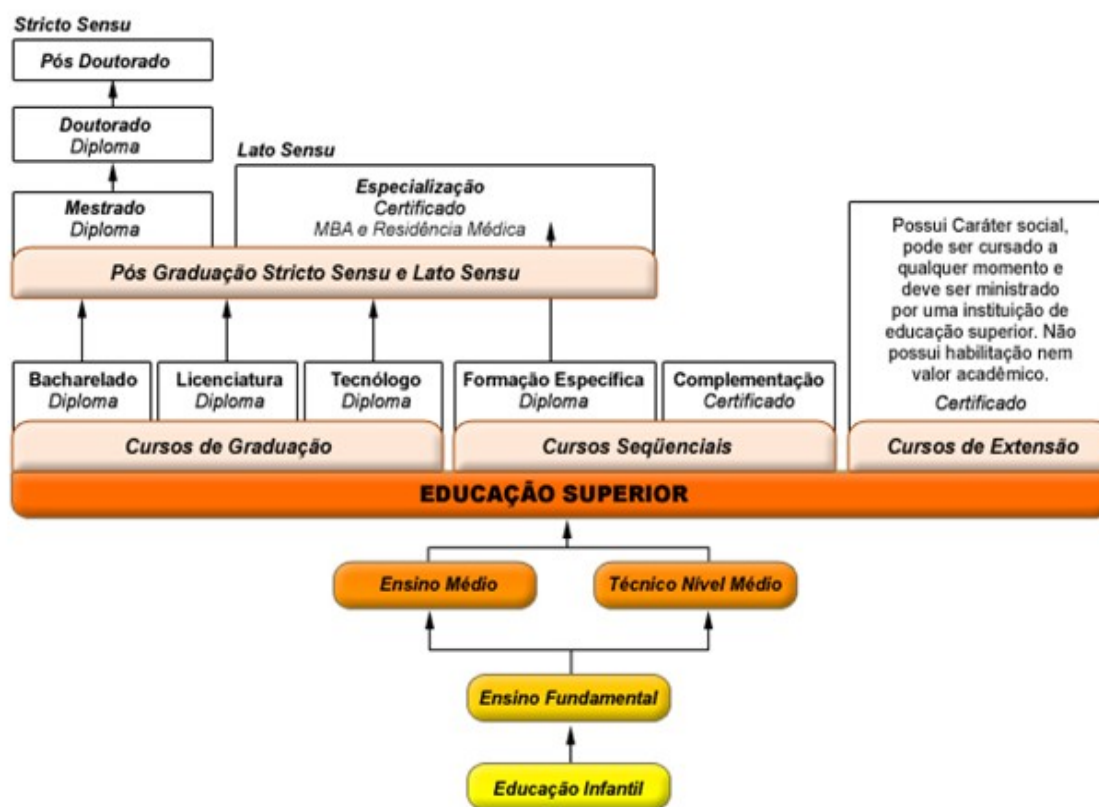
²⁴ Conforme o documento (2010, p. 9), “Bacharelados Interdisciplinares (BIs) e similares são programas de formação em nível de graduação de natureza geral, que conduzem a diploma, organizados por grandes áreas do conhecimento.” O documento (op.cit, p. 02) justifica que: “A ideia de implantar uma *formação em ciclos nas universidades brasileiras* surge em um contexto marcado pela expansão das matrículas na educação superior. Em primeiro lugar, ocorre um movimento de interiorização da oferta de vagas públicas, com a criação de novas IFES e implantação de novos câmpus; em seguida, tem início um movimento de ampliação da oferta de vagas nas instituições já consolidadas. No ano de 2007, tem início o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras do MEC que induz as IFES a realizarem reestruturações da arquitetura acadêmica a fim de melhorar o processo formativo na graduação. Nesse momento, propostas mais amplas de arquitetura curricular em nível de graduação começam a entrar na agenda de debates sobre a reforma acadêmica da educação superior brasileira. [...] Resultante de vários fatores, como oferta de vagas em cursos presenciais

campo e lhe confere novas características, com IES distintas e com intenções e finalidades distintas também. O princípio da flexibilidade, adotado desde a LDB (Lei 9.394/1996) serviu de orientação para o processo de diversificação e diferenciação nos formatos institucionais, assim como da oferta de novos cursos considerados de ensino superior, como os sequenciais, tecnológicos de educação profissional, mestrados profissionais, por exemplo.

Como ilustração, a Figura 1 apresenta, em representação de organograma, o percurso formativo que um estudante pode fazer na estrutura atual da educação brasileira (dentro dos cursos de bacharelados e licenciaturas, incluem-se os interdisciplinares, como apontado anteriormente; na pós-graduação, inclui-se o mestrado profissional).

noturnos, implantação de políticas de ações afirmativas, novas formas de ingresso e aumento da oferta de vagas na modalidade semipresencial ou à distância, o perfil estudantil sofreu uma mudança qualitativa que impactou sensivelmente as demandas de formações de graduação, a estrutura curricular. [...] . Mais adiante o documento (2010, p. 08) acrescenta que: “o *primeiro ciclo ou Bacharelado Interdisciplinar* é o espaço de formação universitária onde um conjunto importante de competências, habilidades e atitudes, transversais às competências técnicas, aliada a uma formação geral com fortes bases conceituais, éticas e culturais assumiram a centralidade nas preocupações acadêmicas dos programas. Por seu turno, o *segundo ciclo de estudos*, de caráter opcional, estará dedicado à formação profissional em áreas específicas do conhecimento. O *terceiro ciclo* compreende a pós-graduação stricto sensu, que poderá contar com alunos egressos do Bacharelado Interdisciplinar.” Sobre a estrutura curricular o documento (o.cit, p. 8) afirma: “Poderão ser estruturados por eixos, conjuntos de módulos, unidades curriculares articuladas entre si, dentre outras formas. A estrutura curricular dos BIs deve priorizar arranjos interdisciplinares, considerando as correlações com a realidade sociocultural e ambiental. Deve, ainda, possibilitar *execução curricular assíncrona*, buscando a superação de modelos tradicionais baseados em pré-requisitos”. Por sua vez, as *Licenciaturas Interdisciplinares* são cursos de formação em nível superior para professores que podem ser organizadas por áreas do conhecimento, por temas ou eixos temáticos. As Licenciaturas Interdisciplinares constituem atualmente uma nova perspectiva para a formação de professores da Educação Básica, tanto que muitas universidades federais estão oferecendo cursos de licenciaturas nessa nova arquitetura curricular. (grifos nossos)

Figura 1 – ORGANOGRAMA DO PERCURSO FORMATIVO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA



Fonte: MEC/INEP – disponível em: <http://slideplayer.com.br/slide/3037460/> . Acesso em 20/04/2018

Sob um outro aspecto, analisando-se um elemento comum que abriga as IES no campo, qual seja, “a formação de indivíduos em nível superior”, o art. 43 da Lei e Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – 9.394/1996 institui a orientação à educação superior de um conjunto de finalidades para o atendimento desse objetivo comum. Essas finalidades devem ser desenvolvidas por todos os tipos de IES dos diversos sistemas de ensino, municipais, estaduais ou federais – universidades, centros universitários, faculdades e os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Devem ser dispositivos obrigatórios no Estatuto ou Regimento das IES e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) deve contemplar estratégias, ações e metas nesse sentido, adaptadas à sua organização acadêmica.

- I. estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II. formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- III. *incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica*, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultu-

ra, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV. promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e *comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação*;

V. suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI. estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII. *promover a extensão, aberta à participação da população*, visando à difusão das conquistas e benefícios da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição. (BRASIL, 1996, grifos nossos).

A forma e a densidade do desenvolvimento de cada uma dessas finalidades depende do tipo de IES, de sua missão e objetivos institucionais, definidos em lei, decreto ou normas específicas. A legislação tende a homogenizar finalidades para todas as IES do campo, porém, analisa-se que, a par de suas diferenciações e distinções, essas finalidades não se estendem em materialidade para todas (pesquisa, extensão, publicações, por exemplo). Às universidades, a legislação outorga a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, evidenciando aí a natureza da instituição.

Para um melhor entendimento sobre universidade, recortando-a das IES, compreende-se, com Coelho (1999, p. 83), o *espaço da universidade no campo*, ou seja,

[...] como instituição que tem sua origem na sociedade e nela se enraíza, a *universidade só pode ser compreendida em sua relação de interioridade com a sociedade. O espaço em que se inscreve e realiza sua práxis é o espaço do social e político, a região da história*. Sendo uma manifestação da vida social, a universidade não se estende a, não pode se estender à sociedade (à comunidade), pois *não existe fora do social, do econômico e do político, nem mesmo pode estar dentro deles*. (grifos nossos).

Sendo assim, como parte da sociedade e enraizada nela, a *práxis* universitária resulta e, ao mesmo tempo, produz a sociedade, pois não está fora dela e mantém com a sociedade uma relação de interioridade. Portanto, sua natureza institucional e organização acadêmica estão em consonância com a sociedade, mas a universidade revela-se, não em conformidade ao instituído, apaziguada, mas, ao contrário, em movimento, em processos contínuos de ressignificações de seus agentes, em confrontos, lutas, disputas (internas e externas) para pertencer e se manter no campo ao mesmo tempo em que se estabelece com a crítica a essa mesma sociedade a qual pertence.

Existem pois, posições diferenciadas de IES no interior do campo, bem como de agentes individuais, como, por exemplo lugares ocupados por professores pesquisadores. Há processos de lutas dos agentes e concorrência no campo.

Hey (2008), em pesquisa realizada sobre o campo acadêmico no Brasil esclarece²⁵:

Os agentes no interior de tal espaço, dotados de um sistema de disposições, com competências específicas, diferentes espécies de capital e seus interesses, confrontam-se na luta para legitimar determinada concepção de sistema de educação superior, a qual é, acima de tudo, uma forma de visão do mundo social. (HEY, 2008, p. 163).

Na continuidade de sua argumentação, a autora (op.cit) analisa que o simbólico, as percepções e as práticas configuram-se como “cerne” do ponto de vista dos agentes e esses produtos integram-se às disposições dos pesquisadores em função de suas trajetórias. Ou seja, aqueles que perfazem trajetórias reconhecidas e prestigiadas no campo, agrupam-se aos “dominantes” daquele espaço. Conforme Hey (op.cit), os dominantes do espaço, por sua vez, são representantes de uma “burguesia escolarizada” egressa de instituições de maior prestígio da educação superior, bem como de prestígio na pesquisa científica e acadêmica. Os pesquisadores que detém esse prestígio, conforme Hey (2008), em boa medida, procuram influenciar uma “concepção de educação superior adequada a um determinado tipo de sociedade”. Para tanto, continua a autora, esses pesquisadores são interessados na “lógica específica do campo acadêmico e político”. Nesse sentido, os “agentes que conseguiram e conseguem forjar e impor uma ideologia dominante” são dotados de poderes “impessoais”, se tornaram “deuses”. Os pesquisadores buscam um tipo de fazer científico para legitimar sua autoridade e isso se dá por meio de lutas pela dominação simbólica, ou seja, “[...] pela legitimação de uma forma de ver o mundo social.” (HEY, 2008, p. 164-165). A autora explica, a partir de sua investigação:

As relações entre as diversas posições ocupadas pelos pesquisadores se estabeleceram em dois espaços distintos, com duas formas de poder diferentes. O primeiro, o das instituições de Ensino superior e, nessas, os grupos de pesquisa na temática e as associações de pós-graduação e pesquisa, ligadas ao poder universitário. O segundo, o relativo ao espaço do poder político, o das instituições governamentais encarregadas da organização e da gestão da educação superior (CAPES, CNPq, FINEP, MEC, SESU, entre outros). (HEY, 2008, p. 165).

Evidentemente, compreende-se que os pesquisadores compõem grupos hete-

²⁵ Como outra fonte de estudo, sugere-se a pesquisa de Raphael Schlickmann, intitulada *Administração universitária: desvendando o campo científico no Brasil*, 2013. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina que trabalha na perspectiva de reconhecer, identificar e analisar o campo científico-universitário no universo da administração universitária.

rogêneos, são agentes do campo científico-acadêmico marcados pelo habitus institucional de suas instituições formadoras e de trabalho, bem como orientam-se com interesses comuns ao campo social que ocupam. “O poder sobre esse espaço repousa sobre o poder da estrutura de distribuição das possibilidades de aproveitamento da posição que ela confere ao agente.” (HEY, 2008, 167). Nesse sentido, a distribuição de capital aos agentes vai depender, também, das relações que faz no campo e fora dele, no poder simbólico, científico, acumulado e angariado pelos agentes coletivos e individuais.

Em outro sentido, compreende-se que as IES, enquanto instituições, são organizações que se preservam com a manutenção de valores, ideias, posturas institucionais e, com isso, revelam suas intenções e finalidades institucionais. De toda forma, também compreende-se que as IES se constituem de pessoas, de profissionais; no conjunto, a IES imprime um determinado controle para sociabilidade de todos que ali estão, ou seja, desenvolve uma violência simbólica, legitimada, reconhecida e que é extraída da legislação que regula esse nível de ensino, bem como à produção de um discurso acadêmico que ressoe e seja reconhecido como legítimo no campo. Os agentes institucionais – IES - se posicionam de formas distintas no campo e, para se manter ou mesmo ascender a outra posição, elaboram continuamente estratégias para esse jogo.

Os pesquisadores, cientistas, posicionam-se no campo elaborando estratégias para sua manutenção ou ingresso em determinados grupos que detém maior poder acadêmico e científico, ratificado pelas linhas de pesquisa, métodos empregados para a pesquisa, publicações que expressam “[...] referência ao sistema de posições políticas e científicas constitutivas do campo científico”. (BOURDIEU, 1983a, p. 126).

Bourdieu (1983a, p. 127), nos explica que no jogo pelo reconhecimento e autoridade, aqueles que detém prestígio, que são engajados no campo, que têm maior autonomia, “detêm os meios de se apropriar simbolicamente da obra científica e de avaliar seus méritos”, de si e dos outros. Cada um, nesse sentido, deve se engajar para “impor o valor de seus produtos e de sua própria autoridade de produtor legítimo, que está sempre em jogo o poder de impor uma definição da ciência [...] que mais esteja de acordo com seus interesses específicos.” (op.cit). Os agentes do campo, nesse sentido, procuram alcançar uma posição dominante, a título pessoal ou institucional,

[...] ocupar a mais alta posição na hierarquia dos valores científicos. [...]. Assim, a definição do que está em jogo na luta científica faz parte do jogo da luta científica: os dominantes são aqueles que conseguem impor uma definição da ciência segundo a qual a realização mais perfeita consiste em ter, ser e fazer aquilo que eles têm, são e fazem. (BOURDIEU, 1983a, p. 127-128).

Nesse sentido, o campo da educação superior deve ser compreendido como espaço social de relações objetivas em que os processos históricos produzem, lenta e progressivamente, a autonomização dos campos, numa espécie de “depuração”, ou seja, de “depuração em depuração” (BOURDIEU, 2001a), as lutas que têm lugar no campo, vão depurando os lugares, as posições dominantes dos agentes e mais, os princípios que sustentam a evidenciação e conformação dos elementos presentes no campo. Portanto, “o processo histórico aí instaurado desempenha o mesmo papel de “*abstractor* de quinta-essência”. Donde a análise da história do campo ser, em si mesma, a única forma legítima da análise da essência.” (BOURDIEU, 2001a, p. 71).

1.4. Expansão da educação superior no Brasil: alguns pontos de destaque

É possível analisar que as regulações dos sistemas público e privado no Brasil se impõem de tal forma que controlam o financiamento, bem como as políticas para tal; promovem adequações em processos de distribuição da demanda entre o setor público e privado, tangenciando de forma tendenciosa a privilegiar o setor privado. O mercado educacional, em especial no que se refere ao corpo de instituições privadas do ensino superior, se torna algo promissor para o setor privado, gera lucros e ganhos e se torna um campo de interesse não só no Brasil, mas em todo o mundo, com a massificação e mercantilização da educação. Em sentido mais específico, tem-se a intenção em formar intelectuais e profissionais sintonizados com a atual cultura empresarial, flexível, eficiente, produtiva; daí a necessidade de reformar os sistemas educacionais do mundo²⁶, bem como do Brasil, visando atender exigências contemporâneas para um novo tipo de homem e sociedade.

As faculdades privadas ganharam espaço no campo da educação superior de

²⁶ Como fato importante dessa ordem, pode-se verificar o processo de Bolonha. O Processo de Bolonha foi uma decisão eminentemente política e o desdobramento dessas ações impactou a política educacional dos países europeus e criou uma dinâmica destinada a coordenar as transformações nacionais em um movimento continental abrangente. Para um estudo mais detalhado, ver tese de FERREIRA, Suely. *A universidade do século XXI: concepções, finalidades e contradições*. Goiânia-GO, UFG/FE, 2009.

forma muito expressiva a partir dos anos de 1980. Esse fenômeno não ocorreu por acaso. No cenário brasileiro, ao se considerarem as políticas para a mercantilização da educação superior no processo de acentuação do neoliberalismo em nosso país, observa-se que essas políticas se deram como algo economicamente viável no campo educacional, como políticas que abrem espaço para ganhos da economia privada no setor público ou estatal²⁷.

O mercado educacional cria e recria medidas para desregulamentar o setor ao desenvolver modelos de alocação de recursos baseados em desempenho e na responsabilização e prestação de contas (*accountability*), na concorrência interinstitucional e de estruturas de gestão eficientes, financiamento e uma autonomia relativa²⁸, ao modo das empresas. Nesse cenário as instituições privadas ganham corpo e substância para a concorrência no mercado educacional, ao passo que as instituições públicas são constrangidas a exercerem tal *modus operandi* nesse espectro.

É possível compreender que a expansão da educação superior vincula-se à ideologia de modernização e de industrialização da sociedade brasileira, resultando na configuração de uma nova educação superior de caráter privado, como parceiro privilegiado do Estado na política de expansão, salientando-se, via política(s), a massificação da educação superior. Nesse período, as instituições privadas de ensino superior tornaram-se um grande negócio. Nos anos de 1980 o setor privado amplia o tamanho de seus estabelecimentos por processos de fusão e incorporação de estabelecimentos menores. Entre 1985 e 1990, aumenta em 145% o número de instituições privadas, passando de 20 para 49, conforme Cunha (2003). Já a partir da década de 1990, o impulso privatizante alargou, sobremaneira, a quantidade de IES privadas no conjunto do campo da educação superior, em especial em uma nova configuração estratégica.

Dados do Censo da Educação Superior de 2016 no Brasil revelam que as IES

27 Conforme João Silva Júnior e Valdemar Sguissardi (2000) e reafirmado por Sguissardi (2008) e Romualdo Oliveira (2009), mercantilização é entendida como a transformação da educação em mercadoria, cujo preço é determinado pelo mercado com o intuito central de obter lucro em benefício de seus proprietários e acionistas, a despeito das limitações definidas pelo governo federal no que concerne aos reajustes das mensalidades e às sanções aos estudantes inadimplentes.

Dentre as políticas que abrem espaço para ganhos da economia privada no setor público ou estatal, estão: Lei de Parceria Público-Privada (PPP), Lei no. 11.079/04 (BRASIL, 2004f), a Lei de Incentivo à Inovação e à Pesquisa Científica e Tecnológica (IIPCT), Lei n°. 10.973/2004 (BRASIL, 2004) e o Programa Universidade para Todos (ProUni), Projeto de Lei no. 59/05 (BRASIL, 2005).

Para maior aprofundamento, ver estudo realizado em 2005 por João F. de Oliveira, Luiz F. Dourado, Tereza C. M. A. Veloso e Ana M. G. de Sousa.

disponível em: <http://www.ced.ufsc.br/nucleos/nup/perspectiva.html>. Acesso em 25/11/2017.

28 Orientações do Banco Mundial, ver Amaral (2017).

privadas têm uma participação de 75,3% (6.058.623) no total de matrículas de graduação. A rede pública, portanto, participa com 24,7% (1.990.078) (Ver Tabela 7, mais adiante neste estudo). Em 2016, verifica-se um quantitativo de mais de sete vezes o número de instituições da rede privada em relação à rede pública (Ver Tabela 3, mais à frente neste estudo), observando-se a significativa presença de IES privadas no campo da educação superior no Brasil.

Sob outro ponto, é possível encontrar linhas estratégicas e relações que ligam o campo educacional ao político e ao econômico. Mais do que possível, é coerente com o jogo do capital na política neoliberal, afirmar que as políticas educacionais se instituem no campo como resultado dos embates do jogo econômico e político.

Na América Latina, o discurso e a agenda neoliberal, desde a década de 1980, vêm sendo incentivados por organismos multilaterais, em especial, o Banco Mundial (BM), o Fundo Monetário de Investimento (FMI) e a Organização Mundial do Comércio (OMC), o que veio a fortalecer a adoção de políticas comuns para a região. As reformas e políticas neoliberais criaram condições para a implementação de processo de globalização econômica, tendo em vista a constituição de sistema de mercado global competitivo em que o Estado redireciona sua ação no campo da regulamentação do mercado sem prescindir, contudo, de estabelecer condições políticas estáveis e investimento público que sejam atraentes ao processo de expansão do capital. (OLIVEIRA et all, 2005, p.325).

Tais agências induzem a elaboração de políticas públicas²⁹, assim como induzem os sistemas educacionais a adequarem-se às exigências do capital, seja no campo curricular seja na estruturação do trabalho e produção dos professores, bem como no conjunto das exigências às IES.

A par dessas análises, conforme estudos, Pinto (2018)³⁰ afirma que é bem provável que tenhamos muitas dificuldades em manter o ritmo e percentual de matrículas na graduação nos próximos anos, pois muito tem-se feito no governo de Michel Temer (iniciado em maio de 2016 e que Pinto neste estudo trata como Golpe) no sentido de inviabilizar as metas do PNE 2014-2024 como um todo³¹. O autor acen-

29 Ações para o ensino superior expressas no documento Plano de Desenvolvimento da Educação (Plano de Ação Plurianual – 2008/2011) são: UAB (Universidade Aberta), o PROUNI (Programa Universidade Para Todos), o REUNI (Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), o SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior) e o e-EMC, a nova CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), o Programa Nacional de Pós-doutorado, Tecnologia da informação: ciclo avançado, Escola de Altos Estudos, Plano Nacional de Assistência estudantil, Fies Solidário, Programa de bolsa institucional de iniciação à docência, lei de incentivo à pesquisa e o PROEXT (Programa de Apoio à Extensão Universitária) (MEC/BRASIL. PDE – Educação superior) (disponível em: <http://pde.mec.gov.br/>) (Acesso em janeiro de 2018).

30 Para ver análises sobre o desenvolvimento das metas do PNE realizada pelo autor, consultar <http://fnpe.com.br/documentos/>

31 São várias as notícias e análises encontradas que tratam do **Golpe de Estado de 2016**, dentre elas cursos de extensão em várias universidades brasileiras seguindo a iniciativa do professor e

tua que isso se dá em função da recessão econômica que tem comprometido a arrecadação para o PIB (Produto Interno Bruto) no Brasil recente, incidindo frontalmente na disponibilidade de recursos para a educação³². Pinto analisa que, considerando-se o PIB *per capita*, estamos abaixo de 2010 e os recursos veem caindo desde 2012 com queda acentuada em 2016 e 2017. Pinto (op.cit) acentua que, mesmo com o PIB em queda, os recursos a serem investidos em educação têm caído e deveria crescer em uma progressão contínua até 10% em 2024, conforme a Meta 20 do PNE. O autor esclarece que a Emenda Constitucional 95/2016 congela os gastos primários da União por 20 anos, tendo-se como referência o ano de 2017. Sendo assim, os gastos com educação serão congelados tendo-se um dos piores patamares de execução orçamentária dos últimos anos, fato que poderá, caso não haja reversão desta Emenda, gerar uma situação de maior crise para o campo. Pinto (2018) aponta ainda que o congelamento dos gastos se dá no conjunto das despesas primárias e não em cada função programática, o que piora a situação dos recur-

cientista político da Universidade de Brasília Luis Felipe Miguel. Há farta discussão sobre o golpe na mídia alternativa, em revistas e blogs, inclusive na mídia internacional, dentre eles: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/O-golpe-de-Estado-de-2016-no-Brasil/4/36139>; <https://blogdaboitempo.com.br/2016/05/17/michael-lowy-o-golpe-de-estado-de-2016-no-brasil/>; <https://www.cartacapital.com.br/revista/994/uma-enciclopedia-para-entender-o-golpe-de-2016>; <http://www.jb.com.br/leonardo-boff/noticias/2016/09/05/golpe-de-1964-e-de-2016-o-mesmo-golpe-de-classe/>; https://brasil.elpais.com/brasil/2016/08/31/opinion/1472650538_750062.html; <https://www.sul21.com.br/.../2016/.../o-golpe-de-2016-no-brasil-um-registro-historico>; <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2016/08/as-semelhancas-entre-o-golpe-de-2016-no-brasil-e-o-golpe-nazista-em-1933.html>; (acesso a todos os links em 15/06/2018).

32 A proposta brasileira de implementação do teto para os gastos públicos federais, objeto das PEC's 241/55, foi aprovada em 16 de dezembro de 2016, consolidando-se na Emenda Constitucional de número 95, que instituiu um novo regime fiscal para vigorar nos próximos 20 (vinte) anos, valendo, portanto, até 2036. Foi instituído o Novo Regime Fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União. A nova emenda acrescenta 9 (nove) artigos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT): artigos 106 a 114. Em decorrência desse novo regime, foram estabelecidos, para cada exercício financeiro, limites individualizados para as despesas primárias, que são os gastos com a máquina pública e os serviços públicos ofertados à sociedade, deduzidas as despesas financeiras. (cf. Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm) (Acesso em 24/04/2018).

“A proposta de Novo Regime Fiscal enviada ao Congresso Nacional pelo governo Temer propõe uma regra para as despesas primárias do Governo Federal com duração para 20 anos e possibilidade de revisão – restrita ao índice de correção – em 10 anos, por meio da Proposta de Emenda Constitucional 241/2016 (PEC 241), aprovada pela Câmara dos Deputados e em tramitação no Senado Federal como PEC 55. Nessa regra, os gastos federais, menos o pagamento de juros sobre a dívida pública, ficarão limitados a um teto definido pelo montante gasto do ano anterior reajustados pela inflação acumulada, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Em síntese, o Novo Regime Fiscal implica um congelamento real das despesas totais do Governo Federal que pressupõe uma redução do gasto público relativamente ao Produto Interno Bruto (PIB) e ao número de habitantes. Ou seja, de acordo com a regra proposta, os gastos públicos não vão acompanhar o crescimento da renda e da população.” (ROSSI; DWECK, p. 01, 2016).

sos que serão destinados.

Sendo assim, no conjunto das políticas empreendidas nas últimas três décadas no Brasil para a educação superior, o modelo de expansão apresenta grandes desafios e contradições, em especial, no sentido de dar acesso e incluir jovens de 18 a 24 anos na formação inicial. A Meta 12 do Plano Nacional de Educação 2014-2024 trata da expansão das matrículas nos cursos de graduação. A meta é “Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público”. O Plano Nacional de Educação 2014 - 2024 considera a Taxa Bruta de Matrículas (TBM) que indica qual é a capacidade de absorção de todos os cursos de graduação do país em relação ao tamanho da população de 18 a 24 anos de idade.

A TBM na graduação brasileira era de 18,6% em 2004 e alcançou a marca de 32,1% em 2014, apresentando um crescimento de 13,5 p.p. no período. Esse crescimento corresponde a uma expansão média da ordem de 1,35 p.p. ao ano entre 2004 e 2014. *Caso essa taxa de expansão se mantenha ao longo do próximo decênio, chegar-se-á ao final do PNE com uma TBM na graduação de 45,6%, índice abaixo da meta do PNE.* Ao considerarmos apenas o período de monitoramento do atual PNE (2012-2014), observa-se que a TBM subiu de 28,7% para 32,1%, totalizando 3,4 p.p. no período e média de 1,7 p.p. ao ano. Caso esse ritmo de crescimento seja mantido, será possível alcançar uma TBM de 49,4% em 2024, próxima à meta do PNE. Nota-se, portanto, que o ritmo de crescimento do indicador entre 2012 e 2014 foi mais acentuado do que o observado entre 2004 e 2014. (BRASIL/MEC/INEP, 2016, p. 2730). (grifos nossos).

Conforme análise do desenvolvimento da Meta 12, Dourado e Oliveira (2018, p. 46)³³ afirmam que:

No tocante à elevação das taxas bruta (50%) e líquida (33%) da população de 18 a 24 anos, observa-se que a educação superior vem apresentando crescimento constante a partir dos anos 2000, embora já se registre percentual menor de crescimento devido a crise econômica do país. Em 2016 foi registrada uma taxa de 32,6% na escolarização bruta e de 17,8% na escolarização líquida. *Terá que haver grande esforço e planejamento do estado brasileiro para alcançar os 50% e os 33% até 2024.* (grifos nossos)

Dourado e Oliveira (2018, p. 46) chamam a atenção para a estratégia 12.9 que refere-se à garantia da qualidade do processo de expansão em que a estratégia indica a “[...] reestruturação dos procedimentos adotados na área da avaliação, regulação e supervisão”. Os indicadores expressam baixo desempenho, em especial, em cursos de instituições privadas, que vivenciaram grande processo de expansão

³³ Para ver análises sobre o desenvolvimento das metas do PNE realizada pelos autores, consultar <http://fnpe.com.br/documentos/>

pele financiamento público de bolsas de estudantes no setor privado (FIES – Programa de Financiamento Estudantil e PROUNI – Programa Universidade para Todos).

Constata-se que o Estado, tendo ideológica e operacionalmente dificuldade de apostar no investimento maciço na educação superior, tem buscado, via políticas focais de curto alcance – Programa Universidade para Todos (Prouni) e Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), em especial –, garantias de alguma igualdade de condições de acesso, mas que não preveem igualdade de condições de permanência e, em especial, de sucesso no mercado de trabalho. (SGUISSARD, 2015, p. 178)

A expansão das instituições privadas vem ocorrendo desde a segunda metade da década de 1980 e tem sido mais elevadas que as taxas de crescimento do setor público. Só não foram maiores no período de expansão do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI³⁴ (2007 - 2012) e do processo de criação e ampliação dos Institutos Federais³⁵.

Para além da quantidade de instituições, o Relatório do 1º. Ciclo de Monitoramento das Metas do PNE 2014 – 2016 (BRASIL/PNE, 2016, p. 273), apresenta a taxa bruta de matrículas na graduação, por rede de ensino no Brasil entre 2004-2014, em que

[...] a expansão da oferta de matrículas na graduação no período analisado foi liderada pelas IES privadas. Considerando-se apenas as matrículas nessa categoria administrativa, a TBM aumentou, entre 2004 e 2014, 10,7 p.p., o que corresponde a 78,9% do crescimento do indicador. Já a TBM nas IES públicas teve acréscimo de apenas 2,9 p.p., ou 21,1% do crescimento total da TBM no período. Ao restringir a análise ao período entre 2012 e 2014, constata-se o crescimento de 2,9 p.p. na TBM privada e de 0,6 p.p. na pública. Nesse biênio, a rede privada foi responsável por 84,2%, enquanto a rede pública respondeu por 15,8% desse crescimento.

Dourado e Oliveira (2018), sobre a educação superior, afirmam que é preciso garantir a expansão com qualidade em que os processos de autorização, reconhecimento ou renovação do reconhecimento de cursos e instituições, de credenciamen-

34 O Reuni foi instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007.

35 Barros (2015, p. 363 - 364), ao analisar a expansão de matrículas entre os anos de 2001 a 2010, afirma: "Em dez anos, as matrículas em cursos superiores (presenciais e a distância) mais que dobraram: de 3.036.113, em 2001, passaram para 6.379.299, em 2010. [...] Apesar do total de matrículas (federais, estaduais, municipais e privadas) ter alcançado um crescimento de 110% nesse período, o fato é que a rede privada continua sendo a grande responsável pela Educação Superior no país. Portanto, mesmo com o aumento de 944.584 para 1.643.298 estudantes matriculados nas IES públicas, isso não foi suficiente para alterar a predominância da rede privada, que deteve 68,9% do total geral de matrículas registradas em 2001 e atingiu 74,2% em 2010; enquanto nas redes públicas a participação caiu de 31,1% para 25,8%. [...] Acerca do referido aumento das matrículas no Ensino Superior público, a rede federal totalizava 504.797 matrículas em 2001; em 2010, atingiu 938.656 (crescimento de 85,9%); nas IES estaduais, o quantitativo de matriculados na década em questão passou de 360.537 para 601.112 (expansão de 66,7%); na rede municipal², o aumento foi mais tímido (30,6%): das 79.250 matrículas informadas em 2001, chegou a 103.530 em 2010."

to e credenciamento de instituições sejam melhor articulados pelo Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior – SINAES.

Dourado e Oliveira (2018, p. 46 - 47) acrescentam:

Cabe destacar, paradoxalmente, que a meta 13 propõe elevar a qualidade da educação superior, apontando, juntamente com a meta 14, para a ampliação da proporção, formação e titulação de mestres e doutores, o que de fato é um componente importante para assegurar a qualidade da oferta. Além disso, é preciso exigir melhoria nos planos de cargos e salários, envolvendo contrato e regime de trabalho, nas instituições privadas, bem como melhor infraestrutura, equipamentos, gestão acadêmico curricular do curso, projeto pedagógico, estágio supervisionado, articulação teoria prática etc.

Conforme dados do Censo da Educação Superior (2016), em 2016, haviam 384.094 docentes em exercício na educação superior no Brasil. Deste total, 55,9% tinham vínculo com IES privadas e 44,1% com IES públicas (Ver Tabela 9, mais adiante neste trabalho). Conforme análise dos autores (op.cit.), permanece a tendência de melhoria do tipo de regime de trabalho dos docentes que atuam na educação superior, visto o crescente aumento de participação de docentes com regime de tempo integral e a queda do número de docentes contratados como horistas. Porém, Dourado e Oliveira (2018) analisam que é preciso garantir a continuidade da implementação das estratégias no PNE para essa questão, situação que no momento encontra-se em processo de estagnação a partir da manutenção da PEC 241/55 de 2016.

Compreende-se que a demanda produzida no campo econômico e, em certa medida, no campo educacional, é resultado de uma construção social que também está no princípio da construção das ofertas, dos ganhos, dos resultados produzidos e inscritos no campo. A construção da demanda educacional vinculada ao campo econômico é resultado do jogo nos campos, em que a demanda aparece como necessidade e o Estado participa de maneira decisiva nesse jogo.

O campo econômico se distingue dos outros campos pelo fato de que as sanções são especialmente brutais e que as condutas podem se atribuir publicamente como fim a busca aberta da maximização do lucro material individual. Mas a emergência de um tal universo não implica de modo algum a extensão a todas as esferas da existência da lógica de troca mercantil que, através do commercialization effect e do pricing, fundamentalmente excluída pela lógica da troca de dádivas, tende a reduzir qualquer coisa ao estado de mercadoria comprável e a destruir todos os valores. (BOURDIEU, 2005, p. 22).

É evidente que o campo econômico se distingue de outros campos, em especial do campo educacional e político, porém, ao se estabelecer como mercadoria ou como moeda de troca para ganhos econômicos, os produtos do campo educacional

ou aquilo que se induz a serem produtos, são encontrados como produtos intercambiáveis. Porém, como afirma Bourdieu “no próprio campo econômico, a lógica do mercado nunca conseguiu suplantar completamente os fatores não econômicos na produção ou no consumo” (op.cit, p. 22). Nesse sentido, produtos não comercializáveis, e pode-se aqui inferir, os produtos educacionais (aqueles atinentes à formação humana), mesmo identificados como mercadorias, parecem estranhos a esse universo. Há sim uma estranheza ao se comparar ou aproximar o campo educacional ao econômico, nesse sentido de trocas ou ganhos. Porém, compreende-se a partir de Bourdieu (2005), que faz-se dos projetos, ações, resultado de políticas, objetos concretos para barganhas, típico do jogo econômico.

1.5. A universidade pública como agente do campo da educação superior

A instituição de educação superior, mais especificamente a universidade pública, pode ser compreendida como resultado de uma construção sócio-histórica, que resulta, como instituição social, dos processos sociais apreendidos no percurso histórico e social e não poderia ser diferente como instituição social. É delimitada e impregnada dos elementos da cultura, que revelam, a partir de um olhar mais detalhado de sua gênese, grupos, atores, agentes sociais, os mais distintos e em relações, na sua configuração. A universidade pública se institui como uma expressão de poderes, diferentemente do poder do Estado, porém a ele articulado de maneiras variadas, até para que ela possa se manter como instituição social, com reconhecimento legítimo, com poder indispensável para a sua sustentação e atuação eficaz.

Concebe-se que as universidades públicas resultam de conquistas no e para o campo ao longo da configuração do campo da educação superior no Brasil. Para tanto, configurou-se em situações de lutas, relações de forças, em movimento dialético no contexto das relações internas e com outros campos do espaço social. Compreende-se, pois, que os campos e as relações produzidas não se desenvolvem de formas estreitas ou limitadas a determinadas situações porque compõem um todo dialético, em que os fenômenos não se desenvolvem isoladamente, mas em ligação com outros fenômenos. Verificam-se forças contraditórias no campo, o que, em boa medida, reforça a posição de determinados agentes institucionais em relação a outros, a depender dos capitais em jogo. Como

exemplo, em relação à perspectiva da produção e disseminação de conhecimento, Coelho (1999, p. 86), ao tratar do conhecimento universitário, considera que “no campo do conhecimento, o jogo do poder se manifesta principalmente na esfera da produção e não apenas na da difusão. É aí que o saber deve ser questionado e não tanto na esfera da transmissão/socialização”. Nesta questão, pode-se compreender-se que o conhecimento universitário também insere-se no conjunto das lutas no campo e esse conhecimento produzido e disseminado é um valor em disputa.

Conforme Saviani (2009), a universidade tem origem no final do século XI, na Itália, especificamente na cidade de Bolonha, em 1088, cidade que já se estabelecia como um centro de cultura. Posteriormente, Inglaterra (Oxford) e a França (Paris) também inauguram a universidade como um espaço do conhecimento, em especial das humanidades, com os cursos de Direito, Teologia e Artes. Espanha, Itália e Portugal também se inscrevem como países que criam as primeiras e mais tradicionais universidades da Europa e, a partir do século XIV, houve uma expansão de universidades pelo território europeu. Nesse movimento de expansão, a universidade vai se constituindo como instituição pertencente ao campo científico no sentido de produção de disseminação de conhecimentos. Porém, o movimento de expansão não foi simples e nem se desenvolveu de forma linear e constante. De acordo com Saviani (2009), a universidade atual decorre de três modelos universitários que se definiram a partir do século XIX, estruturados sob o Estado, a sociedade civil e a autonomia da comunidade interna em relação a instituição. Os modelos desenvolvidos foram: o modelo napoleônico, sob a tutela do Estado; o modelo anglo-saxônico, sob o controle da sociedade civil; e o modelo prussiano (humboldtiano), sob a prevalência da sociedade acadêmica.

Por sua vez, a universidade brasileira se configurou de forma tardia, acanhada e para poucos. Conforme Trindade (2000, p. 127 – 128) a educação superior brasileira apresenta uma série de singularidades desde sua configuração histórica inicial, bem como o autor acentua a permanência dessas singularidades no interior do campo.

Os estudos comparativos sobre educação superior na América Latina não têm enfatizado adequadamente as *singularidades da experiência brasileira*, na qual *o Brasil sempre ocupou uma posição singular*. [...]. Basta referir a distância que se estabeleceu entre nosso limitado sistema escolar durante o Império e a República Velha e os avanços, desde a segunda metade do século XIX, dos nossos vizinhos platinos. As políticas educacionais de Sarmiento na Argentina, de Varela no Uruguai, e de Andrés Bello no Chile, voltadas para criar as bases de uma cidadania republicana, estabeleceram

um amplo sistema de ensino fundamental. [...]. *Os efeitos dessa inferioridade se refletem até hoje*, se considerarmos a situação ainda crítica do ensino de primeiro e segundo graus em muitas regiões do Brasil e nos baixos índices de ingresso ao ensino superior brasileiro. [...]. *Na educação superior também somos singulares frente à tradição universitária hispano-americana*. A universidade pública brasileira regional e “temporã”, nunca teve a centralidade de suas congêneres ibero-americanas que, com a independência, foram transformadas em instituições nacionais. [...]. Enquanto os conquistadores espanhóis implantaram universidades, desde o século XVI, *o Brasil optou pelo ensino superior profissional somente a partir do século XIX*, mediante um conjunto de faculdades e escolas estatais (Medicina de Salvador e Rio de Janeiro, Direito de Olinda/Recife e São Paulo, Faculdade de Farmácia e Escola de Minas de Ouro Preto, Politécnica do Rio de Janeiro etc.). Preferimos cultivar o gosto pelo bacharelismo de nossas elites imperiais em Coimbra e, *apenas na década de 30, fundou-se a Universidade de São Paulo que se tornou o paradigma da universidade brasileira*. (grifos nossos).

Trindade (op.cit) faz uma breve comparação de nossa história retomando o período de implantação da primeira universidade, avaliando-a como o início de uma trajetória tardia, também, da educação básica em nosso país. Ou seja, esses níveis de educação relacionados, evidenciam a ausência de interesse da Corte portuguesa à época com a educação básica e superior no Brasil. Ao nosso redor, em países platinos e de colonização hispânica, os espanhóis iniciaram e posteriormente se estabeleceu um amplo sistema de ensino fundamental e de universidades. Conforme o autor (op.cit), essas decisões nesse tempo histórico, marcaram nossa singularidade no campo e nos colocaram em uma condição de inferioridade em relação à configuração tanto da educação básica como da educação superior.

As universidades brasileiras quando criadas, se instituem para a perpetuação das elites, para a manutenção de posição social e poder das camadas dirigentes, especialmente porque se instituíram, de forma mais significativa, vinculadas aos processos econômicos marcadamente capitalistas já na primeira metade do século XX. Nasceram, portanto, de forma interessada. Porém, conforme Trindade (2000), constata-se que a educação superior, como a própria universidade iriá, no Brasil, constituir-se de forma desordenada, apresentando questões de ordem ideológica e de estrutura, com ausência de autonomia e articulação para a sua real implantação e expansão. Esses elementos apontados incorporam-se à nossa singularidade no campo da educação superior e podem ser identificados como elementos de permanência.

Dourado (1997), sobre a década de 1980 e 1990, destaca os elementos do desordenamento e do caráter de classe do que ele denomina de Estado capitalista.

Analisa que

[...] em que pese ao caráter aparentemente *desordenado* do processo de expansão e interiorização do ensino superior no Brasil, ele é resultado do caráter de classe do Estado capitalista, desigual e combinado, e possui funcionalidade econômica, política e social.

A educação superior como campo e as universidades como agentes institucionais deste campo, instituem-se, portanto, premida por lutas de grupos detentores de capital político, econômico e social em volume e quantidade suficientes para demarcar lugares no campo educacional em constituição no país.

Compreende-se, portanto, que a universidade do período moderno nasce e se expande com a ascensão do capitalismo, ou seja, também estrutura-se para responder às demandas capitalistas. E na contemporaneidade, como se estrutura o capitalismo? Chauí (2001, p. 18-21), sintetiza que o capitalismo atual se assenta “em alguns traços” como: o “desemprego estrutural”, pois o capitalismo nessa atual forma, não opera por inclusão de toda a sociedade no mercado de trabalho, mas sim por exclusão, especialmente por causa da grande rotatividade de mão de obra que se dá pela aceleração dos avanços tecnológicos e necessidade de trabalhos especializados; o “monetarismo e o capital financeiro” tornaram-se o coração do capitalismo, ampliando a desvalorização do trabalho produtivo e privilegiando o dinheiro; a “terceirização”, aumento do setor de serviços, com a fragmentação e dispersão de todas as etapas da produção, enfraquecendo a classe operária; a “ciência e a tecnologia se tornaram forças produtivas”, deixando de ser suportes para o capital, para se converter em agentes de sua produção; a “privatização” de empresas e serviços públicos se tornou estrutural, reduzindo a participação e presença do Estado no mercado e nos setores sociais; a “transnacionalização da economia”, reduzindo o Estado a um órgão negociador e de barganha para as operações do capital; uma “diferenciação e distinção expressiva entre pobres e ricos” em cada país (países de primeiro mundo ou de terceiro mundo no interior de cada país).

Kerr (2005) em seu livro "Os usos da universidade", faz uma exposição importante sobre as alterações que a universidade veio sofrendo nos últimos séculos da era moderna. Ele trata da universidade americana, em especial das universidades tradicionais (Yale, Michigan, Harvard). Em sua digressão no tempo, o autor localiza os componentes que incidiram sobre o entendimento de universidade como instituição e seu lugar no campo da formação, bem como sobre as relações

com o Estado e comunidade acadêmica. Recupera o termo "multiversidade", que remete aos gregos, inclusive por suas diversificadas tradições no trato com o conhecimento. Kerr esclarece que "[...] multiversidade é uma instituição multifuncional" (op.cit. p. 27). A multiversidade se assemelha a um "[...] mecanismo - uma série de processos que produzem uma série de resultados - um mecanismo cuja integridade é mantida por regras administrativas e recursos financeiros."(op.cit. p. 29). Nesse sentido, compreende-se que a multiversidade engendra-se no modo de ser e fazer de uma empresa moderna, afastando-se do modelo de instituição universitária concebida na Idade Média, da universidade tradicional. "Apesar de multifuncional, ela deve ser administrada [...] como uma entidade complexa com instâncias de poder altamente fracionadas. Vários são os que competem por esse poder."(op.cit. p.29).

A multiversidade é um nome. Isso significa muito mais do que pode parecer à primeira vista. O nome da instituição representa um determinado nível de desempenho, um certo nível de respeito, um certo legado histórico, uma qualidade de espírito característica. Isto é da maior importância para o corpo docente e para os alunos, para as agências governamentais e as indústrias com as quais a instituição lida. Proteção e aumento de prestígio do seu nome são fundamentais para a multiversidade. (KERR, 2005, p. 28)

Nessa interpretação, o modelo de Kerr assemelha-se ao tratado por Chauí (2001), quando esta discute a universidade administrada em contraposição ao que concebe como instituição social, ou seja, quando a universidade passa a ser uma organização e perde-se nos fundamentos de universidade como aquela que produz e dissemina a ciência. Chauí (1999) nos alerta que quando a universidade é transformada em organização, a universidade passa a ser regida sob os princípios da gestão, a ideias de eficiência e sucesso; planejamento, previsão controle e êxito. A autora, explica:

Uma organização difere de uma instituição por definir-se por uma outra prática social, qual seja, a de sua instrumentalidade: está referida ao conjunto de meios (administrativos) particulares para obtenção de um objetivo particular. Não está referida a ações articuladas às ideias de reconhecimento externo e interno, de legitimidade interna e externa, mas a operações definidas como estratégias balizadas pelas ideias de eficácia e de sucesso no emprego de determinados meios para alcançar o objetivo particular que a define. *Por ser uma administração, é regida pelas ideias de gestão, planejamento, previsão, controle e êxito.* Não compete discutir ou questionar sua própria existência, sua função, seu lugar no interior da luta de classes, pois isso que para a instituição social universitária é crucial, é, para a organização, um dado de fato. Ela sabe (ou julga saber) por que, para que e onde existe. [...] *seu alvo não é responder as contradições, e sim vencer a competição com seus supostos iguais.* (CHAUÍ, 1999, p. 06, grifos nossos)

Nessa análise da autora, a organização, por sua instrumentalidade, difere da concepção de instituição social como organização apresentada por Berger e Lukmann (1988) em que os autores afirmam que as instituições sociais nos remetem à ideia de organização no sentido de preservação e continuidade de valores, ideias, posturas e ações humanas. As instituições sociais detêm historicidade, legitimidade, autoridade moral, são pontuadas por concepções ideológicas que favorecem a organização social.

Ser administrada tendo-se como foco a organização, importa, nesse sentido, mais os resultados que os processos; mais a estrutura organizacional e o seu funcionamento que a sua função social enquanto aquela que fomenta o conhecimento e, legitimamente, o dissemina. Esse modelo de universidade administrada (administração funcional, de resultados ou gerencial), com a assunção de um molde empresarial, remonta ao final dos anos de 1960, produzida por ocasião da Reforma Universitária de 1968, sob a influência do Relatório Meira Mattos em consonância com o Relatório Atcon³⁶.

A partir da configuração das políticas reformistas empreendidas a partir dos anos 1990, mudanças substantivas nas concepções e nos papéis sociais das

36 “O presidente da República, Artur da Costa e Silva, instituiu uma comissão especial, no âmbito do Ministério da Educação e Cultura, presidida pelo coronel Carlos Meira Matos para produzir relatório sobre as reivindicações e manifestações de estudantes e professores. Seu relatório apontava os principais problemas do ensino, em especial do superior: a) inadequação estrutural do Ministério da Educação e Cultura; b) crise de autoridade no sistema educacional; c) insuficiente remuneração atribuída aos professores; d) liberdade de cátedra gerando privilégio jurídico; e) ausência de uma política de ampliação de vagas; f) lentidão e desordem na implantação da reforma universitária; g) inexistência de uma liderança estudantil autêntica e democrática; h) ausência de fiscalização da aplicação de recursos públicos. Para a solução desses problemas a comissão propôs, entre outras medidas, a redução dos poderes do Conselho Federal de Educação, a nomeação de diretores de faculdades e reitores das universidades federais pelo presidente da República, sem levar em conta as listas tríplexes dos órgãos colegiados, e a limitação da autonomia universitária. O Relatório Meira Matos condicionou as atividades do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária (GRTU), instituído em julho desse ano.” Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/relatorio-meira-matos>. (Acesso em: 24/04/2018) (texto adaptado)

Por sua vez, “Rudolf Atcon, americano, membro da AID (Agency International Development), fizera um estudo sobre a universidade brasileira a partir de visitas realizadas a várias instituições do país. Suas ideias doutrinárias, partiam do pressuposto de que a educação seria o ponto de partida para o desenvolvimento da América Latina [...]. Designado consultor do MEC, disponibilizou ao GTRU, sob o título de “Recomendações”, as diversas esferas de reformulação universitária, notadamente no que dizia respeito à integração, reforma administrativa, reforma fiscal, educação superior, universidade enquanto objetivos e finalidades. Coube portanto a Atcon a incumbência maior de orientar a implantação de uma nova estrutura universitária baseada no modelo empresarial, objetivando rendimento e eficiência e a construção de um suporte institucional para a execução de decisões militares em direção ao propalado do Brasil Grande, injetada pelos interesses estrangeiros nos discursos governamentais. (BOSCHETTI, 2007) (texto adaptado).

universidades, sobretudo públicas, podem ser constatadas³⁷. Dentre críticas e argumentos apresentados pelos ideólogos das reformas nas universidades, ancorados em documentos internacionais³⁸, conforme Amaral (2003, p. 12) destaca-se:

[...] baixa relação aluno/professor, subutilização das instalações físicas e das habilidades dos docentes, duplicação desnecessária de programas e carreiras, altas taxas de evasão, altas taxas de repetência, excessiva soma de recursos destinada à residência estudantil, restaurantes, bolsas, subsídios etc.

Amaral (2003, p. 12-13) continua sua análise destacando elementos que referem-se a uma argumentação pautada no *modus operandi* das universidades, às suas intenções e objetivos, aos resultados obtidos dos processos formativos que, de acordo com os reformistas da época, impingiam à sociedade um alto custo de manutenção e com pouca ou reduzida qualidade. Dentre outros, Amaral (2003, 13) destaca quais os argumentos dos reformadores da década de 1990:

[...] formação de profissionais nem sempre requerido pelo mercado de trabalho, desenvolvimento de ações restritas a uma só parte da população, orientação basicamente intelectualizada e superespecializada, ênfase no acadêmico e não na redução do isolamento com relação à sociedade, atuação legitimadora da estratificação social existente, ação burocrática, autoritária e repressiva, passividade do estudante [...].

A tese da ineficiência das universidades públicas, em especial as federais, toma corpo e espaço para a sustentação das reformas, visto que mais algumas questões são colocadas em xeque, por agentes intelectuais³⁹ do campo educacional, em prol das reformas: o alto custo das instituições de pesquisa, o baixo número de alunos na graduação e pós-graduação, incompatibilidade entre

37 “[...] vêm sendo implementadas, desde os anos 1980, políticas e reformas educacionais em vários países, em consonância com as orientações dos organismos multilaterais e com o processo de mundialização ou acumulação flexível do capital. As reformas da educação superior, em particular, seguiram, em geral, a agenda globalmente estruturada para esse nível de ensino, apesar das especificidades na sua concretização em diferentes países. As publicações dos organismos multilaterais (Banco Mundial - BM, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE, dentre outros) desempenham importante papel na focalização de prioridades, diagnósticos e indicação de experiências bem sucedidas para as possíveis resoluções dos problemas enfrentados pelos sistemas de educação superior dos países, sobretudo os periféricos.” (FERREIRA; OLIVEIRA, 2010, p. 53)

38 Em seu estudo Amaral (2003, 11-12) refere-se aos documentos: la Enseñanza Superior: las lecciones derivadas de La experiencia, do Banco Mundial; Documento de política para a mudança e o desenvolvimento na educação superior, da Unesco; Tendências da Educação Superior para o Século XXI; os Anais da Conferência Mundial sobre o Ensino Superior (Paris, 5 a 9 de outubro de 1998).

39 A partir do estudo de Hey (2008) pode-se relacionar a ideia de agentes intelectuais a esse contexto aqui tratado e, compreende-se, então, que Eunice Durham, S. Schwartzman, Paulo Renato, Luis Carlos Bresser Pereira, dentre outros, podem ser considerados como agentes intelectuais do período das reformas educacionais nos anos 1990.

recursos recebidos e pesquisas realizadas, corporativismo departamental em relação à observância de horas efetivas de trabalho dos servidores e docentes.

Santos (1994), identificou três crises pelas quais passou e, pode-se acrescentar, *passa* a universidade nessas últimas décadas: a crise de hegemonia, a de legitimidade e a crise institucional. A “crise de hegemonia” resulta das contradições entre as funções tradicionais da universidade e as que ao longo do século XX lhe tinham sido atribuídas, ou seja, a formação para o trabalho não está mais restrita à universidade. Outros agentes do campo promovem essa formação, acolhendo as demandas do mercado, tendendo à massificação. A “crise de legitimidade” provoca uma quebra do consenso sobre a função e papel social da universidade como instituição que mantém e preserva o conhecimento, sobre o tipo de conhecimento produzido. A “crise institucional” coloca a universidade como refém do paradigma da eficácia e eficiência, na perspectiva da empresa privada. Seus agentes são medidos pela contabilidade empresarial, suprimindo sua autonomia institucional e acadêmica.

Em livro posterior, Santos (2011) retoma em sua análise os eixos que denotavam a crise da universidade na década de 1990. Nesse nova avaliação sobre o que sucedeu em relação ao que apontava como as três crises da universidade, o autor considera que cumpriu-se, mais do que ele esperava sobre sua previsão de dez anos atrás. E acrescenta:

Apesar de as três crises estarem intimamente ligadas e só poderem ser enfrentadas conjuntamente e através de vastos programas de acção gerados dentro e fora da universidade, previa (e temia) que a crise institucional viesse a monopolizar as atenções e os propósitos reformistas. Assim sucedeu. Previa também que a concentração na crise institucional pudesse levar à falsa resolução das duas outras crises, uma resolução pela negativa: a crise de hegemonia, pela crescente descaracterização intelectual da universidade; a crise da legitimidade, pela crescente segmentação do sistema universitário e pela crescente desvalorização dos diplomas universitários, em geral. Assim sucedeu também. (SANTOS, 2011)

Com o autor é importante pensar que as questões de base apontadas como causadoras da crise na universidade ainda permanecem e que, possivelmente, estejam longe de serem minoradas, até porque as questões se deslocam e geram outras. A universidade administra sua permanência no campo numa situação desfavorável, pois sua autonomia científica e pedagógica é pauta de constante negociação quando há a dependência financeira do Estado. Sendo assim, o fator financeiro, o financiamento para manutenção das estruturas físicas, acadêmicas e científicas de

uma universidade é ponto decisivo para a sua existência. Outra questão importante para essa análise é a observância de que o Estado reduziu seu compromisso político com as universidades e com a educação, de modo geral, a convertendo num bem que, sendo público, não tem de ser exclusivamente assegurado pelo Estado, ou seja, outros agentes entram em cena, são requeridos para ocupar os espaços de ausência do Estado: agentes de mercado, empresários, Organizações não Governamentais (ONG), voluntários, bancos, representantes da indústria e outros tantos. Ao se reduzir o financiamento da universidade, essa se obriga a buscar recursos no setor produtivo em formato de projetos, parcerias, convênios. Essa questão levanta outro questionamento: por que a universidade deixou de ser prioridade nos investimentos do Estado e nessa situação, perdeu espaço na luta pelos fundos públicos do Estado? Analisa-se que vivenciamos o contexto educacional impregnado por concepções que se revelam nas políticas educacionais com a marca do mercado, com a intencionalidade de vincular educação ao produtivismo, a resultados, a serviço. Por essa via, a educação de qualidade é subsumida e reificada aos processos mercadológicos, a perspectivas de resultados em contraposição aos processos.

No atual momento histórico, a educação superior pública está em debate, em que se questiona o “elitismo, o corporativismo e a despolitização” (op.cit.) que são compreendidos como vícios das instituições públicas de educação superior. “E é nesse quadro que a condição de consciência crítica da sociedade historicamente atribuída à sociedade tem sido não mais que o exercício da consciência científica do social, preponderando o exclusivismo e a prepotência do discurso científico”. (SANTOS; TAVARES, 2017, p. 13). Outras questões de fundo voltam à cena, com interrogações sobre a eficiência do Estado e, por conseguinte, a eficiência das instituições que o compõem, quais sejam, aquelas relativas à dimensão público/estatal ⁴⁰. Deve-

⁴⁰ Para maior discussão do tema e melhor entendimento, buscar o artigo *Universidade pública estatal: entre o público e o privado/mercantil*, de Valdemar Sguissardi (2005). O autor apresenta uma análise importante sobre a dicotomização público/estatal e privado/mercantil e, dentre suas análises apresenta à página 209 do artigo em questão, o seguinte trecho: “Passa a ter um papel central nessa discussão a contraposição estatal/público versus privado/mercantil, que o sociólogo Emir Sader apresenta, em sucinta e oportuna análise recente (2003). Indo ao ponto crucial da questão, Sader começa por enfatizar que “Uma das operações teóricas e políticas mais bem-sucedidas do neoliberalismo foi instaurar os debates em torno da oposição entre estatal e privado”. Ao contrapor o estatal ao privado teria o discurso neoliberal deslocado o eixo do debate para “um campo duplamente favorável ao liberalismo”. Isso permitiria “uma mais fácil desqualificação do estatal” e tiraria de cena um dos termos essenciais dessa polêmica: o público. Esta nova contraposição se prestaria a uma mais eficaz caracterização do estatal como “ineficiente”, “burocrático”, “corrupto”, “opressor”, cavador de impostos e mau prestador de serviços, e, do privado, como “espaço de liberdade individual, de criação, imaginação, dinamismo”.

se compreender que há diferenciação entre o que é público e o que é estatal, porém, para o jogo do capital, a confusão entre os conceitos e a sua aproximação gera lucros para os agentes institucionais em prol das estratégias de poder e ocupação de lugar e espaço nos campos sociais.

É possível compreender a estratégia dos agentes individuais e institucionais do campo educacional – do ensino superior, nesse caso, de construção da crise no campo, ou seja, pode-se avaliar que a crise contém o elemento do interesse, da luta dos agentes do/no campo em relação com outros campos (político, econômico), como possibilidade de encontrar e evidenciar pontos de fragilização institucional para o fomento de argumentos para as mudanças estruturais. O discurso da crise da universidade vincula-se à crise do capital. Não é oriunda da própria universidade, é oriunda da crise de mercado e de produtividade do sistema capitalista. É uma crise do regime de acumulação, da produção, do mercado, dos investidores privados, da chamada inadequação da formação aos atuais perfis profissionais. No campo, reverte-se para as universidades, o quinhão do desajuste mercado/produtividade, impingindo à mesma o débito produzido.

A crise econômica de 2008⁴¹ produziu um grande impacto nos países centrais do capitalismo, a começar pelos Estados Unidos, porém ocorreu impacto maior nos países em desenvolvimento e, como reverberação, tem “[...] provocado um realinhamento entre as diferentes frações do capital, dentro e fora do País; e também, em âmbito mundial, um realinhamento de forças entre os diferentes Estados.” (MANCEBO; SILVA JR; OLIVEIRA, 2018, p. 02).

A crise recrudescer o distanciamento entre países pobres e ricos, bem como acentuou contradições insuperáveis ao mesmo tempo que provocou a redução de lucros, a competitividade, constituiu barreiras para a continuidade da acumulação do capital. Como pontos nefastos promoveu (e promove) o desmonte e sucateamento

41 A crise financeira de 2008 foi a maior da história do capitalismo desde a grande depressão de 1929. Começou nos Estados Unidos após o colapso da bolha especulativa no mercado imobiliário, alimentada pela enorme expansão de crédito bancário e potencializada pelo uso de novos instrumentos financeiros, a crise financeira se espalhou pelo mundo todo em poucos meses. O evento detonador da crise foi a falência do banco de investimento Lehman Brothers no dia 15 de setembro de 2008, após a recusa do Federal Reserve (Fed, banco central americano) em socorrer a instituição. Essa atitude do Fed teve um impacto tremendo sobre o estado de confiança dos mercados financeiros, rompendo a convenção dominante de que a autoridade monetária norte-americana iria socorrer todas as instituições financeiras afetadas pelo estouro da bolha especulativa no mercado imobiliário. (trecho retirado de <https://jlcoureiro.wordpress.com/2011/09/13/origem-causas-e-impacto-da-crise-valor-economico-13092011/>). Acesso em 10/10/2017

do serviço público básico, reestruturação do trabalho, com a sua intensificação e piora de condições, bem como o aprimoramento da estrutura repressiva do Estado. Nesse cenário, a conseqüente violência aos direitos cidadãos compromete a estruturação de uma sociedade que promova a superação das desigualdades sociais. (MANCEBO; SILVA JR; OLIVEIRA, 2018, p. 02-03). Pode-se avaliar que a educação superior no Brasil apresenta uma dívida social e de mutilação na formação dos jovens, das pessoas. É acentuado em nossa sociedade o entendimento de que o jovem que vem do campo, do trabalho, o jovem pobre da periferia das cidades, não precisa de formação acadêmica em nível superior, precisa dos rudimentos necessários para o trabalho, para a produção. Essa é a impregnância da visão taylorista que se apresenta, ainda, bastante forte nas políticas públicas, nas políticas educacionais, resultado do *apartheid* social presente na sociedade brasileira. Nesse entendimento, é possível avaliar que a educação superior, no conjunto de suas instituições e da forma como são estruturadas e mantidas, contribui mesmo sem essa intenção, em certa medida, para a manutenção da sociedade desigual, excludente e sectária da qual fazemos parte.

A educação superior no Brasil, na contemporaneidade, é resultado do seu desenvolvimento histórico e das políticas para a educação superior que foram produzidas e efetivadas em consonância com o desenvolvimento econômico e social do país. É produto das lutas concorrenciais e posições de agentes na esfera política e de poder, que envidaram maior ou menor esforço para a implementação desse nível de ensino, dando-lhe, assim, maior ou menor evidência e importância no campo da educação. Há, de toda forma, contradições no percurso de implantação da educação superior, em especial das universidades públicas em nosso país. É possível compreender que essas contradições compõem o quadro de constituição de uma sociedade que se firma a partir de sua construção histórica e que, no caso brasileiro, as contradições estão na sua gênese, nos percursos e possibilidades de sua afirmação como Nação. Compreende-se que, como instituição social, a universidade ou qualquer outra instituição da educação superior (IES), “[...] realiza e exprime a sociedade de que é e faz parte. Não é uma realidade separada e sim uma expressão historicamente determinada de uma sociedade determinada.” (CHAUÍ, p. 35, 2001).

1.6. Universidades Estaduais como agentes institucionais do campo da educação superior: localização, presença e importância no campo

A expansão do campo da educação superior empreendida de forma mais intensa na década de 1990 no Brasil, também alcançou as IES estaduais. Porém, conforme Sampaio, Balbachesky e Peñaloza (1998), essa presença no campo data da segunda década dos anos 1900, com uma boa expansão no interior do país até metade da década de 1940. Esse primeiro período foi marcado pela criação de instituições universitárias⁴² por iniciativa de líderes políticos, intelectuais e representantes da sociedade local. O segundo período de desenvolvimento das universidades mantidas pelos governos estaduais teve início nos anos de 1940⁴³ e perdurou até o início da década de 1960. Foi marcado por um duplo movimento: o surgimento de novas escolas e a federalização de outras, isto é, a transformação de universidades estaduais em federais⁴⁴.

Estudos de Lopes e Passos (2015) apontam que no período iniciado nos anos de 1980, diferentemente do anterior, ocorreu a expansão das IES estaduais. Em 1980 existiam nove IES e até 1996, ano de aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9394/1996), mais 18 instituições foram somadas às existentes; um crescimento de 200%, menor apenas do que o verificado no setor privado, que teve uma variação de 220%.

Sob um ponto mais específico, é importante destacar, que mesmo diante das restrições orçamentárias na década de 1990 por parte do governo federal, observa-se a implantação de universidades pelos governos estaduais no movimento de expansão da educação superior, ao se observar a criação de IES estaduais na Bahia - Universidade Estadual de Santa Cruz- 1991, Goiás - Universidade Estadual de Goiás – 1999, Rio Grande do Sul - Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - 2001.

Porém, conforme estudos de Lopes e Passos (2015, p. 283), ocorreu a diminuição no crescimento das IES estaduais no período pós LDB (Lei n.

42 Universidade do Paraná (1912); Universidade de São Paulo - USP (1934); Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (1934); Universidade da Bahia (1946).

43 Universidade Estadual do Rio de Janeiro (1950); Universidade da Paraíba (1955); Universidade do Rio Grande do Norte (1958) ; Universidade de Juiz de Fora (1960).

44 Na década de 1970, já após a Reforma Universitária de 1968 (Lei no 5.540/68), surgiram mais 6: Universidade Estadual de Londrina (1971), Universidade Estadual de Ponta Grossa (1973), Universidade Estadual de Campinas (1976), Universidade Estadual Paulista (1976), Universidade Estadual de Maringá (1976) e Universidade Estadual do Ceará (1977). O fato é que o setor chegou ao final do período com um total de 09 instituições (SAMPAIO; BALBACHESKY; PEÑALOZA, 1998).

9.394/1996) até o ano de 2013 e foi de:

[...] 20% das universidades existentes, para 19%; de 13% das vagas para 5%; de 15% dos ingressantes para 8%; de 17% das matrículas para 13%; e de 19% dos concluintes para 14%. Isso não significa que o setor não tenha crescido, pelo contrário, o número de universidades foi acrescido em 27%, o de vagas 142%, o de ingressantes 119%, o de matrículas 133% e o de concluintes 141%. É que *esses percentuais foram inferiores ao crescimento verificado entre as federais com 59% mais instituições universitárias e, principalmente, entre as privadas que aumentaram o número de vagas em 686%, o de ingressantes em 330%, o de matrículas em 340% e o de concluintes em 339%*. Por isso, a fatia das estaduais, no ensino superior, reduziu: 5% no total de universidades, 60% no de vagas, 43% no de ingressantes, 23% no de matrículas e 26% no de concluintes. (grifos nossos).

Após a Constituição de 1988 e, posteriormente, à LDB (Lei n. 9.394/1996), as IES estaduais passam a submeter-se aos respectivos sistemas de ensino e à legislação educacional estadual, suplementar, nos termos do art. 24 da Constituição Federal. As IES estaduais estão fora do âmbito do governo federal (MEC), pois se instituem a partir de normatização, regulação e acompanhamento dos estados. Têm como característica a ocupação do interior, ou seja, fazem-se presentes com muita expressão no interior dos estados e, sendo assim, geram possibilidades de acesso, democratizando o ingresso para uma parcela da população historicamente excluída, bem como gera condições a jovens e estudantes trabalhadores de permanecerem em suas cidades e região. É importante considerar a importância das universidades estaduais na formação, na geração de conhecimento, inserção social e no impacto em diferentes áreas que se estendem em todo o país. O Brasil dispõe de uma rede de universidades estaduais tradicionalmente interiorizadas, que atende a uma quantidade significativa de estudantes, concorrendo – positivamente - com a rede federal na liderança do segmento público.

A Tabela 3, a seguir, apresenta a distribuição quantitativa de IES no Brasil por organização acadêmica e categoria administrativa, bem como localização (capital ou interior).

Tabela 3 - NÚMERO DE INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR, POR ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA E CATEGORIA ADMINISTRATIVA DAS IES NO BRASIL, CENTRO-OESTE E GOIÁS – 2016

Unidade da federação/ Categoria Administrativa	Instituições														
	Total Geral			Universidades			Centros Universitários			Faculdades			IF e CEFET		
	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior
Brasil	2407	864	1543	197	86	111	166	65	101	2004	683	1321	40	30	10
Pública	296	98	198	108	48	60	10	2	8	138	18	120	40	30	10
Federal	107	64	43	63	31	32	-	-	-	4	3	1	40	30	10
Estadual	123	33	90	39	17	22	1	1	-	83	15	68	-	-	-
Municipal	66	1	65	6	-	6	9	1	8	51	-	51	-	-	-
Privada	2111	766	1345	89	38	51	156	63	93	1866	665	1201	-	-	-
Centro Oeste	240	115	125	14	9	5	15	10	5	206	91	115	5	5	-
Pública	19	11	8	9	4	5	1	-	1	4	2	2	5	5	-
Federal	10	9	1	5	4	1	-	-	-	-	-	-	5	5	-
Estadual	5	2	3	3	-	3	-	-	-	2	2	-	-	-	-
Municipal	4	-	4	1	-	1	1	-	1	2	-	2	-	-	-
Privada	221	104	117	5	5	-	14	10	4	202	89	113	-	-	-
Goiás	88	28	60	4	2	2	4	1	3	78	23	55	2	2	-
Pública	8	3	5	3	1	2	1	-	1	2	-	2	2	2	-
Federal	3	3	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	2	2	-
Estadual	1	-	1	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Municipal	4	-	4	1	-	1	1	-	1	2	-	2	-	-	-
Privada	80	25	55	1	1	-	3	1	2	76	23	53	-	-	-

Fonte: INEP - Sinopse Estatística da Educação Superior 2016.

* Produzida a partir de <http://inep.gov.br/web/quest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em novembro de 2017

Pelos dados da Tabela 3 constata-se que as IES estaduais são em maior número (123) que as IES federais (107) e municipais (66) no Brasil, porém há menor número de universidades estaduais (39) que universidades federais (63). Perfazem um percentual de aproximadamente 45,5% do total das instituições públicas do país. Em maior número de instituições, as IES estaduais estão bastante pulverizadas, com campus de menor tamanho. Os campus menores podem ser uma boa estratégia para a interiorização e melhor atendimento dos municípios e proximidades, pois, pode-se avaliar, que os mesmos adequam-se em estrutura física às demandas de cursos e matrículas das cidades do interior⁴⁵. Dentre as IES

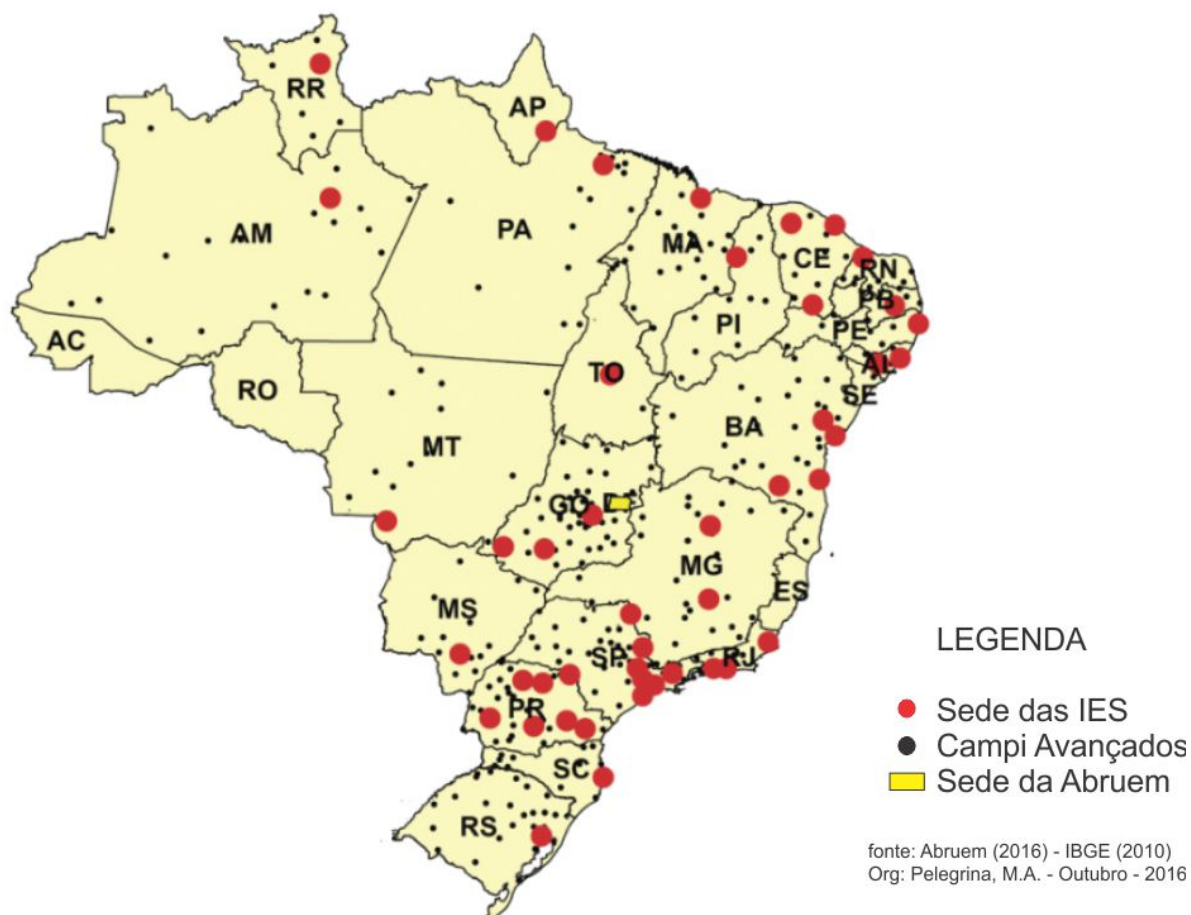
45 O IBGE apresentou os seguintes dados sobre a população de Goiás: População estimada em

estaduais, o maior número de instituições é de faculdades que concentram-se no interior, com um percentual de mais de 67% em relação ao total. Dentre as 39 universidades estaduais, 22 concentram-se em cidades do interior do Brasil e 17 em capitais. A região Centro-Oeste abriga 3 universidades estaduais, além de 2 Centros Universitários estaduais. Em Goiás há uma única universidade estadual, a Universidade Estadual de Goiás – UEG, universidade multicampi em que os seus campi estão distribuídos pelo interior do estado de Goiás.

O Mapa do Brasil (Figura 2) apresenta a localização das IES estaduais e municipais nos estados brasileiros.

2017: 24.103 milhões de pessoas; População no último censo de 2010: 24.727 milhões de pessoas, com Densidade demográfica em 2010 de 7,96 hab/km². (dados obtidos em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/goias/panorama>) Acesso em: 28/06/2018.

Figura 2: MAPA DO BRASIL - LOCALIZAÇÃO DAS IES ESTADUAIS E MUNICIPAIS NO BRASIL



Fonte: ABRUEM (disponível em <http://www2.abruem.org.br/afiliadas/>) (Acesso em 14/02/18)

Pela Figura 2 do Mapa do Brasil é possível observar a expressiva capilaridade das IES estaduais e municipais, ou seja, há a incidência das instituições nos municípios do interior dos estados. Somente os estados do Acre, Rondônia, Sergipe e Espírito Santo não têm universidades estaduais ou municipais; mantêm universidades federais (UFES) e institutos federais de educação superior (IFES).

No Quadro 3, a seguir, há a discriminação das IES estaduais e municipais por estado brasileiro.

Quadro 3 – RELAÇÃO E QUANTIDADE DE UNIVERSIDADES E CENTROS UNIVERSITÁRIOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS POR ESTADOS BRASILEIROS - 2018

Estados	IES Estaduais e Municipais	*E	**M
ALAGOAS	1. UNCISAL (Universidade de Ciências da Saúde de Alagoas) 2. UNEAL (Universidade Estadual de Alagoas)	2	
AMAPÁ	3. UEAP (Universidade do Estado do Amapá)	1	
AMAZONAS	4. UEA (Universidade do Estado do Amazonas)	1	
BAHIA	5. UNEB (Universidade do Estado da Bahia) 6. UEFS (Universidade Estadual de Feira de Santana) 7. UESC (Universidade Estadual de Santa Cruz) 8. UESB (Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia)	4	
CEARÁ	9. UECE (Universidade Estadual do Ceará) 10. UVA (Universidade Estadual Vale do Acaraú) 11. URCA (Universidade Regional do Cariri)	3	
GOIÁS	12. UNIFIMES (Centro Universitário de Mineiros) 13. UNIRV (Universidade de Rio Verde) 14. UEG (Universidade Estadual de Goiás)	1	2
MARANHÃO	15. UEMA (Universidade Estadual do Maranhão)	1	
MATO GROSSO	16. UNEMAT (Universidade do Estado de Mato Grosso)	1	
MATO GROSSO DO SUL	17. UEMS (Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul)	1	
MINAS GERAIS	18. UEMG (Universidade do Estado de Minas Gerais) 19. UNIMONTES (Universidade Estadual de Montes Claros)	1	
PARÁ	20. UEPA (Universidade do Estado do Pará)	1	
PARAÍBA	21. UEPB (Universidade Estadual da Paraíba)	1	
PARANÁ	22. UEL (Universidade Estadual de Londrina) 23. UEM (Universidade Estadual de Maringá) 24. UENP (Universidade Estadual do Norte do Paraná) 25. UEPG (Universidade Estadual de Ponta Grossa) 26. UNESPAR (Universidade Estadual do Paraná) 27. UNICENTRO (Universidade Estadual do Centro-Oeste) 28. UNIOESTE (Universidade Estadual do Oeste do Paraná)	7	
PERNAMBUCO	29. UPE (Universidade de Pernambuco)	1	
PIAUÍ	30. UESPI (Universidade Estadual do Piauí)	1	
RIO DE JANEIRO	31. UEZO (Centro Universitário Estadual da Zona Oeste) 32. UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) 33. UENF (Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro)	3	
RIO GRANDE DO NORTE	34. UERN (Universidade do Estado do Rio Grande do Norte)	1	
RIO GRANDE DO SUL	35. UERGS (Universidade Estadual do Rio Grande do Sul)	1	
RORAIMA	36. UERR (Universidade Estadual de Roraima)	1	
SANTA CATARINA	37. UDESC (Universidade do Estado de Santa Catarina)	1	
SÃO PAULO	38. UNIFAE (Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino) 39. UNIFACEF (Centro Universitário de Franca) 40. USP (Universidade de São Paulo) 41. UNITAU (Universidade de Taubaté) 42. UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas) 43. UNESP (Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho") 44. USCS (Universidade Municipal de São Caetano do Sul)	3	4
TOCANTINS	45. UNITINS (Universidade Estadual do Tocantins)	1	
* E = Estadual ** M = Municipal		Total	39 6

Fonte: ABRUEM (<http://www2.abruem.org.br/afiliadas/>) (elaboração própria) (Acesso em 14/02/2018)

É interessante registrar a presença de seis IES municipais no país, sendo que duas delas estão em Goiás: Universidade de Rio Verde e Centro Universitário de Mineiros. Das seis IES municipais, três são universidades e três são Centros Universitários. O estado do Rio de Janeiro mantém um Centro Universitário estadual (UEZO) e se localiza na capital, na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro.

Para se verificar de forma mais clara a interiorização da educação superior no Brasil, as Tabelas de 4 a 6 apresentam dados sobre os cursos de graduação presencial oferecidos. Mais detalhadamente, a Tabela 4 apresenta dados totais do número de cursos de graduação presenciais distribuídos no interior e capital, no Brasil, Região Centro Oeste, com destaque para Goiás.

Tabela 4: TOTAL GERAL DE CURSOS DE GRADUAÇÃO PRESENCIAIS DISTRIBUÍDOS NO BRASIL, CENTRO OESTE E GOIÁS, POR CATEGORIA ADMINISTRATIVA, NA CAPITAL E INTERIOR – 2016

Unidade da Federação / Categoria Administrativa	Número de Cursos de Graduação Presenciais					
	Universidades			Centros Universitários		
	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior
Brasil	14.654	5.539	9.115	4.570	2.160	2.410
Pública	8.048	2.582	5.466	160	12	148
Federal	4.610	1.988	2.622	.	.	.
Estadual	3.168	593	2.575	11	11	.
Municipal	270	1	269	149	1	148
Privada	6.606	2.957	3.649	4.410	2.148	2.262
Centro-Oeste	1.145	623	522	405	270	135
Pública	863	343	520	16	.	16
Federal	550	330	220	.	.	.
Estadual	275	13	262	.	.	.
Municipal	38	.	38	16	.	16
Privada	282	280	2	389	270	119
Goiás	419	183	236	90	24	66
Pública	333	97	236	16	.	16
Federal	154	93	61	.	.	.
Estadual	141	4	137	.	.	.
Municipal	38	.	38	16	.	16
Privada	86	86	.	74	24	50

Fonte: INEP - Sinopse Estatística da Educação Superior 2016. * Disponível em <http://inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior> . Acesso em novembro de 2017

Observa-se a incidência de maior número de cursos de graduação presenciais nas cidades do interior do Brasil e isso se dá na esfera geral do país, da região

Centro Oeste e em Goiás. Ocorre, em termos gerais, nas diferentes categorias administrativas institucionais, ou seja nas esferas públicas e privada.

Quando se observa a Região Centro-Oeste, verifica-se que há uma inversão nos dados, ou seja, há predominância de cursos de graduação presenciais de IES privadas nas capitais e a maior parte dos cursos de graduação presenciais estaduais ocorrem no interior; os da rede federal a quantidade de cursos no interior e nas capitais é basicamente equilibrada.

No estado de Goiás, o maior número de cursos de graduação presencial é ofertado no interior, especialmente os cursos da rede estadual que são exclusivamente da UEG.

Pela totalização dos cursos de graduação, verifica-se a importância da rede pública estadual em ofertar seus cursos predominantemente no interior, sendo parcela significativa na interiorização da educação superior no país.

As Tabelas 5 e 6 apresentam os dados dos cursos de graduação presenciais distribuídos entre capital e interior, especificados por categorias administrativas, separados entre as Universidades e Centros Universitários (Tabela 5) e Faculdades, IFs e CEFETs (Tabela 6).

Tabela 5: CURSOS DE GRADUAÇÃO PRESENCIAIS DISTRIBUÍDOS NO BRASIL, CENTRO OESTE E GOIÁS, POR CATEGORIA ADMINISTRATIVA-UNIVERSIDADES E CENTROS UNIVERSITÁRIOS - NA CAPITAL E INTERIOR – 2016

Unidade da Federação / Categoria Administrativa	Número de Cursos de Graduação Presenciais					
	Universidades			Centros Universitários		
	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior
Brasil	14.654	5.539	9.115	4.570	2.160	2.410
Pública	8.048	2.582	5.466	160	12	148
Federal	4.610	1.988	2.622	.	.	.
Estadual	3.168	593	2.575	11	11	.
Municipal	270	1	269	149	1	148
Privada	6.606	2.957	3.649	4.410	2.148	2.262
Centro-Oeste	1.145	623	522	405	270	135
Pública	863	343	520	16	.	16
Federal	550	330	220	.	.	.
Estadual	275	13	262	.	.	.
Municipal	38	.	38	16	.	16
Privada	282	280	2	389	270	119
Goiás	419	183	236	90	24	66
Pública	333	97	236	16	.	16
Federal	154	93	61	.	.	.
Estadual	141	4	137	.	.	.
Municipal	38	.	38	16	.	16
Privada	86	86	.	74	24	50

Fonte: INEP - Sinopse Estatística da Educação Superior 2016. * Disponível em <http://inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior> . Acesso em novembro de 2017

Observando-se a Tabela 5, verifica-se que a maior quantidade de cursos de graduação presencial oferecidos pelas universidades públicas no Brasil concentram-se no interior, assim como os das universidades privadas. Os cursos dos Centros Universitários estaduais, mesmo em menor quantidade, e os cursos privados concentram-se nas capitais, ao contrário dos municipais.

Conforme dados levantados por Carvalho (2018) no período de 2001 a 2016, a autora confirma que, nos dados gerais sobre matrículas, o predomínio de matrículas nas universidades estaduais (UE) é em regiões interioranas e concentração em turno diurno.

A autora (op.cit), informa:

Quanto à distribuição das matrículas em UEs por capital e regiões interioranas, os dados [...] indicam que elas se concentram no interior e mostram a importância dessas instituições no processo de interiorização da educação superior no país. No período analisado, a proporção dessas matrículas no interior sempre foi superior a 70%, sendo que, em 2016, elas

representaram 72,5%. Tendo em vista o total de matrículas das UEs no país, no que se refere ao turno de funcionamento, os dados indicam que há maior concentração delas no turno diurno, visto que, no ano de 2016, representavam 60% do total. No entanto, é preciso destacar que, quando se apreciam esses dados por regiões e estados da federação, há regiões que possuem maior oferta em cursos noturnos (CARVALHO, 2018, p. 137).

Na Região Centro Oeste, os cursos de graduação presenciais da rede federal são em maior número nas capitais, bem como da rede privada. As universidades estaduais concentram a oferta de seus cursos de graduação no interior, sendo que a UEG, em Goiás, perfaz em 57,5% o total de cursos na Região localizados no interior dos estados. Por sua vez, a rede federal oferece a maior quantidade de cursos na capital, seguindo a lógica já observada no país. Os Centros Universitários privados concentram seus cursos de graduação presencial, em boa medida, nas capitais.

Tabela 6: CURSOS DE GRADUAÇÃO PRESENCIAIS DISTRIBUÍDOS NO BRASIL, CENTRO OESTE E GOIÁS, POR CATEGORIA ADMINISTRATIVA-FACULDADES, IFS E CEFETS - NA CAPITAL E INTERIOR - 2016)

Unidade da Federação / Categoria Administrativa	Número de Cursos de Graduação Presenciais					
	Faculdades			IF e CEFET		
	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior
Brasil	12.170	4.299	7.871	1.310	311	999
Pública	575	65	510	1.310	311	999
Federal	18	12	6	1.310	311	999
Estadual	284	53	231	.	.	.
Municipal	273	.	273	.	.	.
Privada	11.595	4.234	7.361	.	.	.
Centro-Oeste	1.207	554	653	178	60	118
Pública	19	4	15	178	60	118
Federal	.	.	.	178	60	118
Estadual	4	4
Municipal	15	.	15	.	.	.
Privada	1.188	550	638	.	.	.
Goiás	469	153	316	100	28	72
Pública	15	.	15	100	28	72
Federal	.	.	.	100	28	72
Estadual
Municipal	15	.	15	.	.	.
Privada	454	153	301	.	.	.

Fonte: INEP - Sinopse Estatística da Educação Superior 2016. * Disponível em <http://inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso: novembro de 2017

Observa-se, por meio dos dados apresentados na Tabela 6, a presença marcante da oferta de cursos pelas faculdades privadas no interior do país, porém

com expressiva presença também (mesmo em menor quantidade), de cursos de graduação no interior. Essa verificação se estende, também, para a Região Centro Oeste e Goiás, que detém pouco menos da metade de faculdades privadas no interior do estado, bem como, Goiás apresenta pouco menos de metade do total de cursos em faculdades privadas na Região com oferta de graduação presencial. Em Goiás não se constata presença de faculdades estaduais, as faculdades públicas existentes são municipais e estão no interior do estado.

Os Institutos Federais (IF) e Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), instituições federais, concentram-se no interior do país e, conseqüentemente, a presença destas instituições na Região Centro Oeste e Goiás também é no interior dos estados.

A Tabela 7, a seguir, apresenta dados de matrículas na graduação, diferenciadas em bacharelado, licenciatura e tecnólogo nas IES, destacando-se a categoria administrativa estadual. A intenção é verificar a incidência da oferta dos tipos de cursos por categorias administrativas, observando-se de forma mais detalhada a oferta das IES estaduais.

Tabela 7: DADOS DE MATRÍCULAS EM CURSOS DE GRADUAÇÃO DISTRIBUÍDOS CATEGORIA ADMINISTRATIVA, CURSOS DE GRADUAÇÃO BACHARELADO, LICENCIATURA E TECNÓLOGO, PRESENCIAIS E A DISTÂNCIA – BRASIL, CENTRO OESTE E GOIÁS - TOTAL GERAL – 2016

Unidade da Federação / Categoria Administrativa	Matrículas em Cursos de Graduação Presenciais e a Distância				
	Total Geral				
	Total	Bacharelado	Licenciatura	Tecnólogo	Não Aplicável
Brasil	8.048.701	5.549.736	1.520.494	946.229	32.242
Pública	1.990.078	1.221.969	579.114	157.000	31.995
Federal	1.249.324	823.295	328.032	73.951	24.046
Estadual	623.446	305.990	229.781	79.726	7.949
Municipal	117.308	92.684	21.301	3.323	-
Privada	6.058.623	4.327.767	941.380	789.229	247
Centro-Oeste	751.601	525.547	134.960	88.622	2.472
Pública	178.954	117.882	48.782	9.818	2.472
Federal	121.956	82.455	29.425	7.604	2.472
Estadual	43.819	23.468	18.336	2.015	.
Municipal	13.179	11.959	1.021	199	-
Privada	572.647	407.665	86.178	78.804	.
Goiás	243.744	177.446	43.755	22.269	274
Pública	62.721	40.685	18.161	3.601	274
Federal	33.194	22.563	8.625	1.732	274
Estadual	16.348	6.163	8.515	1.670	.
Municipal	13.179	11.959	1.021	199	-
Privada	181.023	136.761	25.594	18.668	.

Fonte: INEP - Sinopse Estatística da Educação Superior 2016. * Disponível em <http://inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior> . Acesso em novembro de 2017

Pelos dados da Tabela 7 observa-se a grande incidência de matrículas em cursos de bacharelado no Brasil, representando um percentual de 68,9% do total de matrículas em graduação presenciais e a distância em contraposição a, aproximadamente, 18,9% de licenciaturas e 11,7% de tecnólogos. No Brasil, a rede estadual detém em torno de 7,7% dos cursos de graduação sendo 5,5% de bacharelados, 15,1% dos cursos de licenciatura e 8,4% dos cursos tecnológicos.

A Região Centro Oeste em relação aos totais do Brasil agrupa em torno de

9,4% dos cursos de bacharelado, 8,8% das licenciaturas e 9,3% dos cursos tecnológicos. Do total da Região Centro Oeste, Goiás detém em torno de 37,3% dos cursos de graduação presenciais e a distância. Goiás, em relação ao Brasil, atende 3% dos cursos totais de graduação presenciais e a distância, sendo, deste total, em torno de 3% de bacharelados, 2,8% licenciaturas e 2,3% de cursos tecnológicos; em relação às IES estaduais da Região Centro Oeste, a IES estadual de Goiás, a UEG (dentre as 3 estaduais da Região), oferece 26,2% dos bacharelados, 46,4% das licenciaturas e 82,8% dos cursos tecnológicos.

Em seu estudo sobre as universidades estaduais (UE), Carvalho (2018, p. 279) nos alerta que

[...] a partir do ano de 2012, as matrículas das UEs cessaram o seu ritmo de crescimento e apresentaram redução no total de matrículas ofertadas. Essa redução acerca da oferta de matrículas pelas UEs no país é um sinal de alerta que precisa ser considerado e melhor apreciado pelos órgãos e entidades ligados à educação superior, em especial pela considerável participação das UEs na oferta de matrículas públicas nas localidades onde estão inseridas e também devido aos desafios das metas do PNE (2014-2024) para a educação superior, de modo particular, no que se refere à expansão determinada para as matrículas públicas.

Sobre a evolução das matrículas das UEs por regiões da federação, foi possível constatar que existem assimetrias quanto às características dessas matrículas quando elas são analisadas separadamente por região. Sendo assim, as UEs das regiões Norte e Nordeste possuem maior expressividade de atuação em cursos de licenciatura, ao passo que as UEs das regiões Sul e Sudeste são em cursos de bacharelado. Foi possível observar também que está ocorrendo um processo de redução na proporção de matrículas das UEs em cursos de licenciatura em todas as regiões do país.

Outra característica evidenciada pelos dados apresentados é quanto ao predomínio das matrículas das UEs em regiões interioranas, especialmente nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. (grifos nossos).

Conforme dados da pesquisa de Carvalho (2018), há uma queda considerável nas matrículas das UE, inclusive com uma visível diferenciação de matrículas entre as regiões, porém, com uma baixa considerável de matrículas nas licenciaturas independentemente das regiões onde as UE estejam. A Tabela 8, a seguir, apresenta a evolução das matrículas das UE e distribuição por grau acadêmico no período de 2010 a 2016.

Tabela 8: EVOLUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MATRÍCULAS DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS POR GRAU ACADÊMICO NOS ANOS DE 2010 A 2016, CONFORME CARVALHO (2018, p. 139)

Ano	Bacharelado	%	Licenciatura	%	Tecnólogo	%	Não aplicável**	%
2010	247.888	52,6	202.366	42,9	10.248	2,2	10.767	2,3
2011	257.226	53,1	206.906	42,7	9.809	2,0	10.665	2,2
2012	260.292	53,2	204.799	41,9	10.738	2,2	13.390	2,7
2013	262.063	54,5	197.853	41,2	9.228	1,9	11.317	2,4
2014	283.811	56,0	207.841	41,0	10.667	2,1	4.586	0,9
2015	288.595	57,3	198.397	39,4	10.013	2,0	6.839	1,4
2016	293.338	58,0	194.676	38,5	9.847	1,9	7.949	1,6

Fonte: Inep - Censo da Educação Superior - 2001 a 2016. Sistematização e cálculo realizado por este estudo.

* O Censo da Educação Superior do Inep só traz essa informação a partir do ano de 2010.

** Conforme consta do banco, essa informação corresponde à área básica de cursos em que não está definido o grau acadêmico.

Fonte: Carvalho (2018, p. 139)

Observa-se pelos dados apresentados na Tabela 8 com fonte em Carvalho (2018, p. 139) que tem havido, ao longo dos últimos 7 anos, uma variação com sinalização de queda do percentual de matrículas nas licenciaturas e cursos tecnológicos nas universidades estaduais, de modo geral.

A Tabela 9 abaixo, apresenta dados quantitativos de docentes em exercício nas IES do país, incluindo a distribuição destes por regime de trabalho, categoria administrativa e tipos de instituições.

Tabela 9: DADOS QUANTITATIVOS DOS DOCENTES EM EXERCÍCIO DISTRIBUÍDOS POR TIPOS DE IES, REGIME DE TRABALHO E CATEGORIA ADMINISTRATIVA – BRASIL, CENTRO OESTE E GOIÁS - 2016

	Docentes em exercício																			
	Total Geral				Universidades				Centros Universitários				Faculdades				IF e CEFET			
	Total	Tempo Integ.	Tempo Parcial	Horista	Total	Tempo Integ.	Tempo Parcial	Horista	Total	Tempo Integ.	Tempo Parcial	Horista	Total	Tempo Integ.	Tempo Parcial	Horista	Total	Tempo Integ.	Tempo Parcial	Horista
Brasil	384094	199290	104795	80009	207593	146769	36538	24232	43152	11372	16236	15544	113484	22237	51124	40123	19919	18912	897	110
Pública	169544	144166	19451	5927	138831	121456	14296	3079	1536	698	362	476	9258	3100	3896	2262	19919	18912	897	110
Federal	110105	101837	7960	308	89737	82517	7024	196	-	-	-	-	449	408	39	2	19919	18912	897	110
Estadual	51791	39481	9270	3040	45850	37507	6547	1796	100	100	-	-	5841	1874	2723	1244	-	-	-	-
Municip.	7648	2848	2221	2579	3244	1432	725	1087	1436	598	362	476	2968	818	1134	1016	-	-	-	-
Privada	214560	55124	85344	74082	68708	25313	22242	21153	41616	10674	15874	15068	104226	19137	47228	37861	-	-	-	-
Cent. Oeste	35784	17566	11523	6695	18318	12239	4284	1795	4699	1129	2089	1481	10462	1972	5076	3414	2305	2226	74	5
Pública	17304	13434	3350	520	14471	10969	2995	505	87	70	17	-	441	169	264	8	2305	2226	74	5
Federal	12484	11024	1262	198	10179	8798	1188	193	-	-	-	-	-	-	-	-	2305	2226	74	5
Estadual	4102	1867	1950	295	3813	1814	1712	287	-	-	-	-	289	43	238	8	-	-	-	-
Municip.	718	563	138	27	479	357	95	27	87	70	17	-	152	126	26	-	-	-	-	-
Privada	18480	4132	8173	6175	3847	1270	1289	1288	4612	1059	2072	1481	10021	1803	4812	3406	-	-	-	-
Goiás	13098	6296	4354	2448	6683	3708	2094	881	1025	276	387	362	4123	1085	1834	1204	1267	1227	39	1
Pública	6615	4584	2003	28	5109	3161	1921	27	87	70	17	-	152	126	26	-	1267	1227	39	1
Federal	4052	3279	772	1	2785	2052	733	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1267	1227	39	1
Estadual	1845	752	1093	-	1845	752	1093	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Municip.	718	553	138	27	479	367	95	27	87	70	17	-	152	126	26	-	-	-	-	-
Privada	6483	17212	2361	2420	1574	547	173	854	938	206	370	362	3971	959	1808	1204	-	-	-	-

Fonte: INEP - Sinopse Estatística da Educação Superior 2016.

Produzida a partir de <http://inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em novembro de 2017.

Observa-se na Tabela 9 que pouco mais que 76% dos professores das IES estaduais do país trabalham em regime de trabalho em tempo integral, quase 18% em regime de trabalho em tempo parcial e aproximadamente 6% do total de professores trabalham em regime de trabalho como horistas. Dentre as IES estaduais no país, os professores estão em maior número nas universidades, em torno de 88% do total. Na região Centro Oeste, pouco mais de 45% dos professores trabalham em regime integral, aproximadamente 48% em regime parcial e pouco mais de 7% como horistas. No Estado de Goiás, a Universidade Estadual de Goiás tem pouco mais de 40% de seus professores em tempo integral e pouco menos que 60% em tempo parcial. A diversificação e diferenciação nos regimes de trabalho na UEG criam situações complicadoras para seu processo de institucionalização de forma qualitativa, ou seja, verifica-se, que não há adesão da maior parte dos professores a dedicarem-se com maior tempo à Universidade; dentre as possibilidades para essa questão, pode-se inferir: condições de trabalho, dentre as quais salários baixos; estruturas físicas dos câmpus; distâncias dos câmpus da capital do estado; carreira, dentre outros. (Verificar, de forma mais detalhada, no Capítulo 2 deste trabalho).

Observa-se a partir do Quadro 4, a seguir, que as IES Estaduais se organizam, em boa medida com uma estrutura multicampi, porém com bastante diferenciação entre elas, pois, mesmo uma IES se organizando com menos campus ela pode ser maior em tamanho, como instituição, que outra com maior número de campus e vice-versa. Não é a quantidade de campus que define o tamanho da IES e sim sua quantidade de matrículas.

Quadro 4 – IES ESTADUAIS NO BRASIL: QUANTIDADES DE ALUNOS E CAMPUS

IES ESTADUAIS		Número aproximado de alunos (Graduação, Pós-Graduação e EaD)*	Campus
1.	UNCISAL (Universidade de Ciências da Saúde de Alagoas)	4005	2
2.	UNEAL (Universidade Estadual de Alagoas)	6.826	6
3.	UEAP (Universidade do Estado do Amapá)	2.594	2
4.	UEA (Universidade do Estado do Amazonas)	18.831	23
5.	UNEB (Universidade do Estado da Bahia)	29.103	24
6.	UEFS (Universidade Estadual de Feira de Santana)	7.939	5
7.	UESC (Universidade Estadual de Santa Cruz)	7.715	1
8.	UESB (Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia)	9.093	3
9.	UECE (Universidade Estadual do Ceará)	18.676	10
10.	UVA (Universidade Estadual Vale do Acaraú)	10.184	4
11.	URCA (Universidade Regional do Cariri)	14.190	1
12.	UEG (Universidade Estadual de Goiás)	22.663	41
13.	UEMA (Universidade Estadual do Maranhão)	17.752	24
14.	UNEMAT (Universidade do Estado de Mato Grosso)	13.619	13
15.	UEMS (Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul)	8.512	21
16.	UEMG (Universidade do Estado de Minas Gerais)	19.498	16
17.	UNIMONTES (Universidade Estadual de Montes Claros)	8.730	13
18.	UEPA (Universidade do Estado do Pará)	12.604	20
19.	UEPB (Universidade Estadual da Paraíba)	21.663	8
20.	UEL (Universidade Estadual de Londrina)	15.270	1
21.	UEM (Universidade Estadual de Maringá)	14.254	9
22.	UENP (Universidade Estadual do Norte do Paraná)	4.536	3
23.	UEPG (Universidade Estadual de Ponta Grossa)	9.183	1
24.	UNESPAR (Universidade Estadual do Paraná)	9.277	7
25.	UNICENTRO (Universidade Estadual do Centro-Oeste)	8.778	8
26.	UNIOESTE (Universidade Estadual do Oeste do Paraná)	8.216	5
27.	UPE (Universidade de Pernambuco)	16.373	11
28.	UESPI (Universidade Estadual do Piauí)	22.136	11
29.	UEZO (Centro Universitário Estadual da Zona Oeste)	2.015	1
30.	UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)	23.057	7
31.	UENF (Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro)	1.776	1
32.	UERN (Universidade do Estado do Rio Grande do Norte)	12.652	5
33.	UERGS (Universidade Estadual do Rio Grande do Sul)	4.083	24
34.	UERR (Universidade Estadual de Roraima)	958	6
35.	UDESC (Universidade do Estado de Santa Catarina)	14.671	12
36.	USP (Universidade de São Paulo)	96.364	8
37.	UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas)	35.718	3
38.	UNESP (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”)	51.896	24
39.	UNITINS (Universidade Estadual do Tocantins)	1.998	4
* Os dados sobre números de alunos variam entre os anos de 2015 e 2018, pois alguns sítios e PDI das IES estão desatualizados ou em reformulação.			

Fonte: Sítios das IES e PDI das instituições (elaboração própria) (Acesso em 14/02/18)

No Quadro 4 verifica-se que a UEG é a maior universidade estadual em quantidade de câmpus, porém a USP é a maior IES estadual com mais de noventa e seis mil alunos em oito câmpus. Dentre as universidades que têm aproximadamente o mesmo número de alunos que a UEG encontra-se uma no Piauí, a Universidade Estadual do Piauí com onze câmpus e outra na Paraíba, a Universidade Estadual da Paraíba com oito câmpus. A UERG, em termos de número de alunos é um pouco maior que a UEG e tem sete câmpus. Ao mesmo tempo que a rede de IES estaduais é composta por universidades pequenas, com uma variação de mil a dois mil e quinhentos alunos, é composta também por grandes universidades estaduais, como UNESP, UNICAMP E USP que variam, respectivamente de quase trinta e seis mil a noventa mil alunos.

Constata-se que a variação no número de câmpus das IES estaduais denota a sua capilaridade no estado, ou seja, mais câmpus significa maior interiorização do ensino superior. A seguir, apresenta-se o agrupamento das IES por número de câmpus:

i. de 1 a 4 câmpus – (13) Universidade de Ciências da Saúde de Alagoas; Universidade do Estado do Amapá; Universidade Estadual de Santa Cruz; Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia; Universidade Estadual Vale do Acaraú; Universidade Regional do Cariri; Universidade Estadual de Londrina; Universidade Estadual do Norte do Paraná; Universidade Estadual de Ponta Grossa; Centro Universitário Estadual da Zona Oeste; Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro; Universidade Estadual de Campinas; Universidade Estadual do Tocantins.

ii. de 5 a 16 câmpus - (18) Universidade Estadual de Alagoas; Universidade Estadual de Feira de Santana; Universidade Estadual do Ceará; Universidade do Estado de Mato Grosso; Universidade do Estado de Minas Gerais; Universidade Estadual de Montes Claros; Universidade Estadual da Paraíba; Universidade Estadual de Maringá; Universidade Estadual do Paraná; Universidade Estadual do Oeste do Paraná; Universidade Estadual do Centro-Oeste; Universidade de Pernambuco; Universidade Estadual do Piauí; Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Universidade do Estado do Rio Grande do Norte; Universidade Estadual de Roraima; Universidade do Estado de Santa Catarina; Universidade de São Paulo.

iii. de 20 a 24 câmpus - (7) Universidade do Estado do Amazonas; Universidade do Estado da Bahia; Universidade Estadual do Maranhão; Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul; Universidade do Estado do Pará; Universidade Estadual do Rio Grande do Sul; Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

iv. Mais de 24 câmpus – (1) Universidade Estadual de Goiás.

Constata-se, portanto, que as IES estaduais se revelam como agentes institucionais importantes no campo da educação superior, com expressiva presença, com importante oferta de vagas, com câmpus interiorizados, com algumas instituições com visibilidade na área da produção científica e no campo acadêmico. Além da presença física no interior dos estados, as universidades e centros universitários desenvolvem um papel significativo no que concerne à democratização do ensino superior, ao ampliar o acesso de jovens aos cursos de graduação (bacharelados, licenciaturas e tecnológicos) e pós-graduação. Contribuem, significativamente, com o resgate de uma dívida social nessa esfera de educação, ao proporcionar a entrada, permanência e êxito educacional de uma camada populacional historicamente alijada em seu percurso escolar. Em outra ponta, as IES estaduais dão acesso de trabalho ao professor; reafirmam, em boa parte, a formação de professores, em e possibilitam, no interior dos estados da federação, melhor qualificação da educação básica.

Sob outro ponto, em boa medida, pode-se inferir que as IES estaduais traçam objetivos acadêmicos que vinculam-se aos projetos de desenvolvimento dos estados da federação e desempenham, dentro dos limites de seus financiamentos, maior ou menor autonomia acadêmico-científica.

Fialho (2012) em estudo sobre as universidades estaduais, afirma que:

As grandes – e já consolidadas – universidades estaduais como as paulistas (USP, UNICAMP e UNESP) e a UERJ, no Estado do Rio de Janeiro, confirmam nossa análise, pois capacidade instalada não é uma condição abstrata, posta desde sempre, mas resultado de processos históricos, condições econômicas, políticas, sociais, culturais etc., que asseguraram o desenvolvimento dessas Universidades, *consolidando-as até pela lógica que opera sob o argumento reiterativo de reinvestir onde já se investiu.* (FIALHO, p. 83, 2012, grifos nossos).

Compreende-se com Bourdieu, ao refletir sobre as questões apresentadas neste item, que há processos de lutas e concorrência no campo da educação superior, bem como no subcampo da educação superior estadual, o que demarca posições, diferenciações e distinções entre as IES. Isto refere-se ao volume e densidade do capital acadêmico-científico e institucional, desigualmente distribuído

dentro do campo, que é produzido ao largo da história de cada instituição; essa produção de maior ou menor capital ocorre em movimentos de lutas, no desenvolvimento de estratégias institucionais e de seus agentes para sua manutenção, pertença e visibilidade, pois o campo expressa um sistema ou espaço estruturado de posições. As lutas dão-se em torno da apropriação de um capital específico do campo, qual seja, o monopólio do capital específico legítimo, o capital acadêmico-científico e/ou a sua redefinição. Como processos distintos e diferenciados, cada IES estadual, a partir dos contextos e de conjuntura política, econômica e educacional vivenciada, marca continuamente seu espaço, seu lugar acadêmico-científico no conjunto das IES no campo educacional e, neste caso, mais especificamente dentre as IES estaduais.

1.6.1 Uma breve abordagem sobre a missão institucional das IES estaduais

Compreende-se que a missão institucional de uma IES revela as concepções fundamentais que orientam a instituição em sua proposta formativa, referentes aos seus princípios, objetivos e intenções. Sendo assim, para que se possa melhor compreender as IES estaduais como agentes institucionais importantes do campo da educação superior, faz-se aqui essa breve abordagem. No Quadro 5 a seguir apresenta-se a Missão de cada IES estadual extraída de seus PDI ou sítios institucionais.

Quadro 5 – MISSÃO INSTITUCIONAL DAS IES ESTADUAIS BRASILEIRAS

IES ESTADUAIS	MISSÃO
1. UNCISAL (Universidade de Ciências da Saúde de Alagoas)	Desenvolver atividades integradas de ensino, pesquisa, extensão e assistência, produzindo e socializando conhecimento para a formação de profissionais aptos a implementar e gerir ações que promovam o desenvolvimento sustentável, atendendo às demandas da sociedade alagoana
2. UNEAL (Universidade Estadual de Alagoas)	Investigar, produzir e transmitir conhecimento para formar profissionais éticos e competentes que atuarão na sociedade, contribuindo para solucionar problemas locais e regionais, visando ser uma Universidade reconhecida como polo de referência em Educação, Tecnologia e Desenvolvimento
3. UEAP (Universidade do Estado do Amapá)	Promover o acesso ao conhecimento, estimulando a produção, integração e divulgação dos saberes, com a responsabilidade de formar cidadãos comprometidos com a ética, o desenvolvimento humano e sustentável dos recursos naturais, que possam contribuir para a geração de uma sociedade justa e democrática.
4. UEA (Universidade do Estado do Amazonas)	Promover a educação, construir o conhecimento científico e fomentar a inovação tecnológica para atender às demandas e se integrar com a sociedade de forma a superar o desafio de desenvolver a Amazônia com sustentabilidade.

5. UNEB (Universidade do Estado da Bahia)	tem como missão a produção, difusão, socialização e aplicação do conhecimento nas diversas áreas do saber. As atividades indissociáveis de ensino, pesquisa e extensão têm por objetivo, a formação do homem como ser integral e o desenvolvimento socioeconômico, político, cultural, artístico e literário da região e do país
6. UEFS (Universidade Estadual de Feira de Santana)	Produzir e difundir o conhecimento, assumindo a formação integral do homem e de profissionais cidadãos, contribuindo para o desenvolvimento regional e nacional, promovendo a interação social e a melhoria da qualidade da vida, com ênfase na região do semi-árido.
7. UESC (Universidade Estadual de Santa Cruz)	Formar sujeitos com sentido ético, humanístico e emancipatório na produção e difusão do conhecimento, fomentando a excelência profissional, a cidadania, o desenvolvimento humano, social, econômico, cultural e técnico científico.
8. UESB (Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia)	Realizar com efetividade o ensino, a pesquisa e a extensão, produzindo, sistematizando e socializando conhecimentos para a formação de profissionais-cidadãos, visando à promoção do desenvolvimento humano.
9. UECE (Universidade Estadual do Ceará)	Produzir e disseminar conhecimentos e formar profissionais para atender as demandas do mercado de trabalho e promover o desenvolvimento sustentável cearense, bem como para promover a qualidade de vida dos cidadãos no contexto social no qual estão inseridos.
10. UVA (Universidade Estadual Vale do Acaraú)	Ofertar ensino superior de excelência, de forma inclusiva, flexível e contextualizada, e buscar, por meio da pesquisa e extensão, soluções que promovam a qualidade de vida.
11. URCA (Universidade Regional do Cariri)	Contribuir significativamente para a transformação da realidade regional, através de atividades de ensino, pesquisa e extensão, como agente ativo do processo de desenvolvimento da Região do Cariri, em sintonia com as aspirações da sociedade caririense
12. UEG (Universidade Estadual de Goiás)	Produzir e socializar o conhecimento científico e o saber, desenvolver a cultura e a formação integral de profissionais e indivíduos capazes de se inserirem criticamente na sociedade e promoverem a transformação da realidade socioeconômica do Estado de Goiás e do Brasil.
13. UEMA (Universidade Estadual do Maranhão)	Produzir e difundir conhecimento orientado para a cidadania e formação profissional, por meio do ensino, pesquisa e extensão, priorizando o desenvolvimento do Maranhão.
14. UNEMAT (Universidade do Estado de Mato Grosso)	Oferecer educação superior pública de excelência, promovendo a produção do conhecimento por meio do ensino, pesquisa e extensão de maneira democrática e plural, contribuindo com a formação de profissionais competentes, éticos e compromissados com a sustentabilidade e com a consolidação de uma sociedade mais humana e democrática
15. UEMS (Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul)	Gerar e disseminar o conhecimento, com vistas ao desenvolvimento das potencialidades humanas, dos aspectos político, econômico e social do Estado, e com compromisso democrático de acesso à educação superior e o fortalecimento de outros níveis de ensino, contribuindo, dessa forma, para a consolidação da democracia.
16. UEMG (Universidade do Estado de Minas Gerais)	Promover o Ensino, a Pesquisa e a Extensão de modo a contribuir para a formação de cidadãos comprometidos com o desenvolvimento e a integração dos setores da sociedade e das regiões do estado.
17. UNIMONTES (Universidade Estadual de Montes Claros)	Contribuir para a melhoria e a transformação da sociedade, atender às aspirações e aos interesses de sua comunidade e promover o Ensino, a Pesquisa e a Extensão com eficácia e qualidade.
18. UEPA (Universidade do Estado do Pará)	Produzir, difundir conhecimentos e formar profissionais éticos, com responsabilidade social, para o desenvolvimento sustentável da Amazônia no contexto brasileiro
19. UEPB (Universidade Estadual da Paraíba)	Produzir, socializar e aplicar o conhecimento, formando profissionais qualificados, críticos e socialmente comprometidos, nos diversos campos do saber, por meio das atividades de ensino, pesquisa e extensão, de modo a contribuir para o desenvolvimento educacional e sociocultural do País, particularmente do Estado da Paraíba.
20. UEL (Universidade Estadual de Londrina)	A UEL, entidade pública e gratuita, tem como missão a gestão democrática, com plena autonomia didático-científica, comprometida com o desenvolvimento e a transformação

	social, econômica, política e cultural do Estado do Paraná e do Brasil. Busca garantir a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a igualdade de condições de acesso e de permanência discente, a liberdade e respeito ao pluralismo de ideias, tendo como finalidade a produção e disseminação do conhecimento, formando cidadãos e profissionais com competência técnica e humanística, orientada por valores éticos de liberdade, igualdade e justiça social.
21. UEM (Universidade Estadual de Maringá)	Produzir conhecimento por meio da pesquisa; organizar, articular e disseminar os saberes por meio do ensino e da extensão, para formar cidadãos, profissionais e lideranças para a sociedade.
22. UENP (Universidade Estadual do Norte do Paraná)	A UENP tem como missão atuar na produção do conhecimento científico em suas mais diversas formas e no processo de desenvolvimento regional e do Estado do Paraná, participando ativamente no trabalho de construção integral da sociedade e de seus cidadãos, buscando sempre a melhoria da qualidade de vida, promovendo a democracia, a cidadania e o desenvolvimento socioeconômico, pela valorização e socialização do conhecimento e do saber historicamente construído e constituído.
23. UEPG (Universidade Estadual de Ponta Grossa)	A UEPG tem por finalidade produzir e difundir conhecimentos múltiplos, no âmbito da graduação e da pós-graduação, visando à formação de indivíduos éticos, críticos e criativos, para a melhoria da qualidade de vida humana.
24. UNESPAR (Universidade Estadual do Paraná)	A Universidade Estadual do Paraná tem por missão gerar e difundir o conhecimento científico, artístico-cultural, tecnológico e a inovação, nas diferentes áreas do saber, para a promoção da cidadania, da democracia, da diversidade cultural e do desenvolvimento humano e sustentável, em nível local e regional, estadual e nacional e internacional.
25. UNICENTRO (Universidade Estadual do Centro-Oeste)	propiciar a produção, a guarda, o acesso e a disseminação do conhecimento científico, da cultura, da arte, da tecnologia e da inovação, formando pessoas eticamente responsáveis e profissionalmente qualificadas para a atuação e a transformação do contexto socioeconômico e político em que atuam e contribuindo para o desenvolvimento regional.
26. UNIOESTE (Universidade Estadual do Oeste do Paraná)	A Missão da Unioeste como instituição pública, multicampi, é produzir, sistematizar e socializar o conhecimento, contribuindo com o desenvolvimento humano, científico, tecnológico e regional, comprometendo-se com a justiça, a democracia, a cidadania e a responsabilidade social.
27. UPE (Universidade de Pernambuco)	Contribuir para o desenvolvimento de Pernambuco mediante o ensino, a pesquisa e extensão universitária, favorecendo a superação das desigualdades sociais e o exercício pleno da cidadania.
28. UESPI (Universidade Estadual do Piauí)	formar profissionais competentes e éticos, detentores de uma visão crítica, reflexiva e humanística acerca da sociedade a que pertencem, a fim de promover uma melhoria da qualidade de vida das pessoas, no âmbito estadual e nacional
29. UEZO (Centro Universitário Estadual da Zona Oeste)	Oferecer ensino de qualidade, atual e inovador; implementando novas tecnologias em articulação com ensino, pesquisa e extensão, visando o desenvolvimento das competências pessoais e profissionais e interagindo de forma ética e produtiva com a sociedade para o desenvolvimento social e tecnológico.
30. UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)	tem como missão promover e disseminar o conhecimento da ciência e da tecnologia, da cultura e das artes, através do ensino, da pesquisa e da extensão, dentro de referenciais de excelência em todos os campos do saber, mantendo um ambiente de respeito à diversidade e ao livre debate das ideias, formando profissionais capazes de constante aprendizado crítico, preparados para atuar com base nos princípios éticos e com vista ao exercício pleno da cidadania, contribuindo, assim, para o desenvolvimento sustentável da sociedade. Como Instituição pública, sua missão se baseia em princípios de igualdade e pluralidade.
31. UENF (Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro)	PDI Não encontrado / Sítio não apresenta a Missão da IES
32. UERN (Universidade do Estado do Rio Grande do Norte)	É missão da UERN promover a formação de profissionais competentes, críticos e criativos, para o exercício da cidadania, além de produzir e difundir conhecimentos científicos, técnicos e culturais que contribuam para o desenvolvimento sustentável da região e do País

33. UERGS (Universidade Estadual do Rio Grande do Sul)	a Uergs tem por missão: "Promover o desenvolvimento regional sustentável, através da formação de recursos humanos qualificados, da geração e da difusão de conhecimentos e tecnologias capazes de contribuir para o desenvolvimento econômico, social e cultural das diferentes regiões do Estado".
34. UERR (Universidade Estadual de Roraima)	Produzir, socializar e aplicar conhecimentos técnicos, científicos e culturais que possam contribuir para a formação de indivíduos e profissionais qualificados, críticos e socialmente comprometidos com o desenvolvimento sustentável do Estado de Roraima, atuando como força transformadora das desigualdades sociais e regionais.
35. UDESC (Universidade do Estado de Santa Catarina)	A Udesc tem, por missão, produzir, sistematizar, socializar e aplicar o conhecimento nos diversos campos do saber através do ensino, da pesquisa e da extensão, indissociavelmente articulados, de modo a contribuir para uma sociedade mais justa e democrática em prol da qualidade de vida e do desenvolvimento sustentável do Estado de Santa Catarina e do País.
36. USP (Universidade de São Paulo)	O Estatuto da USP em vigor, estabelecendo os fins da instituição, também define a sua missão, que permanece em suas linhas gerais: I – promoção e desenvolvimento de todas as formas de conhecimento, por meio do ensino e da pesquisa; II – formação pelo ensino em nível superior de pessoas capacitadas ao exercício da investigação e do magistério em todas as áreas do conhecimento, bem como à qualificação para as atividades profissionais; III – oferta à sociedade de serviços de extensão e de curadorias indissociáveis das atividades de ensino e de pesquisa.
37. UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas)	Criar e disseminar o conhecimento científico, tecnológico, cultural e artístico em todos os campos do saber por meio do ensino, da pesquisa e da extensão. Formar profissionais capazes de inovar e buscar soluções aos desafios da sociedade contemporânea com vistas ao exercício pleno da cidadania.
38. UNESP (Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho")	Exercer sua função social por meio do ensino, da pesquisa e da extensão universitária, com espírito crítico e livre, orientados por princípios éticos e humanísticos. Promover a formação profissional compromissada com a qualidade de vida, a inovação tecnológica, a sociedade sustentável, a equidade social, os direitos humanos e a participação democrática. Gerar, difundir e fomentar o conhecimento, contribuindo para a superação de desigualdades e para o exercício pleno da cidadania.
39. UNITINS (Universidade Estadual do Tocantins)	Produzir, difundir e socializar cooperativamente conhecimentos científico, tecnológico e cultural para a contribuição do desenvolvimento e do progresso das múltiplas comunidades presentes nos espaços tocantinense e da Amazônia Legal. A pesquisa, o ensino e a extensão, indissociáveis nas atividades universitárias, a promoção da cultura, sua difusão e a difusão da ciência e da tecnologia constituem instrumentos essenciais à busca deste objeto

Fonte: Sítios das IES e PDI das instituições (elaboração própria) (Acesso em 14/02/18)

Na expectativa de melhor compreender e identificar traços comuns de suas propostas e intenções formativas, fez-se um levantamento de categorias sínteses, a partir dos elementos mais observáveis no conjunto dos textos da Missão de cada IES (Quadro 5). As categorias foram definidas a partir da leitura e interpretação de cada texto buscando-se a fidelidade entre palavra (signo) e significado. O Quadro 6, a seguir, apresenta os dados encontrados, demonstrando-se, também, a sua incidência no conjunto dos textos.

Quadro 6 – CATEGORIAS SÍNTESE EXTRAÍDAS DAS MISSÕES DAS IES ESTADUAIS

Categorias encontradas	Incidência
Produção e disseminação de conhecimentos científicos, culturais, tecnológicos	79,4%
Formação/qualificação profissional	58,9%
Democracia, qualidade de vida e cidadania	51,2%
Indissociabilidade/integração ensino, pesquisa e extensão	51,2%
Relação com o desenvolvimento regional/econômico do estado	46,1%
Formação humana/formação integral/princípios éticos/indivíduos críticos	30,7%
Relação com o desenvolvimento sustentável	33,3%
Competência/capacidade, eficiência, eficácia, flexibilidade, excelência (um ou outro termo aparece)*	28,2%
Inovação/inovador	12,8%
Aplicação de conhecimento	10,2%
Relação com o setor produtivo e/ou mercado de trabalho	2,5%

* os termos aparecem relacionados à formação/capacitação profissional e relacionados ao ensino
 Fonte: Quadro 5 (elaboração própria)

Com a análise dos dados do Quadro 6, observa-se que praticamente 80% das IES enfatizam a produção e disseminação de conhecimentos científicos, culturais, tecnológicos como ponto forte de sua missão, ou seja, se há indução para produção de conhecimento, há boa probabilidade para a produção de pesquisa, a depender das condições objetivas para isso no interior de cada instituição (fomento, carga horária dos professores, pós-graduação, recursos materiais e financeiros, laboratórios etc). Somente uma IES intenciona promover a produção e disseminação de conhecimentos para atender as demandas do mercado de trabalho.

Observou-se que as IES expressam uma significativa intenção com a formação profissional, dando-se em menor relação com a formação humana e formação integral ou mesmo com a formação de indivíduos críticos sob os princípios éticos. Não se interpreta com isso, que os princípios éticos, bem como outros elementos substantivos para a formação humana e integral não fundamentem as ações das IES verificadas; o que se registra é a não expressão clara desses princípios na missão da instituição. Infere-se que ao não estar aliada à formação profissional, a formação humana e integral fica subsumida e a formação técnica/profissional, sendo mais expressiva, possivelmente assume um lugar de maior importância nos currículos dos cursos. Isso talvez se explique pela maior articulação com a perspectiva do desenvolvimento regional e local que as IES estaduais assumem, em boa medida. Porém, é possível analisar que a incidência de mais de 50% da categoria “democra-

cia, qualidade de vida e cidadania” se relacionada à categoria anteriormente analisada (princípios éticos/indivíduos críticos) denotam, a intenção formativa nos aspectos humanos, políticos e sociais.

Foi verificado que mais de 50% das IES posicionam-se dando relevo à indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão e fazem desse tripé, via de regra na exposição, a possibilidade de promover a formação acadêmica. Algumas dão maior destaque à questão da pesquisa e relacionam ensino e extensão mais fortemente; uma delas associa extensão a assistência social. Assim, quando se analisa a incidência de sua missão relacionada ao desenvolvimento regional e econômico do estado associando-se à incidência da formação profissional, compreende-se que a formação de profissionais para o desenvolvimento do estado é uma intenção bem contundente dentre as IES estaduais e, interiorizadas, procuram suprir as demandas locais e regionais.

Em menor medida, há uma incidência de 33,3% sobre a missão da IES em relação à categoria do “desenvolvimento sustentável”. Verifica-se uma intenção em basicamente três sentidos sobre essa categoria, expressada nos textos: 1- a de formar pessoas/profissionais/recursos humanos para o desenvolvimento sustentável do estado; 2- com a produção de conhecimento para contribuir com a sociedade, a qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável do ser humano; 3- desenvolvimento sustentável da região, do estado, especificamente. Esse é um ponto que chama a atenção, pois, é possível verificar que as IES apresentam concepções diferentes e até divergentes quanto à ideia de desenvolvimento sustentável. Infere-se, sobre essa questão que, possivelmente, o que as IES possam contribuir, de forma mais evidente, é para a permanência das pessoas em suas cidades e regiões, com uma melhor qualidade de vida ali - possibilidades de trabalho e ampliação de sua formação escolar, inclusive com maior conhecimento sobre uso e preservação de recursos naturais, bem como conservação das cidades, ou seja, interiorizadas, as IES estaduais contribuem significativamente com a sustentabilidade humana, cultural, social e econômica da região onde estão. O termo inovação/inovador aparece associado aos instrumentos ou recursos tecnológicos ou à tecnologia ; como possibilidade de buscar soluções aos desafios da sociedade contemporânea, relacionando o ensino de qualidade, atualizado na premissa de ser inovador. Observa-se uma indefinição do termo e certa incongruência ou dissonância no seu uso.

Alguns termos relacionados ao repertório do setor produtivo aparecem, porém

sem tanta incidência no conjunto dos textos (eficiência, eficácia, competência, excelência). Seria necessário a análise mais aprofundada dos documentos, currículos e práticas institucionais das IES para uma melhor averiguação de como esses conceitos se desmembram em princípios e ações das mesmas.

Compreende-se, a par das breves questões apresentadas nesse subitem que, aparentemente, há coerência entre o que as IES estaduais apresentam como missão e o que se tem encontrado na literatura⁴⁶ sobre os pontos desenvolvidos na análise dos Quadros 5 e 6, em especial sobre a incidência da formação profissional para suprir as demandas regionais, bem como promover o desenvolvimento econômico local e regional. Ou seja, há forte ligação dos interesses do estado com as IES estaduais, com algumas exceções, quando encontra-se IES mais capitalizadas, pelo percurso histórico e de referência em áreas de pesquisa e de formação, operando-se maior autonomia em suas decisões acadêmicas e administrativas. Verifica-se nos textos a influência de outros campos neste sub-campo, o das IES estaduais, ou seja, a influência do campo econômico/produtivo/de mercado, do campo político, do campo social mais amplo, das demandas dos estados federativos (compreendendo-os como campo). O que se analisa é a incidência de determinados escopos conceituais estranhos ao campo acadêmico-científico – alguns demonstrados no Quadro 6, e que pressionam a uma adequação ou incorporação da IES a um determinado habitus institucional-acadêmico que não é próprio ou original do campo da educação superior. Compreende-se o subcampo das IES estaduais como um microcosmo inserido no macrocosmo global e, de toda forma, pressões de outros campos e subcampos sempre ocorrem entre si, porém, também compreende-se que a maior ou menor adesão e/ou permeabilidade a determinados campos refere-se à própria condição de maior ou menor capital que impacta as relações entre os campos. Um campo, conforme Catani (s/a, p. 06)⁴⁷ “possui uma autonomia relativa: as lutas que nele ocorrem têm uma lógica interna, mas o seu resultado nas lutas (econômicas, sociais, políticas) externas ao campo pesa fortemente sobre a questão das relações de força internas.”

46 Por exemplo, pode-se encontrar as discussões apresentadas em Helena Sampaio, Elisabeth Balbachesky e Verónica Peñaloza (1998); Nádia Fialho (2012; 2005; 2011); Lopes e Passos (2015), dentre outros.

47 Texto produzido para Vº Congresso Português de Sociologia Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção Atelier, Actas dos ateliers de Educação e Aprendizagens. Título: *Pierre Bourdieu: Um estudo da noção de campo e de suas apropriações brasileiras nas produções educacionais*.

CAPÍTULO 2

Universidade Estadual de Goiás como uma autarquia do estado: história, estrutura e processos relacionais do campo político

A intensidade com que se focaliza a figura do rei e o estabelecimento óbvio de um culto, às vezes até mesmo de uma religião, ao seu redor, tornam o caráter simbólico da dominação demasiado palpável e, portanto, impossível de ser ignorado mesmo por seguidores de Hobbes ou pelos utilitaristas. A visibilidade é tanta, que acaba deixando a descoberto aquela verdade que todo o misticismo cerimonial que a corte deveria supostamente esconder - ou seja, que a majestade não é inata, e sim construída. 'Uma mulher não é uma duquesa se está a cem jardas de uma carruagem.' Chefes transformam-se em rajás, pela aparência estética de seu governo.

(Clifford Geertz, 1997, grifos nossos)

A abordagem deste Capítulo concebe o estado de Goiás como um ente federado, como uma unidade institucional que efetiva a administração pública em um determinado espaço regional, para uma determinada população. A partir disto, este Capítulo o apresenta no movimento de reformas mais significativas que foram empreendidas na esfera do aparelho administrativo no período dos anos 1960 a 2017, sob a prerrogativa de fazê-lo mais eficiente, moderno e atualizado ao modelo da Nova Gestão Pública.

Nesse íterim, é criada a UEG em 1999 a partir da junção de faculdades isoladas e a Universidade Estadual de Anápolis (UNIANA)⁴⁸. Antes da criação da

48 Em 1990, a Faculdade de Ciências Econômicas de Anápolis (FACEA) se transformou em Universidade Estadual de Anápolis (UNIANA), por meio da Lei Estadual n.º 3.355 de 9 de fevereiro de 1990. A UNIANA abrigava 11 cursos e possuía também em sua estrutura organizativa, uma Unidade de Ensino de Educação Básica, o Colégio de Aplicação Dr. César Toledo, que servia como campo de estágio aos alunos dos cursos de licenciatura. A estrutura acadêmica da UNIANA era constituída por três Centros: o Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL), que era composto pelos Departamentos de Letras, Ciências Sociais, Pedagógico e Prática de Ensino; o Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (CCET), que era composto pelos Departamentos de Ciências Biológicas, Ciências Exatas, Engenharia e Informática; e o Centro de Ciências Socioeconômicas (CCSE) – que era composto pelos Departamentos de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas. Os cursos que constituíam o Centro de Ciências Humanas e Letras, o Centro de Ciências Socioeconômicas e o curso de Tecnologia em Processamento de Dados (pertencente ao Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas) funcionavam na sede da UNIANA, no Bairro Jundiá. Os cursos de Licenciatura em Biologia, Química e o curso de Engenharia Civil e o Colégio de Aplicação Dr. César Toledo funcionavam no que se chamavam de anexo, no Bairro Alexandrina. Em 1999 quando a UNIANA foi transformada em UEG, as mudanças ocorridas na estrutura organizativa da instituição extinguiu os Centros de Ciências Humanas e Letras e o de Ciências Socioeconômicas, que passaram a compor uma das Unidades Universitárias da UEG: a Unidade de Ciências Sócio-Econômicas e Humanas, hoje denominada Campus de Ciências Socioeconômicas e Humanas. (conforme http://www.ccseh.ueg.br/conteudo/8604_historia) Acesso em abril de 2018.

UEG o estado de Goiás criou e manteve em sua estrutura de educação superior, faculdades isoladas e a UNIANA. A UEG primeiramente foi mantida pela Fundação da UEG (FUEG) e posteriormente torna-se autarquia em 2008. Segundo Sguissardi (1993, p. 39), as autarquias são sempre criadas por lei⁴⁹. Possuem patrimônio e receita próprios, pois estes lhe são outorgados pela administração central. Têm por finalidade a prestação de serviço autônomos. Sguissardi (op.cit) estabelece um diálogo com Cavalcanti (1971, p.3) e atesta que o vínculo com o governo e a instituição autárquica se realiza por meio da: 1- nomeação de seus dirigentes e fixação dos respectivos poderes; 2- sujeição ao cumprimento das normas ditadas pela administração central; 3- fiscalização do Poder Central sobre a atuação. Neste trabalho, autarquia é então compreendida como uma unidade administrativa do estado, com personalidade jurídica e com autonomia para gerir seus recursos financeiros e fazer sua gestão administrativa de forma descentralizada do estado de Goiás.

Aqui procura-se examinar e analisar documentos, legislação específica e entrevistas realizadas, a partir das categorias **criação e história da UEG; política partidária e reformas**; os motivos e sentidos da criação da UEG em 1999, que se deu em um movimento aligeirado de junção da UNIANA e várias IES isoladas do estado para composição da UEG. Verifica-se, na pesquisa realizada, a incidência da política partidária muito presente nesse processo e, conseqüentemente, observa-se a UEG como uma instituição que tende a ser instrumento político do governo de Goiás, como uma instituição que pode estar sendo configurada como estratégia do governo para angariar, aumentar e qualificar seu capital político no estado. Intenciona-se, por conseguinte, analisar os elementos encontrados nesse ponto da

49 Conforme Di Pietro (2004), **Autarquia** é derivada do grego *autos-arjé* ou *autos-arxé*, que significa autonomia; para a linguagem jurídica, necessariamente ao Direito Administrativo, é definida como entidades administrativas que detêm autonomia, criada por meio de lei específica possuindo personalidade jurídica de direito público interno, patrimônio próprio e com atribuições estatais. O termo autarquia foi utilizado pela primeira vez no séc. XIX, na Itália por Santi Romano, que escreveu para a Enciclopédia Italiana. No Brasil, o surgimento do termo autarquia se deu através do Decreto Lei Nº 6016/43 que definia como serviço estatal descentralizado, possuindo explícita ou implicitamente personalidade de direito público. Posteriormente, na década de 60, no séc. XX, o art.5º, inciso I do Decreto Lei 200/67, define a autarquia: "Autarquia – o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios para executar atividades típicas da Administração Pública que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada." Por se tratar de parte integrante da Administração Pública Indireta, a autarquia é uma forma de descentralizar o serviço que foi subtraído da administração centralizada. As autarquias possuem imunidade tributária no que se refere aos impostos sobre patrimônio, renda e serviços vinculados as suas atividades essenciais. Estende-se também aos benefícios referentes a Fazenda Pública, estando submetidos ao regimento da entidade que a pertença.

investigação e verificar, na sequência, se essas características permanecem na relação do estado de Goiás com a UEG e agregam-se ao *habitus gestor* desenvolvido no espaço da administração superior da universidade.

2.1. Estado de Goiás: reformas político-administrativas sob a premissa da modernização e a criação da Universidade Estadual de Goiás como autarquia

2.1.1 As reformas administrativas das décadas de 1960 a 1980 em Goiás

Os governos que estiveram à frente da administração do estado de Goiás, promoveram, num *continuum* histórico, uma sequência de reformas na máquina estatal sob diferentes argumentos, porém já com o indicativo da modernização da administração pública, como será demonstrado na sequência deste trabalho. Os argumentos ressoam as possibilidades que os agentes políticos de cada época e período tiveram em efetivar as mudanças no conjunto da administração pública. As possibilidades de governança e governabilidade - conceitos da administração pública contemporânea e que remetem ao ideário de estado eficiente à frente das instâncias de poder e decisão, um estado racional, refletem o *quantum* de capital político e simbólico, de poder relacional desenvolvido, implementados num dado tempo e espaço pelos agentes *no campo* de poder e *com* outros campos sociais (em especial com o campo econômico). Mais ou menos poder, maior ou menor legitimidade dos grupos políticos, maior ou menor força coercitiva, são elementos que revelam os níveis de negociação e as estratégias possíveis e efetivadas pelos grupos/agentes no interior da gestão do estado para a produção da legislação reformista. Nesse sentido, as reformas expressam o resultado da conjunção de forças e negociação dos grupos de cada período.

Conforme Goiás/Seplan (2005)⁵⁰, a reforma administrativa no início da década de 1960 em Goiás teve sua implantação em razão das disposições da Lei nº 3.999, de 14 de novembro de 1961, o que se consagrou como "Plano Mauro Borges"

50 Para mais informações consultar o documento *Reformas Administrativas – 4 décadas de transformação no poder executivo*, produzido pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento (SEPLAN) do Governo de Goiás em 2005, disponível em: <http://www.sgc.goias.gov.br/upload/arquivos/2011-07/quatro-decadas.pdf>. (Acesso em outubro de 2017). Outro documento, denominado de caderno técnico, produzido pelo governo de Goiás dá sequência às informações sobre as reformas do governo e enfatiza o período de 2003 a 2018. O documento é intitulado: *15 anos de transformações no Poder Executivo*, SEGPLAN, 2018. Está disponível em: <http://www.segplan.go.gov.br/images/15-anos-Transformacoes-05-03.pdf>. (Acesso em 24/04/18).

(Plano MB), marco da reforma administrativa do poder executivo no estado de Goiás. O Plano de Desenvolvimento Econômico⁵¹, ou Plano MB, foi fundamentado em estudo produzido por técnicos da Fundação Getúlio Vargas (RJ) e estruturado com base no modelo de Fayol que tinha como objetivos: prever, organizar, planejar e executar, com construção de um arcabouço institucional centrado no planejamento intervencionista. Esse modelo explica a proeminência dos tecnocratas/gestores na administração do período. Houve a intenção em lançar mão de um perfil racional no modo de conduzir os negócios públicos estaduais, porém, contraditoriamente, sem alijar as práticas clientelistas e os interesses pessoais no cotidiano institucional. O modelo gerencial adotado por Mauro Borges pode ser identificado como “reformista conservador” (FÁVARO, 2015) e a ação estatal como estratégias para a modernização e consolidação do projeto político de caráter ideológico desenvolvimentista em Goiás.

A partir da Lei nº 3.999/61, no conjunto da reforma empreendida pelo governo Mauro Borges, ocorreu a criação de órgãos e entidades com a edição de várias leis, assim como a criação de IES estaduais, por exemplo, a Escola Superior de Educação Física de Goiás - ESEFFEGO (Lei nº 4.920, de 14 de novembro de 1963); A Faculdade de Ciências Econômicas de Anápolis – FACEA, criada em 1961⁵². A Fundação Faculdade de Ciências Econômicas de Anápolis – FFACEA, (Lei nº 6.020 de 10 de novembro de 1965) já foi criada no governo do marechal Emílio Rodrigues Ribas Júnior (janeiro de 1965 a janeiro de 1966) após a intervenção federal ocorrida no estado em que foi empossado o coronel Carlos de Meira Mattos (novembro de 1964 a janeiro de 1965) em pleno governo militar, após o golpe de 1964.

Baldino (1991) analisa que o empreendimento de criação e expansão do ensino superior no interior do estado de Goiás referencia-se na compreensão de que o desenvolvimento regional, das cidades, dos municípios, vincula-se à criação

51 Ver FAVARO, Tereza Cristina Pires. *O governo Mauro Borges (1961-1964): o planejamento tecnocrático e os limites do personalismo populista*. [manuscrito] / Tereza Cristina Pires Favaro. - 2015. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História (FH), Programa de Pós-Graduação em História, Goiânia, 2015. 435 f.

52 O Campus de Ciências Socioeconômicas e Humanas (CCSEH) da UEG tem sua origem na Faculdade de Ciências Econômicas de Anápolis (FACEA), criada através da Lei Estadual n.º 3.430, sancionada em 05 de julho de 1961, sendo um dos mais antigos da UEG, com o seu primeiro Curso de Graduação em Ciências Econômicas. A partir de 1984, foram autorizados a funcionar nessa Instituição os Cursos de Administração e Ciências Contábeis; e em 1986, foram criados os cursos de Licenciatura Plena em Geografia, História, Letras, Ciências – Licenciatura de 1º Grau, e o de Tecnologia em Processamentos de Dados. (conforme http://www.ccseh.ueg.br/conteudo/8604_historia) Acesso em abril de 2018.

de escolas superiores de educação. Esse entendimento não é novo e pode ser localizado já na segunda metade dos anos 1960 quando da Reforma do Ensino Superior no Brasil (1968), ou seja, é o que, de toda maneira, permanece como discurso e como argumento para a expansão das IES públicas e privadas no Brasil e no estado de Goiás, especificamente.

O predomínio do segmento “privado-mercantil” (SGUISSARDI, 2008) na expansão da educação superior brasileira tem o seu empuxo no final da década de 1960 e em todas as décadas de 1970 e 1980, fato reconhecido na literatura do campo educacional, localizando essa expansão na “ditadura empresarial-militar”⁵³. Ao fim desse período, observa-se que havia ali já a dominação do setor privado no espaço da educação superior, tanto no que diz respeito ao número de instituições, quanto ao número de matrículas. Sguissardi (2008) enfatiza que em 1974 o número matrículas no setor privado (63,6%) já superava o número de matrículas no setor público (36,4%).

A Lei nº 7.928, de 21 de maio de 1975, foi sancionada no governo de Irapuan Costa Júnior (governador biônico⁵⁴) visando dar nova formatação à estrutura organizacional do poder executivo, numa tentativa de adaptação dos sistemas às necessidades do Estado brasileiro. Ocorreram várias alterações a partir da referida lei. Dentre a criação de autarquias, secretarias e novos órgãos governamentais, observa-se a criação da Fundação Universidade do Estado de Goiás em 1980 no governo de Ary Ribeiro Valadão, várias faculdades autorizadas e reguladas pelo poder público estadual no interior, denotando uma forte política de interiorização do ensino superior entre os anos de 1980 e 1986.

A expansão e interiorização do ensino superior em Goiás é exponencialmente intensificada na década de 1980⁵⁵ (entre 1983 e 1987), quando ocorreram

53 O termo empresarial-militar utilizado por Sguissard (2008) expressa a parceria do setor empresarial com o governo militar, bem como expressa como o setor empresarial se beneficiou com o golpe de 1964, em especial no campo da educação superior.

54 Na Ditadura Militar iniciada em 1964 foram utilizados os chamados cargos biônicos, em que os titulares eram escolhidos mediante a ausência do voto popular e cujo critério dependia da sanção das autoridades de Brasília. O objetivo era garantir a continuidade do regime. Na prática, os governadores, prefeitos e senadores biônicos não possuíam nenhuma autonomia política, pois todo o poder e decisões finais cabia ao governo federal/militar.

55 A década de 1980 é demarcada por um período de crise no cenário econômico, político institucional e educacional. Nas universidades, o governo Sarney instaura o GERES (Grupo de Estudos para Reformulação do Ensino Superior) com intuito de promover uma reforma nas universidades federais no sentido de solucionar a “crise”. É também a década das mobilizações populares e sindicais, com as eleições para governadores dos Estados em 1982, com o movimento das Diretas Já (1984), a vitória de Tancredo Neves na eleição presidencial em 1984, a renovação da Câmara e Senado (1986), Constituinte (1988), eleições para prefeitos das capitais

mobilizações de empresas, prefeituras e governo do Estado no sentido de viabilizar o ensino superior no interior, em cidades ou polos de desenvolvimento, empreendendo-se o discurso desenvolvimentista, do progresso, de fixação da juventude em sua cidade de origem; de outro lado, no revés dessas intenções, encontra-se o discurso do crescimento desordenado desse nível de ensino no interior, conforme Baldino (1991, p. 24-25). A década de 1980 se caracteriza pela fundação de universidades estaduais e faculdades isoladas em vários estados brasileiros – PA, PR, CE, BA, GO e MG.

O autor (op.cit) questiona as intenções dos governos e prefeitos que geraram condições para criação de tantas faculdades isoladas, ou seja, questiona a ideia de desordenamento na expansão, uma vez que é possível reconhecer que as instituições foram criadas em cidades polos de desenvolvimento, com população expressiva, com possibilidade de retorno eleitoral e afirma que: "[...] tudo parece indicar que as instituições de ensino superior não surgem em decorrência de aspirações populares, mas em função de pactos político eleitorais e de articulações do empresariado interiorano com as Prefeituras Municipais." (BALDINO, 1991, p. 25). Pode-se considerar também, que há uma evidência na dependência histórica da expansão do ensino superior em Goiás aliado ao poder do governo estadual, ou seja, o governo atende as demandas apresentadas por pactos políticos eleitoreiros entre líderes políticos e setores das camadas sociais mais abastadas economicamente e institui e mantém as instituições públicas isoladas, ou seja, cria faculdades estaduais nos municípios.

Dourado (1997, p. 216), analisa, ainda, a expansão da educação superior em Goiás situada no contexto da modernização do Estado e explica:

A articulação das políticas de expansão - ampliação das oportunidades educacionais - e de interiorização do ensino superior no interior do Estado de Goiás efetivou-se, portanto, a partir da interligação entre as esferas pública e privada mediatizadas por práticas clientelísticas - acordos e barganhas políticas - lesivas ao patrimônio público.

O discurso legitimador desse processo buscou, na defesa da dinamização da economia regional e na conseqüente integração desta à lógica do mercado, os elementos político-ideológicos para a adesão e legitimação da adoção de tais políticas. O discurso que prevaleceu foi o do Ensino Superior como fator de progresso, desenvolvimento e integração e, - mais! -, como fator de status e prestígio.

Nesse sentido, há visibilidade da influência de agentes do campo político na ampliação do ensino superior em Goiás, uma vez que sob o expressivo argumento

(1988), renovação das Câmaras Municipais (1988), eleições diretas para presidente da república (1989), dentre fatos de maior relevância. (BALDINO, 1991, p. 32-33).

do desenvolvimento regional, os pactos se fazem, os lucros dos pactos geram maior capital político junto ao eleitorado e a manutenção dos mesmos na esfera de poder se dá sob a atmosfera lícita e legal. O mais do mesmo é o que se observa no jogo político, em especial nas cidades interioranas, onde famílias tradicionais⁵⁶ mantém o poder e influência em vários setores, inclusive sobre o empresariado local (que, porventura, também ali são protagonistas) e sobre pessoas que adentram no jogo político. Dourado (1997, p. 219), acrescenta:

Em Goiás, apesar da insuficiência na implementação de garantias concretas para a universalização do ensino fundamental vários municípios de médio e grande porte passaram a priorizar gestões no intuito de garantir a oferta de cursos superiores, impulsionadas por pressões as mais diversas, tendo em vista, a criação de mecanismos pragmáticos capazes de tornar o município mais atrativo aos investimentos, melhorar a qualidade de vida da população, ampliar a oferta de serviços e outros, de sorte a garantir o incremento do seu potencial de arrecadação, em função dos novos preceitos de divisão tributária estabelecidos pela Constituição Federal de 1988. Essa oferta foi, ainda, facilitada pela política adotada pelo Governo Estadual de criação de autarquias de Ensino Superior no Estado. A instituição de atos de criação de autarquias estaduais fortaleceu o desejo de os municípios manterem uma estrutura de Ensino Superior como sinônimo de desenvolvimento e de progresso. A alternativa encontrada pelos municípios foi a criação de fundações educacionais, sendo que a maioria surgiu apenas com a finalidade de facilitar e de garantir a instituição de unidades de Ensino Superior privado, através de prerrogativas desfrutadas pelas instâncias públicas. A privatização do público consumasse, portanto, a partir desse modelo na medida em que esse ente jurídico permitiu a vinculação - direta ou indireta - a interesses privatistas, sobretudo, por meio do estabelecimento de contratos de prestação de serviços.

Compreende-se que o campo da educação superior em Goiás é marcado pela tensão entre a autonomia e a heteronomia de seus agentes institucionais. É possível analisar que a autonomia relativa do campo não é homogênea, pois alguns setores desse campo são mais permeáveis e vulneráveis às interferências externas, enquanto outros são mais autônomos, como, por exemplo, o ocupado pelas IES federais, aparentemente. O campo da educação superior, como qualquer outro, não possui uma lógica de funcionamento abstrata, que seria a-histórica e que estaria imune às injunções do tempo e do espaço. Ou seja, o processo de criação da PUC

56 A história da dominação de famílias políticas em cargos públicos, entre executivo, legislativo e judiciário está na raiz da construção do Brasil, desde a época colonial. A distribuição de províncias a poucos grupos, durante as Capitanias Hereditárias, era prática muito comum. Em Goiás, os clãs que se formaram ao longo do império dominaram a vida política. Os vícios eleitorais e coronelismo consequentes à estrutura econômico-social, somados à política dos governadores, deram origem às oligarquias que se sucedem até 1930: José Leopoldo de Bulhões Jardim, Sebastião Fleury Curado, Eugênio Rodrigues Jardim e Antônio Ramos Caiado. Na atualidade, observando-se permanências no poder, temos representantes dessas e outras famílias no cenário econômico e político no estado de Goiás, na Câmara dos Deputados e Senado. (texto elaborado a partir de https://portal.al.go.leg.br/arquivos/asstematico/artigo0003_historia_do_legislativo.pdf).

Goiás (1959) e da UFG (1960)⁵⁷ guardam verossimilhanças nas suas trajetórias enquanto universidades, observando-se o tempo histórico de criação das mesmas, resguardadas, claro, suas categorias administrativas e organizações acadêmicas. Foram criadas no período em que Juscelino Kubitschek era presidente do Brasil e mantinha o lema do desenvolvimento econômico no interior do país, desviando-o dos grandes centros já consolidados, buscando-se a interiorização do desenvolvimento. Porém, as universidades criadas nesse período no estado de Goiás, quando ainda jovens, posicionaram-se⁵⁸ frente ao poder ditatorial implantado na esfera federal e com aquilo que ressoou e impregnou o governo do estado no âmbito político. Não passaram imunes a esse período.

O Quadro 7, a seguir, apresenta a produção de legislação destinada à criação de IES em Goiás no período de 1980 a 1986, revelando a concretude do movimento político com alvo no campo educacional. Considera-se a importância da interiorização do ensino superior no estado de Goiás, porém, é sempre salutar suspeitar de um movimento tão aligeirado, como o denotado nesse período de governos em que Ari Ribeiro Valadão e Iris Resende Machado⁵⁹ prescindem, na contramão da qualidade acadêmica, da estrutura física e estrutural das IES criadas.

57 Ver documento produzido pelo Observatório Universitário intitulado *Uma Nota Técnica sobre a Criação de Universidades, por Categoria Administrativa e Gestão Política* - Documento de Trabalho nº. 62 de 2006 (Databrasil associado à Universidade Cândido Mendes), elaborado por Helena Maria Barroso e Ivanildo Ramos Fernandes. O documento apresenta dados quantitativos e por períodos de governos sobre a criação de universidades no Brasil até o ano de 2006.

58 Um estudo interessante e importante sobre as universidades no período ditatorial no Brasil, conforme resenha produzida por Nery (2015, p. 273), intitula-se “As universidades e o regime militar – cultura política brasileira e modernização autoritária, de Rodrigo Patto Sá Motta (Zahar, 2014), que analisa as relações entre a Ditadura (1964-1985) e as universidades brasileiras, utilizando fontes recentemente abertas aos pesquisadores. O trabalho elabora uma perspectiva de análise para além da dicotomia repressão-resistência, substituída por resistência, adesão e acomodação, a partir de uma abordagem panorâmica das diversas ações do Estado e suas consequências para a universidade (...)”.

59 Vale ressaltar, que Ari Valadão governou o Estado sob o regime militar, de 1979 a 1983, em que era presidente João Baptista Figueiredo, o último militar no Palácio da Alvorada. Ari Valadão foi considerado o *último homem ungido pelos generais* para o governo do Estado. Iris Resende, por sua vez, tem uma trajetória de governo populista, ou seja, em que a demagogia política, em boa medida, alia-se a proposições alheias à técnica e cientificidade administrativa. (conforme matéria publicada em <https://secom.ufg.br/p/8205-apesar-de-ter-apoiado-golpe-mauro-borges-cai-em-novembro>). (acesso em 23/11/2017)

Quadro 7 – CRIAÇÃO DE IES NO ESTADO DE GOIÁS ENTRE OS ANOS DE 1980 A 1986

LEGISLAÇÃO	IES CRIADA(S)
Lei nº 8.772 de 15 de janeiro de 1980	criou a Fundação Universidade do Estado de Goiás - FUEG - com sede em Anápolis e incorporou a Faculdade de Ciências Econômicas de Anápolis.
Lei nº 8.821 de 03 de junho de 1980	deu nova denominação à Secretaria de Educação
Lei nº 9.391 de 22 de novembro de 1983	transformou em autarquias a Fundação Faculdade de Ciências Econômicas de Anápolis e Fundação Faculdade de Filosofia da Cidade de Goiás
Lei nº 9.449 de 30 de maio de 1984	transformou em autarquia a Faculdade de Filosofia do Norte Goiano
Lei nº 9.470, de 11 de julho de 1984	criou a Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Araguaína
Lei nº 9.550, de 16 de outubro de 1984	criou a Faculdade de Filosofia de Porangatu
Lei nº 9.777, de 10 de setembro de 1985	criou a Faculdade de Educação, Ciências e Letras nos municípios de Morrinhos, Gurupi, Iporá, Jussara, Goianésia, Quirinópolis, São Luis de Montes Belos, Formosa, Luziânia e Santa Helena de Goiás
Lei nº 9.781, de 23 de setembro de 1985	denominou de Faculdade de Filosofia Cora Coralina a Faculdade de Filosofia da Cidade de Goiás
Lei nº 9.796, de 14 de outubro de 1985	criou a Faculdade de Educação, Ciências e Letras na cidade de Ipameri
Lei nº 9.805, de 14 de outubro de 1985	criou a Faculdade de Educação, Ciências e Letras da cidade de Pires do Rio
Lei nº 9.861, de 30 de outubro de 1985	criou a Faculdade de Educação, Ciências e Letras na cidade de Itapuranga
Lei nº 9.905 de 10 de dezembro de 1985	criou a Faculdade de Educação, Ciências e Letras nas cidades de Uruaçu e Tocantinópolis
Lei nº 10.018 de 22 de maio de 1986	criou a Universidade Estadual de Anápolis
Lei nº 10.019 de 22 de maio de 1986	criou a Faculdade de Direito, Ciências e Letras de Inhumas

Fonte: Secretaria de Estado da Casa Civil de Goiás (produção própria) (Acesso em novembro de 2018) (<http://www.casacivil.go.gov.br/pagina/ver/5364/legislacao-estadual>)

Em 1987, o governo de Henrique Santillo em Goiás realizou outra ampla reforma já delineada em seu programa governamental, ou seja, conforme documento da SEPLAN (2005), a ideia era de “modernizar a administração pública, dotando-a de uma estrutura orgânica apta ao atendimento de suas prioridades”. A mudança proposta significava “estabelecer novas premissas que estivessem em consonância com o processo democrático”, devolvendo à administração pública a “credibilidade, a eficiência e a eficácia” que ao longo dos anos sofreram inexorável processo de desgaste. Baseou-se em firmar “condições de racionalidade, economicidade, maior objetividade quanto ao alcance dos resultados propostos, e melhoria na definição dos critérios de oportunidades de sua intervenção.” (SEPLAN, 2005). Esta tarefa de modernizar o Estado representou decisão política de adaptar a

máquina administrativa às necessidades do ideário de um Goiás moderno, urbanizado, com o “[...] esforço de aperfeiçoamento e atualização, eliminando paralelismos de ações, com o fim de simplificar e dinamizar a Administração Pública, tornando-a mais acessível ao público” (op.cit). Desta forma, no primeiro dia de governo, foi encaminhado à Assembleia Legislativa o projeto de Lei que reorganizava o Poder Executivo e a reforma administrativa foi legalizada com a Lei n.º 10.160, de 09 de abril de 1987. Os militares brasileiros associaram o conceito de desenvolvimento ao de segurança nacional em que o desenvolvimento foi concebido como crescimento econômico e este como modernização. Essa compreensão manteve-se doravante, inspirando as políticas para expansão e interiorização da educação superior em Goiás.

Duarte (2009), faz uma interessante discussão sobre a correlação modernidade e desenvolvimento, conceitos confundidos porque são misturados e que, vez aqui vez ali os encontramos como sinônimos. A autora compreende que o “[...] desenvolvimento se colocou como um paradigma teórico à intelectualidade latino-americana do pós-guerra, dentro do contexto da consolidação do imperialismo norte-americano e da expansão de sua área de influência a nível mundial.” (DUARTE, 2009, p. 155). A autora acrescenta:

Tratava-se de pensar o desenvolvimento, ou seja, a modernização da América Latina a partir dos termos e da linguagem do vencedor. Com este enfoque, o desenvolvimento deixou de ser visto como resultante do processo histórico oriundo da Europa, com a Revolução Industrial e a consolidação do capitalismo, que impôs um novo ethos cultural, passando a ser visto, na América Latina, como um processo de modernização, o qual incidia sobre a vida social de um povo, que passava a ser objeto de planificação. A modernização era um projeto para o futuro, isto é, a tarefa atual seria a aplicação do conhecimento científico e tecnológico em todas as atividades sociais, para que, no futuro, acontecesse um processo de otimização do bem estar de todos, devido à maximização dos recursos e da funcionalidade das estruturas. Assim, o desenvolvimento passou a ser entendido como sendo o projeto de modernização. (DUARTE, 2009, p. 155-156) (grifos nossos).

Com essa compreensão, a modernização incorpora-se aos planos de governo, como projeto de futuro e como aplicação do conhecimento científico e tecnológico. Sendo assim, as IES, por produzirem e disseminarem o conhecimento da ciência, bem como promoverem formação acadêmico-científica, são encontradas como aliadas dos projetos políticos de desenvolvimento e modernização do estado.

O movimento da reforma da administração do estado de Goiás em 1987 (Lei n.º 10.160, de 09 de abril de 1987) e deflagrada em 1988, desenvolveu-se de

diversas formas, como exemplo: desmembrou o Gabinete Civil da Secretaria de Governo, transformou autarquias em unidades administrativas, criou a Fundação de Promoção Social com a fusão de órgãos afins; da mesma forma que criou, a partir de fusão de órgãos e secretarias a Empresa Estadual de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico Social (EMCIDEC), a Empresa Estadual de Obras Públicas (EMOP), a Fundação Escola de Formação e Aperfeiçoamento do Servidor Civil (FUNDESC). Integrou a Auditoria Geral do Estado de Goiás com o Gabinete do Governador e fez outras fusões de unidades administrativas como Diretorias Administrativas, Diretorias Financeiras e Superintendências; extinguiu órgãos e fez o jurisdicionamento de Institutos, Fundações e Empresas a Secretarias específicas.

É importante compreender qual a racionalidade em questão no período, até porque ela se estende no decurso dos anos seguintes e chega aos dias atuais. A ideia de desenvolvimento aliada à modernidade impregna o discurso político, ratifica as intenções e ações de grupos como se criasse o amálgama para legitimar as proposições de reformas, em especial as de cunho abrangente na estrutura do estado. A criação de IES no estado de Goiás toma fôlego com esse discurso e não só nesse período em questão.

2.1.2 As reformas administrativas das décadas de 1990 e 2000 em Goiás e a criação da UEG

No início da década de 1990, pela Lei nº 11.655, de 26 de dezembro de 1991, o sistema administrativo do governo de Goiás é submetido a uma nova adequação já no novo governo de Iris Resende Machado, que ocupa a função pela segunda vez em poucos anos⁶⁰. A vigência da reforma deu-se a partir de 01 de janeiro de 1992: extinguiu e autorizou a sucessão das atividades de secretarias para outras; extinguiu secretarias e grupos executivos; jurisdicionou alguns órgãos à Secretaria de Governo e Justiça, dentre outros arranjos.

Em 1995 a estrutura organizacional do poder executivo é novamente alterada pela Lei nº 12.603, de 07 de abril de 1995, sob o governo de Luiz A. Maguito Vilela. Várias alterações ocorreram na estrutura organizacional do poder Executivo, decorrentes dessa legislação, dentre elas a criação da Secretaria de Estado de

⁶⁰ Os governos de Iris Resende Machado à frente do Estado de Goiás ocorreram nos períodos: 15/03/1983 a 13/02/1986 e 15/03/1991 a 02/04/1994 (<http://www.casacivil.go.gov.br/post/ver/106749/governantes-republica>) (Acesso em 23/03/2017).

Ciência e Tecnologia. Nesse movimento, em 1995 Goiás já contava com 26 IES estaduais instituídas, porém nem todas instaladas e em funcionamento.

Quadro 8 – IDENTIFICAÇÃO E TOTAL DE IES EM GOIÁS NO ANO DE 1995

IES ISOLADAS EM GOIÁS - 1995
Escola Superior de Educação Física de Goiás – ESEFEGO; Faculdade de Filosofia Cora Coralina; Faculdade de Ciências Econômicas de Anápolis; Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Porangatu; Faculdade Estadual Celso Inocêncio de Oliveira, de Pires do Rio; Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Itapuranga; Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Santa Helena de Goiás; Faculdade de Educação, Ciências e Letras de São Luiz de Montes Belos; Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Goianésia; Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Quirinópolis; Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iporá; Faculdade de Educação, Ciências e Letras Ilmosa Saad Fayad; Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Morrinhos; Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Jussara; Faculdade de Zootecnia e Enfermagem de Inhumas; Faculdade Estadual Rio das Pedras, de Itaberaí; Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Uruaçu; Faculdade de Ciências Agrárias do Vale do São Patrício; Faculdade Estadual de Ciências Agrárias de Ipameri; Faculdade de Educação, Agronomia e Veterinária de São Miguel do Araguaia; Faculdade Estadual de Direito de Itapaci; Faculdade Estadual de Ciências Humanas de Jaraguá; Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Posse; Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Crixás; Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Luziânia; Faculdade de Ciências Agrárias e Letras de Campos Belos; Faculdade de Ciências Agrárias, Biológicas e Letras de Silvânia.
TOTAL: 26 IES

Fonte: Secretaria de Estado da Casa Civil de Goiás
(<http://www.casacivil.go.gov.br/pagina/ver/5364/legislacao-estadual>) (elaboração própria) (acesso em 23/03/17)

Verifica-se que a realidade da Educação Superior, em Goiás, modificou-se consideravelmente a partir da segunda metade da década de 1990, uma vez que nesse período houve o favorecimento à flexibilização e diversificação de cursos e instituições, bem como incentivos à expansão acelerada do setor privado. Somente após os anos de 1996, mais especificamente após a LDB (Lei n. 9394/96) é que o setor privado ganha impulso significativo no estado de Goiás. Em um movimento progressivo do governo estadual no sentido de atender as demandas regionais e o acesso aos jovens estudantes egressos do ensino médio, as faculdades isoladas, mantidas pelo poder público estadual até 1998, assim como a FACEA, foram reunidas na UNIANA, que foi elevada ao título de Universidade Estadual de Anápolis em 24 de janeiro de 1994.

Em 16 de abril de 1999, foi sancionada a Lei n.º 13.456, no primeiro governo de Marconi Perillo (1999 - 2002), que definiu a organização da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo e referendou os atos previstos no Decreto n.º 4.990, de 01 de janeiro de 1999 e, nesse momento, ocorre a criação da UEG. Esta Lei promoveu alterações na estrutura organizacional do estado de Goiás, com vistas a adequá-la à execução das diretrizes do governo, sem que implicasse, segundo documento da SEPLAN (2005), em acréscimo da despesa global com o custeio da máquina estadual e com o funcionalismo. Esta etapa preliminar constituiu uma fase de ajustamento imediato e de criação de condições legais e institucionais para a realização das mudanças na organização e funcionamento do aparelho do Estado. Nesse sentido, foi iniciado no ano de sua promulgação, a reforma administrativa em Goiás, alinhada aos preceitos da NGP implantada no governo federal (governo FHC). Decorridos seis meses de governo, foi realizada uma reforma mais profunda, conforme entendimento da gestão do estado. Ela foi mais profunda na medida em que foi resultante do programa de ajuste fiscal, com reflexos sustentados nas finanças e teve como objetivo principal viabilizar financeiramente cento e vinte e cinco programas que constavam do Plano Plurianual – PPA. Com assessoria da Fundação Getúlio Vargas, a reforma alterou praticamente toda a estrutura administrativa do estado de Goiás, com a extinção de secretarias e órgãos públicos, autarquias e fundações e criou uma outra estrutura administrativa. A lei também previu a celebração de Contratos de Gestão com Organizações Sociais – OS. Nessa reforma foram extintas nove secretarias de Estado, cinco fundações, onze empresas públicas e de economia mista e foram criadas quatro autarquias. (UEG, 2005, p. 14).

A criação da UEG , ocorreu do agrupamento de 28 faculdades isoladas, autarquias do estado de Goiás, que a compuseram. Além de transformar a Universidade Estadual de Anápolis (UNIANA) em UEG, a Lei 13.456 transformava 28 autarquias estaduais em unidades administrativas da nova Universidade. Destas 28 instituições, apenas 13 funcionavam de fato na época, ofertando um total de 2.260 vagas nos processos seletivos anuais. (Ver Anexo 1).

Conforme Moreira (2007, p. 110) as cidades que já possuíam as 13 IES estaduais em funcionamento no período de criação da UEG eram de Goiânia, da cidade de Goiás, de Iporá, de Formosa, de Quirinópolis, de Morrinhos, de Itapuranga, de Porangatu, de Uruaçu, de São Luís dos Montes Belos, de Pires do

Rio e de Goianésia. Além das faculdades isoladas destas cidades, a UEG agrupou também a UNIANA. O autor (2007, p. 110) acrescenta mais informações sobre as faculdades isoladas que foram posteriormente sendo agrupadas à UEG e informa que outras unidades universitárias foram sendo criadas seguindo o mesmo modelo desordenado, a fim de atender compromissos políticos assumidos pelo governo do estado:

A UEG nasceu com campus em dezessete municípios goianos, contando com dezoito unidades universitárias. A Universidade Estadual de Anápolis (Uniana) foi dividida, do ponto de vista administrativo, dando lugar à Unidade de Ciências Humanas e Econômicas e à Unidade de Ciências Exatas e Tecnológicas. Agregaram-se ainda à Universidade Estadual de Goiás (UEG), outras faculdades que já existindo legalmente, não desenvolviam atividades acadêmicas até o momento de sua criação. Foram elas: Santa Helena de Goiás, Inhumas, Ceres, Itapaci, Jaraguá, Silvânia e Sanclerlândia. (MOREIRA 2007, p.110)

Estranhamente, a lei de criação da UEG cita a FACEA, que já não existia mais, pois havia sido transformada na UNIANA anos antes. As 28 autarquias citadas pela lei são apresentadas no Quadro 9.

Quadro 9 - IES ISOLADAS JÁ CRIADAS EM 1999 – *IES CRIADAS, INSTALADAS E AGRUPADAS PARA CONSTITUIÇÃO DA UEG

IES	CURSOS
I - *Escola Superior de Educação Física de Goiás	I- Educação Física e Fisioterapia
II - *Faculdade de Filosofia Cora Coralina	II- História e Geografia
III - *Faculdade de Ciências Econômicas de Anápolis (FACEA)	III- História, Geografia, Ciências/Biologia, Química, Letras (port/ing), Administração, Ciên. Contábeis
IV - *Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Porangatu;	IV- Letras (port/ing); História, Geografia, Ciências (Lic.Curta)
V - *Faculdade Estadual Celso Inocêncio de Oliveira, de Pires do Rio	V- Licenciatura Plena em História, Geografia e Letras: Português e Inglês
VI - *Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Itapuranga	VI- Geografia, História e Letras Português/Inglês
VII - Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Santa Helena de Goiás	VII- criada, mas não funcionava antes de 1999
VIII - *Faculdade de Educação, Ciências e Letras de São Luiz de Montes Belos	VIII- Pedagogia
IX - *Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Goianésia	IX- Letras, História, Geografia
X - *Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Quirinópolis	X- Letras (port/ing); História, Geografia, Ciências (Lic.Curta)
XI - *Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iporá	XI- Letras (port/ing); História, Geografia, Ciências (Lic.Curta)

XII - *Faculdade de Educação, Ciências e Letras Limosa Ilmosa Saad Fayad, de Formosa	XII- Letras (port/ing); História, Geografia, Ciências (Lic.Curta)
XIII - *Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Morrinhos	XIII- Letras (port/ing); História, Geografia, Ciências (Lic.Curta)
XIV - Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Jussara	XIV- criada, mas não funcionava antes de 1999
XV - Faculdade de Zootecnia e Enfermagem de Inhumas	XV- Zootecnia e Enfermagem
XVI - Faculdade Estadual Rio das Pedras, de Itaberaí	XVI- Pedagogia
XVII - *Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Uruaçu	XVII- Ciências Contábeis e Pedagogia
XVIII - Faculdade de Ciências Agrárias do Vale do São Patrício	XVIII- Agronomia e Veterinária
XIX - Faculdade Estadual de Ciências Agrárias de Ipameri	XIX- Agronomia, Zootecnia e Veterinária
XX - Faculdade de Educação, Agronomia e Veterinária de São Miguel do Araguaia	XX- Educação, Agronomia e Veterinária
XXI - Faculdade Estadual de Direito de Itapaci	XXI- Direito
XXII - Faculdade Estadual de Ciências Humanas e Exatas de Jaraguá	XXII- Pedagogia e Ciências Contábeis
XXIII - Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Posse	XXIII- inicia atividades em 1999 - Licenciatura em Matemática e Tecnologia em Processamento de Dados
XXIV - Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Crixás	XXIV- Educação, Geociências e Letras
XXV - Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Luziânia	XXV- Educação, Ciências e Letras
XXVI - Faculdade Dom Alano Maria Du Noday	XXVI- Ciências Agrárias e Letras
XXVII - Faculdade de Ciências Agrárias, Biológicas e Letras de Silvânia	XXVII- Ciências Agrárias, Biológicas e Letras
XXVIII - Faculdade Estadual de Agronomia e Zootecnia de Sanclerlândia.	XXVIII- Agronomia e Zootecnia

* IES que foram agrupadas para constituição da UEG (legalmente credenciadas)

Fontes: UEG (2005); sítios dos Câmpus atuais da UEG; BALDINO (1991). (elaboração própria).

Das 28 autarquias agrupadas para a criação da UEG, 12 já se encontravam credenciadas com 39 cursos, dos quais 29 estavam reconhecidos e 10 autorizados pela autoridade competente, sendo acrescidos mais 11 cursos originários da antiga UNIANA, todos reconhecidos. De acordo com o parecer CEE n. 009/2002 de 28/01/2002, esse processo da UEG

[...] não tratou da criação de uma nova universidade, mas da transformação de uma universidade em outra, o que, na teoria e na prática, resulta tão somente em uma mudança de denominação de Universidade Estadual de Anápolis para Universidade Estadual de Goiás.

Como já citado neste estudo, o Campus de Ciências Socioeconômicas e Humanas (CCSEH) da UEG teve sua origem na Faculdade de Ciências Econômicas de Anápolis (FACEA), criada através da Lei Estadual n.º 3.430, sancionada em 05 de julho de 1961, sendo um dos mais antigos da UEG, com o seu primeiro Curso de Graduação em Ciências Econômicas. Em 1990, a Faculdade de Ciências Econômicas de Anápolis (FACEA) se transformou em Universidade Estadual de Anápolis (UNIANA). No processo de transformação da FACEA em UNIANA, o número de cursos subiu de oito para onze. Estes cursos estavam instalados em três centros acadêmicos: Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL), Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (CCET) e Centro de Ciências Socioeconômicas (CCSE). A UNIANA contava ainda com o Colégio de Aplicação Dr. César Toledo.

A Fundação Universidade de Anápolis foi transformada em Fundação Universidade Estadual de Goiás – FUEG, aprovado o seu Estatuto (Decreto 5.112 de 27 de agosto de 1999) e, a partir de então, essa Fundação passou a gerir os recursos da UEG. A FUEG, como mantenedora da UEG, foi reestruturada e apresentou a organização administrativa com a estrutura de gerências. Foram criadas: a) Gerência de Pesquisa e Planejamento; b) Gerência Jurídica; c) Gerência de Auditoria; d) Gerência da Gráfica; e) Gerência da Televisão Universitária. Integrando a Diretoria de Administração e Finanças: a) Gerência Administrativa; b) Gerência Financeira; c) Gerência de Recursos Humanos; d) Gerência de Informática.

Uma questão que chama a atenção é que, certamente, o agrupamento de IES isoladas não promove integração a um projeto de universidade (FIALHO, 2005). O que pode ser inferido é que as IES isoladas que foram agrupadas à UEG mantiveram naquele momento ou mantêm, uma cultura própria, *um ethos*, lapidado pela sua história e processos de institucionalização, *habitus* gestores e institucionais próprios, modos de fazer, agir e decidir, balizados em suas trajetórias e percursos institucionais, a partir dos grupos de profissionais que ali estavam e estão vinculados a interesses de natureza acadêmica ou, por vezes, mantendo-se com outros interesses (particulares, familiares, outros trabalhos etc).

No contexto dessas reformas, a UEG desencadeia o maior programa de formação de professores para a educação básica por intermédio das Licenciaturas Plenas Parceladas (LPP), proporcionando um aumento significativo de vagas na educação superior. Essa expansão da UEG ocupou os espaços pelo interior do

estado. Conforme uma das entrevistas realizadas para essa pesquisa, destaca-se o trecho abaixo, a partir da análise da categoria **história da UEG**:

[...] Do início... um ponto que eu acho importante na constituição da UEG foi o programa de formação de professores. *Ela começou com isso, ela começou com essa cara e com essa identidade de uma instituição que forma professores*, também diante de uma exigência maior, uma exigência legal maior. O estado não tinha professores com ensino superior e ele precisava resolver esse problema [...]. *Nasceu. Foi realmente um investimento feito pelo estado nesse sentido, que foram os cursos de licenciaturas parcelados e que foi responsável pela formação dos professores que hoje atuam na rede. Acho que isso é marco de identidade e que hoje em dia tem sido pouco considerado. Não acredito que não seja importante mais, nós estamos aí diante de uma situação caótica na educação, faltam professores, a formação com problemas. Então a universidade não pode largar mão disso ainda, ela tem papel pra continuar com a formação de professores, principalmente dos profissionais da educação. Isso é muito importante.* (Entrevistada 1, grifos nossos).

A entrevistada compreende que a LPP foi, no contexto de criação da UEG uma iniciativa do governo no sentido do investimento na formação de professores. Na entrevista, não faz menção ao processo precarizado que essa formação se deu, ocorrendo de forma aligeirada e estruturada para certificar professores que já atuavam na rede básica de educação. Existem estudos que evidenciam o processo e relacionam essa política do governo do estado de Goiás incluída em políticas mais amplas do Estado brasileiro, no sentido de atender o cumprimento da legislação que delimitou prazo para formação de professores no nível da graduação para a educação básica⁶¹.

O Relatório de Autoavaliação da UEG (2010) informa que inicialmente a UEG estava vinculada à Secretaria Estadual de Educação do Estado de Goiás (SEE/GO),

61 Teses e dissertações foram produzidas sobre a Licenciatura Plena Parcelada da UEG, dentre elas: *A UEG no olho do furacão o processo de criação, estruturação e expansão da Universidade Estadual de Goiás* de Cristiano Lucas Ferreira, UFG/Goiânia/GO – 2006; *Formação de professores no projeto LPPE - As concepções reveladas nos discursos dos docentes* de Dagmar Dnalva da Silva Bezerra, UFG/Goiânia/GO – 2007; *As Políticas Públicas Educacionais e o Processo de Formação do Professor nos Cursos de Licenciatura* de Ivana Alves Monnerat de Azevedo, UNB/Brasília /DF – 2008; *Formação e Exercício Profissional de Docentes dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental: relações entre o Projeto do Curso de Pedagogia da LPP/UEG e a prática pedagógica observada na escola* de Maria de Fátima Bastos PUC Goiás/Goiânia/GO – 2008; *A Formação de Professores Municipais de Ceres em Pedagogia pela Licenciatura Plena Parcelada – um estudo de caso* de Maria de Fátima Santos Menezes, PUC Goiás/Goiânia/GO – 2008; *Formação inicial de professores: um estudo da Licenciatura Plena Parcelada em Letras da Universidade Estadual de Goiás* de Rosemeire Barreto dos Santos Carvalho, PUC Goiás/Goiânia/GO – 2009; *Formação De Professores De Educação Física: a experiência emergencial da Licenciatura Plena Parcelada da Universidade Estadual de Goiás – LPP/UEG* de Leonardo Ângelo Stacciarini de Resende, PUC Goiás/Goiânia/GO – 2010; *Formação de professores de história na universidade para os trabalhadores da educação: Projeto de LPP da UEG no Norte Goiano (1999-2001)* de Edna Lemes Martins Pereira, PUC Goiás/Goiânia/GO – 2014, dentre outras.

mas que posteriormente passou a fazer parte da Secretaria de Ciência e Tecnologia (SECTEC), pelo Decreto no 5.158/1999. Atualmente, desde 2016, a UEG compõe o quadro de instituições e autarquias jurisdicionadas à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico e de Agricultura, Pecuária e Irrigação (SED), sob o Decreto nº 8.579, de 24 de fevereiro de 2016, em nova reforma na administração do estado de Goiás. Essa Secretaria resulta da junção da SECTEC a outras Secretarias de natureza administrativa no campo da agropecuária e irrigação. A pasta da SED, atualmente, é comandada pelo empresário Francisco Pontes (PSDB), anapolino, representante da Associação Comercial e Industrial de Anápolis (ACIA). Verifica-se aí, a presença de um agente do campo empresarial compondo o corpo da administração e ocupando uma pasta importante na hierarquia das Secretarias de Estado.

Em 2002, o governo de Goiás (Marconi Perillo) promove nova reforma na estrutura administrativa do Estado pela Lei nº 14.383, de 31 de dezembro de 2002. No processo de reforma, ocorre o credenciamento da UEG em 2002, por meio do Decreto do Governador do Estado n. 5.560 de 01/03/2002, com efeito retroativo a 16 de abril de 1999. A demora se deu pelo acompanhamento do CEE/GO que, devido às fragilidades encontradas na estrutura da UEG, o seu credenciamento ficou vinculado a várias solicitações do Conselho até que se cumprissem as exigências requeridas.

Na reforma deste ano, são extintos 18 segmentos da administração estadual, entre superintendências, diretorias, conselhos; são transformadas coordenadorias em superintendências, assessorias em chefias de assessorias; dezesseis segmentos como coordenadorias, programas, diretorias e superintendências em gerências executivas; são criadas novas superintendências, agências e secretarias; são feitas inclusões de cargos e chefias em outros segmentos, transferências de diretorias para outros órgãos, integrações de conselhos às novas secretarias; são definidas as competências das Secretarias de Estado e dos demais órgãos, como agências e superintendências; são extintos cargos e criados novos; define-se órgãos e segmentos que ficam jurisdicionados a outros órgãos e secretarias criadas, dentre o conjunto de alterações na estrutura administrativa do poder executivo do Estado.

A UEG se constitui como uma autarquia, instituída mediante transformação jurídica operada pelo art. 18 da Lei n. 16.272, de 30 de maio de 2008, com

autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, nos termos dos arts. 207 da Constituição da República Federativa do Brasil e art. 161 da Constituição do Estado de Goiás. Fica claro, nesse sentido, a definição da relação a ser estabelecida entre o governo do estado de Goiás e a UEG, ou seja, como autarquia há uma maior dependência da instituição ao estado. Verifica-se, também, que todas as IES estaduais do país se constituem como autarquias dos estados que as vinculam.

O governo de Goiás, pela Lei nº 17.257, de 25 de janeiro de 2011 promoveu mais uma reforma administrativa no Estado, introduzindo em basicamente todos as agências, secretarias e autarquias a estrutura complementar de gerências. As gerências são compreendidas como órgãos complementares e na UEG, ficam a cargo da decisão da Administração Superior da universidade a definição de quais e de quantas são necessárias. Porém, conforme a regra, para qualquer alteração na estrutura administrativa da UEG que envolva recursos e pessoal, deve ser aprovada pelos Conselhos deliberativos da universidade e posteriormente encaminhada reivindicação para análise e aprovação da equipe de governo.

Quadro 10: REFORMAS NA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO ESTADO DE GOIÁS – 1961 A 2017

Anos de Reformas no estado de Goiás	Leis Ordinárias	Conteúdo/Síntese das Reformas	Presidentes do Brasil	Governadores de Goiás
1961	LEI N. 3.999, DE 14 DE NOVEMBRO DE 1961	Dá nova estrutura ao sistema administrativo do Estado, institui o Fundo Especial das Obras do Plano de Desenvolvimento e determina outras providências.	Jânio Quadros/João Goulart	Mauro Borges Teixeira
1975	LEI N. 7.928, DE 21 DE MAIO DE 1975	Introduz alterações no sistema administrativo estadual e dá outras providências. Art. 1º. Ficam modificadas, na forma desta lei, as disposições que regem a organização e o funcionamento dos órgãos da administração direta e as entidades da administração indireta do Poder Executivo.	Ernesto Geisel	Irapuan Costa Júnior
1987	LEI N. 10.160, DE 09 DE ABRIL DE 1987	Dispõe sobre a estrutura organizacional básica do Poder Executivo e dá outras providências. Art. 1º - O Poder Executivo compreende dois conjuntos organizacionais permanentes representados pela administração direta e pela administração indireta, integrados por setores de atividades conexas que devem funcionar de maneira uniforme, harmônica e	José Sarney	Henrique Santillo

		interdependente, visando metas e objetivos que a ambos incumbe atingir.		
1988	LEI N. 10.502, DE 09 DE MAIO DE 1988	Introduz modificações na organização administrativa do Poder Executivo e dá outras providências. (transforma unidades administrativas em autarquias; faz extinção de órgãos; remaneja segmentos administrativos; cria e extingue cargos; faz fusão de secretarias e superintendências)		
1991	LEI N. 11.655, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1991	Dispõe sobre a estrutura organizacional básica do Poder Executivo e dá outras providências. (cria gabinetes, Secretarias de Estado; modifica atribuições de órgãos e secretarias;	Fernando Collor de Melo	Iris Rezende Machado
1995	LEI Nº 12.603, DE 07 DE ABRIL DE 1995	Introduz alterações na estrutura organizacional básica da administração direta do Poder Executivo e dá outras providências (cria Secretarias de Estado, com suas respectivas unidades administrativas básicas; criação da Fundação da Universidade Estadual de Anápolis ; reestrutura toda a administração direta, define competências dos órgãos e o jurisdicionamento dos órgãos)	Fernando Henrique Cardoso	Luiz A. Maguito Vilela
1999	LEI Nº 13.456, DE 16 DE ABRIL DE 1999	Extingue secretarias, diretorias, chefias, superintendências, coordenadorias, chefia de gabinete do governador, dentre outros; Transforma a UNIANA em UEG; Transforma a Fundação Universidade Estadual de Anápolis em Fundação Universidade Estadual de Goiás; Transforma em unidades administrativas da UEG 28 autarquias (faculdades isoladas)		Marconi F. Perillo Júnior
	LEI Nº 13.550, DE 11 DE NOVEMBRO DE 1999	Modifica a organização administrativa do Poder Executivo e dá outras providências. (são extintos segmentos de dentro das secretarias (coordenações, superintendências, chefias, fundações, dentre outras) “ouvidas o Conselho Estadual de Desestatização” , implementado pela Lei nº 14.910, de 11-8-2004, art. 28 que denomina Conselho Estadual de Investimentos, Parcerias e Desestatização.		
2002	LEI Nº 14.383, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2002	São extintas na estrutura organizacional básica do Poder Executivo Superintendências, Conselhos, Diretorias; são transformadas coordenadorias em superintendências, secretarias em chefias, segmentos em gerências executivas; são criadas novas superintendências, chefias, gerências executivas; são agrupadas secretarias e dadas novas funções e competências.		

2003	LEI Nº 14.577, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2003.	Modifica a organização administrativa do Poder Executivo e dá outras providências; cria a Secretaria de Estado do Trabalho; cria unidades básicas específicas: Superintendência de Ações Operacionais e Superintendência de Capacitação e Geração de Emprego; cria unidades complementares centralizadas.	Luiz Inácio Lula da Silva	Alcides Rodrigues Filho
2005	LEI Nº 15.123, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2005	Modifica a organização administrativa do Poder Executivo e dá outras providências; são extintas e criadas novas gerências executivas, bem como suas competências; gerências passam ao status de superintendências e/ou secretarias de governo;		
2006	LEI Nº 15.724, DE 29 DE JUNHO DE 2006	Modifica a organização administrativa do Poder Executivo e dá outras providências; extingue agências, renomeia secretarias e conselhos, modifica cargos e competências de segmentos, remaneja órgãos entre secretarias, conselhos e superintendências.		
2008	LEI Nº 16.272, DE 30 DE MAIO DE 2008	Dispõe sobre a organização da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo;		
	LEI Nº 16.365, DE 07 DE OUTUBRO DE 2008	Dispõe sobre a organização da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo. Foi revogada pela lei. Revogada pela Lei nº 17.257, de 25-01-2011, art. 31, ressaltando o Anexo I, unidades administrativas complementares e respectivos cargos de provimento em comissão		
2011	LEI Nº 17.257, DE 25 DE JANEIRO DE 2011	Dispõe sobre a organização administrativa do Poder Executivo e dá outras providências; define as unidades administrativas básicas, com os respectivos cargos em comissão de chefia, direção e assessoramento superior e os correspondentes símbolos de subsídios, dos órgãos e das entidades integrantes da administração direta, autárquica e fundacional; define os valores dos subsídios correspondentes aos símbolos dos cargos em comissão; define as funções comissionadas, atribuíveis ao servidor efetivo ou militar e ao detentor de emprego permanente; modifica secretarias, cria autarquias, remaneja órgãos e funções.	Dilma Rouseff	Marconi F. Perillo Júnior
2014	LEI Nº 18.687, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2014.	Dispõe sobre a reorganização administrativa do Poder Executivo e dá outras providências; reorganiza a administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo; transforma subsecretarias em superintendências; modifica a denominação de órgãos e agências;		

		são extintos cargos, secretarias e autarquias		
2014	LEI Nº 18.746, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2014	Introduz alterações na Lei n. 17.257, de 25 de janeiro de 2011, adequando-a às prescrições da Lei n. 18.687, de 03 de dezembro de 2014, e dá outras providências;		
2016	LEI Nº 19.515, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2016*	Altera a Lei nº 17.257, de 25 de janeiro de 2011, que dispõe sobre a organização administrativa do Poder Executivo		
2017	LEI Nº 19.865, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017*	Introduz alterações na organização administrativa do Poder Executivo e dá outras providências; cria secretarias, núcleos, gerências, assessorias, funções comissionadas.	Michel Temer	
* Reformas menores no âmbito da estrutura administrativa do governo				

Fontes: SEPLAN (2005) e Leis Ordinárias do estado de Goiás disponíveis em <http://www.casacivil.go.gov.br/post/ver/108328/leis-ordinarias-por-ano> (elaboração própria) Acesso em 23/11/17.

É importante questionar e refletir sobre o porque de um processo contínuo de reformas na estrutura administrativa do estado de Goiás, em vários governos. Ou seja, cada governador que assume a função promove alterações importantes no conjunto administrativo, seja suprimindo ou agrupando secretarias, autarquias seja acrescentando, renomeando, criando outros segmentos. Verifica-se que no mesmo governo, em gestões alongadas como, por exemplo, a de Marconi Perillo, foram realizadas reformas de grande porte na estrutura administrativa do Estado, como também ocorreram pequenas reformas administrativas no âmbito específico de alguns órgãos, secretarias, autarquias e outros. Essas reformas menores ocorreram mais intensamente em governos de alguns governadores, especialmente no de Henrique Santillo, Alcides Rodrigues e Marconi Perillo⁶².

Um ponto a se questionar é referente à condição favorável que o governo do estado tem ou cria para a efetivação de uma reforma de grande porte, em especial. A articulação, dimensão própria do campo político, se dá com a intenção de satisfazer ou atender aquilo que se expressa como demanda dos articuladores do jogo político, dos agentes individuais, de agentes coletivos e institucionais do campo, ou seja, há o convencimento da demanda, há o aceite submetido ao jogo de interesses da maioria dos agentes do campo, há o conhecimento e reconhecimento das necessidades.

⁶² Conferir as informações sobre as grandes e pequenas reformas em <http://www.casacivil.go.gov.br/post/ver/108328/leis-ordinarias-por-ano> (acesso 22/03/2017).

A concentração do capital político nas mãos de um pequeno grupo é tanto menos contrariada e portanto tanto mais provável, quanto mais desapossados de instrumentos materiais e culturais necessários à participação activa na política estão os simples aderentes. (BOURDIEU, 2011, p. 166).

Mas também é necessário incluir a essa análise, o que Weber (2013) denomina de “poder carismático”, do poder da autoridade que se funda em dons pessoais, em qualidades vistas em um grande demagogo ou em um dirigente de partido político. Ou seja, um governador, como líder carismático, aglutina à sua volta grupos aos quais exerce poder e constrói repertórios para consensos.

Observa-se a intensificação do receituário neoliberal, nesse âmbito, com a propagação e adesão dos estados às reformas a partir do governo FHC, especificamente com Bresser-Pereira. Porém, infere-se também, o uso, a apropriação de um modo de fazer reformas que favorece o jogo político na esfera dos governos. Ou seja, a reforma se torna motivo e justificativa para o atendimento aos segmentos e agentes políticos apoiadores do governo, como será demonstrado mais adiante nesse estudo.

A questão é que sob o discurso anunciado de se conseguir eficiência e eficácia, controle sobre as pessoas, enxugamento na máquina onerosa do estado, pode-se inferir que a cada reforma se cria um processo interno de insegurança e constrangimentos aos servidores públicos efetivos, contratados e comissionados. Ocorrem demissões, relocalações, remanejamentos, retiradas de cargos e funções, novas contratações, novas chefias, novas funções e cargos, exige-se nova dinâmica interna nos segmentos, inclusive com a produção ou reformulação de diretrizes, normativas, estatutos, regimentos. O que não era pra ser oneroso aos cofres públicos, é. Ou seja, compreende-se, a partir dos estudos realizados, em especial na legislação do estado de Goiás, que gasta-se com o movimento e com a reestruturação da máquina estatal.

2.1.3 O repertório da economia privada como dimensão incorporada ao *habitus gestor*

Um ponto interessante é verificar o quanto organizações e instituições representativas de classes sociais dominantes procuram se reafirmar continuamente em um movimento de convencimento e de proposições que dão relevo às ideologias do capital. Ou seja, é preciso haver o convencimento contínuo

e sistemático para a superação das resistências em prol de outras formas de organização institucional e de produção social. A necessidade capitalista de organizar instituições para a reprodução significa que “há resistência ao conceito capitalista de desenvolvimento e ao necessário controle capitalista desse desenvolvimento”. (CARNOY, 1984).

Maior resistência é possível encontrar em instituições de educação públicas, em especial de educação superior, haja vista que, de algum modo, estiveram historicamente fora do foco agressivo do capitalismo, fora do foco de empresas, do setor produtivo, por um lado. Porém, compreende-se que, ideologicamente, sistemas de educação públicas (municipais, estaduais) podem ter aderido à força do capital e reforçado suas premissas. Haja vista a adesão de sistemas públicos de educação a materiais apostilados, a entrada de empresas privadas, bancos, Organizações Não-Governamentais nos sistemas públicos como parceiros, com projetos pedagógicos, com materiais didáticos (ADRIÃO; PERONI, 2010; BERNARDI; UCZAK; ROSSI, 2013), com interferência no currículo escolar – a Base Nacional Comum Curricular, por exemplo, recebendo substantivamente a interferência do setor privado (PERONI; CAETANO, 2015); identificando-se a filantropia do setor empresarial no campo da educação (BALL; OLMEDO, 2013; BEGHIN, 2005). Pode-se detectar na atualidade, o movimento do empresariado em apropriar-se das instituições de educação públicas de educação, fazendo com que elas sejam agentes institucionais *do* capital. Nesse movimento, encontra-se a estratégia de desqualificação do setor público, tratando-o como ineficiente, oneroso e caro aos cofres públicos.

Esse caráter privatista é resultante, dentre outras coisas, do alargamento das funções do *ethos* privado ainda que subvencionadas pelo poder público. Tal quadro produz uma situação perversa da ação estatal na medida em que esta não estabelece as fronteiras e diferenças entre os interesses coletivos e os interesses particulares, facultando a emergência da privatização do público e, conseqüentemente, a interpenetração entre as esferas público e privado. (BUENO; DOURADO, s/a, p. 01 - 02)

Analisa-se que as relações constituídas entre Estado x Mercado configuram-se de modos diferentes e com matizes distintos dependendo do período histórico, bem como dos agentes institucionais ou de grupos que estão nessa relação. Conforme Cunha (2007) são forças em conflito que situam agentes em posições antagônicas e em alguns casos, em posições limítrofes ou que estão no cruzamento Estado x Mercado. Nessa correlação de forças que segmenta o sistema educacional e que

compõem as forças do Estado estão o “Ministério da Educação, o Conselho Nacional (ou Federal) de Educação, o Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, assim como as instituições públicas de ensino” (op. cit, p. 810). Cunha (2007, p. 810 - 811) acrescenta que representam “[...] o Mercado, as instituições privadas de ensino e suas entidades representativas”⁶³. No cruzamento do Estado com o mercado encontram-se “[...] as entidades corporativas, como os conselhos federais e regionais de diversas profissões”, sindicatos, conselhos de educação⁶⁴. O autor analisa que, atento ao jogo do poder, o setor privado se imiscuiu nas esferas de decisão⁶⁵, por tempos mais favoráveis e outros nem tanto, porém esteve e está representado em conselhos, ministérios, sindicatos, associações, que definem políticas educacionais que contemplem seus intentos como esfera importante no campo social (isenções fiscais, pagamento de mensalidades, bolsas, incentivos fiscais, dentre outros).

Na premissa de ocupação de espaço, ocupação de lugar no conjunto dos campos sociais e, em especial no campo da educação, observa-se que o jogo é produzido na esfera dos governos, aliados que estão do setor produtivo, e desenvolvem estratégias de mercado. Em Goiás, o jogo não é diferente, assim como as estratégias são explícitas.

O governador Marconi Perillo compõe o Conselho Superior do Movimento Brasil Competitivo (MBC). Desde 2001, o Movimento Brasil Competitivo faz o trabalho de aproximar os setores público e privado, investe na cultura de governança e propaga os princípios da **gestão de excelência**, estabelece ações com os estados com o objetivo de ampliar a competitividade nacional, o aumento da capacidade de investimento do Estado.

Segundo o Artigo 1º. de seu Estatuto (2017), o MBC denomina-se “associação civil de direito privado, sem fins lucrativos ou econômicos, de interesse público”. Em seu Artigo 4º, § 1º estabelece como uma de suas finalidades a sua atuação de

63 Associação Brasileira de Entidades Mantenedoras, a Associação Nacional das Universidades Particulares, a Associação de Educação Católica do Brasil, o Conselho Geral das Instituições Metodistas de Ensino, a Associação Nacional de Faculdades e Institutos Superiores, entre outras, conforme Cunha(2007).

64 Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia e o Conselho Federal de Medicina; sindicatos, tanto os de empregadores quanto os de empregados; “embora sejam órgãos do Estado, os conselhos de educação (federal/nacional, estaduais e municipais) podem estar mais ou menos penetrados pelo Mercado, conforme as circunstâncias políticas.” (CUNHA, 2007, p. 811)

65 Ver estudo apresentado em tese de OLIVEIRA (2017).

forma autônoma com entidades de direito público ou privado por meio de programas, projetos, planos que mantenham afinidade com suas intenções enquanto associação. O Artigo 5º do referido Estatuto (2017) esclarece que o MBC constitui-se se associados mantenedores e institucionais, pessoas físicas e/ou jurídicas. O Artigo 10º, por sua vez, estabelece as fontes de recursos para a manutenção da associação, que são várias, dentre as quais: contribuições dos associados mantenedores, parcerias com órgãos e entidades governamentais, contratos de prestação de serviços em gestão e governança, por meio de recursos públicos provenientes de contratos de prestação de serviços e convênios; compreende-se que o MBC constitui-se como uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).

Conforme está publicado no portal do grupo na internet⁶⁶, o Movimento é composto por “governadores, líderes empresariais e representantes da sociedade civil dispostos a liderar reformas necessárias para adequar o Estado aos desafios contemporâneos”. Justifica sua existência com a necessidade de um país melhor: “O Brasil precisa crescer. Para isso, precisa de menos burocracia, mais transparência, maior capacidade de investimento, maior eficiência na prestação de serviços e governança mais qualificada”. O Conselho Superior do Movimento é composto por

até vinte representantes do setor empresarial e sociedade civil com notória contribuição para a agenda de competitividade com representação majoritária dos associados mantenedores do MBC. Cinco representantes da Administração Pública Federal, indicados pelos titulares da Casa Civil da Presidência da República, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e do Ministério da Indústria, Comércio e Serviços e do Ministério da Fazenda.

(disponível em: <http://www.mbc.org.br/portal/>) (acesso em 18/11/17)

E quem são? Até a data desta verificação, 18 de novembro de 2017 eram:

Elcio Anibal de Lucca, presidente da Serasa, presidente do Fórum de Líderes Empresariais Gazeta Mercantil.

Jorge Gerdau Balbi Johannpeter empresário, presidente do conselho de administração do Grupo Gerdau.

Reginaldo Braga Arcuri - presidente executivo do Grupo FarmaBrasil. Integra o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República (CDES) e é membro do Conselho Temático de Política Industrial e Desenvolvimento Tecnológico (COPIN/CNI).

Wilson Ferreira Júnior, engenheiro e executivo, ex-presidente da holding Companhia Paulista de Força e Luz e atual presidente da Eletrobras

Carlos Augusto Salles, presidente do Conselho Superior do MBC (2004-2007) e presidente da Tormes Consultoria Empresarial

Elton Borgonovo - gerente geral da Motorola Solutions no Brasil

66 Para maiores informações consultar: <http://www.mbc.org.br/portal>

Gilberto Peralta - diretor regional da GE Capital Aviation Services para a América Latina; presidente do Conselho de Administração da Abdib

Paulo Tonet Camargo - vice-presidente de Relações Institucionais do Grupo Globo.

Silvio Magalhães Barros II - engenheiro civil e político, filiado ao Partido Progressista.

Valdir Simão - foi ministro do Planejamento e da Controladoria-Geral da União no governo Dilma Rousseff, é o novo sócio do escritório Warde Advogados.

Walter Lídio Nunes - Diretor-Presidente da Celulose Riograndense.

Paulo Cunha - um dos mais bem sucedidos empresários do país. Há 24 anos à frente do grupo Ultra, comanda um conglomerado que fatura mais de 4 bilhões de reais por ano e conta com 6,7 mil funcionários.

Paula Bellizia - presidente da Microsoft Brasil

Marconi Perillo – governador de Goiás e presidente do CONSÓRCIO BRASIL CENTRAL

José de Freitas Mascarenhas – Diretor do Grupo Odebrecht S/A

José Eduardo Sabo Paes. Procurador de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. (Disponível em: <http://www.mbc.org.br/portal/>) (acesso em 18/11/17) (grifos nossos).

A composição do grupo para tornar o estado competitivo é formado majoritariamente por empresários, o que para essa proposta tem lógica, por ser a competitividade um elemento vital para o setor privado. É interessante observar, nesse caso, como o setor empresarial se imiscui em assuntos e tarefas do Estado, por assim dizer, porém, compreende-se que o Estado é aliado do capital e, nesse caso, os agentes que compõem o Conselho Superior do MBC denotam “[...] recursos diferenciados, fatores diferenciais de sucesso” (BOURDIEU, 2005, p. 23). Os empresários em si, esses que ocupam as cadeiras do Conselho Superior do MBC, como agentes do campo econômico, do setor produtivo, têm vantagem sobre outros agentes pois são bastante capitalizados, têm vantagem na concorrência, isto é, mais precisamente, vantagem em função do volume e da estrutura do capital que possuem: o capital financeiro atual e o capital financeiro potencial. O interesse que despertam como agentes capitalizados e que expressam como interesse econômico no jogo que fazem com outros agentes e com o próprio Estado, é um tipo de interesse que é

[...] apenas a forma específica que reveste o *illusio*, o investimento no jogo econômico, quando o campo é apreendido por agentes dotados das disposições adequadas porque adquiridas em e por uma experiência precoce e prolongada das necessidades do campo (BOURDIEU, 2005, p. 22).

Impressiona a perspectiva de se pensar o Estado ou os estados brasileiros como empresas, impor à estrutura e administração pública o repertório conceitual das empresas, em que o setor público deva ser produtivo. Nesse caso os estados

brasileiros assumem todo o programa e agenda do setor produtivo; a proposição é de que os estados reformulem a esferas da administração pública, no sentido de desenvolver a cultura da gestão e governança em todos os segmentos, em toda a estrutura. Para ser produtivo, os estados incorporam ou incorporaram, gradativamente a cultura gerencial, como já explicitado anteriormente, ao ser desenvolvida a exposição e análise sobre as reformas no estado de Goiás.

A proposta, sob formato de Pacto para a Reforma do Estado renasce intensificada e alargada por meio do MBC. O Movimento Brasil Competitivo estabeleceu um Pacto pela Reforma do Estado que vem ao encontro da lógica do chamado “novo modelo de Estado” deflagrado já há algumas décadas em nosso país. Apresenta-se como atualizado às demandas empresariais, colocando-se como possibilidade de dar eficiência e efetividade à gestão pública, com a diminuição da burocracia, dando agilidade às ações propostas, bem como enfatiza procedimentos de planejamento e avaliação⁶⁷.

Conforme publicado em página específica na internet⁶⁸:

O Pacto pela Reforma do Estado representa a coalizão público-privada que tem a missão de propor uma agenda de transformações compartilhadas entre União e estados e oferecer respostas rápidas para as demandas atuais da sociedade. Lançado em setembro de 2015, o Pacto pela Reforma do Estado reúne empresários, especialistas, 19 governadores.

Planejamento, orçamento e governança para resultado

- Institucionalizar e praticar o planejamento de estado de longo prazo
- Desenvolver a capacidade de elaboração e execução de projetos
- Aprimorar os sistemas de avaliação das políticas públicas

Pessoas e força de trabalho

- Rever e restringir a definição e estruturação de carreiras de Estado com estabilidade
- Promover a profissionalização no serviço público
- Garantir o equilíbrio da previdência estadual

Receitas e gastos públicos

- Rever os critérios de vinculações de receitas e despesas do orçamento
- Aprimorar a Lei de Responsabilidade Fiscal
- Institucionalizar e implantar lei de responsabilidade fiscal estadual
- Repactuar as dívidas dos estados

Contratos e aquisições

- Rever a Lei 8.666 e suas derivadas
- Ampliar a participação do setor privado e terceiro setor na prestação de serviços públicos

Instituições e accountability

- Aperfeiçoar o papel/atuação dos órgãos de controle (inclusive tribunais estaduais e municipais)
- Rever o pacto federativo
- Ampliar a transparência e controle social

O que resulta:

⁶⁷ É bastante visível as propostas para modificações na organização e estrutura administrativa do estado de Goiás; ao se fazer o acesso ao link da Segplan se tem ali uma série de dados que informam sobre a *modernização da administração* do estado. Ver www.segplan.go.gov.br.

⁶⁸ Para maiores informações consultar: <http://www.mbc.org.br/portal/pacto-reforma-estado/>

- Capacidade de criar e de pensar no longo prazo.
 - É mais estratégico, inteligente e tem compromisso com as entregas.
 - Exerce a função de governar, introduzindo o desenvolvimento.
 - É menos intervencionista: capaz de regular sem ser invasivo.
 - Tem o tamanho necessário para prestar serviços essenciais ao cidadão.
 - Estimula a produção e a produtividade, com cultura inovadora.
 - Adequa as estruturas administrativas às demandas reais da sociedade.
- (disponível em: www.abc.org.br/portal/pacto-reforma-estado)
(acesso em 18/11/2017) (grifos nossos).

Aderiram ao Pacto pela Reforma do Estado, 19 governadores de estados, conforme publicação no portal do Movimento. São eles:

Alagoas - José Renan Vasconcelos Calheiros Filho (PMDB)
 Ceará - Camilo Sobreira de Santana (PT)
 Distrito Federal - Rodrigo Sobral Rollemberg (PSB)
 Espírito Santo - Paulo Hartung (PMDB)
 Goiás - Marconi Perillo (PSDB)
 Mato Grosso - José Pedro Gonçalves Taques (PSDB)
 Mato Grosso do Sul - Reinaldo Azambuja (PSDB)
 Maranhão - Flávio Dino (PC do B)
 Minas Gerais - Fernando Damata Pimentel (PT)
 Pará – Simão Robison Oliveira Jatene (PSDB)
 Paraíba – Ricardo Coutinho (PSB)
 Paraná - Beto Richa (PSDB)
 Pernambuco - Paulo Henrique Saraiva Câmara (PSB)
 Rondônia – Confúcio Moura (PMDB)
 Rio de Janeiro - Luiz Fernando Pezão (PMDB)
 Rio Grande do Sul - José Ivo Sartori (PMDB)
 Santa Catarina - Raimundo Colombo (PSD)
 São Paulo - Geraldo Alckmin (PSDB)
 Tocantins - Marcelo de Carvalho Miranda (PMDB)
 (disponível em: www.abc.org.br/portal/pacto-reforma-estado)
 (acesso em 18/11/2017)

Verifica-se que os governadores pertencem a partidos variados e, inclusive, estão presentes na lista aqueles que se identificam ideologicamente estando mais à esquerda na política, porém, a agenda é para todos e, nesse caso, compartilham interesses comuns. É possível compreender, ao se analisar o contexto, que participar de um processo como esse, a partir de um Pacto, haverá vantagens, pois as relações estabelecidas aí têm cunho político e sob a política não se concebe perda, avaliam-se os riscos, calculam-se as perdas e contabilizam-se os ganhos políticos para essa adesão.

Como organização decorrente no MBC, os estados se agrupam em número menor e estabelecem suas prioridades e objetivos para a implantação e desenvolvimento de suas reformas. Formou-se, a partir disso, constituiu-se em 2015 o Consórcio Brasil Central⁶⁹, que é composto pelos estados de Goiás, Mato Grosso,

⁶⁹ Conforme dados do site, “o Consórcio de Desenvolvimento do Brasil Central (BrC) foi criado em 3 de julho de 2015. Na ocasião, durante o Fórum dos Governadores do Centro-Oeste, os

Mato Grosso do Sul, Tocantins, Maranhão, Rondônia e o Distrito Federal. Conforme dados do IBGE (2012), os estados que compõem o Consórcio apresentam uma totalidade de aproximadamente 20 milhões de pessoas, representando 9,16% da população nacional e ocupando 25% do território do país. Com 658 dos 5.570 municípios do país, apresentam Índice de Desenvolvimento Humano Municipal acima da média nacional em todos os itens: 0,739 em IDHM em relação a 0,727 do país; longevidade 0,829 em relação a 0,816 do país; 0,752 de renda em relação a 0,739 do país; 0,648 em educação em relação a 0,637 do país e produz 11,27% da riqueza produzida no país. É uma região com estados com capacidade de produção de riqueza no campo da indústria, agricultura e pecuária, em especial o agronegócio.

O Consórcio Brasil Central apresenta como objetivos:

[...] utilizar a agenda comum dos estados que o compõem para impulsionar a competitividade da região com base nas vantagens competitivas de cada um e para *alavancar a cooperação entre eles, a sociedade e o capital privado*.

A agenda estratégica comum do Brasil Central tem como foco ações em agropecuária, industrialização, logística, *educação*, empreendedorismo, ciência, tecnologia e inovação. Como forma de promover uma ação conjunta, serão realizados fóruns dos governadores do Brasil Central [...].

1. Na agropecuária: desenvolver modelo agropecuário para ampliação da produtividade de pequena e média propriedade, com ênfase no assessoramento técnico, base para o fortalecimento de uma nova classe média rural;
2. Na logística: definir projeto de integração logística para a região e inserções nacional e global. Definir ações que fomentem as indústrias e os serviços associados à logística;
3. Na industrialização: que a industrialização tradicional dos produtos agropecuários evolua para a indústria densa em conhecimento;
4. *Na educação*: assumir posição de vanguarda no projeto nacional de qualificar o ensino básico e *desenvolver a educação básica e profissional que priorizem as capacitações genéricas e flexíveis exigidas pelas tecnologias contemporâneas*;
5. No empreendedorismo: fomentar o empreendedorismo de vanguarda e definir medidas que coordenem acesso a crédito, a tecnologias e práticas avançadas e a mercados nacionais e mundiais;
6. *Na inovação*: *fortalecer o sistema de ciência, tecnologia e inovação regional, associados à prestação de serviços avançados*. Dentro dos objetivos do Brasil Central também está a revitalização da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco) para o enfrentamento das grandes desigualdades que persistem dentro da região.

governadores dos estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Tocantins e do Distrito Federal decidiram se unir para elaborar e executar de forma conjunta políticas regionais e projetos direcionados à promoção do desenvolvimento sustentável e econômico com o objetivo de tornar a região ainda mais competitiva.” (<http://www.brasilcentral.gov.br/index.php/home/quem-somos>) Acesso em 18/11/2017.

(disponível em: www.mbc.org.br/portal/pacto-reforma-estado)
(acesso em 18/11/2017). (grifos nossos).

O Consórcio Brasil Central estabelece uma agenda para os estados, incluindo o campo educacional. Está bem evidenciado que o Consórcio, do qual o seu coordenador maior, até esta data, é o governador do estado de Goiás, Marconi Perillo, apresenta entre seus objetivos foco em ações em educação e ciência, dentre outros campos. Portanto, a educação e ciência estão compreendidas como estratégias do governo que se quer eficiente e inovador. Outro ponto importante de se verificar no conjunto dos objetivos do Consórcio, é a vinculação da ciência à prestação de serviços avançados. Também verifica-se a premissa de se conceber a educação profissional como capacitação genérica e flexível. Ora, a UEG é uma instituição de educação superior que, como universidade, em alguma medida, apresenta pesquisas e resultados significativos em algumas áreas, porém incipientes no conjunto da Universidade. O que se observa é que os cursos de pós-graduação implantados não são, em sua maioria, relacionados à educação, mas a outras áreas do conhecimento mais direcionadas às ciências, à agricultura e áreas afins⁷⁰. UEG é, como autarquia, atualmente jurisdicionada à Secretaria de Desenvolvimento (SED) que agrupa como superintendências executivas: indústria e comércio, desenvolvimento regional, comércio exterior, agricultura e pecuária, ciência e tecnologia. Até 2016, a UEG estava vinculada à Secretaria de Ciência e Tecnologia, hoje uma superintendência da SED.

70 A UEG tem 2 cursos de doutorado (Recursos Naturais do Cerrado e Química) e 11 de mestrados (Ciências Aplicadas a Produtos de Saúde; Ciências Moleculares; Engenharia Agrícola; Ensino de Ciências; Recursos Naturais do Cerrado (RENAC); Educação, Linguagens e Tecnologias; Territórios e Expressões Culturais no Cerrado; Língua, Literatura e Interculturalidade; Produção Vegetal; Ambiente e Sociedade; Desenvolvimento Rural Sustentável.

A UEG tem 18 revistas científicas hospedadas no Portal de Periódicos da UEG (<http://www.revista.ueg.br/index.php/index/about>). Conforme informações do Portal, este utiliza o Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas - Sistema OJS (*Open Journal System*), que é um *software* desenvolvido para a construção e gestão de uma publicação periódica eletrônica. As revistas estão classificadas entre Qualis B1 e B4 e são: Revista NÓS: Cultura, Estética e Linguagens (ISSN 2448-1793); Revista Expedições: Teoria da História e Historiografia (ISSN 2179-6386); Movimenta (ISSN 1984-4298); Revista de História da UEG (ISSN 2316-4379); Revista de Administração da UEG (ISSN 2236-1197); Revista Sapiência: sociedade, saberes e práticas educacionais (2238-3565); Revista de Economia da UEG (ISSN 1809-970X); Revista Plurais - Virtual (ISSN 2238-3751); Élisée - Revista de Geografia da UEG (ISSN 2316-4360); REVELLI - Revista de Educação, Linguagem e Literatura (ISSN 1984-6576); Via Litterae (ISSN 2176-6800); Ícone - Revista de Letras (ISSN 1982-7717); Revista Mirante (ISSN 1981-4089); Revista Mediação (ISSN 1980-556X); Revista Agrotecnologia (ISSN 2179-5959); Revista de Biotecnologia & Ciência (ISSN 2238-6629); Building the way - Revista do Curso de Letras da UEG (ISSN 2237-2075); Revista Temporis[ação] (ISSN 2317-5516).

Conforme Audy (2006),

Este processo está sendo acelerado nos últimos anos com a ampliação dos projetos de pesquisa com empresas e um novo papel do governo na relação com as Universidades neste contexto (interação Universidade-Empresa-Governo), bem como por uma maior demanda da sociedade por um novo papel da Universidade no processo de desenvolvimento econômico e social. A academia tem recebido diversos sinais, tanto do ambiente externo como do seu ambiente interno, que apontam para pressões crescentes por uma renovação da Universidade para fazer frente às novas demandas. (AUDY in MOROSINI, 2006, p. 265).

Nesse sentido, a sociedade passa a esperar mais das Universidades em termos de contribuições ao processo de desenvolvimento econômico e social.

Com esse mesmo sentido, corroborando com a ideia apresentada aqui, ao fazerem uma análise sobre a expansão da pós-graduação no Brasil a partir do estabelecido na Meta 14 do PNE (2014-2024), Dourado e Oliveira (2016, p. 1.346) acentuam que:

[...] observam-se estratégias focadas num projeto de maior articulação e cooperação entre universidades e empresas na geração e inovações e de conhecimento aplicado que favoreçam uma maior competitividade das empresas, bem como uma maior agregação de valor aos produtos e serviços das diferentes cadeias produtivas no país. Parece estar em curso, portanto, uma política que pretende ampliar a base de produção do conhecimento no país, o que demanda maior internacionalização da produção e cooperação científica. Diante dessas estratégias, é preciso, no entanto, [questionar] qual será o grau de subordinação de trabalho, da produção e da formação acadêmica aos interesses do mercado e do capital produtivo e, também, as implicações para a autonomia e para a identidade institucional, assim como o projeto, os compromissos e os engajamentos sociais das universidades públicas. (grifos nossos).

O conceito de universidade empreendedora emerge como uma resposta às novas demandas da sociedade. Mas este conceito é ainda muito controverso no meio acadêmico, apresenta grandes desafios e envolve uma série de outros conceitos relevantes associados, tais como inovação, criatividade e risco.

Nesse configuração, é possível inferir que há a intenção em fazer a UEG desenvolver conhecimentos e produtos para alavancar a economia goiana, assim como a fazer formação profissional para suprir as demandas regionais, como encontrado em seu PPI (2011). É, também, possível verificar que há uma tendência a levar a UEG a ser uma universidade mais direcionada a uma formação que almeje o “desenvolvimento regional nos aspectos, técnico, científico, cultural, econômico e social do Estado de Goiás” (UEG, PPI, 2011), bem como ao empreendedorismo, que apresenta o discurso de inovação, de eficiência, de desenvolvimento social. A ideia de estado inovador insere-se fortemente no discurso e textos legais, bem

como em documentos que norteiam o trabalho no segmento público. Essa premissa é visível em documentos da UEG. A seguir apresentam-se trechos do PPI da UEG (2011) que ratificam essa compreensão:

Assumem assim importante posicionamento e vanguarda para o Centro-Oeste com a *disseminação dos seus centros de excelência para ampla contribuição com o desenvolvimento regional nos aspectos, técnico, científico, cultural, econômico e social do Estado de Goiás*, consolidando-se com sustentabilidade fundamental de Universidade do Cerrado.

[...]

Formando estudantes comprometidos e capazes profissionalmente de se inserir criticamente na sociedade, a UEG trabalha na possibilidade de calcada no tripé ensino-pesquisa-extensão, *participar ativamente no processo de desenvolvimento e transformação social e econômica do Estado de Goiás* por meio das práticas educacionais, de pesquisas e trabalhos junto à comunidade.

[...]

A Visão é o elemento que orienta sobre o futuro da instituição. Ela é construída de dois pilares sustentadores: ideologia essencial – composta pelos valores e nos princípios filosóficos, teóricos e metodológicos que norteiam as práticas acadêmicas da instituição (item 2.4); e o futuro imaginado para a UEG – que motiva a progressão da Universidade em direção ao futuro, e se encontra descrito a seguir:

- a. Ser uma Universidade consolidada com excelentes avaliações pelos órgãos normativos nacional e estadual;
 - b. *Produtora de conhecimento novo que atenda as demandas da sociedade goiana;*
 - c. *Formadora de profissionais da educação focados no contexto atual;*
 - d. Ter ensino de excelência com profissionais qualificados e motivados;
 - e. *Formar universitários competentes, íntegros e preparados para a busca de soluções dos problemas sociais;*
 - f. Ser referência em educação com qualidade, pertinência e compromisso com a sociedade;
 - g. *Ser polo de inovações regionais e promotora de programas, projetos que visem à educação ambiental e inovação empreendedorística.*
- (UEG/PPI, 2011, p. 05 – 10, grifos nossos)

O documento PDI (2010 - 2019) acrescenta:

A UEG nasceu e está sendo estruturada como prioridade no Estado, ou seja, é uma das políticas para o desenvolvimento do Estado. Desse modo, a garantia da educação superior, mantida pelo poder público estadual, objetiva responder às demandas da sociedade goiana, por meio de um projeto de interiorização das atividades de ensino, pesquisa e extensão. É importante salientar que a UEG é uma antiga aspiração do povo goiano e *inclui-se no elenco de estratégias fundamentais que vêm sendo adotadas para alavancar o crescimento e o desenvolvimento do Estado*, bem como assegurar o direito de acesso e permanência na educação superior pública e gratuita. (UEG/PDI - 2010-2019, p. 20, grifos nossos).

É possível considerar que a universidade pública contemporânea deva ser flexível às demandas e exigências que lhe são impostas e precisa encontrar capacidade de adaptação às mudanças; isso se coloca como um desafio que muitas instituições estão enfrentando, inclusive a UEG. Dentre as exigências, destacam-se o que a CAPES tem cobrado das universidades, conforme destacam

Bianchetti e Valle (2014, p. 91 – 92): a redução do tempo para conclusão das dissertações e teses; a submissão de todas as áreas do conhecimento a um mesmo padrão de avaliação; a transformação dos cursos em Programas, bem como a melhoria da vinculação entre a graduação e a pós-graduação; a submissão do financiamento à avaliação com previsão de recompensas ou punições em termos do número de bolsas e do valor das taxas de auxílio; a mudança nos objetivos da CAPES: da formação de professores para o ensino superior à formação de pesquisadores. Verifica-se que as exigências reforçam a produtividade e induzem à competitividade entre os pesquisadores. Nesse sentido, avalia-se a pressão vivida pelos poucos pesquisadores da UEG em seus Programas de Pós-graduação que devem produzir para manter os Programas, bem como garantir que a Universidade inscreva-se como Universidade que produz pesquisa. (ver informações sobre Programas de Pós-graduação da UEG no Capítulo 3 deste trabalho).

A gestora (Entrevistada 1), entrevistada para essa pesquisa analisa:

Por fim, e é um marco que nós ainda temos que avaliar que *é o lugar da universidade nesse discurso de Estado Inovador*. Esse relacionamento da universidade com as empresas, da oferta da universidade para esse tipo de relação, esse discurso de empreendedorismo dentro da universidade pública. Isso tem sido e nós não sabemos as consequências que isso vai ter, mas é uma preocupação que eu acho que toda a comunidade deveria ter. O que está por trás desse discurso? O que isso muda na constituição da identidade dessa instituição? Por que *esse discurso vem contrário a proposta de constituição da universidade, mas adequado ao discurso da atualidade*. Então, é um momento que eu tenho a impressão, e, isso é uma coisa muito do meu olhar mesmo, ela vai ter que decidir qual é o rumo que ela vai tomar. *Não vai dar pra atender os dois senhores*. Eu vejo assim. (Entrevistada 1). (grifos nossos).

Um ponto que se alinhava ao discutido até então é a **meritocracia**. A implantação do Processo de Meritocracia no Estado de Goiás teve início em Janeiro de 2011 e foi instituída pela Lei Estadual nº 18.069 de 12 de julho de 2013. A UEG adota o sistema para os técnicos administrativos e gerentes das Pró-reitorias e gabinete da reitoria. Para tanto, foi instituída a Resolução CsU n. 042/2013 que “estabelece e regulamenta a atribuição de Bônus por Resultados para os servidores técnico-administrativos ativos, com vínculo efetivo”. A Avaliação de Desempenho Individual desses servidores é medida por pontos e são avaliadas habilidades e competências: liderança; qualidade do trabalho; trabalho em equipe; desempenho das atividades; negociações e soluções de conflitos; urbanidade; espírito de solidariedade; disciplina; assiduidade e pontualidade. Analisa-se que o bônus é oferecido para quem, por concorrência interna, se sobressai aos outros em relação

àquilo que já é princípio de qualquer função pública. Mas, para gerar maior produtividade do setor público, é importante desestabilizar o setor de trabalho, gerar concorrência interna, disputas. É uma estratégia perversa que se instala de forma legalizada.

No caso dos professores, tem-se a regulamentação de promoção da carreira do magistério na educação superior que estabelece a progressão entre classes exclusivamente por titulação. A progressão entre níveis das classes ocorre por merecimento e antiguidade. O Artigo 12 da Resolução do CsU n. 051 de 2013 conceitua **merecimento** e estabelece critérios para essa progressão, dentre as quais, a produtividade, ou seja, a produção científica em quantidade de artigos publicados, pesquisas etc. “Merecimento é a demonstração positiva do desempenho (...), tendo em vista a responsabilidade funcional, o esforço despendido na execução do trabalho, a natureza de suas atribuições, a capacidade, a assiduidade, a pontualidade e a disciplina.” (UEG, 2013).

Conforme Minasi, Vecci⁷¹ e Sá (2011) o processo de meritocracia faz parte de um

[...] conjunto de ações modernizantes que estão sendo implementadas pelo Estado a partir da prática bem sucedida de outras instituições públicas, privadas, nacionais e até internacionais, seguindo o propósito de prestar melhores serviços com menos custo

Os autores afirmam que meritocracia tem como objetivo geral consolidar uma nova cultura organizacional para a administração pública estadual em Goiás. Minasi, Vecci e Sá (2011) referenciam-se em autores como Lawson e Garrot (1993) que afirmam que “[...] meritocracia é um sistema social no qual recompensas e ou posições hierárquicas são conquistadas apenas com base nos méritos de cada um, do reconhecimento público da qualidade das realizações individuais”. Por sua vez, Barbosa (1999) citado por Minasi, Vecci e Sá (2011) afirmam que “[...] o processo de meritocracia, tem como critério básico o desempenho das pessoas e o conjunto de talentos, habilidades e esforços de cada um.” Nesse sentido, interpretando-se o conceito, a meritocracia valoriza o indivíduo, independentemente do contexto de cada um, da trajetória e história.

Tomando-se toda a discussão até então desenvolvida, é importante analisar com Bourdieu (2003, p. 21) quando o autor trata da importância da instituição (ou

71 Ocupou cargos importantes na administração do estado de Goiás e hoje dedica-se à sua função como deputado federal pelo PSDB.

microcosmo, na linguagem do autor),

[...] saber qual a natureza das pressões externas, a forma sob a qual elas se exercem, créditos, ordens, instruções, contratos, e sob quais formas se manifestam as resistências que caracterizam a autonomia, isto é, quais os mecanismos que o microcosmo aciona para se libertar dessas imposições externas e ter condições de reconhecer apenas suas determinações internas.

A identificação do que é externo, do que é interno e do quanto o externo já impregna o interno é uma tarefa que se impõe à UEG. Outro ponto a se analisar nessa tarefa é, também, verificar o quanto a UEG tem de poder (capital) no sentido de contribuir com a manutenção desse modelo de estado ou em naquilo que possa transgredir para contribuir com a sua reversão.

Para uma melhor compreensão desse contexto, recorre-se à ideia de ciclo de políticas, formulado por Stephen Ball e Richard Bowe. Faz-se aqui, de forma breve, uma síntese da ideia formulada pelos autores, a partir da interpretação de Mainardes (2006). O autor explica que Ball e Bowe apresentam o ciclo de políticas estruturado em “contexto de influência”, “contexto da produção de texto”, “contexto da prática”, “contexto dos resultados (efeitos)” e “contexto da estratégia política”.

Nesse sentido, conforme Mainardes (op.cit), os autores indicam que o foco da análise de políticas deveria incidir sobre a “formação do discurso da política e sobre a interpretação ativa” que os profissionais que atuam no “contexto da prática” fazem para relacionar os textos da política à prática; acentua que o “contexto da influência” é onde as políticas públicas são iniciadas e os discursos são construídos; é nesse contexto que os grupos de interesse disputam para influenciar a definição das finalidades sociais das políticas; os conceitos adquirem legitimidade e formam um discurso de base para a política; o “contexto do texto” é onde os textos políticos são produzidos e articulados com a linguagem do interesse público mais geral; eles representam a política; nesse contexto, temos como arena, os textos legais, oficiais e políticos, comentários formais ou informais sobre estes; pronunciamentos; vídeos; panfletos e revistas; os textos são resultado de disputas e acordos entre políticos. Os grupos de interesses são: políticos que desejam controlar a representação política.

A partir dessa compreensão, é importante identificar que os processos micropolíticos desenvolvidos por agentes políticos no estado de Goiás, os discursos para o convencimento de mudanças engendram o contexto da influência, a que se refere Ball e Bowe, destacado acima. A produção de legislação para legitimar as

reformas do estado, incluindo segmentos e autarquias (dentre elas a UEG), por exemplo, incluem-se no contexto da produção de textos legais, legitimados e ratificados por representantes oficiais do estado no âmbito executivo, legislativo e judiciário; assim como os documentos da UEG, destacados acima, exemplificam o movimento do ciclo. A implementação da política ou mesmo, do que se pretende com as reformas, localizam-se no âmbito das práticas e seus resultados. Para tanto, as estratégias políticas são fundamentais, como exemplo, a constituição do Consórcio Brasil Central. Pode-se pensar aqui, que a cada ciclo político, seja de reforma ou de alteração dos grupos de poder e, conseqüentemente, de proposta política e ideológica, refazem-se as políticas, gerando um novo ciclo de políticas.

2.2. O estado de Goiás como discurso político: agentes políticos, o jogo e as estratégias

Para além das reformas mais estruturais na administração do Estado, ocorrem as reformas pontuais na esfera administrativa do governo estadual em Goiás, como troca de um conjunto de secretários, exonerações de gestores de segmentos importantes e outros que, incluídos em cargos de médio ou baixo escalão, não são noticiados ou mereçam destaques. A notícia a seguir exemplifica uma ação do governo com essa intenção de adequação de cargos como resultado do jogo político.

Quadro 11 – ANÚNCIO DE NOVOS SECRETÁRIOS DE ESTADO NO GOVERNO MARCONI PERILLO - 2013

Atualizado em 31/12/2013

Após exonerações, governo de Goiás anuncia 13 novos secretários

Lista é divulgada um dia após estado liberar 419 servidores comissionados. Mudanças atingem várias pastas, como saúde, educação e trânsito.

Em decreto publicado nesta terça-feira (31), o governador de Goiás, Marconi Perillo (PSDB) anunciou o nome de 13 novos secretários de sua administração. O decreto foi divulgado apenas um dia depois que o estado exonerou 419 servidores comissionados do primeiro, segundo e terceiro escalões.

Dentre as principais mudanças, está a entrada de *João Furtado Neto, ex-chefe de gabinete do*

governador, no Departamento Estadual de Trânsito (Detran-GO). Ele assume no lugar do Coronel Sebastião Vaz da Silva. Halim Antônio Girarde é o novo secretário municipal de saúde na vaga de Antônio Faleiros.

Na Secretaria Estadual de Educação (Seduc), Vanda das Dores Siqueira *entra na posição de Thiago Peixoto*. Já Leonardo Vilela *deixa a direção da Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (Semarh) para conduzir a Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento (Segplan), antes presidida por Giuseppe Vecci*.

Fonte: <http://g1.globo.com/goias/noticia/2013/12/apos-exoneracoes-governo-de-goias-anuncia-13-novos-secretarios.html> (Acesso em 06/01/18). (grifos nossos)

Observa-se aí a troca de cadeiras na administração do Estado, em que ocupantes de secretarias de menor expressão são remanejados para outras de peso, com significativa demonstração de poder dentre uma hierarquia de postos, cargos e funções na esfera governamental. Nesse momento, pode-se inferir que Leonardo Moura Vilela⁷² acumulou capital político suficiente para deixar a SEMARH e ocupar a SEGPLAN. Em outra situação, já em 2017, faz-se arranjos políticos para uma nova rodada nas cadeiras do poder na administração pública em Goiás, como noticiado abaixo, em que Leonardo Vilela já, nesse momento, havia migrado da SEGPLAN para a Secretaria de Saúde e ocuparia a cadeira da gestão do TCM. (Quadro 12).

Quadro 12 – NOTÍCIA ESPECULATIVA SOBRE OCUPAÇÃO DE NOVO CARGO NO GOVERNO MARCONI PERILLO - 2017

Leonardo Vilela quer ir para o TCE mas só há vaga no TCM

Edição 2201

Carla Santillo pode se aposentar, devido a problemas de saúde, mas não quer deixar o Tribunal de Contas do Estado

O médico e ex-deputado federal Leonardo Vilela vai deixar a Secretaria da Saúde, que deverá ser ocupada por Jardel Sebba. Leonardo gostaria de assumir cargo de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado. A única conselheira que pode se aposentar, devido a vários problemas de saúde, é Carla Santillo. Porém, “quando lhe falam a respeito, ela dá um pulo e diz que não vai deixar o TCE agora”, revela um conselheiro.

Ficou acertado que Leonardo Vilela vai assumir cargo de conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios — na vaga de Sebastião Carço Monteiro, que se aposentará para disputar mandato de deputado estadual (ele diz que uma pesquisa revela que, se for candidato, terá 60% dos votos de sua cidade, Formosa).

⁷² Leonardo Moura Vilela é natural de Belo Horizonte (MG); é médico, pecuarista, deputado federal por Goiás. Ligado também ao setor agropecuário, foi eleito presidente do Sindicato Rural de Mineiros em 1991 e depois vice-presidente da Federação da Agricultura do Estado de Goiás (FAEG) entre 1995 e 2001, chegando a acumular uma diretoria na Associação Brasileira dos Produtores de Leite. Diante de tais experiências foi secretário de Agricultura no primeiro governo de Marconi Perillo. Exerceu o cargo de Secretário de Infra-Estrutura do Estado de Goiás, Secretário de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Foi Secretário de Planejamento e atualmente (2017) é Secretário de Saúde no governo do Estado de Goiás. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=74368&tipo=1. (texto adaptado)(Acesso em 22/04/2018).

Jornal Opção - 16/09/2017

Fonte: <https://www.jornalopcao.com.br/bastidores/leonardo-vilela-quer-ir-para-o-tce-mas-so-ha-vaga-no-tcm-105353/> (Acesso em 06/01/18). (grifos nossos)

Compreende-se que, em boa medida, as denominadas **reformas** configuram-se como arranjos de governo, com situações explícitas de favorecimento a aliados políticos, grupos, pessoas, empresas, segmentos de determinada área do setor produtivo, conforme é possível verificar a partir da notícia veiculada no Quadro 13, como exemplo dessa questão. O mote é a confraternização pós-eleições, mas no fundo trata-se de ocupação de cargos e de possível reforma administrativa.

Quadro 13 – CONFRATERNIZAÇÃO NO GOVERNO MARCONI PERILLO APÓS RESULTADO DE ELEIÇÕES – 2014

Em meio à apreensão com equipe, Marconi recebe prefeitos e deputados aliados

O governador reeleito Marconi Perillo participa hoje de sua primeira grande agenda política desde que venceu a disputa eleitoral no final de outubro. (...) recebe a partir do meio dia, prefeitos e deputados aliados (...) será uma *confraternização das lideranças políticas que o apoiaram*, mas também deve ser momento para Marconi passar o recado sobre o que está planejando para o novo governo, inclusive no que diz respeito à formação da equipe.

Existe muita expectativa na base aliada sobre os nomes que vão compor a administração estadual nos próximos anos e já começam a aparecer focos velados de pressão, embora aliados do governador tenham defendido que ele saiu politicamente fortalecido da disputa e deve, portanto, ter mais autonomia na escolha da equipe. (...) *estuda fazer uma reforma administrativa na estrutura do governo com enxugamento de pastas e cargos comissionados*. Alguns auxiliares próximos já foram sondados sobre a possível permanência na equipe.

O Popular - 04/11/2014

Fonte: <https://www.opopular.com.br/editorias/politica/em-meio-%C3%A0-apreens%C3%A3o-com-equipe-marconi-recebe-prefeitos-e-deputados-aliados-1.703126>. (Acesso em 06/01/18) (grifos nossos) (texto adaptado).

No movimento de cada reforma, vem junto um acervo de normatizações e regulamentações, inclusive a destituição e revogação de outras, acréscimos e retiradas de textos legais aprovados anteriormente pela Assembleia Legislativa. É expressivo o conjunto de textos regulatórios e normativos, leis ordinárias, complementares, leis delegadas, decretos produzidos⁷³. É importante avaliar que o tempo, as articulações e acordos para tal também são pontos a serem considerados quando se observa o discurso da necessidade de eficiência, operacionalidade, agilidade e eficácia na efetivação de ações do governo do estado e, a partir disso, compreende-se, então, que os resultados pretendidos a partir das reformas não costumam alcançar, sobremaneira, uma mudança significativa nas práticas gestoras para a eficiência. Uma outra questão que aparece como consequência das reformas

⁷³ Para conferência do acervo legal produzido pelo governo do Estado e aprovado pela Assembleia Legislativa, consultar <http://www.casacivil.go.gov.br>. (Acesso em 03/01/18)

é a necessidade de explicitação constante à população sobre onde encontrar os serviços públicos antes concentrados em tal instância administrativa; a cada reforma, em boa medida, muitos serviços deslocam-se a outro órgão, outro endereço, outro segmento, incluindo outros processos.

Sobre um outro exemplo do jogo dos agentes do campo político e as articulações e relações com outros campos, como o econômico/empresarial, é possível observar o movimento dos agentes no campo no sentido de garantir interesses e postos de poder. Segue reportagem sobre o então candidato e posteriormente governador do estado de Goiás por quatro mandatos, Marconi Perillo (Quadro 14):

Quadro 14 – TRECHO DE REPORTAGEM SOBRE ARTICULAÇÕES POLÍTICAS E EMPRESARIAIS NO GOVERNO DE MARCONI PERILLO

(...) O terceiro mandato, que teve início em 2010 e termina este ano, é marcado pela forte presença do setor empresarial no governo e no grupo político de Marconi: José Augusto de Andrade, do Augustus Hotel, Alexandre Baldy, ligado ao empresariado de Anápolis, e Jayme Rincón, indicado por Cyro Miranda, são exemplos.

Foi nesta eleição que o então deputado estadual Jardel Sebba (PSDB) ganhou protagonismo no grupo marconista, agregando o atual conselheiro do Tribunal de Contas do Estado Kennedy Trindade, o ex-presidente da Agecom Luiz Bittencourt Filho e seus irmãos João Bosco e Paulo.

Fonte: Jornal O Popular - www.opopular.com.br/editorias/politica/marconi-perillo-de-azarão-ao-quarto-mandato-1.697618 – (texto adaptado) (Acesso em 06/01/18). (grifos nossos).

No exemplo da reportagem do Quadro 14, pode-se compreender que o campo político, que inclui a política partidária, move-se no jogo pelo poder. Weber (2007, p. 56) entende política como “[...] o conjunto de esforços feitos com vistas a participar do poder ou a influenciar a divisão do poder [...]”. É explícito e naturalizado o jogo, inclusive porque é o que se espera da política partidária. Sabe-se do ganho e dos interesses desses agentes políticos, porém, conforme Bourdieu (2011) “[...] há uma separação entre os profissionais e os profanos [...]” no jogo, ou seja, estranha-se o profano, o ingressante, o novato; aquele que não angariou capital suficiente para se mover no jogo dos profissionais; profissionais são, então, aqueles que atendem às relações de poder no jogo para iniciados.

No conjunto, é oportuno verificar nomes e sobrenomes de agentes políticos citados nas notícias e reportagens apresentadas, observando-se suas origens familiares. Não são os profanos da política em Goiás: **Carla Santillo** é odontóloga, filha de Henrique Santillo que foi político de Anápolis, médico e um dos fundadores do MDB; **Jardel Sebba** é pertencente a família de comerciantes e empresários de

descendência sírio-libanesa, com alto poder econômico em Goiânia e cidades como Inhumas e Catalão; **Luiz Bittencourt Filho** tem como pai Luiz Bittencourt que foi engenheiro, membro de uma família de produtores rurais com forte presença na política de Goiás desde meados do século XIX, político pelo PMDB, vice-governador e deputado estadual; **Giuseppe Vecci** é economista, sócio fundador e mantenedor da Faculdade Cambury e de outras empresas que atuam nos ramos de turismo, hotelaria e negócios; é deputado federal; **Nion Albernaz** foi economista, engenheiro e professor universitário; político desde 1956; foi do PMDB e PSDB; ocupou cargos de secretário de governo e foi prefeito de Goiânia; **Ronaldo Caiado** é membro de uma família de produtores rurais com forte presença na política de Goiás desde o século XIX; é senador e dono de grandes áreas de terra no Estado e foi dirigente da União Democrática Ruralista (UDR) ocupando hoje a ala dos ruralistas no Senado Federal; **Alexandre Baldy** é industrial e político, filho de Joel Sant'anna e irmão de Joel Sant'anna Braga Filho que é Secretário de Ciência e Tecnologia do Estado de Goiás; **João Furtado de Mendonça Neto** é procurador de justiça, de família de colonizadores do estado, tradicional, de Rio Verde; assumiu cargos no governo de Marconi Perillo como diretor do Detran, Secretário da Fazenda, Secretário de Estado da Casa Civil, Secretário de Estado de Segurança Pública; **Lúcia Vânia** foi primeira dama de Goiás durante o governo de Irapuan Costa Júnior, com quem foi casada e teve três filhos. É irmã do ex-senador do Tocantins João Abrão Neto, prima do ex-deputado federal Pedrinho Abrão e do radialista Jason Abrão e tia do deputado federal Marcos Abrão. **Thiago Peixoto** é economista com formação na PUC de SP e no exterior (EUA). Filho de Flávio Rios Peixoto da Silveira, também economista, de influente família de políticos de Jaraguá. Flávio Peixoto foi o 1º Ministro do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, de 1985-1986. Como filho de político de renome no estado, Thiago Peixoto é deputado federal e segue ocupando cargos de relevância no estado, como Secretário da SEDUCE, Secretário de Estado de Gestão e Planejamento de Goiás e Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico, e de Agricultura, Pecuária e Irrigação de Goiás, todos nos governos de Marconi Perillo. Passou pelo PMDB e integra hoje o partido PSD.

É interessante observar a presença constante nos discursos do governador do estado de Goiás Marconi Perillo, o tema da modernização. Mais do que tema, pode-se analisar que a modernização do estado inscreve-se como justificativa para as

reformas e novas modificações e substituições de cargos no conjunto da administração pública do estado. Tornar o estado moderno, nesse sentido, para além do lobby, incorpora-se a um modo de justificar e fazer política que faz sumir, aos profanos e aos comuns, o interesse incrustado para a perpetuação do lugar de poder. Bourdieu (2011, p. 198), acrescenta que

[...] as pessoas que jogam esse jogo que chamamos de política têm entre si uma espécie de cumplicidade fundamental, prévia a seu desacordo. Podemos mesmo dizer que, em decorrência de pertencerem ao campo, *elas têm interesses em sua perpetuação, e esses interesses podem ser apresentados como a expressão dos interesses dos cidadãos que lhes deram a delegação para representá-los.* (grifos nossos).

Em discurso em 2012, o governador Marconi Perillo acentua a questão da modernização do estado como prioridade de seu governo e alia a modernização da máquina administrativa ao interesse da população.

Resultado de muito debate e da necessidade de maximizar os escassos recursos da administração em programas que tenham impacto direto na vida cidadão, lançamos em 2012 o PAI, Plano de Ação Integrada de Desenvolvimento, com 40 programas prioritários que têm recursos assegurados que vão garantir a execução até 2014. O PAI engloba todas as áreas específicas de atuação do Estado, com investimentos de R\$ 46,98 bilhões. Destes, R\$ 27,81 bilhões da iniciativa privada, R\$ 16,58 bilhões do Governo Estadual e R\$ 2,58 bilhões do Governo Federal. A primeira ação já em execução é o PAI-Economia, que contará com investimentos de R\$ 654 milhões na manutenção da competitividade da economia.

A modernização precede a elaboração do PAI, ainda em 2011, na modernização da máquina administrativa estadual. Promovemos uma ampla e necessária reforma administrativa, implantamos um novo modelo de gestão, com a profissionalização do serviço público e dos gestores no objetivo de melhorar a prestação de serviços à população. (Fragmento – discurso do governador Marconi Perillo em prestação de contas de dois anos de governo. Disponível em:

http://www.sgc.goias.gov.br/upload/links/arg_427_DiscursoAPrestacaoAdeAContas.pdf. (Acesso em 07/01/18). (grifos nossos)

Da mesma forma, em discurso de posse dia 01 de janeiro de 2015, o governador Marconi Perillo novamente evoca o tema da modernização do estado como pauta de seu governo, ao mesmo tempo que se coloca como aquele que detém as condições favoráveis em promover melhor condição de vida à população, tratando a modernização do estado como anseio da população. Como *mantra* político do governo há a ideologização das possibilidades de desenvolvimento e modernização do estado.

E é com essa convicção e essa ousadia que aqui estou para ser o *governador da modernização* e consolidação do agronegócio, da industrialização acelerada e consciente; da inserção definitiva de Goiás no comércio, dentro e fora do País; como grande polo de serviços, infraestrutura e logística nacionais; da sedimentação do Estado como grande destino turístico do País; da inovação tecnológica; *do Estado*

eficiente.

[...]

Represento a força e o desejo da nossa sociedade por um novo patamar de desenvolvimento e de qualidade de vida. A continuidade da transformação e da mudança. O advento de uma nova e possível realidade. *A consolidação da modernização* que dá ânimo e esperanças ao nosso povo. Um novo mundo com chances reais de existir.

[...]

É com o tônus revigorante de uma nova prática de governança que *vamos continuar reciclando o Estado, para implantar um modelo de administração mais enxuta, econômica e muito mais dinâmica* na geração de ganhos para a sociedade.

(Disponível em <https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/confira-na-integra-discurso-de-posse-governador-reeleito-marconi-perillo-24924/>)

(Acesso em 07/01/18). (grifos nossos).

Com Arendt (2002, p. 07) é importante pensar que a

[...] política baseia-se na pluralidade dos homens. E a autora continua, [...] política trata da convivência entre diferentes. Os homens se organizam politicamente para certas coisas em comum, essenciais num caos absoluto, ou a partir do caos absoluto das diferenças.

Pensar essa premissa no contexto dessa investigação, encontrando-se com políticos que se querem iguais, diferentes dos comuns e profanos, que buscam nas assimetrias políticas as simetrias para integrarem equipes de governos, parece ilógico; porém é lógico quando se identifica a estratégia política no interior das relações políticas. O importante é aqui refletir sobre o que é comum, ou melhor, o que políticos diferentes intencionam ou pretendem daquilo que concebem como algo que seja comum a eles. Claramente, o ganho comum é o poder, é a amplificação do capital político por pertencer, fazer parte ou estar próximo de grupos que detém o poder político na ocasião. Analisar a política sob esse prisma quando se tem a concepção de que a política está em prol da coisa pública, do bem comum a todos e não em prol de interesses privados ou de grupos, apequena as relações nesse campo.

A par das análises realizadas nesta parte do trabalho, considera-se que os elementos encontrados como características da política partidária, determinam diretamente as intervenções políticas e ideológicas na UEG, ou seja, em alguma medida, pode-se já compreender que o perfil patrimonialista da política de governos em Goiás, incidem frontalmente na forma e no modo como a UEG foi e é concebida.

2.3. Institucionalização da UEG: tensões e disputas políticas em jogo

Sobre a relação política com o estado de Goiás e a expansão da UEG, os

gestores entrevistados, de modo geral, concordam com o *peso da mão do governo* do estado de Goiás sobre a UEG, no sentido da interferência: “Acho que o principal dilema da UEG é: *ela é um instrumento político nas mãos do governo do Estado? E até quanto ela é uma universidade autônoma?* Para mim é a principal dificuldade”. (Entrevistado 4) (grifos nossos).

E o Entrevistado 4 continua em outro trecho da entrevista relacionando autonomia financeira da UEG com política partidária dos *governos de plantão* e acentua:

Nesse tempo que eu tenho feito essa experiência como gestor e acompanho um pouco a vida da universidade, *eu não vejo o governo do Estado dando autonomia para a universidade*. Tudo bem que nosso atual reitor ele sempre diz que autonomia não é soberania, que de fato, a universidade não pode ser soberana em relação ao governo, porque ela é um órgão do governo, mas eu acho que deixa um pouco a desejar no que se refere a autonomia. *Autonomia financeira, por exemplo*. Porque se o orçamento é menor, [logo] a universidade não tem autonomia financeira. Aí nós vamos entrar nos problemas de gestão porque se a estrutura é maior do que o orçamento você não consegue fazer um planejamento a contento. *Porque se você tem quarenta e três campus universitários (sic!) e você não tem um orçamento que consegue corresponder as demandas de infraestrutura física e de equipamentos e de financiamento de pesquisa e etc, vai acontecer que os benefícios vão chegar nos campus não a partir de um projeto, de um planejamento, mas a partir do jogo político*. [...]. A UEG ela tem uma estrutura maior do que o orçamento, essa estrutura enorme durante muito tempo eu percebo que *a elasticidade da estrutura se deu por meio de uma instrumentalização política dos governos de plantão*. Aí um orçamento que não dá conta de suprir as demandas dessa estrutura. Aí durante bastante tempo a universidade ela caminha dentro de uma situação bastante precária. (Entrevistado 4, grifos nossos).

O gestor, no trecho da entrevista toca em um ponto importante ao tratar da autonomia da UEG, a autonomia financeira. Compreende que o orçamento da Universidade não corresponde ao número de campi e, de toda forma, quando chegam equipamentos para os campi isso faz parte do jogo político do governo e não mediante a planejamento e projetos acadêmicos⁷⁴. Acrescenta, sob sua análise, que a “elasticidade da estrutura” ocorreu por meio da “instrumentalização política dos governos de plantão.” Esse entendimento do gestor entrevistado vem ao

74 “Somente em 2005, após seis anos da sua criação, o governo estadual alterou o artigo 156 da Constituição Estadual, que tratava do financiamento da educação superior, ao estabelecer que o Estado aplicasse 3% do percentual da receita de impostos arrecadados para a UEG e para a Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado de Goiás (SECTEC). A partir da Ementa no 39, de 15 de dezembro de 2005, os valores percentuais destinados para a universidade passaram, em tese, para o patamar de 2% dos impostos com repasses em duodécimos mensais. Esta conquista não alterou efetivamente o quadro de dificuldades financeiras que a UEG sofre desde a sua criação.” (FERREIRA; OLIVEIRA, 2007, p. 5)
Disponível em http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2007/431.pdf. Acesso em 20/04/2018.

encontro da hipótese antes elaborada, de que a Universidade é campo de disputa política e, também, instrumento para capitalização política dos agentes políticos dos governos do estado de Goiás e dos municípios onde ela se assenta.

Especificamente sobre a relação da UEG com o governo do Estado de Goiás, a Entrevistada 1, acentua, sob sua percepção, que a universidade sempre esteve sob a *tutela* do mesmo governo, do mesmo partido político, bem como enfatiza a interferência do governo do estado no âmbito interno da UEG. Também expressa sua preocupação com a dificuldade que resulta dessa relação, ou seja, uma incapacidade de autonomia dos grupos gestores da universidade para tomada de decisões em relação ao governo do estado:

Eu queria fazer uma fala em relação ao governo, independente de qual fosse, embora a UEG tenha começado e se mantido no mesmo governo, no mesmo plano e no mesmo partido. Então eu não sei se eu conseguiria enxergá-la, na relação com o Estado ou com o governo, sendo que ela *sempre esteve sob tutela*, que é outro termo pesado, *desse governo que está no poder no Estado há tantos anos*. Essa relação com o governo do Estado, na minha opinião, já foi repensada, questionada e reavaliada muitas vezes e a gente já teve alguns avanços no processo de decisão em algumas coisas que a universidade entende como importante com relação ao próprio tratamento com seu quadro de professores e de servidores. Eu acho que já teve alguns avanços, mas o que me preocupa é essa dependência mesmo dos rumos, *muito do governo que interfere nas decisões da universidade*. E aí eu acho que, infelizmente, culturalmente, nós ainda não conseguimos nos libertar disso. Não porque seja importante ser livre de qualquer relação com o Estado, eu acho que é para além disso. *Eu acho que tem que ser livre das relações com o Estado que impedem a universidade de exercer o seu papel*. Estar relacionada ao Estado até contribui com a universidade, ela pode ter uma garantia financeira e mesmo assim ela pode ter outros recursos financeiros, ela não depende só do Estado, isso já é uma coisa importante. Mas *o que me preocupa é a mão da política do governo nas decisões da universidade*. Isso me preocupa um pouco. Então a gente não sabe como que seria isso se fosse outro governo. A gente não sabe como que outro governo, não vamos pensar aqui em partidos, mas em governos, como que eles olhariam para a universidade. Como seria essa relação porque nós nunca experimentamos isso. Então muitas vezes a gente perde por um lado, nessa relação com o Estado, mas também tem a parte que tem alguns ganhos porque o Estado entende que a universidade seja importante. É assim, *ele tem um interesse em fazer a universidade crescer, mas a gente, com o olhar mais crítico pensa, “mas ele quer que a gente cresça pra que lado? Ele quer que a gente cresça que tamanho?”* E a política atual que tá aí no país, não é só no estado, deixa as instituições de ensino superior numa situação realmente crítica, na medida em que são cortados alguns direitos, *na medida em que leva em conta o desenvolvimento numa perspectiva empresarial e não social*, então isso para as instituições de ensino superior, principalmente essa que está diretamente vinculada ao estado, isso aí tem causado uma insegurança muito grande e uma instabilidade muito grande para os rumos que deverá ter. (Entrevistada 1, grifos nossos).

A UEG foi constituída no ano de 1999, logo no início do novo governo, momento que expressa os resultados da conjugação de forças de agentes políticos

no estado de Goiás para as eleições de deputados estaduais e governador. O novo governador eleito, Marconi Perillo, conseguiu aglutinar força política suficiente para ser eleito e posteriormente prosseguir no poder em outros governos, de forma sequencial. Como também mencionado na resposta à entrevista (Entrevistada 1), professores, servidores e gestores, bem como acadêmicos, somente vivenciaram a gestão sob o governo do PSDB, ou seja, a gestora compreende que o governo exerce uma forte influência no interior da Universidade, inclusive avalia que o governo define se a Universidade vai expandir ou não, definindo os interesses para isso. Em sua percepção, a posição do governo do estado de Goiás referente à Universidade, direciona os rumos que a UEG deve tomar, inclusive denota preocupação com a “mão da política do governo nas decisões da Universidade”. Nesse sentido, a entrevistada destaca as políticas mais amplas que induzem as universidades ao campo empresarial.

O Quadro 15 exemplifica, em parte, a articulação política para a entrada de Marconi Perillo no governo do estado.

Quadro 15 – TRECHO DE REPORTAGEM SOBRE AMBIENTE POLÍTICO QUE ANTECEDE O PRIMEIRO GOVERNO DE MARCONI PERILLO

Em 1998, Marconi era o candidato improvável. Naquele ano, os partidos de oposição – PSDB, PFL, DEM e PTB – se uniram na tentativa de derrotar o então senador Iris Rezende (PMDB), mas não tinham uma chapa para apresentar.

O pré-candidato Roberto Balestra (PP), lançado pelo então prefeito de Goiânia, Nion Albernaz (PSDB), não deslanchava nas pesquisas e abandonou a candidatura.

Ronaldo Caiado (DEM) e Lúcia Vânia (PSDB), derrotados na eleição anterior, recusaram o posto. *Os prefeitos de oposição ensaiavam uma debandada rumo ao PMDB.*

[...] O clima na reunião na Câmara de Goiânia para definir os candidatos da chapa majoritária era de desânimo, conta Jalles Fontoura (PSDB), à época filiado ao PFL. “Era um jogo de empurra-empurra”, lembra.

Alcides Rodrigues (PP) promoveu certo alívio ao se dispor a ser vice na chapa, que não tinha cabeça. Foi aí que surgiu o nome de Marconi, cotado para o sacrifício.

[...] *A candidatura do tucano não ia somente contra a maré. Contrariava o então presidente Fernando Henrique Cardoso, que defendia o apoio do PSDB a Iris Rezende, lembra Lúcia Vânia.*

Mas o nome de Marconi encontrou guarida junto ao ex-ministro das Comunicações Sérgio Motta e cresceu no final do primeiro turno, surpreendendo tucanos e peemedebistas. (...) “Nenhum outro candidato, nas mesmas condições, se elegeria”, afirma. “Ele percebeu coisa que pouca gente havia percebido: a exaustão do PMDB”, observa Lúcia Vânia.

Um esgotamento percebido também por Nion Albernaz, articulador da união das oposições. “Iris já tinha esgotado sua capacidade de trabalho.”

[...] *Marconi fazia parte do grupo de políticos da Fundação Pedrosa Horta, que reunia Giuseppe Vecci, Carlos Maranhão, Nelson Guzzo, entre outros. Eram considerados os santillistas devido à proximidade com Henrique Santillo, de quem Marconi foi assessor.*

Fonte: Jornal O Popular - www.opopular.com.br/editorias/politica/marconi-perillo-de-azarão-ao-quarto-mandato-1.697618 – (texto com recortes) (Acesso em 10/01/18). (grifos nossos)

O trecho da reportagem no Quadro 15 deixa clara a articulação de interesses dos iniciados nesse jogo político. Por mais que pudesse, à época, ser considerado

um *azarão*, Marconi Perillo teve parte do mérito de chegar ao posto de governador do Estado. Parte porque estava amparado (amarrado) por um forte grupo político, com capital político consolidado que lhe garantiu sustentação para sua vitória e, também, por saber fazer a passagem do “jogo dos profanos ao jogo dos profissionais”. (BOURDIEU, 2011).

Na sequência, o governador Marconi Perillo realiza o empreendimento de constituir uma universidade estadual logo nos primeiros meses de seu governo. Contrariando, porém, as probabilidades que uma ação política dessa dimensão desse errado, quando do agrupamento de uma quantidade de IES estaduais isoladas, a UEG se instaura sob o desejo de um grupo de agentes políticos posicionados nas esferas da administração do estado de Goiás e nas esferas de poder dos municípios. Apesar dos debates e fundamentos em prol da criação da UEG terem sido fomentados ao longo das décadas de 1980 e 1990 – em meio a um processo articulado por movimentos que envolviam militantes, políticos, docentes, movimentos estudantis e diversos atores da sociedade civil, que lutavam e reivindicavam por acesso mais democrático ao ensino superior em Goiás – sua aprovação ocorreu no governo FHC (1995 - 2002).

É importante considerar que a criação de uma universidade é um ganho para o estado de Goiás e é compreensível que isso, inclusive, pela categoria administrativa de universidade, possibilitaria o desenvolvimento, de forma indissociável, do ensino, pesquisa e extensão. Como faculdades isoladas, as IES do estado de Goiás não tinham essa condição. Porém, contraditoriamente ao que se propagou à época, compreende-se aqui, que a UEG nasce como um braço político do governo do estado de Goiás, uma extensão do poder político do grupo que ocupava as cadeiras do poder político. A inferência se dá em função do aligeiramento da ação, da urgência no agrupamento das IES isoladas para responder uma promessa de campanha, pois o novo governador “[...] havia assumido o compromisso de democratizar o acesso ao ensino superior em Goiás, e uma das propostas era transformar as IES estaduais em uma universidade”. (REIS, 2014, p. 118). Conforme o discurso enquanto candidato a governador, a Secretaria Estadual de Educação seria responsável por ouvir a comunidade científica e os movimentos sociais para colocar em ação essa proposta. O que não se planejou com a cautela necessária e o tempo devido foi o debate e escuta que deveria ter sido realizado junto às faculdades que foram agrupadas, ocasionando já de início, resistências,

desarticulação, desinformação e desestabilização das instituições e profissionais. Um outro ponto observado foi a não consideração aos projetos já desenvolvidos pelas faculdades isoladas, seus percursos e história (MOREIRA, 2007).

A efetivação da UEG, nesse momento, encontra-se alinhada às premissas de reorientação dos custos do Estado, na perspectiva do Estado Mínimo e engendra-se no conjunto de ações que compõem a primeira reforma administrativa e estrutural do governo recém-empossado em Goiás. Dourado e Oliveira (2001), analisam que o modelo multicampi modificou a lógica de organização das IES estaduais isoladas e sinalizaram, à época, para a diminuição das verbas públicas para a educação superior. As instituições isoladas ao serem agrupadas em torno da recém-criada universidade, se analisadas sob o viés privatista das diretrizes da Reforma do Aparelho do Estado apresentada pelo governo FHC, custariam menos.

A instauração da UEG não ocorre sem resistências, seja no âmbito do governo seja no âmbito interno das IES agrupadas. Em entrevista, o gestor, Entrevistado 3, ingresso alguns anos após a configuração multicampi⁷⁵ da UEG, identifica, ainda hoje, pontos de resistências por parte de professores “antigos” a essa modificação das estruturas acadêmicas existentes para a configuração de uma *nova* universidade. No caso, em especial, o câmpus de sua atuação era faculdade, tornou-se universidade e reverteu-se em unidade da UEG no processo de agrupamento.

[...] era uma coisa que eu não entendia muito e não consigo entender até hoje muito bem a questão [...] até por conta da formação dela e *de resistência em determinados aspectos e determinadas ações políticas, principalmente que envolvem o governo*, mas a ideia de sair de uma faculdade que era FACEA e depois se transformar em uma universidade. Eu entendi que foi um esforço significativo de uma determinada coletividade naquele momento histórico. Então eu conversei muito com os colegas que são dessa época e que estão aqui conosco, é o seguinte: *como é que uma Universidade se transforma numa unidade universitária? Em que momento?* Acho que isso daria um trabalho de investigação interessante para entender, naquele momento, como isso foi trabalhado com as pessoas que trabalhavam aqui e constituíam essa universidade, em relação àquelas que estavam chegando com essa nova ideia dessa integração de faculdades isoladas e de *uma universidade que viria a perder seu status de universidade e se transformar em uma unidade universitária e um campus universitário*. (Entrevistado 3, grifos nossos).

75 Não existe na legislação brasileira a identificação de regulamentação específica para esse “modelo” de universidade, qual seja, constituída de mais de um câmpus, com uma administração centralizada. Portanto, a denominação multicampi refere-se à priori, a uma universidade que agrupa uma quantidade de câmpus, de forma regionalizada. Esse modelo é evidenciado, em boa medida, em universidades estaduais. (FIALHO, 2005).

Questões sobre as relações desenvolvidas entre a UNIANA e as faculdades isoladas aparecem, especialmente quando há a definição da sede da nova universidade. A sede da UEG se instala em Anápolis, apropriando-se das instalações da UNIANA, que já era uma universidade composta por treze faculdades. (MOREIRA, 2007; FERREIRA, 2006). Analisa-se que a definição de manter a UEG em Anápolis reflete, para além da estrutura já edificada da universidade, a condição conquistada pela UNIANA de seu posicionamento no campo, resultado de um capital diferenciado das outras instituições. Pode-se inferir também, que pode ter havido pressão e influência do prefeito de Anápolis à época, Ademar Santillo⁷⁶ (janeiro de 1997 a 31 de dezembro de 2000) do mesmo partido político (PSDB) do governador para a manutenção da sede da UEG na cidade. A UNIANA, como universidade estadual já instalada, bem como a ESEFFEGO, como escola superior, resistiram ao processo de destituição de suas posições ocupadas historicamente no campo da educação superior estadual em Goiás.

Sobre a criação da UEG nesse momento político, respostas às entrevistas realizadas com alguns gestores da UEG para essa pesquisa expressam uma reflexão e avaliação daquele período, em especial a que segue abaixo:

Acho que a universidade ela nasce grande e frágil. Ela nasce grande porque aglutinou várias faculdades isoladas que já existiam e foram criadas sem muito planejamento. Vamos por Iporá e Jussara, por exemplo, foi criado o campus de Iporá com os mesmos cursos de Jussara. Assim, sem concurso público, com muitas pessoas que foram convidadas de fora para a universidade para compor a universidade. Então isso criou certa fragilidade, tanto é que nós tivemos duas intervenções na UEG: Uma intervenção na fundação, do professor Luiz Macedo e depois uma intervenção da professora Eliana França, por que essas intervenções ocorreram? Porque a universidade estava frágil, nós estávamos frágeis internamente e externamente e muitas mídias negativas. A universidade fazia parte do cotidiano dos jornais como uma universidade precária, que não tinha professor efetivo, que não tinha concurso, que não tinha estrutura física e etc. Então, penso que nós passamos por um momento bem crítico. Agora nós estamos em um momento excelente? Não. Mas em alguns aspectos a universidade já se fortalece. (Entrevistado 7, grifos nossos).

A gestora entrevistada levanta pontos de fragilidade no momento de criação da UEG, em especial sobre o ingresso de professores sem concurso, vindos por meio de convites⁷⁷. Nessa situação, pode-se inferir que pessoas convidadas poderiam

⁷⁶ Ademar Santillo é irmão de Henrique Santillo, influente político do qual Marconi Perillo foi assessor.

⁷⁷ A UEG realizou, desde sua fundação até o ano de 2017, 3 concursos públicos para docentes: em 2004 (250 vagas); 2010 (475 vagas) e 2015 (250 vagas). Documento do Ministério Público de Goiás de 03 de julho de 2015 apresenta Representação contra o governo do estado de Goiás (governador) e reitor Haroldo Reimer referente à contratação irregular de professores temporários em regime precário. A Representação apresenta, à página 04, dentre os vários argumentos de

ser, em parte, pessoas sem a qualificação acadêmica devida ou mais aprimorada para o desempenho das funções contratadas, fossem elas professores ou trabalhadores para as áreas administrativas. Questiona-se aqui, sobre a informação apresentada pela entrevistada, a ideia de convite, uma vez que, pode-se inferir, que convite pode ser compreendido como indicação (política) ou mesmo favorecimento a uns em detrimento de outros; não se estabelece aí uma forma criteriosa e pública de ascensão aos quadros de uma universidade pública. Não só professores, as pessoas convidadas ocuparam os mais diversos cargos e realizaram serviços variados no corpo da Universidade. A entrevistada relembra os processos de intervenção política clara na Universidade, bem como os processos de desgastes acentuados pela mídia. Sendo assim, já se compreende o início conturbado de criação da UEG e que se prolongou por alguns anos seguintes, de forma mais evidente.

Vários estudos acadêmicos, ao tratar da UEG, apontam a sua fragilidade mais acentuada e observada por um longo período desde sua criação, especialmente entre os anos de 1999 a 2012⁷⁸; remetem ao apressamento de sua criação, da falta de planejamento, da situação desordenada e, de certa forma, confusa, nesse processo, como fatores que deixaram marcas em sua institucionalização, marcas que são observadas até a atualidade. Os estudos realizados bem como os Relatórios de Autoavaliação Institucional⁷⁹ revelam de forma contundente aspectos importantes da fragilização da UEG. Ferreira (2006), apresenta em seu estudo um panorama dessas fragilidades da UEG no momento de sua constituição e nos primeiros anos como universidade. Dentre os vários elementos destacados em seu estudo, podem ser elencados: dependência da UEG em relação aos repasses de recursos por parte do governo estadual; inexistência de concursos públicos, poucos professores efetivos e alta rotatividade; docentes com mais de um emprego; falta de recursos humanos em quantidade e necessário ao desempenho das atividades da

denúncia que “no ano de 2012 o Ministério Público Estadual ajuizou ação civil pública em que também questionou esse comportamento contrário à norma adotado pela Universidade Estadual de Goiás durante anos (processo nº 201203641464). Na ocasião informou que 82% dos servidores administrativos e 62% dos docentes estavam contratados sob o regime temporário.”

78 Teses e dissertações sobre a UEG que tratam do tema em questão: SILVA (2008); SILVA (2014); BOTELHO (2016); SANTOS (2010); MOREIRA (2007) ; NOVAES (2004); FERREIRA (2006); ADORNO (2008); CARVALHO (2013); artigos de DOURADO e OLIVEIRA (2001), REIS (2014) dentre outros trabalhos acadêmicos.

79 A partir de 2012 os Relatórios de Autoavaliação Institucional foram elaborados em sequência e na atualidade apresentam dados significativos sobre aspectos físicos, pedagógicos e de gestão na universidade.

instituição; inexistência do regime de dedicação exclusiva; condições inadequadas de infraestrutura, transporte; falta de recursos e incentivos para a pesquisa, inexistência de cursos *stricto sensu* próprios, preço elevado dos cursos *lato sensu*; extensão deficitária com falta de recursos financeiros e de espaço físico necessários à realização dos projetos; inexistência de um plano de assistência estudantil; baixa motivação dos alunos regulares; falta de um padrão de matrizes curriculares dos cursos; carência de laboratórios nas unidades; falta de recursos materiais e humanos; falta de laboratórios específicos para determinados cursos, acervo insuficiente e desatualizado e falta de assinatura de periódicos. (FERREIRA, 2006, p. 83 – 84).

Sobre os processos de credenciamento e credenciamento, a Universidade vivenciou dificuldades, como bem apontam Ferreira e Oliveira (2008, p. 204):

O credenciamento da UEG se deu por meio do Decreto do Governador do Estado n. 5.560 de 01/03/2002, com efeito retroativo a 16 de abril de 1999. Devido às várias fragilidades encontradas na estrutura da UEG, o seu credenciamento ficou vinculado a várias solicitações do CEE/GO, por tempo determinado, na condição nominal de universidade, até que cumprisse as exigências requeridas.

Posteriormente, a UEG foi credenciada em 2006, com efeito retroativo para 2004.⁸⁰ Na sequência, os pedidos foram feitos ao CEE, com alongamento de prazos e vinculações de credenciamentos mediante a resolução de problemas apontados pelo CEE, que iam de condições na estrutura física, quadro de professores efetivos, qualificação dos mesmos, adequação de formação de professores às disciplinas ministradas, adequação e revisão de projeto pedagógico, dentre outros. Outro credenciamento foi feito pelo CCE à UEG em 2011, nova solicitação em 2012.

Segue abaixo outro trecho de entrevista em que o início da UEG é apontado como um momento de instabilidade:

Quem começou nessa universidade, na transição dos campus das unidades universitárias de cada cidade para a UEG sofreu com uma situação muito grave na época que foi *uma troca muito grande de profissionais*. Quando eu assumi esse campus pela primeira vez lá em 1999, tinha saído daquele campus vinte professores de uma vez só. Então *as unidades tinham mesmo uma dificuldade muito grande de ter profissionais*. Então se passasse um especialista na porta ele mesmo tinha que ficar ali e fazer um monte de tarefas e fazer a roda girar. *Quando eu saí desse primeiro campus, só pra você ver como as coisas foram se repetindo, infelizmente, nós também tivemos uma saída em massa, vamos dizer assim. Na época que eu saí, mais quinze saíram junto*. Depois eles foram recolocados em outros campus, mas o que eu quero destacar é que

⁸⁰ Os credenciamentos podem ser deferidos com prazos de até 10 anos, porém, pelas várias fragilidades encontradas na estrutura física, administrativa e pedagógica da UEG, o CEE fez credenciamento e posteriores credenciamentos com prazos menores, de 4 a 5 anos.

aquele campus ficou novamente sem quem tinha realmente conhecimento daquele campus, que eram aqueles professores que tinham contribuído durante três ou quatro anos. (Entrevistada 1, grifos nossos).

A gestora (Entrevistada 1) trata de uma questão fundamental, que foi o rodízio de professores e profissionais entre os campi, bem como saída por término de contrato temporário com a Universidade. A falta de continuidade dos projetos dos cursos, o movimento inseguro de entrada e saída de professores nos *campi* se colocou como mais um elemento de fragilização da Universidade⁸¹.

No percurso de sua estruturação, a UEG vivenciou momentos de muita tensão, bem como aqueles compreendidos pela comunidade acadêmica como intervenções do governo do estado de Goiás. Greves, manifestações, audiências públicas, denúncias, exposição negativa na mídia foram situações que expressaram, não só descontentamento da comunidade universitária, mas expressam as reivindicações, lutas e denúncias de professores e servidores da UEG.

A UEG é instaurada como universidade em um tempo de reformas tanto no governo FHC quanto no estado de Goiás. Há nesse contexto, o adensamento ideológico neoliberal que favorece a expansão e interiorização do ensino superior privado em nosso país. Ora, nesse sentido, pode-se avaliar à primeira vista, que a criação da UEG pelo governo do estado de Goiás vai na contramão desse processo. Porém, é possível identificar, dentre as intenções da criação da UEG, um ajustamento do governo do estado à sua base política regional (agentes políticos: prefeitos, vereadores, deputados, associações), empresários, bem como à sua base eleitoral (eleitores) no estado.

2.4. Tensões no percurso da gestão da UEG: elementos que se agregam à confecção do *habitus* gestor da instituição

Desde sua fundação, a UEG esteve sob a gestão de três reitores e dois governadores do mesmo partido político. O primeiro reitor, escolhido pelo governador do estado a assumir a gestão da universidade foi José Izecias de Oliveira que já tinha relação política com Marconi Perillo há pelo menos uma década. Participou da fundação do PMDB Jovem e era ativo politicamente. A primeira eleição para reitor na UEG aconteceu em 2000, quando o professor José

⁸¹ Conforme informações da UEG, no ano de 2017 são 1899 professores. São 954 professores efetivos e 945 com contrato temporário. Disponível em: https://issuu.com/uegoficial/docs/final_site (acesso em 12/01/18).

Izacias de Oliveira foi escolhido pela comunidade acadêmica. Ele já ocupava o cargo de reitor, indicado pelo então governador Marconi Perillo. Em 2004, foi reconduzido ao cargo com 85,5% dos votos válidos, dessa vez acompanhado do professor Luiz Antônio Arantes como vice-reitor. Em 2008, novo pleito escolheu entre cinco candidatos, o professor Luiz Antônio Arantes foi escolhido com 61,1% dos votos válidos. Luiz Arantes permaneceu no cargo até fevereiro de 2012, quando se desligou da Universidade. Luiz Arantes, o segundo reitor, antes de assumir o cargo, após eleição, foi vice-reitor da UEG na gestão de José Izacias. O atual reitor, Haroldo Reimer, antes de assumir a reitoria por como gestor pró-tempore, estava em função auxiliar na Pró-Reitoria de Pesquisa da UEG na equipe de José Izacias; havia ingressado a pouco tempo como professor efetivo por meio de concurso público de 2010.

Verifica-se, nesse movimento de entrada e saída de reitores, um ponto interessante, qual seja, a entrada e substituição dos reitores por professores já participantes da administração central da UEG. A eleição e posterior ratificação do governador somente legitima uma indicação anterior, ou seja, o jogo e estratégia política também se confirma nessa questão.

O Quadro 16, a seguir, apresenta a formação acadêmica dos reitores da UEG e período de gestão.

Quadro 16 – REITORES DA UEG - FORMAÇÃO ACADÊMICA E PERÍODO DE GESTÃO

REITORES DA UEG	GOVERNADOR NO PERÍODO	PERÍODO DE GESTÃO
<p>José Izacias de Oliveira Advogado e engenheiro civil, Doutor em Educação em 2015 (orientando de Iria Brzezinski) e Mestre em Desenvolvimento e Planejamento Territorial pela PUC Goiás em 2011 (orientando de Márcia de Alencar Santana), Especialista em Direito Público e em Direito Notarial e Registral pela Universidade Anhanguera (UNIDERP). Reitor fundador da Universidade Estadual de Goiás (UEG), eleito para o período de 1999 a 2006. Foi Vice-presidente do Conselho de Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (ABRUEM) e Vice-presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB). Ouvidor e Diretor Geral do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO), no período de 2009 a 2011. Reitor da Universidade do Judiciário Goiano (UNIJUD). Assessor especial da presidência da CELG Distribuição SA (CELG D) e CELGPAR, de 2011 a 2013 e membro do Conselho de Administração da Goiás Fomento S/A, no período de 2011 a ago/2014. Diretor Geral do Instituto de Educação, Cultura e Meio Ambiente (ECMA) de ago/15 a out/16. É membro do Conselho de Administração da empresa de saneamento do Estado de Goiás (SANEAGO SA), professor/pesquisador do Curso de Direito da FANAP. (currículo atualizado em 2016)</p>	MARCONI PERILLO	1999 - 2005

<p>Professor da UNIANA de 1990 a 1998 Contrato; não teve vínculo efetivo com a UEG - fez graduação em direito em 2011, após sair da UEG Em 2010 assume a função de diretor-geral do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO)</p>		
<p>Luiz Antônio Arantes Entrou na educação superior estadual em 1988 - foi diretor da Faculdade de Educação Ciências e Letras de Quirinópolis de 90 a 93; de 2000 a 2008 - diretor da Licenciatura Plena Parcelada; professor em todos os anos; currículo atualizado até janeiro de 2008; saiu em fevereiro de 2012;</p>	<p>ALCIDES RODRIGUES</p> <p>e transição do governo de Alcides Rodrigues para Marconi Perillo em 2011</p>	<p>2006 – 2010</p>
<p>Haroldo Reimer Era prof. da PUC GOIÁS nos cursos de Mestrado e Doutorado em Ciência da Religião; Entrou para UEG em 2010 por meio de concurso público; Pós-doutorado em História, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp - 2010 a 2013); Doutorado em Teologia, Alemanha (1986 a 1990); Bacharelado em Direito pela PUC Goiás (2006 a 2010); Licenciatura em Filosofia pela Universidade Católica de Goiás (2002 a 2004); Bacharelado em Teologia pela Escola Superior de Teologia de São Leopoldo, RS (1980 a 1984); Professor concursado da Universidade Estadual de Goiás (UEG); Reitor desta universidade desde fevereiro 2012; Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq (2009-2012; 2012-2015; 2015-2018); Avaliador ad hoc do Inep/MEC; Membro do Conselho Superior da Fundação de Amparo à Pesquisa de Goiás (Fapeg); Membro do Conselho Consultivo do Programa Goiás Competitivo e Inovador; Consultor da CAPES na Área de Filosofia/Teologia no período 2011 a 2013; Líder de grupo de pesquisa no CNPq; Pesquisador nos temas: Hermenêutica, Teologia, História cultural, Religião e Direito.</p>	<p>MARCONI PERILLO</p>	<p>2011-2012 (pró-tempore) 2013 - 2016 2017-2020</p>

Fonte: CNPq – Plataforma Lattes (<http://lattes.cnpq.br/>) (acesso em 11/03/17) (grifos nossos).

Em 2006, o então reitor José Izecias pede licença da função de reitor da UEG para concorrer ao cargo de deputado estadual e em seu lugar é empossado Luiz Arantes, seu vice-reitor. Verifica-se aí a propensão à política partidária do reitor à época, inferindo-se que a UEG, como instituição de relevo no estado de Goiás, o capitalizou, deu-lhe visibilidade para sua pretensão à vaga na Assembleia Legislativa. Porém, isso não se confirmou, pois José Izecias não conseguiu se eleger. A notícia abaixo veiculada pela UEG, apresenta informações sobre a transição dos reitores e traz alguns elementos que merecem atenção, como ideia de ser a segunda maior universidade pública do país, que remete a uma expansão desordenada e não planejada, especialmente após 2005, iniciada com José Izecias e continuada com Luiz Arantes. O destaque em relação à aprovação da Emenda Constitucional com aprovação de destinação de 2% do PIB estadual à UEG, realizado em duodécimos mensais, situação que ganha alguma normalidade no ano

de 2015, porém, ainda, sem a sequencial regularidade de duodécimos mensais. Outro ponto importante é a verificação, via discurso do novo reitor, Luiz Arantes, quando este reafirma o objetivo de vincular a UEG às áreas de agronegócios, mineração, indústrias e de prestação de serviços, ou seja, uma universidade que está para servir as demandas econômicas em prol do desenvolvimento do estado. (Quadro 17)

Quadro 17 – LICENÇA DE JOSÉ IZECIAS E ENTRADA DE LUIZ ARANTES NA REITORIA DA UEG

José Izecias deixa a UEG	31/03/2006
<p>O reitor da UEG, José Izecias de Oliveira, pede licença de seis meses do cargo hoje (31) durante a 41ª Plenária do Conselho Universitário da Universidade, que acontece a partir das 14 horas, no auditório do Senac, em Anápolis. José Izecias está no segundo mandato de reitor e comanda a UEG há sete anos. Nesse tempo ajudou na criação e consolidação da Universidade e conquistou a credibilidade para a instituição, que <i>hoje é considerada a segunda maior universidade pública do País em número de alunos matriculados, atrás apenas da USP</i>. Entre as ações do reitor à frente da Universidade, destaca-se a gestão participativa, com o regimento e o estatuto aprovados através do voto pela comunidade acadêmica. As decisões democráticas do Conselho Universitário e as eleições para reitor, diretores e coordenadores de cursos também marcaram a administração de Izecias. Também foram conquistadas a realização de concurso para professor e a autonomia financeira da instituição, com a <i>aprovação da Proposta de Emenda Constitucional que destina 2% da arrecadação do Estado à UEG em forma de duodécimos mensais</i>. Entre as várias ações do reitor, outra marca é o <i>Programa Universidade para os Trabalhadores da Educação, que já qualificou a maioria dos professores da educação básica no Estado</i>. (...)</p> <p>O vice-reitor da Universidade Estadual de Goiás, Luiz Antônio Arantes, que assume a direção superior da instituição como reitor, tem bem claro o seu papel como condutor da segunda universidade pública em número de alunos. Para ele, que há dois anos esteve junto ao professor José Izecias de Oliveira na condução da universidade, "o peso institucional recai sobre os nossos ombros, por que não teremos vice, mas ao longo dessa jornada tivemos a oportunidade de conhecer todas as ações e políticas necessárias para a consolidação da universidade".</p> <p>[...]</p> <p>Luiz Antônio começou na UEG como professor da Unidade Universitária de Quirinópolis, assumindo posteriormente a direção da Licenciatura Plena Parcelada Municipal e em seguida a Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis. Em julho de 2004 foi eleito pelo voto direto, na chapa do reitor José Izecias, como vice-reitor da instituição. Um dos desafios que Luiz Antônio coloca como um dos principais na condução da UEG será o de agregar novos valores à trajetória da instituição. "A partir deste mês, mês de aniversário da UEG, reuniremos a administração superior para redimensionar o papel da Universidade em nosso Estado. <i>Precisamos agora saber o que queremos da nossa Instituição em consonância com o desenvolvimento do Estado nas áreas de agronegócios, mineração, indústrias e de prestação de serviços</i>".</p> <p>Com o repasse de 2% da arrecadação estadual para a Universidade, o novo reitor pretende dar continuidade ao pagamento dos professores e à construção de novos prédios. "Ainda este ano boa parte do duodécimo será usado para concluir as construções, dar início aos prédios das Unidades de Crixás e São Miguel do Araguaia e às reformas das Unidades da Eseffego, em Goiânia e da UnUCSEH, em Anápolis. A outra parte será investida em bibliotecas, laboratórios e na formação continuada de professores e servidores" completa Luiz Antônio.</p>	

Fonte: Copyright © 2006 Universia Brasil (texto com recortes) (acesso em outubro de 2017) (grifos nossos).

Porém, os anos de 2010, 2011 e 2012 foram de grande crise para a Universidade e foi marcada pela renúncia do reitor Luiz Antônio Arantes, em um

processo de transição muito difícil à época. O reitor Luiz Arantes pediu exoneração do cargo e deixou a UEG por acusações de corrupção via denúncia do Ministério Público.

Conforme Carvalho (2013, p. 95) apresenta em seu estudo, as denúncias efetuadas pelo Ministério Público de Goiás referente à investigação sobre desvio de recursos da UEG, foram as seguintes, dentre as mais graves:

[...] 2 – Celebração de contratos temporários sem a devida realização de qualquer procedimento seletivo; 3 – Indícios de realização de cursos de especialização “lato sensu” em parceria com entidades privadas, recebendo estas os valores pagos pelos alunos, sem o repasse adequado do percentual devido à UEG e sem prestação de contas; 5 – Indícios de submissão da UEG ao interesse de entidades privadas como a FUNCER e a FAESP; [...] 7 – Contratação e manutenção de contratos temporários ilegais, sem a utilização de processo seletivo simplificado e sem a existência da situação de excepcional interesse público; 10 – Pagamento de gratificação sem a previsão legal e acumulação indevida de até três cargos públicos. [...] Outro problema que demanda atenção especial é a permanência de contratos temporários de funcionários e professores, com prazo legal ultrapassado. Essa situação atingiu o índice alarmante de 80% (oitenta por cento). Todos os contratos temporários que excederam e excedem o prazo de um ano estão em situação de ilegalidade. Notória a gestão desvirtuada da UEG, causando desvio da finalidade pública e atentando contra os direitos sociais e individuais indisponíveis, tornando imprescindível a tomada de medidas URGENTES para evitar o alargamento dos danos e tentar minimizar os prejuízos.” (GOIAS, 2011, p. 02 in CARVALHO, 2013, p. 95, grifos da autora).

A notícia a seguir, de 2013, revela o teor das acusações que tanto José IzeCIAS e Luiz Arantes sofreram e atualmente respondem a processos judiciais (Quadro 18).

Quadro 18 – PROCESSO JUDICIAL CONTRA JOSÉ IZECIAS E LUIZ ARANTES

Caso UEG: Justiça bloqueia bens de José IzeCIAS, Luiz Arantes, Pedro Sahium e João Brzezinski

O grupo, que vai responder por formação de quadrilha, lavagem de dinheiro e peculato, terá de devolver dinheiro ao Erário. O desvio chega a R\$ 425,3 mil

19/02/13

A Justiça bloqueou os bens dos ex-reitores da Universidade Estadual de Goiás José IzeCIAS e Luiz Arantes, do ex-defensor público do Estado João Paulo Brzezinski, do ex-prefeito de Anápolis Pedro Sahium, do ex-coordenador de Contratos e Convênios da UEG Francisco Afonso de Paulo, de Carlos Roberto da Silva (comissionado na unidade de ensino) e do tecnólogo Paulo Henrique Sahium. A Justiça acatou denúncia do Ministério Público. O MP apurou que o grupo desviou R\$ 425,3 mil da UEG. O dinheiro, garantem os promotores que investigaram o caso, irrigou a campanha de José IzeCIAS a deputado federal. O juiz Rinaldo Aparecido Barros, da 11ª Vara Criminal de

Goiânia, disse que eles vão responder por formação de quadrilha, lavagem de dinheiro e peculato.

A Operação Boca do Caixa constatou que o dinheiro, R\$ 425,3 mil, foi depositado numa conta de Brzezinski, sócio do Instituto Brasileiro de Ensino, Pesquisa, Extensão e Tecnologia (Ibepet). O ex-defensor público assegura que repassou todo o dinheiro para José Izecias, mas o Ministério Público descobriu que, mesmo depois de o dinheiro ter sido sacado para suposto repasse a Izecias, o Ibepet havia ficado com R\$ 125,3 mil — como se fosse uma comissão.

A investigação do MP sugere que Brzezinski repassou o dinheiro, ou parte dele, para pessoas indicadas por Izecias. A investigação concluiu que o ex-prefeito de Anápolis Pedro Sahium recebeu, por meio de seu irmão Paulo Sahium, R\$ 100 mil. Ele teria vendido seu apoio político, nas eleições de 2006, para Izecias. Este já disse ao Jornal Opção que não tem envolvimento com o caso.

Fonte: <http://www.jornalopcao.com.br/posts/ultimas-noticias/caso-ueg-justica-bloqueia-bens-de-jose-izecias-luiz-arantes-pedro-sahium-e-joao-brzezinski> (Acesso em outubro de 2017).

No intervalo da saída de Luiz Arantes e indicação de Haroldo Reimer, a UEG sofre uma intervenção com a indicação da professora Eliana França⁸², como vice-reitora, que assume temporariamente a direção da Universidade por alguns meses entre 2011 e 2012.

Em 08 de setembro de 2011, o governo do estado de Goiás produziu o Decreto nº. 7.441 que instituiu o Estatuto da UEG. O Decreto foi elaborado e aprovado sem participação da comunidade universitária, sem passar pelos Conselhos Superior (CsU) e Acadêmico (CsA), pelos colegiados ou congregações dos campus. Essa medida resultou em uma sequência de Audiências Públicas realizadas na Assembleia Legislativa de Goiás, na Câmara Municipal de Goiânia e Anápolis, assim como foram realizadas reuniões de congregações e colegiados em diversos campus com pautas sobre a procedência do Estatuto e encaminhamentos a serem tomados. De modo geral, o Estatuto, da forma como foi produzido e decretado, foi considerado com “Ato de Exceção” por parte de diretores, professores, a ADUEG (sindicato de docentes). Conforme discursos proferidos⁸³, o Decreto que estabelece o Estatuto “cassa, literalmente, 30 diretores que foram legitimamente eleitos pelos seus pares”. Ressalta-se que os 30 diretores eram do quadro temporário, porém, eleitos por suas comunidades em seus campus. Os

82 Eliana França, professora, ex-Secretária de Estado da Educação do estado de Goiás (1º Governo Marconi), assessora técnica do 2º governo Marconi, Superintendente da Delegacia da Mulher-Gov-GO (2012-2013), Coordenadora Geral da Organização das Voluntárias de Goiás (2014 - 2017); Conselheira do Conselho Estadual de Educação até a data dessa investigação. (não foi encontrado o Currículo na Plataforma Lattes do CNPq). Dados encontrados em <http://www.kimage.com.br/index.php/professora-eliana-franca-ex-secretaria-de-estado-da-educacao-do-estado-de-goias-1-governo-marconi.html> (Acesso em 21/04/18).

83 No acesso ao link https://www.youtube.com/results?search_query=ueg+audi%C3%Aancia+p%C3%BAblica+assembleia+2011 é possível visualizar 5 discursos proferidos por professores, diretores de campus, representantes da ADUEG e Conselho Estadual de Educação sobre o Decreto 7.441/2011 e sobre o Relatório da Comissão de Estudos sobre a Universidade Estadual de Goiás coordenado pela prof. Eliana França. O Relatório subsidiou a produção do Estatuto da UEG e foi amplamente questionado, pois essa Comissão que produziu esse Relatório sobrepôs outra, já instituída no interior da Universidade e que fazia o mesmo trabalho.

discursos tiveram caráter de denúncia sobre o que foi alegado como **processo de intervenção do governo do Estado na UEG**.

No início de 2012, o professor Haroldo Reimer é empossado como novo reitor da UEG, sob escolha do governador do estado com o objetivo de finalizar o período de reitoria de Luiz Arantes, e faz algumas proposições já de início, conforme bem expressa a notícia de sua posse no Quadro 19.

Quadro 19 – POSSE DO REITOR HAROLDO REIMER NA UEG

Haroldo Reimer é empossado novo reitor da UEG

No início da noite de ontem, 15, o professor Haroldo Reimer foi oficialmente empossado no cargo de reitor da Universidade Estadual de Goiás. O ato de posse aconteceu no Gabinete Civil da Governadoria, no 8º andar do Palácio Pedro Ludovico Teixeira, em Goiânia.

Ao dar posse ao novo reitor, o secretário da Casa Civil, Wilmar Rocha, disse que o governador Marconi Perillo e sua equipe de governo acreditam e confiam no sucesso do trabalho do professor Haroldo Reimer frente à Reitoria da UEG. “Seu gesto ao aceitar o cargo é visto por todos nós do Governo como uma grande contribuição, tanto para a UEG, quanto para administração estadual. *Nós do Governo confiamos e acreditamos no seu trabalho. Como professor universitário que sou, aprovei o seu nome porque é o perfil que UEG estava precisando para comandar esse nosso patrimônio*”, disse o secretário Wilmar Rocha⁸⁴.

Depois de empossado, o professor Haroldo Reimer adiantou que o seu primeiro trabalho é buscar junto aos pró-reitores e gestores da Universidade todas as informações sobre as áreas administrativa, docente e de infraestrutura das Unidades Universitárias. Para isso vai manter um diálogo constante com todos os integrantes da gestão e entidades ligadas à UEG.

Assim que assinou o documento de posse, o novo reitor fez algumas reivindicações ao Governo. Ele solicitou a convocação dos professores que estão no cadastro de reserva, dentro do limite de vagas do último concurso; o envio de um projeto de lei para a Assembleia Legislativa visando transformar as gratificações da Dedicção Exclusiva em regime de trabalho; a autorização para aumentar o percentual de doutores e pós-doutores no quadro efetivo da Universidade. Solicitou ainda que sejam realizados concursos para regularização dos servidores administrativos, e, por fim, disse que gostaria de realizar uma parceria com o Governo no sentido de melhorar a infraestrutura dos laboratórios e compra de livros visando um aumento no acervo das bibliotecas da Universidade.

O secretário Wilmar Rocha garantiu que não faltará empenho do Governo no sentido de atender todas as reivindicações do novo reitor. “A UEG é a menina dos olhos do governador Marconi Perillo, ele tem um carinho profundo pela Universidade”, concluiu.

O Decreto de nomeação do novo reitor da UEG foi publicado no Suplemento do Diário Oficial do Estado, no último dia 14 de fevereiro.

84 Wilmar Rocha foi deputado estadual de Goiás entre 1983 e 1987, pelo PDS, e de 1988 a 1990 pelo PFL. Em 1990 candidatou-se a deputado federal pela primeira vez. Obteve uma vaga de suplente, assumindo uma vaga na Câmara em 1993. Foi reeleito em 1994, 1998 e 2002. Elegeu-se mais uma vez para a Câmara em 2010, pelo DEM. No ano seguinte, filiou-se ao PSD, sendo o atual presidente do partido em Goiás, licenciando-se do cargo de deputado para assumir a Secretaria de Estado da Casa Civil no governo de Marconi Perillo. Em 2014, foi candidato ao Senado, ficando em segundo lugar. No ano seguinte, assumiu a Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Cidades, Infraestrutura e Assuntos Metropolitanos (SECIMA), no quarto governo de Marconi Perillo. (informações disponíveis em <https://portal.al.go.leg.br/>) (acesso em outubro de 2017).

Fonte: UEG – notícia publicada no portal da universidade (www.ueg.br) em 16/02/2012 (grifos nossos) (acesso em novembro de 2018).

É interessante observar o discurso do deputado Wilmar Rocha, ocupante da Secretaria de Governo na gestão Marconi Perillo. Expressa, em palavras, o poder decisório que tem e a ascendência no interior da administração estadual, como agente político com bom trânsito nos espaços de poder. Ao se referir ao perfil do novo reitor, pode-se inferir sobre o caráter acadêmico de Haroldo Reimer, que é pós-doutor, tem uma trajetória importante em pesquisa no Brasil e no exterior, consultor da Capes e professor de programa de pós-graduação. Porém, sem experiência em gestão, Haroldo Reimer inicia o trabalho como reitor da UEG sob grande expectativa da comunidade acadêmica da universidade. O reitor manteve-se pró-tempore até setembro de 2012 quando foram realizadas eleições em que foi candidato único, juntamente com a vice-reitora Valcemia Novaes. Dos 14.615 votantes, 13.371 votaram no Plano de Trabalho para o Reitorado 2013-2016: “Integração e consolidação: caminhos para a excelência”. Em carta, o novo reitor eleito expressa seus agradecimentos enfatizando que todos

[...] têm em minha pessoa e na nossa vice, [...] o esforço e empenho em trabalhar diuturnamente para avançarmos em todos os processos de gestão, ensino, pesquisa e extensão, com foco no ser humano, mas com o diferencial de trato na fé pública dos encaminhamentos coletivos e nos fóruns decisórios de nossa Universidade.⁸⁵

Como um fato contundente, uma greve de professores, de grande repercussão, foi iniciada em 25 de abril de 2013 e encerrada em 1 de agosto de 2013. Resultou em um Termo de Compromisso com reivindicações negociadas entre o Movimento Mobiliza UEG⁸⁶ e a Universidade em que a UEG se comprometeu a realizar alterações no Plano de Cargos e Salários dos professores; promover concurso público para admissão de 250 (duzentos e cinquenta) professores e 500 (quinhentos) técnicos administrativos para o primeiro semestre de 2014; fazer reposição salarial de 7,08% (sete inteiros e oito centésimos por cento) em 2013, descontada a antecipação concedida de 1,52% (um inteiro vírgula cinquenta e dois centésimos), e a integralização de 13,36% (treze inteiros vírgula trinta e seis centésimos por cento), até julho de 2014 para os servidores efetivos docentes e técnicos administrativos; assegurar no orçamento de 2014 o valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) na ação de obras para a política de assistência

85 Notícia publicada em 28/09/2012 no site da UEG – www.ueg.org.br (acesso em 15/11/17)

86 Consultar <http://movimentomobilizaueg.blogspot.com.br/> (acesso em 15/11/17)

estudantil (moradia, restaurante universitário e/ou centro de convivência); dar prioridade na destinação orçamentária aos resultados propositivos, no tocante às políticas de assistência estudantil; destinará o valor de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) do seu orçamento previsto para 2014 ao Programa de Bolsas; solicitação de crédito complementar no valor de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) para o orçamento de 2014, para atendimento das proposições levantadas a partir dos fóruns supracitados quanto à política de assistência estudantil; promover estudos para adoção de novo regime de trabalho para os professores do quadro temporário, buscando a equiparação com os docentes do quadro efetivo; aplicar 50% (cinquenta inteiros por cento) dos recursos oriundos a partir da devolução de recurso da FUNCER nas obras de reforma da ESEFFEGO; atualização e expansão continuada do acervo bibliográfico das bibliotecas das unidades; ampliação e construção das estruturas das unidades, as demandas já indicadas pelos diretores em 2012.

Em 2014, o reitor, prof. Haroldo Reimer dá uma entrevista à Rede TV Brasil Central e dentre aspectos importantes apresentados, ele faz uma espécie de prestação de contas, especialmente após a greve do ano de 2013, que deixou marcas negativas nas impressões da população sobre a UEG. Verifica-se que os posicionamentos na mídia são mais constantes e a equipe gestora faz um expressivo esforço em reverter a imagem negativa da UEG (Quadro 20).

Quadro 20 – DADOS SOBRE ENTREVISTA DO PROFESSOR HAROLDO REIMER AO PROGRAMA RODA DE ENTREVISTA* – TBC

A UEG caminha rumo a autonomia prevista em lei com tramitação na Casa Civil projeto de lei;

A universidade apresenta muitas fragilidades, com necessidade de obras, gradativamente resolvendo os déficits, exemplo, prédio de Jundiá (campus em bairro em Anápolis), rampas de acessibilidades, laboratório e equipamentos para São Luis, 2 prédios em construção para fazer 25 laboratórios.

Um dos artigos da lei de autonomia prevê que os 2% da receita líquida do estado sejam repassados à UEG em duodécimos mensais. 2013 foi o ano que se executou 100% dos recursos, último empenho que foi liquidado com compra do prédio da administração em Anápolis com investimento de quase 16 milhões. Em 2014 até final de março já estávamos 8 milhões à frente do duodécimo mensal.

A UEG tem hoje 141 cursos de graduação, 8 mestrados instalados, quase 20 mil alunos, quase 300 doutores, é um potencial instalado que precisa de uma condução mais acadêmica.

Apresenta vigorosa ação no programa de bolsas aos estudantes, no sentido de contribuir com a

permanência destes na UEG; 76% dos ingressantes (2013 e 2014) são oriundos da escola pública; 2/3 são negros e pardos; 55% mulheres; mais da metade se inscrevem na situação de vulnerabilidade social; desde 2005, 45% das vagas já são reservadas para negros e índios

A UEG realizou até hoje 2 concursos públicos para professores; realizará o 3º. concurso que está sendo preparado para tomarem posse em final de 2014 e início de 2015; 50 doutores e 150 mestres e especialistas; ultrapassaremos a barreira de 50% de efetivos; o concurso para 500 técnicos administrativos será realizado em 2014;

Abertura do curso de moda em Jaraguá; Medicina é um projeto da UEG

Curso de gestão pública em andamento, no nível de graduação, parceria com a Secretaria de Saúde em que a UEG assume 14 cursos de especialização com a Escola de Saúde Pública;

Estamos tendo o efetivo repasse que o estado deve passar para a universidade; o estado já colocou duas sobras orçamentárias de 2011 e 2012 em torno de 61 milhões que serão distribuídos para serem realizados em 2014, 2015 e 2016; situação favorável;

Estamos no índice 3 e IGC contínuo subindo a cada ano, objetivo é chegar a nota 4; licenciatura de matemática de Anápolis ou de administração por 2 ciclos avaliativos conseguiram nota máxima;

Em 2013 por meio do Plano de Cargos e Remuneração da UEG conseguiu criar condições muito mais favoráveis para a permanência dos docentes na universidade; uma gratificação de dedicação exclusiva passou a ser remuneração;

Foram aumentadas as vagas para aproximadamente 430 doutores e para pós-doutores de 36 para 100;

Foi aprovado no conselho universitário de fevereiro da UEG uma lei para regulamentação de bolsas para docentes e pesquisadores; 100 bolsas;

Foram feitas alterações no processo seletivo para entrada de alunos pelo vestibular desde o ano passado (2013), em que o processo se dá em uma só fase, não mais em duas, a não ser para os cursos de Arquitetura e Engenharia

Foi aprovado pelo Conselho Universitário a adição das notas do ENEM para ocupar as vagas remanescentes; política de tolerância zero em relação às vagas ociosas; conseguiu reduzir um pouco mais de 50% o número de vagas ociosas em 2013 e 2014;

A UEG, para além das vagas para cotistas, por sua natureza já faz a inclusão de pessoas negras e pardas; já tem um público de mais de 50% que declaram, espontaneamente, que são negros ou pardos;

Que enquanto IES pública financiada pelo estado de Goiás a UEG tenha assegurada a sua fonte de financiamento principal que é o repasse dos 2% da renda líquida do estado; temos recursos próprios que são gerados por meio das atividades do Núcleo de Seleção, prestação de serviços e o convênio que a UEG tem com o Detran;

Estamos nos capacitando para concorrer a recursos de agências de fomento públicas federais e não públicas para pesquisa e projetos específicos; tivemos um avanço de mais de 400% no valor financeiro da captação e para 2013 um avanço de 100 a 200% no valor da captação que já estão sinalizados para 2014;

Aprovação junto ao MEC de 61 projetos do PIBID, tendo um ganho em relação ao implemento de

mais de 700 bolsas para acadêmicos dos 1º. e 2º. Anos e mais de 100 bolsas para professores da UEG e das escolas públicas;

Participação em editais da Capes, como o LIFE, para implementação de laboratórios para educadores da área de matemática, história, química;

Em relação à mobilidade, a UEG tem um programa instalado desde 2011 e já encaminhou mais de 200 alunos para o exterior, por meio de acordos bilaterais e pelo programa Ciência sem Fronteiras do governo federal; a UEG tem convênios bilaterais com várias instituições estaduais e tem uma bolsa chamada Mobilidade Nacional que permite que o aluno da UEG possa estudar em várias universidades estaduais, por exemplo a UNESP e a USP

A Ueg se faz presente em 40 municípios com 42 campi; quase 20 mil alunos de graduação; quase 500 alunos de mestrado e chegar ao ano de 2014 a quase 1000 alunos de especialização; 1850 professores; em torno de 1.600 servidores técnicos administrativos; perto de 300 doutores, entre mestres e doutores temos um total de 2/3;

A UEG está mais estabilizada e um sonho como administrador da universidade é que a Ueg realize concursos anuais, concursos menores, mas graduais.

Hoje a dificuldade é ganhar agilidade nos procedimentos internos; tanto nos procedimentos licitatórios para compras, de livros a equipamentos para laboratórios, quanto os procedimentos licitatórios para os empreendimentos de obras e reformas e de construção de novos prédios para a universidade;

Foi criada no ano passado a unidade de Valparaíso, e em futuro breve deverá ser realizada a instalação de um unidade física na região noroeste de Goiânia;

*transcrição da autora, com ideias síntese do entrevistado.

Fonte: Edição 593 do programa Roda de Entrevista TBC – dia 08/04/2014 (disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=BxZ7vDJSJss>) (acesso em 21/01/18)

Na entrevista concedida à época (2014), o reitor Haroldo Reimer faz uma série de apontamentos sobre as conquistas de sua gestão, apresentando expectativas na perspectiva da autonomia financeira da UEG, após encaminhamento à Assembleia Legislativa de texto para análise e posterior aprovação de lei respectiva⁸⁷. Informa que os repasses dos 2% dos recursos do Tesouro Estadual foram transferidos na íntegra à Universidade naquele ano e apresenta ações de melhorias o âmbito da Universidade, como compra do prédio da reitoria, novos concursos, incorporação de gratificação como salário aos professores, bolsas, ampliação da pós-graduação, dentre outros pontos positivos. Evidentemente, compreende-se aqui, que em um programa de televisão faz-se uma apresentação das ações e conquistas da Universidade de forma mais veemente,

⁸⁷ A Lei da Autonomia da UEG foi promulgada em 2015 como Lei nº 18.971, de 23 de julho de 2015.

com uma acentuação naquilo que de positivo se conquistou completamente ou em fase de implementação. Observa-se o empenho de se construir uma imagem positiva da Universidade perante a população como uma posição política da gestão.

O que se pode questionar, em certo sentido, é o papel, função e interesses da mídia – de algumas mais vinculadas ao governo do estado de Goiás, como é o caso da TV Brasil Central, em relação a dar espaço e reafirmar determinadas posições muito favoráveis ao governo, ser espaço de marketing de agências, autarquias e segmentos do estado, bem como de seus agentes políticos.

No sentido de se ter uma visão ponderada desse primeiro período da gestão, sob a reitoria de Haroldo Reimer, apresentam-se aqui trechos do Relatório de Autoavaliação do ano referência de 2014 (UEG, 2014, p. 48 – 49) referente ao Eixo 4 - Políticas de Gestão (Dimensões 5, 6 e 10 do SINAES):

- (16) Melhorar o Plano de Carreira e Vencimentos (PCV) dos docentes.
- (17) Melhorar a política de seleção, contratação, formação e capacitação docente.
- (18) Estabelecer política de valorização do corpo técnico-administrativo, por meio de seleção, contratação, formação e capacitação dos profissionais.
- (19) Estabelecer um Plano de Carreira e Vencimentos (PCV) para os técnicos administrativos.
- (20) Estabelecer sustentabilidade financeira para custeio nos investimentos em ensino, extensão, pesquisa e gestão.
- (21) Garantir recursos suficientes destinados à qualificação/capacitação de docentes no orçamento da UEG.
- (22) Aumentar os recursos disponibilizados pela UEG para apoiar a produção científica, bem como a realização e a participação em eventos científicos e culturais.
- (23) Garantir recursos suficientes, destinados à qualificação/capacitação de profissionais técnico-administrativos, no orçamento da UEG.
- (24) Estabelecer mecanismos de transparência no que tange às ações dos gestores dos Campi e da Adm. Central da UEG.
- (25) Desburocratizar e modificar o processo de solicitação e obtenção de passagens, diárias ou recursos para participação/realização de eventos, publicações, etc.
- (26) Determinar, em resolução específica, mecanismos de aferição e de responsabilização dos docentes que não cumprem a carga horária determinada em seu plano de atividades/curso.
- (27) Apoiar e normatizar a prática de autonomia financeira nos Campi, sob a responsabilidade da direção local, tendo em vista a busca de recursos adicionais aos estabelecidos institucionalmente e a otimização na utilização dos mesmos.

É possível verificar que os pontos a serem melhorados referentes às Políticas de Gestão (op.cit) são vários e básicos, como, por exemplo, a transparência nas ações dos gestores, a desburocratização de processos administrativos, responsabilização de docentes que não cumprem carga horária. Outros pontos são de uma estrutura mais complexa e que envolvem mais agentes que não só os

gestores da UEG, mas também agentes políticos e administrativos da gestão do estado de Goiás: melhorar plano de carreira de docentes, criar plano de carreira para servidores técnico-administrativos, recursos para investimentos na pesquisa, ensino e extensão, bem como para qualificação docente; e envidar esforços para normatizar a prática de autonomia financeira dos campi, questão bem mais problemática, tendo-se em vista a indução a recursos adicionais por meio de parcerias e contratos.

E o Relatório de Autoavaliação (UEG, 2014, p. 49 - 50) continua, referente a outro eixo, o da Infraestrutura Física (Dimensão 7 do SINAES):

(28) Viabilizar e/ou construir salas de aula e espaços para atendimento aos alunos que atendam os seguintes requisitos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação/climatização, segurança, acessibilidade e conservação.

(29) Viabilizar e/ou construir auditórios que atendam os seguintes requisitos: dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação/climatização, segurança, acessibilidade e conservação.

(30) Viabilizar e/ou construir instalações sanitárias que atendam os seguintes requisitos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.

(31) Viabilizar e/ou construir/montar laboratórios específicos de cursos que atendam os seguintes requisitos: dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação, bem como recursos materiais e didáticos para a realização das atividades.

(32) Viabilizar e/ou construir/adquirir laboratórios de informática que atendam os seguintes requisitos: equipamentos, normas de segurança, espaço físico, acesso à internet, atualização de softwares.

(33) Viabilizar e/ou planejar/construir bibliotecas que atendam os seguintes requisitos: acervo bibliográfico (quantidade e qualidade); serviços e informatização (acesso via internet, informatização do acervo, banco de dados, empréstimo e horário de funcionamento); bem como dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação/climatização, segurança, acessibilidade, conservação e ambiente de estudos individuais e em grupo.

(34) Viabilizar e/ou construir uma sede para as atividades presenciais de EaD.

(35) Viabilizar e/ou construir salas e adquirir gabinetes/estações de trabalho para professores que atendam os seguintes requisitos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação/climatização, segurança, acessibilidade e conservação.

(36) Viabilizar e/ou construir refeitórios e/ou lanchonetes que atendam os seguintes requisitos: infraestrutura, funcionamento e qualidade dos serviços e dos produtos.

(37) Viabilizar e/ou construir espaços de convivência nos Campi e na Adm. Central da UEG.

(38) Revisar e pactuar o fornecimento de energia elétrica para que atenda as condições gerais de funcionamento em consonância com a demanda.

(39) Revisar e pactuar provedor de internet que atenda melhores condições de acesso e velocidade de conexão.

Verifica-se aí a necessidade de implementação de ações no campo estrutural da Universidade, construção e viabilização de funcionamento de laboratórios, salas

de aulas, bibliotecas; espaços de convivência, refeitórios; necessidade de internet, energia elétrica. Observa-se, nesse Relatório de Autoavaliação de 2014, que a Universidade ainda tinha, naquele momento, muito a fazer e pactuar com os setores da gestão do estado, para a sua manutenção e sobrevivência.

Após a primeira gestão do professor Haroldo Reimer no último processo eleitoral em 2016, o reitor concorreu com mais três professores e saiu vitorioso com uma significativa votação da comunidade acadêmica (aproximadamente 60%). O Conselho Universitário (CsU), ocorrido em 16 de março de 2016, aprovou proposta de extinção da lista tríplice na eleição de reitor, diretor de câmpus e coordenador de curso na UEG, ao apresentar alteração do art. 79, caput e parágrafos 1º, 2º e 4º, da Lei Complementar Estadual n. 26, de 28 de dezembro de 1998⁸⁸. Porém, a eleição ocorreu sem essa proposta ter sido, de fato, aprovada pela equipe de governo e em 26 de junho de 2016, o CsU homologa o resultado final do processo eleitoral de 2016 para constituição de lista tríplice para o cargo de reitor da UEG, proclamado pela Comissão Eleitoral Central (CEC2016). A lista tríplice ainda permanece para os cargos de reitor, diretor de câmpus e coordenador de curso.

2.4.1. O jogo jogado nos espaços de gestão: estratégias para se garantir o/no jogo

Neste item, o que se intenciona é fazer a exposição de fragmentos das entrevistas com os gestores verificando-se a compreensão que têm sobre a Universidade e se toma aqui como categoria principal **a função social da UEG**. As análises da autora não pretendem generalização e, para tanto, pretendeu-se analisar os trechos como posicionamentos pontuais do grupo de gestores entrevistados que referiram-se a dimensões importantes que integram-se ao

⁸⁸ A Lei Complementar nº 26, de 28 de dezembro de 1998 do Governo de Goiás estabelece as diretrizes e bases do Sistema Educativo do Estado de Goiás e em seu Capítulo IV, Art. 79 define: “§ 1º A escolha de dirigentes das instituições de educação superior dá-se por *processo eletivo para constituição de lista tríplice*, assegurada a participação dos segmentos da comunidade institucional, a ser definida em obediência ao princípio da autonomia universitária. § 2º São nomeados pelo Governador do Estado dentre os candidatos eleitos na forma do § 1º. o Reitor, o Vice-Reitor e os Diretores de Unidades Universitárias da Universidade Estadual de Goiás –UEG–, todos com mandato de 04 (quatro) anos, permitindo-se uma reeleição. § 3º A candidatura aos cargos de Reitor e Vice-Reitor da UEG é privativa de professor efetivo com titulação mínima de mestre”. Redação dada pela Lei Complementar n. 92, de 15 de maio de 2012, e nos termos do Estatuto da UEG, aprovado pelo Decreto Estadual n. 7.441, de 8 de setembro de 2011. (disponível em: http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis_complementares/1998/lei_complementar_n26.htm) (Acesso em 25/04/18).

conjunto de interpretações da pesquisa. Concebe-se que os entrevistados ocupam lugares de gestão, marcados por intencionalidades e premidos pelo cargo. Seus posicionamentos denotam concepções particulares, mas que, de algum modo, representam grupos de profissionais e câmpus. Como gestores, também se submetem ao jogo e às estratégias institucionais e do campo específico da gestão; participam dos processos de tomadas de decisões e desenvolvem relações com outros gestores e com a Administração Central da Universidade; são agentes capitalizados, com voz e com possibilidade de intervir nos processos decisórios.

Sendo assim, os trechos das entrevistas revelam suas expectativas referentes à universidade após o período de maior turbulência vivido no passado e já no período do segundo reitorado do professor Haroldo Reimer (2017 – atual). É oportuno esclarecer, que maiores trechos da entrevista com o Entrevistado 4 são apresentados neste item porque o mesmo se expressou de forma mais detalhada sobre o tema abordado a partir das questões que lhe foram feitas e, compreendeu-se para essa exposição que o entrevistado, pelo seu perfil, pretendeu analisar o tema.

Seguem, portanto, trechos das entrevistas em que as questões basearam-se sobre a avaliação dos gestores sobre a UEG:

Agora, penso que a UEG está se constituindo também naquilo que é uma universidade, tá começando a dar uns passos mais largos naquilo que, no meu entendimento, uma universidade deveria ter também, o aspecto da proposição e da criação de condições de melhorias daquele local e no todo. Só que eu entendo que isso vem muito mais do corpo interno da universidade, até para poder ligar com o que eu disse agora a pouco, assim, os funcionários da UEG, o corpo acadêmico da UEG: os professores, administrativos e os próprios discentes em conjunto entendem o que é a universidade, ela tem que ter um papel mais propositivo. O que significa isso? Significa começar a criar condições de inserção na sociedade. Com políticas mesmo, com proposições de políticas e de melhorias e de condições e sejam técnicas e sejam de implementos mais de concepção de política pública. Até alguns campus fazem mais isso e outros menos, até pelas características locais e do próprio corpo docente e da própria capacidade de pessoal e de técnica mesmo, de infraestrutura. (Entrevistado 3, grifos nossos).

O entrevistado avalia que a UEG vem, gradativamente, se constituindo como universidade que deve, no seu entender, ser mais propositiva e ter maior inserção na sociedade. Avalia que isso se deve, em boa medida, às pressões e reivindicações dos segmentos de professores, servidores administrativos e dos acadêmicos da instituição. Aponta que a UEG, em suas proposições, deve se orientar por políticas criadas para si, de caráter técnico, com características de

políticas públicas, ou seja políticas de continuidade. Outro entrevistado, diretor de câmpus, acrescenta:

Eu abro um parêntese para dizer que hoje a UEG está bem melhor do que na época que eu entrei em 2010 em termos de infraestrutura. (...) eu percebo que a universidade está em um momento de crescimento. Eu não vejo como uma coisa que está retroagindo não. Eu tenho as críticas, mas eu concordo que há um momento de ascendência. Mas nós ainda convivemos... embora eu ache que é uma universidade que está caminhando para frente, eu reconheço alguns gargalos e *algumas dificuldades quando se refere a questão da administração, sobretudo, devido a esse descompasso entre o tamanho da estrutura e o tamanho do orçamento que não consegue acompanhar a estrutura no sentido de proporcionar uma qualidade. Aí nós temos algumas dificuldades.* (Entrevistado 4, grifos nossos).

O entrevistado avalia que ocorreram melhorias no campo estrutural da UEG ao longo do tempo, porém aponta o descompasso do orçamento da UEG e seu tamanho, sua grande estrutura física que precisa ser mantida. Essa é uma questão que será tratada mais à frente neste trabalho.

Em outro sentido, uma das gestoras entrevistadas responde:

Penso que na gestão do professor Haroldo ele tem tentado muito abrir o diálogo com o governo e tem sido respeitado pelo governo do Estado, porém o governo do estado de Goiás não se resume ao governador. *Tem forças políticas e tem partidos políticos e a UEG não deixa de ser uma instituição cobiçada do ponto de vista político e até para se promover.* Então o diálogo é colocar os interesses das UEG acima desses interesses que não são republicanos, não têm sido uma coisa fácil. Mas o que eu entendo é que hoje o governo do Estado no conjunto político eles têm um olhar mais respeitoso para com a UEG, *já não se faz como foi feito há um tempo atrás em que num Conselho só você cria trinta, cinquenta cursos e projetos sem propostas;* tem buscado o diálogo e tal. *Não tem sido fácil porque também esse governo tem interesses conflitantes dentro do próprio governo.* (Entrevistada 7, grifos nossos).

A resposta à entrevista deixam claras as pressões políticas que o reitor tem sofrido no sentido de ceder a “interesses que não são republicanos” (nas palavras da entrevistada). Avalia que a UEG é campo de disputa e é cobiçada no sentido de angariar capital político. Observa-se que esse elemento, a política partidária, está continuamente tangenciando e tensionando externamente a universidade, seja porque ela nasce como estratégia política do governo do estado de Goiás, seja porque as práticas políticas dessa natureza (cobiça para ganhos) já constitui o *habitus* político de um bom número de representantes da política partidária e compõe o *ethos* do campo; faz parte do jogo dos profissionais e não dos profanos.

Na continuidade da entrevista, perguntados sobre os espaços da gestão

colegiada, da atuação dos Conselhos Superiores, CsU em especial, os gestores acentuam que o jogo político não ocorre somente entre agentes internos com agentes externos, mas entre internos também, como bem expressa um gestor entrevistado:

A experiência que eu vejo é que os diretores da UEG constantemente eles estão indo em Anápolis pedir as coisas. Aí isso gera, ao meu ver, uma relação muito pautada na barganha política. Aí o gestor ele tem que ter esse traquejo, esse jogo de cintura político e ele tem que ter uma habilidade para poder conseguir corresponder às demandas de seu campus. Se você vai visitar todos os campus da UEG, campus com o mesmo porte, você vê que tem certas disparidades em termos de infraestrutura física, em termos de recursos humanos para fazer o trabalho no campus, estrutura de transportes e etc. Então a condução política se dá tanto na relação da administração central com o governo do Estado, quanto com a relação dos campus com a administração central. Isso gera, o que você delicadamente chama de habitus e eu chamo de vício. (Entrevistado 4, grifos nossos).

O gestor entrevistado aponta uma questão importante a ser observada no conjunto dos *campi*: a concorrência entre eles e a melhor ocupação de lugar de uns em detrimento de outros, junto à gestão central⁸⁹. No jogo político dessa natureza, infere-se que os campi que detém maior capital, melhores possibilidades de negociação, seja por manter um grupo qualificado de professores e servidores seja por apresentar resultados referentes ao que a administração central propõe; seja por ter uma história de longo tempo e já ter se instituído no campo ou até por afinidades ideológicas, proximidades com o grupo gestor da administração central, receberá maiores benefícios. Isso faz parte do jogo, ou seja, as estratégias são marcadas pelo volume de capital que se tem, inclusive, para o jogo, os profanos (gestores novatos, por exemplo) têm menor chance de angariar um lugar melhor e maior visibilidade na relação.

E o gestor segue na entrevista, explicitando o jogo, sob sua interpretação, sobre a incidência forte do governo do estado de Goiás nas decisões acadêmicas da UEG:

Eu percebo alguns maus hábitos políticos, essa questão da barganha, por exemplo, porque o gestor ele tem que ter esse traquejo e esse jogo de cintura para conseguir responder as demandas de seu campus, um exemplo, nós tivemos uma reunião de planejamento institucional, e aí era uma reunião administrativa e estavam lá todos os diretores e a administração central e foi apresentado o planejamento institucional, de forma muito profissional e uma equipe profissional apresentou a questão

⁸⁹ Mais adiante neste trabalho, poderão ser observados dados dos campos denominados de maior referência, com maior capital: são aqueles que já existiam antes da fundação da UEG, portanto com história universitária mais consolidada; são os que têm mais professores efetivos e maior presença nos espaços de reivindicação, seja nos colegiados (CsU, CSA) seja nas manifestações e greves; são também os mais próximos geograficamente à sede da UEG – Anápolis.

das estratégias e etc, mas em momento algum naquele dia se comentou sobre a abertura de novos cursos, por exemplo, não entrou no planejamento. Isso aconteceu, se não me engano, numa quarta ou quinta feira e quando foi na segunda feira da semana seguinte a imprensa solta a abertura do curso de medicina na UEG na cidade de Itumbiara. Em momento algum na reunião administrativa de planejamento se tocou nesse assunto. *Aí você vê que é um projeto muito mais do governo do Estado caminhando paralelo ao conselho superior da universidade- que é o CSU.* Então esse tipo de coisa impacta muito porque nada contra o curso de medicina, eu sou a favor da universidade, que abra curso em todas as áreas, mas é o método que se utiliza para fazer isso, que é à deriva das instâncias de decisão da instituição. (Entrevistado 4, grifos nossos).

E continua, expressando outros pontos do jogo interno, do jogo da Administração Superior com os diretores dos *campi*:

Eu falei anteriormente que existe uma tendência de barganha política e o CSU é espaço onde isso de certa forma se efetiva. *Algumas questões que foram votadas no CSU, elas foram articuladas fora do CSU e a decisão já vem praticamente pronta. Então, a grande tarefa da administração central é garantir maioria nas votações do CSU.* Aí você tem assim uma relação bastante marcada por negociações que acontecem fora do CSU. *Às vezes as discussões elas já chegam no CSU praticamente prontas.* Por exemplo, uma das coisas que tem acontecido na UEG é a mudança no regimento geral da universidade para eliminar o cargo de vice-reitor, por exemplo, e depois vai para a Câmara dos deputados para ser referendado pelos deputados porque é lei estadual. Agora a última alteração que tivemos no regimento foi para possibilitar a candidatura de professores temporários a direção de campus, nos campus que tem menos de cinquenta por cento de professores efetivos. E tem outras alterações que agora não vem de imediato na mente, *mas sempre que há a necessidade de alteração de estatuto que normalmente vem do interesse do estado, que faz essa solicitação à administração central, à reitoria, há toda uma negociação.* *E a gente percebe que aqueles campus, os mais carentes, que vivem uma situação de maior precariedade: seja de infraestrutura, seja de número de cursos e seja de professores efetivos e assim... esses campus tendem a fechar com a reitoria porque há a possibilidade de eles obterem algum benefício.* (Entrevistado 4, grifos nossos).

Sob a interpretação do entrevistado, verifica-se que cartas podem estar sendo jogadas no jogo da barganha e, como se refere o entrevistado, são bem variadas e com pesos diferentes. Ou seja, segundo análise do que o entrevistado diz, ser um câmpus menos capitalizado, em situação de maior precariedade, o habilita a barganhas para garantir benefícios, quais sejam, votar nas propostas que precisam ser aprovadas e ganhar o que solicitou para o câmpus; inclusive algumas propostas são difíceis de ser negociadas, pois se apresentam à Administração Central como requisições do governo do Estado. Ou seja, nesse jogo, conforme o enfoque apresentado pelo entrevistado, o constrangimento se dá em todas as esferas. Infere-se, pois, sobre esse ponto, que os gestores da Administração Central também são constrangidos a negociar por melhores condições (orçamentárias,

permanência no jogo das negociações com o governo do estado, por exemplo).

O que se pode aqui, também, analisar é que a UEG, enquanto instituição social, se expressa objetivamente no campo e é resultado da sociedade que a produziu e produz, bem como, de forma mais específica, age e reage aos movimentos de seus agentes internos e agentes externos, de outros campos. Institui-se a partir dos resultados das lutas e medições de forças que a conformam ao seu lugar, lhe dá pertinência como instituição universitária e a faz mais ou menos reconhecida no campo. Internamente, como instituição, realiza-se produzindo violência simbólica e tanto mais a realiza quanto menos mantém-se com autoridade para promover consensos, orientações e um projeto comum de universidade. Como instituição que compõe o espaço ou mundo social, também está sujeita à violência simbólica que o estado exerce e lhe constrange a desenvolver-se *pari passu* a suas orientações e definições.

CAPÍTULO 3

A Universidade Estadual de Goiás como agente institucional da educação superior pública: sua posição no campo

Se o “Estado”, isto é, o centro do poder político que domina a sociedade nacional, assume a posição expressa por: “canto no tom de quem me dá o pão”; se, em outras palavras, o Estado concebe a influência de que goza – em consequência da situação econômica das universidades – como um meio de conseguir determinada obediência política no seio dos estudantes universitários, em vez de encará-la como um pressuposto de responsabilidade cultural, então os interesses da ciência e da erudição dentro de tal tipo de “Estado” não estão melhor servidos e, de fato, sob muitos aspectos, estão pior servidos do que sua anterior situação de dependência da Igreja.

(Max Weber, Sobre a Universidade, 1989, grifos do autor)

Para verificação da UEG como agente institucional no campo universitário é preciso definir os princípios fundamentais de diferenciação, de distinção, os traços pertinentes que tornam diferenças significativas nos diferentes espaços simbólicos. “Fazer a comparação essencial das invariantes e das variáveis [...]; contradições e conflitos que podem estar na base das transformações e reprodução do espaço social [...]” (BOURDIEU, 2001b, p. 28) é fundamental para circunscrever o objeto da pesquisa.

É importante iniciar a análise das diferenciações e pertinência da UEG como agente institucional do campo da educação superior pública no Brasil e em Goiás. A UEG se coloca, pois, como um agente do campo científico-universitário, mas mantém com outros agentes (políticos, do campo educacional, do econômico e outros), relações de força, independentemente do que desenvolva ou intencione, pois as relações objetivas são impostas sob essa condição de estabelecimento de uma luta concorrencial, de relações configuradas pela razão de se ocupar lugar e se fazer pertencente ao campo, porém em posições relativas. A luta é permanente e o agente - nesse caso um agente institucional - se move no campo, adequando-se, ajustando-se continuamente ao próprio movimento e ao movimento do campo.

Mas é importante compreender que no interior da UEG existem agentes individuais e coletivos, grupos, campus, segmentos administrativos e acadêmicos,

da gestão universitária; ou seja, agentes que se movem em relações e em lutas cotidianas para demarcação de seus lugares e para ocupação de posições mais distintas. Neste capítulo, pretende-se, também, caracterizar a UEG e essa caracterização, por si, a distingue no campo científico universitário como agente institucional da educação superior em Goiás.

3.1. A função social da UEG como mote: delineamento de elementos do habitus gestor

A UEG é “orientada pelos princípios de excelência acadêmica e compromisso social, fundamentada na sua identidade de universidade pública estatal. Ela tem como prerrogativa máxima fazer cumprir sua missão”, conforme explicita seu PPI (2010, p. 16). O documento alia esses princípios à missão da Universidade que é:

Produzir e socializar o conhecimento científico e o saber, desenvolver a cultura e a formação integral de profissionais e indivíduos capazes de se inserirem criticamente na sociedade e promoverem a transformação da realidade socioeconômica do Estado de Goiás e do Brasil. (PPI, 2010, p. 19).

Como universidade estadual, compreende-se que a UEG é uma autarquia que compõe com outros órgãos e autarquias o conjunto de instituições sob a administração do estado de Goiás.

A UEG destina-se a desenvolver atividades de ensino, pesquisa científica e tecnológica e extensão, portanto suas áreas de atuação acadêmica abrangem:

- a) Cursos de Graduação – nas diversas áreas de conhecimento conforme estudo de demanda, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e que tenham sido classificados em processo seletivo.
- b) Cursos Sequenciais – por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em lei e pela UEG.
- c) Cursos de Pós-Graduação – compreendendo programas de mestrado e doutorado (*stricto sensu*), cursos de especialização (*lato sensu*) aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos que atendam às exigências legais e da UEG.
- d) Pesquisas Científicas e Tecnológicas – abertas à comunidade universitária da UEG objetivando produzir conhecimento e tecnologia em todos os campos do saber, atendendo aos aspectos legais e às demandas socioeconômicas locais, regionais e/ou nacionais.
- e) Cursos de Extensão – abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos, em cada caso, pela UEG.

É importante salientar que a UEG é uma antiga aspiração do povo goiano e inclui-se no elenco de estratégias fundamentais que vêm sendo adotadas para

alavancar o crescimento e o desenvolvimento do Estado, bem como assegurar o direito de acesso e permanência na educação superior pública e gratuita. (PDI, 2010, p. 18)

Analisa-se, que para alguns dos gestores entrevistados, a compreensão sobre a função social da UEG é, também, a de atendimento às regiões, de uma universidade que está para o desenvolvimento econômico, com a ideia de uma universidade que deve dar sustentação e prover as regiões de profissionais, em que a ciência se alia ao desenvolvimento econômico, ou seja, uma ciência interessada, uma relação interessada entre agentes institucionais dos campos produtivo e científico/acadêmico. Segue o trecho:

Eu penso que aquilo que definiu a UEG como um ponto de partida dela, a ideia de levar a educação superior a vários municípios do Estado para o interior, acho que esse é um grande objetivo, e para mim a principal ação do governo quando pensou uma universidade que pudesse ter uma capilaridade capaz de garantir uma das ações da universidade, que era aquela ação voltada para a questão do mercado de trabalho. Sendo bem pragmático nesse sentido, então penso que para efeito desse papel ela tem cumprido esse aspecto de sua função social de que é ampliar as oportunidades, apresentá-las e garantir o acesso e manutenção dos jovens, do professor e do trabalhador. Porque a UEG é o que? Ela é um complexo de ações que envolve o acesso à educação, o acesso ao trabalho, porque ela gera emprego e gera renda no município direta e indiretamente, porque ela gera emprego dentro dela no seu corpo institucional e gera fora dela no que se refere ao deslocamento mesmo de renda. Então o trabalhador da UEG e que mora naquela cidade ele vai consumir nessa cidade. Então tem esse aspecto, a UEG tem uma importância nesse aspecto da geração de empregos e da geração de renda, além do que seria o principal que é o acesso à educação. Então pra mim isso já define o papel da UEG dentro de um aspecto mais geral de uma ação social e dentro de uma condição geral de reprodução do nosso sistema. (Entrevistado 3, grifos nossos).

Observa-se no trecho, claramente o entendimento da “função econômica da universidade” (WOLFF, 1993), em especial com uma participação importante na formação de profissionais para o mercado de trabalho e não para o campo do trabalho, sendo importante aqui essa distinção. Compreende-se que no mercado ocorrem mudanças, alterações conforme os rumos econômicos, conforme os novos caminhos tomados pelo capital. Ou seja, é instável e atende a demandas pontuais do setor produtivo. Nesse sentido, formar para o mercado de trabalho denota um estreitamento na formação acadêmica, de fato pragmática e técnica. Reporta-se a um modelo de universidade e formação aos moldes tecnicistas e instrumentais. Há também, no recorte da entrevista realizada, a ideia, inclusive, de que a UEG onde está gera renda, empregos e aumenta o consumo, no sentido de alavancar empresas; e em um aspecto interessante, o de gerar empregos internamente,

dentro da própria universidade - a universidade como empregadora, como alvo do trabalho de uma parcela da população do interior do Estado. Aqui observa-se, novamente, a base de raciocínio localizada na teoria dos Pólos de Crescimento de Perroux (1967), qual seja, a de que a universidade capitaliza possibilidades de empregos, seja pela formação de profissionais seja pela própria capacidade de absorver trabalhadores da região, mobiliza o comércio local, passa a ser força de atração de empresas e serviços, bem como de consumidores. É a universidade como polo de crescimento regional, ou seja, a universidade como catalisadora de desenvolvimento econômico para a região em que está localizada. É uma compreensão pontual do gestor entrevistado, mas que abre o debate para o que também está presente no interior da UEG, como apontado em documentos orientadores da Universidade.

Sobre essa questão, e buscando-se um alargamento no entendimento do sentido e função da universidade, e deve-se deter aqui o olhar para a UEG em específico, há um alerta de Kerr (2005) que contribui com a discussão no campo:

[...] a universidade deve olhar a realidade do mundo que ocupa hoje com rigor. [...] *A realidade básica, para a universidade, é a percepção de que o conhecimento novo é o fator mais importante no crescimento econômico e social. Apenas agora estamos nos dando conta de que o produto invisível da universidade, o conhecimento, pode ser o mais importante elemento de nossa cultura, afetando a ascensão e queda de profissões e até mesmo de classes sociais, de regiões e até mesmo de nações.*

Em vista desta realidade inegável, a universidade está sendo exortada a produzir conhecimentos de forma inédita - para fins cívicos e regionais, para fins nacionais e mesmo para fim específico, apenas porque se tem a convicção de que a maior parte do conhecimento poderá um dia servir à Humanidade. (KERR, 2005, p. 09-10, grifos nossos).

Concordamos com o autor no que ele afirma sobre a função da universidade produzir e disseminar conhecimento novo contribuindo com a humanidade. Kerr (op.cit) apresenta a dicotomia presente no campo acadêmico – inclusive pode ser relacionado ao brasileiro - naquilo que entende que a universidade se vê obrigada a fazer, sendo exortada a produzir conhecimentos para fins específicos, ou seja, “entregar uma encomenda” ao mercado, aos setores produtivos. Essa é uma questão importante que permeia o trabalho acadêmico e mais fortemente a pesquisa no interior das universidades no Brasil.

O mesmo gestor, Entrevistado 3, acentua seu entendimento de que a universidade deve estar em consonância com os interesses do setor produtivo como uma instituição de interesse estratégico para a relação que deve ser estabelecida:

universidade-sociedade civil e empresarial:

[...] há um descompasso entre a universidade que ela já sente essa necessidade de algo a mais e *do governo que não entende esse corpo institucional como algo estratégico para um projeto para desenvolvimento para Goiás*. Então o nosso caso específico esse nosso avanço em termos de mestrados e agora com doutorados mostra isso, o quanto que o corpo acadêmico ele já está começando a se preparar para algo a mais que não é só estudar e pensar a universidade, mas *dar um retorno social do ponto de vista de uma melhoria e de inovação, processo tecnológico, material...* só que isso esbarra numa estrutura extremamente limitada, política, que *ao não entender a universidade como um elemento estratégico também não a via com a necessidade de um financiamento melhor e de um investimento e isso tudo entra nesse pacote mais geral de que estamos vivendo em crises e etc e etc*. Mas quando a universidade também compra para ela esse discurso internamente ela começa a limitar essas possibilidades. *Então aí há um problema de articulação da universidade com o empresariado local, aquela coisa da interação da universidade com a sociedade civil e as empresas, para que a gente consiga constituir um sistema de inovação interessante, eu acho que esse aspecto da função social da universidade ainda está muito limitado.* (Entrevistado 3, grifos nossos).

O gestor entrevistado apresenta sua preocupação com o pouco que a UEG ainda faz no sentido de estreitamento de relações e articulações com o empresariado local, em especial no sentido de construção de um sistema de inovação. Chama a atenção para a pouca compreensão do governo do estado que ainda não percebe a UEG como um corpo institucional importante para o desenvolvimento, para a inovação, como um elemento estratégico para tal. Compreende que, ao não ser vista como elemento estratégico para o desenvolvimento, a UEG tem financiamento limitado. Entende que isso esbarra em uma estrutura limitada e política. Pode-se concordar com essa interpretação do gestor entrevistado, ao se analisar o conjunto de dados encontrados nessa pesquisa.

E o gestor, ainda, aponta a pós-graduação (mestrados e doutorados) como possibilidades de reverter os conhecimentos à sociedade em termos de melhorias e inovação (“não só estudar e pensar a universidade”). É também um discurso para legitimar e manter viva a instituição, pois toda instituição criada quer (precisa) sobreviver.

A Resolução CsU 236 de 2004 expressa bem esse entendimento de que a UEG deve atender as questões regionais no sentido de seu desenvolvimento social e econômico. O documento, produzido em sessão do Conselho Universitário, na gestão do reitor José Izecias, define prioridades para a criação de novas unidades e cursos, no sentido da expansão da universidade, inclusive para atender 50 municí-

pios do estado de Goiás. Define a criação de comissão específica para esse estudo. Dentre as prioridades apontadas, dever-se-á considerar: "Art.3. III- As regiões prioritárias de desenvolvimento definidas pelo Governo Estadual; IIV - As vocações profissionais e ocupacionais da micro e mesorregião." Na mesma Resolução, entram também como prioridades para essa expansão, o estudo sobre:

VI - a demanda reprimida local e regional para acesso à educação superior; VII - as carências de profissionais em nível de graduação existente; VIII - a capacidade do mercado de trabalho local e regional para absorver os profissionais egressos dos cursos pleiteados.

O documento segue apresentando outras prioridades que atentam para as questões estruturais de prédios, as demandas do município em atender o ensino fundamental e médio (formação de professores, portanto licenciaturas), custos e capacidade orçamentária da FUEG, bem como a capacidade do governo do estado em garantir funcionamento dos prédios e cursos.

Acentuando a necessidade do discernimento entre desenvolvimento econômico e regional, um dos gestores entrevistados (Entrevistado 6) pondera que:

Eu acho que primeiro que temos que localizar o que chamamos de desenvolvimento regional. A universidade não pode dimensionar o desenvolvimento regional com o desenvolvimento econômico. Isso seria particularmente pelo perfil da UEG. Estudam porque é um perfil de interiorização, nós estamos em municípios em todo o mapa e todas as regiões do estado e dentro da universidade estão basicamente os trabalhadores e filhos de trabalhadores. Então para nós uma universidade com esse perfil, acho que para qualquer universidade, mas em especial para a UEG, compreender o processo de desenvolvimento regional em que é preciso ter o desenvolvimento econômico. *Então é atender a profissionalização articulada aos processos econômicos que se desenvolvem localmente, associado a um processo claro de inclusão.* (Entrevistado 6, grifos nossos).

A formação profissional aqui, no entendimento do entrevistado, refere-se a um processo de inclusão local, inclusão no trabalho e, conseqüentemente, a universidade atende a região promovendo o desenvolvimento pela qualificação do trabalho. Evidencia uma característica dos acadêmicos da UEG, que são trabalhadores e filhos de trabalhadores que não teriam outra possibilidade de qualificar-se para o trabalho que não fosse o acesso ao ensino superior via UEG.

E segue trecho de entrevista com outro gestor (Entrevistada 7) que vai na mesma direção, qual seja, a de que temos que problematizar a ideia de desenvolvimento, para qual desenvolvimento a UEG contribui ou estabelece como foco de sua função?

Por que, o que significa, traduzindo o que está nos documentos para o mundo real, o que significa o desenvolvimento regional? De que desenvolvimento nós estamos falando? E aí é lógico que uma universidade ela não tem um pensamento uniforme. *Na minha concepção, um desenvolvimento que esteja diretamente ligado à sustentabilidade, à permanência das pessoas na região, porque é um dos grandes problemas, o desenvolvimento sustentável a uma vida de bem viver ali.* Não um desenvolvimento no sentido da concepção meramente capitalista e da indústria e aí você não se preocupa com o meio ambiente, as questões sociais envolvidas com as pessoas, com a questão da infraestrutura e de escola e de.. entendeu? A gente precisa pensar e pautar esse desenvolvimento, de que desenvolvimento estamos falando? (Entrevistada 7, grifos nossos).

É interessante o que a resposta à questão apresenta: a ideia de desenvolvimento sustentável, contrariando a concepção de que a UEG possa participar da acentuação do desenvolvimento econômico estritamente para o aprimoramento de empresas e suprimento de demandas do capital. A resposta faz referência a um aspecto importante sobre a permanência das pessoas em suas cidades e regiões, com uma “vida de bem viver ali”. Esse entendimento sobre o desenvolvimento sustentável precisa ser melhor esclarecido no interior da universidade – conforme reflete a entrevistada -, e infere-se, por consequência, que carece de melhor esclarecimento nos documentos que definem e orientam a universidade e demarcam sua identidade.

Na continuidade da entrevista, a Entrevistada 7 faz um depoimento sobre a sua própria formação na UEG e a importância da mesma em relação ao acesso que a universidade lhe deu como oriunda de “família pobre”.

Penso que a UEG até pela capilaridade ela cumpre uma função social muito interessante. Eu sou uma pessoa de família pobre que morei no interior, moro no interior e se não fosse o ensino superior lá mais próximo de mim, eu não teria tido oportunidade de ter acesso ao ensino superior simplesmente porque meus pais não tinham condições de me manter na cidade grande. Assim, isso acontece com a maioria dos jovens em Goiás. Então, o fato de ter um campus nessa perspectiva de interiorização da UEG, com campus onde o aluno, o jovem pobre e classe trabalhadora possa ter a universidade como uma possibilidade de acesso já é uma questão importante. (Entrevistada 7).

Outro gestor, Entrevistado 5, faz uma análise sobre a questão apresentada, a da interiorização e acesso à UEG e acrescenta outros elementos sobre o que compreende ser sua função social.

Uma das funções que eu vejo da UEG até pela sua forma estruturada em multicampi, que facilita o ingresso na universidade para alunos do interior que teriam mais dificuldade para vir para Aparecida, Anápolis e principalmente Goiânia. Então os campi do interior eles auxiliam muito nesse *papel de acesso a universidade para a população do interior*, e como universidade estadual pública, gratuita também tem um *papel muito importante na formação da mentalidade do ser humano e da população de*

modo geral. Com as atividades de ensino, que é o básico, aquela parcela da população que tem acesso a universidade consegue *ampliar seus conhecimentos e a ter uma outra visão de mundo* e através de sua atuação profissional levar sua visão de mundo àquelas pessoas, que por ventura, não têm acesso ainda à universidade, e o papel extensionista - que é abrir a portas da universidade para a comunidade e a comunidade entender o que acontece lá dentro. [...]. Uma das grandes vantagens de ser multicampi é que *prover acesso a quem talvez não teria.* Nessa questão ter essa gratuidade permite acesso e dá uma confiança maior, assim como as outras universidades públicas que a gente tem. (Entrevistado 5, grifos nossos).

O Entrevistado 5 compreende a função da universidade como formadora de consciência, de ampliação de conhecimento a quem ingressa em seus cursos. Compreende que o conhecimento que a universidade produz e propicia acesso, impacta também outras pessoas e grupos, por meio dos profissionais que saem da UEG, seja em suas famílias seja no universo do trabalho. Em outro ponto, demarca a importância da UEG em dar acesso a quem não teria, seja porque está interiorizada e também porque é uma universidade pública e destaca seu papel extensionista. Compreende que sua função social está ancorada nessas duas premissas. A universidade, de modo geral, tem como função precípua a indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão. É interessante que o entrevistado não enfatizou a pesquisa como uma das prerrogativas da UEG.

A Entrevistada 7 acrescenta mais elementos à sua compreensão sobre a função social da universidade e segue:

Agora o desafio da universidade é além da presença nos campus, nos municípios e nas regiões ter a perspectiva de uma *formação emancipadora, de uma formação inclusiva.* E aí a questão é muito mais complexa, porque hoje diante de tantas questões e principalmente nesse cenário pouco promissor em que a gente percebe que direitos históricos estão sendo retirados, concepções que estão sendo arraigadas ainda mais, o preconceito desde racial, gênero e tudo, a Universidade tem um papel social fundamental, que é de ser uma universidade realmente inclusiva. Não só do aluno com deficiência, mas do aluno pobre, do aluno marginalizado, do aluno historicamente já excluído pelas condições sociais em que ele se encontra. Então eu acredito nesse potencial. Acho que o fato de estarmos presentes em várias regiões do Estado é bom e interessante, mas por si só, não dá conta de atender o papel social da UEG e é um processo dialético porque a gente precisa trabalhar inclusive com os professores essa concepção. [...] A UEG precisa abrir todas as portas para o aluno entrar pelo Enem, pelo vestibular, é portador de diploma, é transferência. Nós precisamos abrir as portas. O ano passado e esse ano foi o ano de discutir essas portas. Aí a gente precisa agora se propor a discutir a permanência e a qualidade. Que *nós precisamos formar bons profissionais, mas nós precisamos formar boas pessoas. Um bom ser humano, uma pessoa para ser feliz, uma pessoa para ser gente, se compreender nessa sociedade.* Aí o desafio é imenso. (Entrevistada 7, grifos nossos).

Na resposta, a entrevistada enfatiza a função emancipadora pela via do conhecimento que a universidade deve priorizar. Verifica-se aqui a ênfase ao aspecto social da universidade, seu caráter humanizador e socializante. A universidade como instituição da inclusão e do acolhimento de todos (“Nós precisamos abrir as portas”). Uma perspectiva social da universidade que, segundo a entrevistada, precisa ser trabalhado com os professores que, de modo geral, ainda carregam uma visão elitista de formação universitária.

Em outra linha de raciocínio, outro gestor, Entrevistado 2, expõe seu entendimento sobre a função social da UEG e a compreende de uma forma mais pragmática.

Mas a função da universidade socialmente é conseguir pegar o que a academia produz colocar em prática para que a sociedade e essa comunidade, o município onde está, essa comunidade possa usufruir desse conhecimento acadêmico para beneficiar essa população. A universidade para mim é um projeto de extensão. É uma ação extensionista. Não há universidade se não há comunidade e não há comunidade se não há universidade. Leva-se da universidade conhecimento para fora e as pessoas de fora trazem as suas experiências, trazem o seu conhecimento e a sua prática diária para nós que estamos aqui fazendo pesquisa e até extensão e auxiliando na graduação. (Entrevistado 2, grifos nossos).

Chama a atenção na resposta do gestor, a sua ênfase na ideia de que a universidade exerce uma função semelhante ao que se faz na extensão, um movimento de “entrada e saída” de conhecimentos, ou seja, o que se produz na universidade deve servir à população e os conhecimentos práticos da comunidade, oriundos das experiências, devem, de algum modo, chegar à universidade. Transparece uma ideia de serviço, de conhecimento útil, de produzir conhecimento para algo.

Em outro sentido, o Entrevistado 6 faz uma reflexão sobre os impactos que a formação acadêmica possivelmente desempenha na vida de uma pessoa.

A universidade [...] não forma só para o trabalho. O impacto que tem, a possibilidade de uma pessoa fazer a universidade sobre a vida dela é grande. Nós estamos desenhando agora, na política de egressos, qual é o impacto disso na trajetória desse indivíduo na universidade, sobre a vida cultural que ele desenvolve: acesso a leitura, acesso a bens culturais, participações sociais em movimentos, em associações, mas a legislação brasileira diz: eu preciso formar para a cidadania e a educação superior está inclusa nesse processo de formação; portanto, o acesso de educação superior é esse dispositivo que deve combinar os processos de desenvolvimento econômico com os processos de inclusão social e abertura de horizontes para minha experiência social enquanto cidadão. (Entrevistado 6).

Sob sua interpretação, concebe que é função da universidade promover algum

tipo de transformação no modo como a pessoa vive, na forma como concebe a vida e também nas suas práticas sociais e culturais. Nessa mesma compreensão, a Entrevistada 1 expõe seu posicionamento.

Eu vejo a UEG como um projeto político porque ela realmente muda a vida dos municípios onde ela está inserida. Então ela é fundamental para as comunidades que se beneficiam dela, onde ela está. Então se hoje nós estamos aqui a dezessete anos formando só cursos de formação de professores. Nós temos nessa região um efetivo da área de educação muito grande que atende inclusive Goiânia e Aparecida, que são egressos daqui. São pessoas da comunidade que chegam aqui e, fazendo uma análise do aluno que chega e aluno que sai, há uma mudança muito grande na perspectiva de vida. *Não só para o trabalho, mas na forma de enxergar o mundo mesmo, de se posicionar e questionar as coisas...* Então eu acho que a universidade tem um papel muito importante nisso e acho que ela consegue exercer esse papel sim, de atender a umas necessidades da sociedade, de mudar a realidade onde ela está. Então eu acredito e percebo isso. Hoje mais do que antes, porque hoje a gente conseguiu um pouco mais de autonomia acadêmica, vou usar essas duas palavras e sei que são complicadas, porque com a efetivação do quadro a universidade hoje pode dizer que ela toma algumas decisões, ela pode não tomar todas as decisões que ela gostaria de tomar, não toma, mas muitas coisas do cotidiano e da atuação de onde ela está, os campus, o local, consegue fazer. (Entrevistada 1, grifos nossos).

A resposta acima reafirma a função da UEG como aquela que faz formação humana, não formando somente para o trabalho. Dá o significado de “projeto político” para a função da UEG como uma universidade que faz diferença por beneficiar as comunidades no sentido de contribuir com a massa crítica das pessoas e, conseqüentemente, contribuindo com “mudanças” nos locais e regiões onde está.

Em uma das entrevistas, o Entrevistado 6 faz a seguinte reflexão sobre o lugar que o ensino, a pesquisa e a extensão ocupam na UEG. Ao se referir à pesquisa e à extensão, pondera:

Então há uma superestimação, eu aqui também vou com todas as reservas, há uma exclusivização em torno da formação, em torno da titulação docente, em torno da publicação docente, como critérios de avaliação da instituição. E aí a relevância social do que é feito, do artigo que é publicado e, portanto, essas ações (de extensão) nos modelos de avaliação são muito menos significativas. Eu tenho dito que acho fundamental a qualificação docente, agora, ela só será avaliada com base na titulação? Ou a qualidade da prática pedagógica do docente da educação superior faz alguma diferença? Se faz, nós temos algum instrumento para aferir isso? Então esse momento da universidade, e isso é para todas as instituições, *a questão da extensão é colocada como a ultima da fila e isso quando consegue entrar na fila. Isso é claro na educação superior brasileira, mesmo porque o grau de amadurecimento do que é a extensão é muito recente.* (Entrevistado 6, grifos nossos).

E continua, ao tratar mais especificamente da extensão:

Já há um olhar valorativo, e na própria trajetória da universidade esses espaços acadêmicos se consolidaram primeiro. Então, *qual é o grande desafio da extensão? Consolidar-se academicamente.* (...) romper (...) com um olhar da extensão como prática assistencialista. O coitadinho está ali, o pobre, eu tenho que fazer algo para ajudá-lo. Não é isso. (Entrevistado 6, grifos nossos).

Observa-se nos posicionamentos dos gestores entrevistados, concepções que se alinham e outras que divergem radicalmente em relação ao que compreendem ser a função social da UEG. Evidentemente que, mesmo em um universo maior de entrevistas, outros pontos seriam encontrados e maiores divergências possivelmente seriam visualizadas. Porém, com a intenção de levantar a questão, observa-se que gestores que participam do mesmo câmpus têm posições que se aproximam, gestores que também têm concepções alinhadas são da administração central e uma diretora de câmpus, outros gestores de câmpus compreendem a função social da UEG numa correlação um pouco mais aproximada com o que os documentos da universidade apontam. Porém, em nenhuma das respostas verifica-se a acentuação da produção de ciência, de pesquisa e nem uma acentuação na extensão. Tratou-se da produção e disseminação de conhecimento, de cultura, mas não de ciência. Tratou-se de inovação tecnológica, de conhecimento aplicado (ciência interessada), de uma universidade com função inclusiva ao pobre, ao trabalhador; da sua importância em dar acesso às pessoas que moram no interior e de ser pública. Certamente, a produção de ciência não apareça nos entendimentos dos entrevistados porque esse ponto do tripé da universidade não esteja consolidado, ou seja, observa-se a ausência de habitus do campo científico no interior da Universidade. Assim como se observa que não há ênfase ou exposição de concepção(ões) de extensão. Dentre as fragilidades apontadas, a falta da pesquisa é um fator de destaque, mas as questões estruturais, de infraestrutura física (laboratórios, bibliotecas, auditórios), de recursos humanos (professores efetivos e servidores técnicos efetivos) ainda aparecem com maior incidência⁹⁰.

Com essas questões, é possível inferir que, de algum modo, as posições que os gestores apresentaram sobre a função social da UEG estão presentes no espaço da universidade e que são posições em disputa, ou seja, os gestores, agentes que são, revelam interpretações sobre a questão, fundadas em suas histórias, percursos formativos, de trabalho e experiências na UEG. São interpretações que,

⁹⁰ Consultar Relatórios de Autoavaliação da UEG, anos 2005, 2006, 2007, 2008, 2012, 2013, 2014, 2016.

em alguma medida, resultam dos seus coletivos, dos seus interlocutores no interior da universidade, dos grupos por afinidade e posicionamento.

3.2. A UEG como instrumento de reforço aos Polos de Desenvolvimento do estado de Goiás

A partir das análises realizadas até aqui sobre a expansão da educação superior no período recente no Brasil, após década de 1990, compreende-se esse movimento como a garantia da ampliação das oportunidades educacionais ao ensino superior e o processo de interiorização como resultante dessa política. Constata-se que essa expansão ocorre com a consolidação de instituições já instaladas e com a criação de novas instituições de ensino, e substancialmente, com a privatização facilitada. O processo de interiorização geográfica da educação superior, através da criação e da instalação instituições isoladas, efetivou-se, conforme discutido anteriormente, sob o discurso de modernização e do desenvolvimento regional e o fenômeno da interiorização é significativo. O crescimento dos grandes centros, a necessidade de fixação do homem nas cidades menores, as demandas por serviços de saúde e educação e, fundamentalmente, a implantação de escolas superiores são argumentos fortes que ainda se mantém.

O fato é, que a expansão da educação superior no Brasil, especialmente intensificado no período dos anos 1990, mesmo sendo desenvolvido um processo de descentralização/interiorização, a localização das universidades e outras IES implantadas segue refletindo o “mapa das desigualdades socioespaciais do país” (SANTOS, 1999), ou melhor, segue a lógica de desenvolvimento do capital, do dinheiro no território, da exploração pelo e para o aumento quantitativo do capital.

Em Harvey (2004), a teoria do desenvolvimento geográfico desigual compõe-se fundamentalmente de dois componentes: a produção de escalas espaciais e a produção da diferença geográfica; entende-se que o desenvolvimento desigual do capitalismo é marcadamente espacial. A espacialidade deste desenvolvimento desigual revela-se claramente no movimento escalar que o capital realiza. A produção das escalas espaciais, a produção da diferença geográfica, o ajuste espacial, a acumulação por espoliação e as lutas de classes dão a tônica deste processo de mundialização do capital.

Sob outra ótica, conforme Contel (2015, p. 455 – 456), Milton Santos “preocupa-se em identificar fatores materiais na definição das regiões e na análise

da difusão daquilo que denominou de *meio técnico-científico-informacional*” (grifos do autor). Esse tipo de meio geográfico compõe aquelas parcelas do território em que se apresentam intensamente – e de forma contígua – características centrais do atual período da globalização: infraestruturas de comunicação e de transportes modernas, sistemas de produção automatizados, empresas de alta tecnologia, universidades “de ponta”, mão de obra qualificada, agricultura “científica” etc. Uma segunda dimensão da análise regional proposta por Santos diz respeito aos aspectos “imateriais” que formam as regiões, isto é, às lógicas e intencionalidades das organizações (públicas ou privadas) que dão coesão e sistematicidade aos arranjos regionais. O conceito principal que ajuda a identificar essas lógicas mais “imateriais” é o de “solidariedades geográficas”, que correspondem exatamente ao resultado da divisão social e territorial do trabalho que se instala em diferentes parcelas do espaço geográfico, a cada período histórico. (CONTEL, 2015).

Henri Lefévre (1976, p. 25) em seu texto *Espacio e Política*, argumenta que o “[...] espaço desempenha um papel e uma função decisiva na estruturação de uma totalidade, de uma lógica, de um sistema.” O espaço, entendido como espaço social, vívido, em estreita correlação com a prática social, não deve ser visto como espaço absoluto, “vazio e puro, lugar por excelência dos números e das proporções” (op. cit, p. 29). Conforme o autor, o espaço também não é um instrumento político, um campo de ações de um indivíduo ou grupo ou somente ligado ao processo de reprodução da força de trabalho através do consumo. O espaço é mais que isto. O espaço é o *locus* de reprodução das relações sociais de produção. (LEFÉVRE, 1976, p. 34) (tradução própria).

Borges et.al (2012), em estudo sobre a regionalização no Brasil e no estado de Goiás, observa a diversificada configuração regional tendo como base as condições socioeconômicas do território, fato que pode ser explicitado pela produção e apropriação do território brasileiro ao longo do tempo, pois a regionalização ocorreu de forma desigual, observando-se territórios mais lucrativos em detrimento de outros, ou seja, investimentos maiores em uma determinada localidade do que em outras. Os autores acentuam que o Estado é o principal agente de efetivação desse tipo de estratégia, ou seja, capitaliza ainda mais o capital ao reafirmar os ganhos de empresas e grupos que já se apropriam do bem comum e extraem riqueza de territórios que alcançam com maiores empreendimentos. Segundo os estudos apresentados pelos autores (op.cit), o “Estado funciona como representante de

classe, implementando políticas públicas que beneficiam os investimentos capitalistas [...]" e essa realidade não foge à situação de Goiás que, na atualidade, ainda se organiza por vetores deste modelo de desenvolvimento, um modelo de desenvolvimento desigual e concentrado. Mancebo et.all (2009, p. 08-09) em uma discussão sobre a relação do Estado com a esfera pública e privada, enfatizam que o Estado, desde sua origem,

[...] submete a dimensão pública à esfera privada em benefício desta última. Smith desvela, no âmbito da economia, o fetiche do Estado liberal e torna clara a contradição entre o público e o privado presente nas relações econômicas e sociais. Mostra, assim, a tendência histórica de intensificação da dimensão estatal mercantil que faz com que o Estado dirija suas políticas públicas para o polo privado da contradição, dada a materialidade da economia.

Os autores (op.cit) concluem, portanto, que "[...] as mudanças na forma do Estado estão tendencialmente sempre a serviço do capital. Há uma naturalização do fundo público para o capital."

Ora, é importante, também, analisar com Bourdieu (2014, p. 50) que o Estado deve ser compreendido como campo, ou seja, um campo detém e processa relações de forças entre seus agentes, entre grupos de agentes. O Estado não é um bloco, tem um campo administrativo, como setor particular do poder do campo, isto é, um espaço estruturado segundo oposições ligadas a formas de capital específicas, interesses diferentes e, às vezes, contraditórios; implementa ações que atendem a demandas e cede a pressões de grupos mais capitalizados socialmente.

O Estado expressa uma condição de poder sustentado e legitimado por agentes sociais de expressão, daqueles que adentraram o corpo de agentes institucionais e que fazem o jogo, elaboram estratégias para efetivar seus interesses por espaço, território, ganho, poder. Nesse sentido, é possível refletir que, no percurso histórico da formação do estado de Goiás, componente federativo do estado nacional, o jogo do grande capital econômico em consonância com seus representantes no jogo político, empreendeu estratégias ao investir em territórios já propícios a ganhos e rentabilidade compatíveis com a manutenção e aumento do próprio capital econômico (investimentos na exploração do ouro no período da colonização, posteriormente na agricultura e pecuária; atualmente na produção agroindustrial e no agronegócio).

Na esteira de que capital gera capital e riqueza, em Goiás, portanto, encontramos regiões desprovidas de equipamentos para sua sustentabilidade

econômica⁹¹, uma vez que não foram realizados investimentos à altura de suas demandas, bem como regiões com farto retorno dos altos investimentos do estado e do setor privado. Estudos estatísticos revelam aquilo que a lógica já prediz: onde houve ou há investimentos públicos, bem como investimentos privados alinhados a ganhos subsidiados pelo poder público, o Índice de Desenvolvimento Social (IDS) e Índice de Desenvolvimento Econômico (IDE) são maiores. Segundo informações da Secretaria de Gestão e Planejamento do Estado de Goiás (SEGPLAN), o IDE é um índice construído com dados referentes à infraestrutura (INF), à qualificação da mão de obra formal (IQMF) e com o PIB per capita do município (IPP). Já o IDS é um índice construído ao se considerar o desempenho do setor de saúde (INS) e educação (INE), bem como, a oferta à população de serviços básicos (ISB) e a renda auferida pelos trabalhadores em função das faixas de renda da mão de obra formal (IFRMF).

Sobre a questão do desenvolvimento desigual e concentrado em nosso país e região, estudiosos da geografia e do desenvolvimento territorial, como Perroux (1967), consideram que na dimensão de um território nacional, o crescimento não se dá no tempo nem no espaço conjuntamente, manifestando-se em diferentes níveis de intensidade, em pontos localizados sobre o território. A estes pontos Perroux (op.cit) denomina de Polos de Crescimento que se espalham por toda região ao redor, funcionando como um campo de forças e que se coaduna com o empreendimento de maior fluxo de capital, de investimentos na indústria, nas empresas. É possível observar que a teoria dos Polos de Crescimento seja a base das argumentações que ensejam os discursos e documentos que justificam a criação da UEG em Goiás em que, mais uma vez, a universidade tende a servir de instrumento para a ratificação do jogo e das estratégias do capital, seja com o argumento de dar suporte ao desenvolvimento regional seja para implementar um novo polo de desenvolvimento, considerando-se a Universidade como ponto fulcral e impulsionadora do desenvolvimento econômico daquele território. Nesse entendimento, a educação é alvo e, ao mesmo tempo, estratégia para o aprimoramento do ganho econômico.

De acordo com Informe Técnico n. 12, de junho de 2017, resultado de estudos do Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos sobre Índice

91 Para maior aprofundamento e detalhamento sobre essa questão, consultar Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (<http://www.imb.go.gov.br/>) (Acesso em 12/09/17)

de Desenvolvimento dos Municípios (IDM) referente à dimensão educacional da escola básica, observa-se que

[...] o nível educacional e a qualidade da educação oferecida a determinada população é uma variável imprescindível quando se deseja medir o desenvolvimento de qualquer agrupamento humano, seja ele uma comunidade, uma cidade ou um país.

O mesmo Informe Técnico (op.cit) ainda acentua que:

[...] As desigualdades regionais continuam sendo uma marca do estado de Goiás e na dimensão educação não é diferente. *Dentre os dez melhores resultados, 4 foram obtidos por municípios situados na microrregião de Anápolis (Itaguari, Ouro Verde de Goiás, Jesúpolis e São Francisco de Goiás), e os outros seis estão situados nas microrregiões de Anicuns, Vale do Rio dos Bois, Meia Ponte, Quirinópolis, Sudoeste de Goiás e Catalão. Todas essas microrregiões se localizam na porção centro-sul do território goiano, a região historicamente mais desenvolvida.* Destacam-se os municípios de Buriti de Goiás e Edealina, empatados em primeiro lugar no ranking com IDM-Educação de 7,29. Na outra ponta do ranking, entre os dez piores resultados estão, em geral, municípios situados nas regiões norte e nordeste do estado de Goiás, exceto 2 municípios do Entorno do Distrito Federal (Novo Gama e Abadiânia). Chama a atenção os municípios de Pires do Rio e Palmelo, integrantes da microrregião de Pires do Rio, da Região da Estrada de Ferro, pioneira no desenvolvimento do Estado e que geralmente apresentam bons indicadores socioeconômicos. (GOIÁS/IMB, Informe Técnico n. 12/2017, p. 01-02, grifos nossos).

A regionalização desigual ainda permanece no estado de Goiás e esse foi e é um dos argumentos substantivos para a criação e expansão da UEG, assim como é o entendimento de muitos agentes e gestores da Universidade, uma vez que a questão do desenvolvimento regional (econômico, social) alinhado e aliado ao campo educacional não é um princípio que norteia somente a implantação e consolidação da UEG no estado de Goiás.

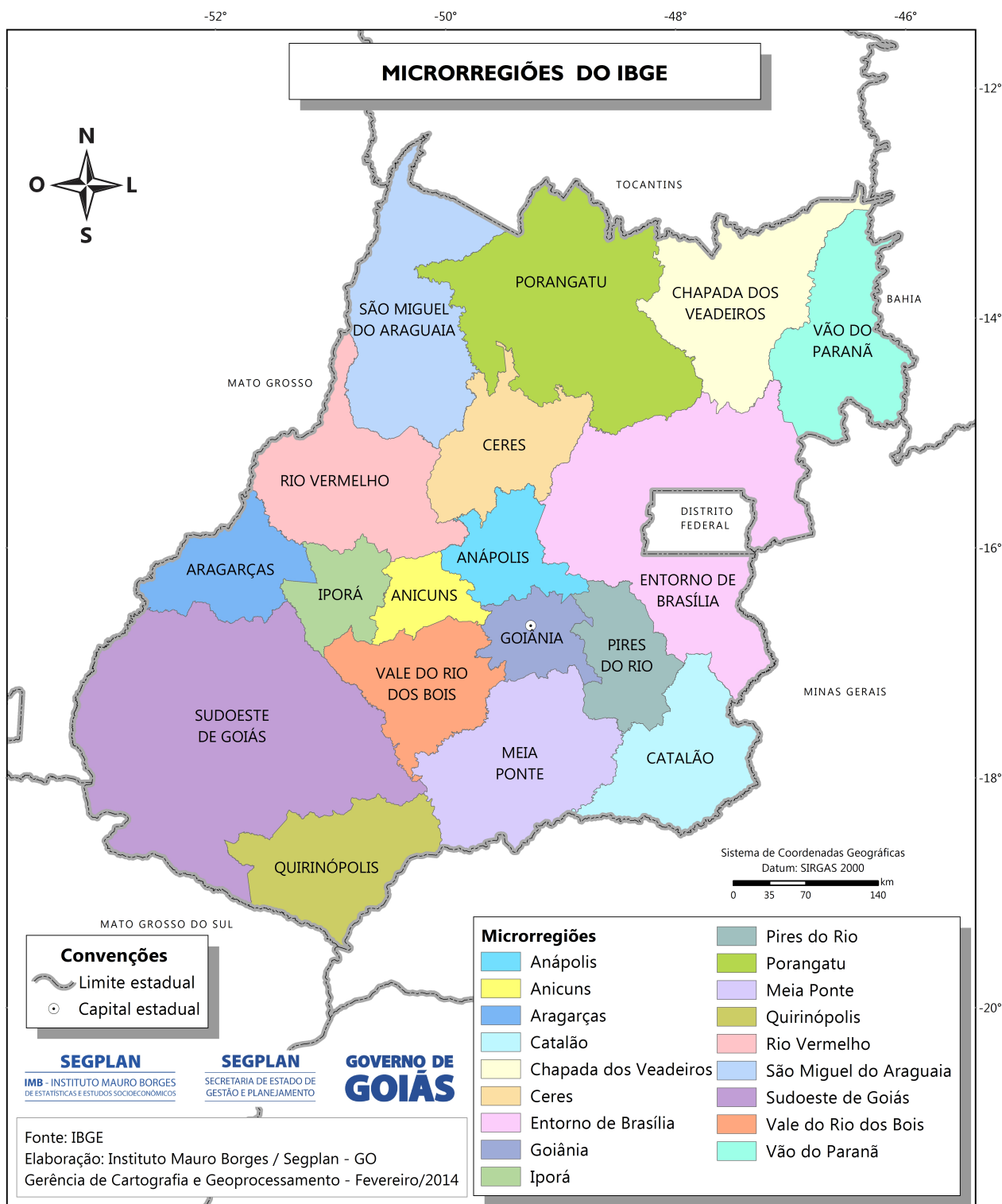
Conforme classificação do IBGE, definida pela Resolução PR n. 11 de 05 de junho de 1990, os 246 municípios goianos estão agrupados em 18 microrregiões geográficas: Anicuns, Anápolis, Aragarças, Catalão, Ceres, Chapada dos Veadeiros, Entorno do Distrito Federal, Goiânia, Iporá, Meia Ponte, Pires do Rio, Porangatu, Quirinópolis, Rio Vermelho, Sudoeste, São Miguel do Araguaia, Vale do Rio dos Bois e Vão do Paraná. Por sua vez, pela divisão mesorregional o território do *Estado de Goiás é dividido em 05 mesorregiões geográficas: Centro Goiano, Leste Goiano, Noroeste Goiano, Norte Goiano e Sul Goiano*⁹². A rede urbana de Goiás tem como principal núcleo espacial o Eixo Goiânia-Anápolis-Brasília, onde se localiza também as duas mesorregiões mais importantes do Estado, tanto em termos de participação quanto em crescimento populacional – atualmente concentra

⁹² Mesorregião é uma subdivisão dos estados brasileiros que congrega diversos municípios de uma área geográfica com similaridades econômicas e sociais, que por sua vez, são subdivididas em Microrregiões. Foi criada pelo IBGE e é utilizada para fins estatísticos e não constitui, portanto, uma entidade política ou administrativa. Microrregião é, de acordo com a Constituição brasileira de 1988, um agrupamento de municípios limítrofes. Sua finalidade é integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum, definidas por lei complementar estadual. (GOIÁS, Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos 2014, s/p).

70% da população goiana – e são elas: o Centro Goiano, que abriga a Região Metropolitana de Goiânia e a microrregião de Anápolis; e o Leste Goiano, que abriga a microrregião do Entorno do Distrito Federal. A segunda aglomeração mais importante do Estado, desde a formação dos primeiros núcleos urbanos em Goiás, está localizada ao Sul do território e tem origem na chamada região do Mato Grosso goiano – região de rico potencial agrícola e hoje o maior pólo do agronegócio estadual, onde está localizada a mesorregião Sul Goiano: atualmente concentra 21,20% da população do Estado e abriga as microrregiões Sudoeste de Goiás e Catalão. As mesorregiões Norte e Noroeste por sua vez, representam as menores participações no total da população de Goiás, e continuam perdendo peso na comparação 2000-2010: 3,67% e 4,90%, respectivamente. (GOIÁS, Observatório das Metrôpolis, grifos nossos).

A Figura 3, a seguir, apresenta a divisão das 18 microrregiões no estado de Goiás, sendo possível visualizar a localização das mesmas, a dimensão territorial de cada uma delas. Observa-se que as maiores microrregiões são Sudoeste de Goiás, São Miguel do Araguaia, Porangatu e as menores as microrregiões de Anápolis, Iporá, Anicuns e Goiânia, porém as mais desenvolvidas economicamente no estado.

Figura 3: MICRORREGIÕES DO ESTADO DE GOIÁS



Fonte: Instituto Mauro Borges (2014, p. 22) (disponível em: www.imb.go.gov.br) (Acesso em: 28/09/17)

Até o ano de 2017, a UEG se manteve com 41 câmpus e 10 polos de Educação a Distância, localizada em 39 cidades do Estado. Os campus estão

localizados em 17 das 18 microrregiões em que o estado de Goiás é dividido (Quadro 21).

Quadro 21 – MICRORREGIÕES- PÓLOS DE DESENVOLVIMENTO- CÂMPUS E CURSOS - 2011 E 2017

MICRORREGIÃO	PÓLOS DE DESENVOLVIMENTO	CÂMPUS	CURSOS 2011	CURSOS 2017
1- São Miguel do Araguaia	1-Polo Mineral Região Norte 2-Hidrovia Rio Araguaia	1Crixás	Pedagogia Tecnologia em Rede de Computadores	Pedagogia
		2 São Miguel do Araguaia	Letras Pedagogia Tec. Aquicultura EaD Inform. Ead História	Pedagogia
2- Rio Vermelho	1- Eixo turístico Histórico Brasília-Goiás Pirenópolis 2- Projeto de Desenvolvimento do Oeste Goiano	3 Goiás	Geografia História Letras Matemática Tecnologia em Turismo	Geografia História Letras Matemática Tecnologia em Turismo
		4 Jussara	História Letras Matemática	Letras Matemática Pedagogia
3- Porangatu	1- Pólo Mineral Região Norte	5 Minaçu	Geografia Pedagogia EaD Informática EaD História	Geografia Pedagogia
		6 Niquelândia	Tecnologia em Mineração Tecnologia em Turismo	Tecnologia em Mineração Administração
		7 Porangatu	Sist. Informação Cien.Biológicas Educ. Física Geografia História Letras Matemática	Sist.de Informação Ciências Biológicas Educação Física Geografia História Letras Matemática
		8 Uruaçu	Ciências Contábeis História Pedagogia EaD Adm. Pública	Ciências Contábeis História Pedagogia
4-Chapada dos Veadeiros	1- Projeto de Desenvolvimento do Nordeste Goiano	9 Campos Belos	Letras Pedagogia Tecnologia em Agropecuária	Letras Pedagogia Tecnologia em Agroecologia

5- Ceres	1- Eixo da Ferrovia Norte-Sul	10 Ceres	Enfermagem Sist de Informação	Enfermagem Sistema de Informação
		11 Goianésia	Administração Sistema de Informação História Pedagogia EaD Inform.	Administração História Pedagogia Sistema de Informação
		12 Itapuranga	Cien.Biolog. Geografia História Letras	Ciên.Biol. Geografia História Letras
6-Anápolis	1- Pólo de desenvolvimento da região de Anápolis 2- Eixo turístico Histórico Brasília-Goiás-Pirenópolis 3- Eixo Rodoviário Goiânia-Brasília	13 Anápolis CET	Arquitetura e Urbanismo Ciências Biológicas Engenharia Agrícola Engenharia Civil Farmácia Física Matemática Química Industrial Química Licenciatura Sistema de Informação	Arquitetura e Urbanismo Ciências Biológicas Engenharia Agrícola Engenharia Civil Farmácia Física Matemática Química Industrial Química Licenciatura Sistema de Informação
		14 Anápolis CSEH	Administração Ciências Contábeis Ciências Econômicas Geografia História Letras Pedagogia	Administração Ciências Contábeis Ciências Econômicas Geografia História Letras Pedagogia
		15 Inhumas	Letras Pedagogia EaD inform.	Letras Pedagogia
		16 Itaberaí	Pedagogia Sistema de Informação	Pedagogia Sistema de Informação
		17 Jaraguá	Ciências Contábeis Pedagogia	Ciências Contábeis Pedagogia Tecnologia em Design de Moda
7-Iporá	Vocação econômica municipal	18-Iporá	Ciências Biológicas Geografia História Letras Matemática	Ciências Biológicas Geografia História Letras Matemática
8-Anicuns	Vocação econômica municipal	19-Sanclerlândia	Administração Licenciatura em	Administração Tecnologia em

			Informática	Análise e Desenvolvimento de Sistemas
		20-São Luís dos Montes Belos	Letras Tecnologia em Laticínios Pedagogia Zootecnia	Letras Medicina Veterinária Pedagogia Zootecnia
9-Goiânia	1- Eixo Ferrovia Norte e Sul 2- Eixo Rodoviário Goiânia-Brasília	21-Aparecida de Goiânia		Administração Ciências Contábeis
		22-ESEFFEGO	Educação Física Fisioterapia	Educação Física Fisioterapia
		23- Laranjeiras	Comunicação Social - Audiovisual Tecnologia em Gestão de Beleza	Cinema e Audiovisual Tecnologia em Estética e Cosmética
		24-Trindade	Tecnologia em Design de Moda Tecnologia em Redes de Computadores	Tecnologia em Design de Moda Tecnologia em Redes de Computadores
		25-Senador Canedo	Tecnologia em Logística	Tecnologia em Logística
10-Vão do Paraná	1- Projeto de desenvolvimento do Nordeste Goiano	26-Posse	Letras Matemática Licenciatura em Informática Sistema de Informação Tecnologia Agropecuária EaD Informática	Letras Matemática Sistema de Informação Tecnologia em Produção de Grãos
11-Entorno de Brasília	1- Projeto de desenvolvimento do entorno do Distrito Federal 2- Eixo turístico Histórico Brasília-Goiás-Pirenópolis 3- Eixo Rodoviário Goiânia-Brasília	27-Formosa	Geografia História Letras Matemática Pedagogia Química Licenciatura	Geografia História Letras Matemática Pedagogia Química Licenciatura EaD Administração Pública EaD Ciências Biológicas
		28-Luziânia	Administração Pedagogia	Administração Pedagogia
		29-Pirenópolis	Tecnologia em Gastronomia Tecnologia em Turismo	Tecnologia em Gastronomia

12- Sudoeste do Estado	1- Pólo de Desenvolvimento do Sudoeste goiano 2- Eixo Hidrovia Turístico do Rio Araguaia 3- Eixo Ferrovia Norte e Sul	30-Jataí	Tecnologia em Alimentos Tecnologia em Logística	Tecnologia em Alimentos Tecnologia em Logística
		31-Mineiros	Ciências Econômicas Tecnologia em Agropecuária Tecnologia em Produção Tecnologia em Rede de Computadores EaD Adm. Pública	Tecnologia em Agronegócio Tecnologia em Produção Sucroalcooleira
		32-Santa Helena	Administração Engenharia Agrícola Matemática Sistema de Informação	Administração Engenharia Agrícola Matemática Sistema de Informação
13- Vale do Rio dos Bois	1- Projeto de Desenvolvimento do Sudoeste Goiano 2- Eixo Ferrovia Norte e Sul	33-Palmeiras de Goiás	Agronomia Ciências Biológicas	Agronomia Ciências Biológicas
		34-Edéia	Tecnologia em Produção Tecnologia em Agropecuária Tecnologia em Rede de Computadores	Administração Tecnologia em Agronegócio
14- Meia Ponte	Pólo Econômico Turismo Rio Paranaíba	35- Itumbiara	Ciências Econômicas História Enfermagem Farmácia EaD História EaD informática	Ciências Econômicas Educação Física Enfermagem Farmácia
		36-Morrinhos	Ciências Contábeis Ciências Biológicas Geografia História Letras Matemática	Ciências Contábeis Geografia História Letras Matemática
		37-Caldas Novas	Administração Tecnologia em Gastronomia	Administração Tecnologia em Gastronomia Tecnologia em Hotelaria
15- Pires do Rio	Vocação econômica municipal	38-Pires do Rio	Geografia História Letras Pedagogia Tecnologia em Redes de Computadores	Geografia História Letras Pedagogia Tecnologia em Redes de Computadores
		39-Silvânia	Administração Licenciatura em Informática	Administração Pedagogia
16- Catalão	Vocação econômica	40-Ipameri	Agronomia	Agronomia

	municipal		Engenharia Florestal	Engenharia Florestal
17- Quirinópolis	1- Projeto de Desenvolvimento do Sudoeste Goiano 2- Eixo Ferrovia Norte e Sul	41-Quirinópolis	Ciências Biológicas Educação Física Geografia História Letras Matemática Pedagogia	Ciências Biológicas Educação Física Geografia História Letras Matemática Pedagogia

Fontes: Fonte: Instituto Mauro Borges (2014, p. 22) (disponível em: www.imb.go.gov.br) (Acesso em: 28/09/17)

Dados sobre Cursos – UEG/PrG (base de dados da pesquisa) (elaboração própria).

Analisa-se pelos dados do Quadro 21 que, em boa medida, os cursos da UEG **não estão em consonância direta com os setores produtivos locais**, especialmente porque a maior parte dos cursos são de licenciatura, de formação de professores. Pode-se observar que 23 cursos encontram-se alinhados à demanda econômica do município ou região e, destes, 11 são cursos de Tecnologia: Tecnologia em Turismo no Câmpus de Goiás; Tecnologia em Mineração em Niquelândia; Tecnologia em Agroecologia em Campos Belos; Engenharia Agrícola, Química Industrial e Farmácia em Anápolis; Ciências Contábeis e Tecnologia em Design de Moda em Jaraguá; Medicina Veterinária e Zootecnia em São Luís dos Montes Belos; Tecnologia em Design de Modas em Trindade; Tecnologia em Produção de Grãos em Posse; Tecnologia em Gastronomia em Pirenópolis; Tecnologia em Agronegócio e Tecnologia em Produção Sucoalcooleira em Mineiros; Engenharia Agrícola em Santa Helena; Agronomia em Palmeiras de Goiás; Tecnologia em Agronegócio em Edéia; Administração, Tecnologia em Gastronomia e Tecnologia em Hotelaria em Caldas Novas; Agronomia e Engenharia Florestal em Ipameri. O Quadro 22, a seguir, apresenta a distribuição dos câmpus da UEG pelas mesorregiões de Goiás.

Quadro 22- DISTRIBUIÇÃO DOS CÂMPUS DA UEG POR MESORREGIÕES DE GOIÁS

Mesorregião	Câmpus	Cursos	Professores	Professores, servidores, gestores e alunos
		2017/1	2015	2016
Centro Goiano	Iporá, Sanclerlândia, São Luís dos Montes Belos, Trindade, Aparecida de Goiânia,	52	824	9.214

	Goiânia (2), Senador Canedo, Anápolis(2), Inhumas, Itaberaí, Jaraguá, Itapuranga, Ceres, Goianésia			
Leste Goiano	Posse, Formosa, Luziânia, Pirenópolis	13	149	2.033
Noroeste Goiano	São Miguel do Araguaia, Crixás, Goiás, Jussara	10	184	1.412
Norte Goiano	Campos Belos, Minaçu, Niquelândia, Porangatu, Uruaçu	17	216	2.401
Sul Goiano	Palmeiras de Goiás, Silvânia, Pires do Rio, Edéia, Caldas Novas, Ipameri, Itumbiara, Santa Helena de Goiás, Morrinhos, Quirinópolis, Jatai e Mineiros	40	467	5.278
	41 câmpus	132	1.840	20.338

Fontes: Documento: Cursos por Câmpus 2017/1 – UEG/PrG; Relatório de Autoavaliação 2015 – UEG, Relatório de Gestão 2016 – UEG. (elaboração própria)

Observa-se a concentração dos câmpus na mesorregião Centro Goiano. A segunda mesorregião com concentração de câmpus é o Sul Goiano. Consequentemente essas mesorregiões concentram a maior quantidade de professores, servidores e alunos também, ou seja, territórios de maior poder econômico e maior desenvolvimento. Somente nessas mesorregiões pode-se somar 28 do total dos 41 campi da UEG.

Constata-se que a UEG instalou-se e expandiu-se seguindo a lógica do capital econômico, ratificando a premissa do reforço ao município ou microrregião ou mesmo na mesorregião já melhor desenvolvida. Nesse sentido, pode-se fazer a inferência de que a UEG, como agente institucional do estado de Goiás, instituiu-se no jogo como instrumento estratégico do governo do estado de Goiás, porém, pela sua localização mais concentrada em algumas regiões já capitalizadas, como demonstrado, pode reafirmar o desenvolvimento regional concentrado e desigual. Compreende-se que o desenvolvimento regional ratifica o discurso político, inclui-se no repertório dos agentes políticos, dos partidos. Ou seja, com o discurso de desenvolvimento e modernização do município e da região, os agentes políticos se posicionam em prol da localidade, de geração de postos de trabalho e emprego, de melhores condições de vida para a população; o discurso produz capital político e gera rendimentos eleitorais e de poder para os políticos locais junto aos seu eleitorado ao se gerar expectativas de melhoria de vida. Porém, é possível analisar que há um esforço da Universidade, especialmente no discurso da gestão e via documentos (da UEG e do Estado de Goiás) em atender os setores produtivos locais, mas, a oferta

de cursos com maior incidência são os de licenciatura. Compreende-se que a marca histórica da Universidade são as licenciaturas, a começar pela política inicial com as Licenciaturas Plenas Parceladas e que, de toda forma, atende a demanda local e regional de formação de professores no estado de Goiás.

3.3. A UEG como universidade multicampi: alguns indicadores

A estrutura multicampi foi e ainda é uma estratégia dos governos tanto estaduais como federais de criar universidades. (FIALHO, 2005). Nesse modelo de universidade, encontra-se lá nos anos 1920 a Universidade do Rio de Janeiro, primeira instituição pública a ser estruturada no modelo multicampi, pois foi instituída pela aglutinação de faculdades isoladas já existentes no estado. No início do século XX, na primeira e segunda década, houve um impulso dos governos estaduais de criarem suas próprias instituições de ensino superior, como exemplo a Universidade do Paraná. Observa-se, nesse sentido, que as primeiras universidades foram estaduais, em que os estados anteciparam-se à política do Governo Federal para a criação da Universidade do Brasil criada em 1937. Isso se estende até os anos 1940. Nas décadas após 1946, período de democratização do país, ocorreu o processo de federalização de instituições de ensino superior públicas e privadas, tendência já expressa na Constituição de 1934. Até a década de 1960 houve uma diminuição da tendência à expansão das universidades estaduais, muito em função do processo de federalização (SAMPAIO, BALBACHESKY e PEÑALOZA, 1998).

O modelo multicampi está presente predominantemente nas universidades públicas estaduais, como é o caso da UEG, desde sua fundação em 1999. Porém, a UEG, além de já nascer grande, expande-se internamente com criação de novos câmpus e cursos. São câmpus com portes distintos, estruturas físicas distintas (inclusive alguns com estruturas precarizadas), tamanhos (quantidades de alunos e cursos, quantidades de professores efetivos e temporários, alunos).

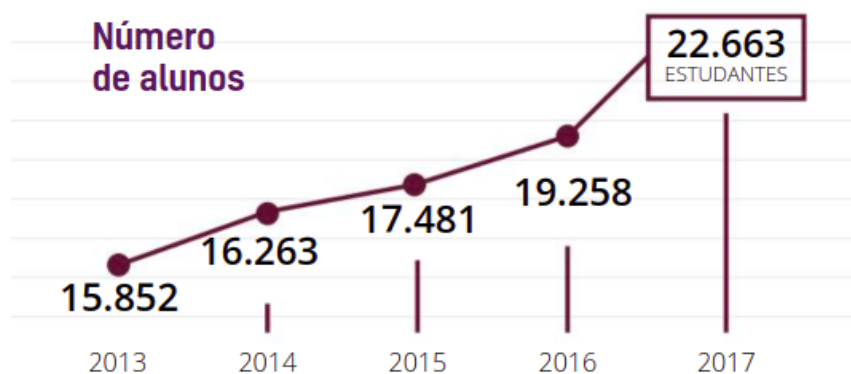
3.3.1 Graduação e pós-graduação: câmpus, cursos, docentes, acadêmicos e servidores técnicos administrativos

Um dos indicadores importantes para análise da estrutura da Universidade,

refere-se aos acadêmicos que frequentam os cursos de graduação e pós-graduação. Conforme dados da UEG, o número de alunos na graduação em 2017 era de 19.605 e na pós-graduação, 3.058. O quantitativo na especialização era de 2.689; nos mestrados o quantitativo em 2017 era de 353 e nos 2 Doutorados, 16 alunos. Na graduação, as licenciaturas abrigaram 10.936 acadêmicos, nos bacharelados 6.847 e nos cursos tecnológicos um total de 1.822. Em termos de perfil dos acadêmicos da Universidade, 63% são mulheres, 36% homens e 0,1% registrou-se como *outros*. No ano de 2017 eram pouquíssimos os acadêmicos que estavam na faixa etária entre 16 e 17 anos, em torno de 370. Os números indicam 6.037 (18 a 20 anos), 5.754 (21 a 24 anos), 4.738 (25 a 34 anos), 2.018 (34 a 44 anos) e um quantitativo menor na faixa etária acima dos 45 anos.⁹³

O Gráfico 1 apresenta a variação no quantitativo de acadêmicos dos cursos de graduação e pós-graduação da UEG ao longo de cinco anos.

Gráfico 1: CRESCIMENTO DO NÚMERO DE ACADÊMICOS DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO NA UEG – PERÍODO 2013 A 2017



Fonte: UEG em Dados (https://issuu.com/uegoficial/docs/final_site) (acesso em 19/04/18).

Conforme o Gráfico 1, é importante observar o aumento de mais de 30% no número de alunos no período de 2013 a 2017. Entre 2013 e 2014 o aumento foi de 2,6%; de 2014 para 2015 o aumento foi de 6,9%; de 2015 a 2016 foi de 9,3% e de 2016 para 2017 o aumento de número de alunos foi de 15,1%.

Dados do **Censo 2015**, apresentam que a UEG registrou um **total de 16.487** matrículas divididas em: 5.997 matrículas nos cursos de bacharelado; 8.720 nos cursos de licenciaturas e 1.770 nos cursos de graduação tecnológicos A Tabela 6 (Capítulo 2) apresenta dados de matrículas divulgados pelo **Censo 2016** sobre a

⁹³ As informações apresentadas foram colhidas em UEG em Dados (disponível em https://issuu.com/uegoficial/docs/final_site) (acesso em 19/04/18)

UEG: **total de 16.348** matrículas de graduação, divididas em 6.163 nos bacharelados, 8.515 nas licenciaturas e 1.670 matrículas nos cursos de graduação tecnológicos (Ver Quadro 26 mais adiante neste trabalho).

O aumento de matrículas no período total refere-se a aumento de cursos de graduação e pós-graduação; porém observa-se, entre os anos de 2015 e 2016 uma tendência à diminuição nas matrículas dos cursos de licenciaturas e cursos tecnológicos e aumento nas matrículas dos cursos de bacharelados. Infere-se também, a partir dos dados apresentados (Censo 2015, Censo 2016 e Gráfico 1) que os cursos de pós graduação contribuíram com o aumento de matrículas na UEG no período.

Verificou-se, também, política implementada na Universidade de menor tolerância às vagas ociosas nos cursos, especialmente a partir do ano de 2016. O grupo gestor da Administração Central usou de critérios mais rígidos para manutenção de cursos e estabeleceu procedimentos para a suspensão da oferta de vagas nos processos seletivos dos cursos de graduação da UEG com base nos conceitos do Enade e CPC; criou Comissão de Avaliação e Reestruturação (CAR) dos Cursos de Graduação (Resolução CsU n. 804, de 29 de março de 2017)⁹⁴. Sobre essa questão, o Entrevistado 5 pondera:

Outra coisa tem a ver com o que eu havia falado no começo, da universidade ser multicampi, tem em vários municípios e tem uma política interna, *também por questões financeiras, e claro, também de falta de produtividade, de fechar muitos cursos e botar barreiras ou metas que determinado curso tem que cumprir porque senão fecha*. Eu vejo mais isso do que o contrário, o que está acontecendo para determinado curso correr o risco de fechar? O que a gente pode fazer para manter? Parece que a gente vê mais o contrário, o que a gente pode fazer para fechar? *Para diminuir custo*. Isso para mim vai contra a uma questão básica da UEG que é ter campis em vários municípios, se é para facilitar o acesso, talvez, a ideia original não tenha sido bem essa, mas já que existe essa estrutura e isso facilita o acesso de diferentes pontos do Estado ao ensino superior, então por que não tratar dessa maneira? Fazer de tudo para manter o curso aberto e fechar em última instância. Eu posso estar enganado nessa visão, mas parece que a gente vê assim mais pontos para o curso fechar do que se manter aberto. *Então são pontos que são críticos dentro da universidade e para mim está ligado ao papel dela e a estrutura da própria universidade*. (Entrevistado 5, grifos nossos).

Sob seu ponto de vista, há uma tendência ao fechamento de cursos no sentido de diminuição de custos para a Universidade; porém, avalia, que não há efetivamente o esforço em avaliar e verificar os motivos da improdutividade do curso ou mesmo o raciocínio para envidar esforços para mantê-lo. Observa que essa

94 Disponível em: <http://www.legislacao.ueg.br//referencia/7528> (acesso: 16/06/17)

tendência em fechar cursos contraria o seu próprio papel enquanto universidade. Porém, verificou-se, que a regra de maior endurecimento e de menor tolerância à manutenção de cursos com quantidade pequena ou inexpressiva de alunos, promoveu maior movimentação das comunidades acadêmicas dos câmpus para aumento de matrículas e permanência de acadêmicos nos cursos, bem como a manutenção de cursos⁹⁵. Instituiu-se para tal, Resoluções específicas, via CsU, estipulando-se proporcionalidade mínima entre vagas e candidatos ao curso para abertura do Vestibular, bem como quantitativos de acadêmicos para manutenção de turma e curso. Avalia-se que essas medidas tiveram como prenúncio o caráter financeiro (manutenção de cursos) em detrimento ao caráter qualitativo/pedagógico, portanto, medidas de cunho administrativo.

O Quadro 23 expressa os quantitativos de alunos e professores dos câmpus da UEG.

Quadro 23 – GRADUAÇÃO: NÚMERO DE ACADÊMICOS EM 2016 E NÚMERO DE PROFESSORES EM 2015

Câmpus	Número de Acadêmicos 2016	Número de Professores 2015
1. Câmpus-Anápolis (2)	3.423	334
2. Câmpus-Aparecida de Goiânia	341	21
3. Câmpus-Caldas Novas	426	26
4. Câmpus-Campos Belos	362	32
5. Câmpus-Ceres	255	36
6. Câmpus-Cora Coralina	603	71
7. Câmpus-Crixás	255	30
8. Câmpus-Edéia	189	20
9. Câmpus-Formosa	924	68
10. Câmpus-Goianésia	631	50
11. Câmpus-Goiânia (2)	1216	126
12. Câmpus-Inhumas	335	32
13. Câmpus-Ipameri	486	41
14. Câmpus-Iporá	451	67
15. Câmpus-Itaberaí	316	27
16. Câmpus-Itapuranga	473	59
17. Câmpus-Itumbiara	697	43
18. Câmpus-Jaraguá	477	35
19. Câmpus-Jataí	257	26
20. Câmpus-Jussara	262	35

95 Afirmação referente a observações e registros feitos para esta pesquisa a reuniões do CsA e CsU.

21. Câmpus-Luziânia	364	26
22. Câmpus-Minaçu	286	25
23. Câmpus-Mineiros	134	18
24. Câmpus-Morrinhos	760	79
25. Câmpus-Niquelândia	192	26
26. Câmpus-Palmeiras	342	32
27. Câmpus-Pirenópolis	197	15
28. Câmpus-Pires do Rio	553	57
29. Câmpus-Porangatu	1004	91
30. Câmpus-Posse	548	40
31. Câmpus-Quirinópolis	786	80
32. Câmpus-Sanclerlândia	188	18
33. Câmpus-Santa Helena	453	26
34. Câmpus-São Luis	736	20
35. Câmpus-São Miguel	292	48
36. Câmpus-Senador Canedo	140	10
37. Câmpus-Silvânia	195	19
38. Câmpus-Trindade	233	20
39. Câmpus-Uruaçu	557	42
Totais	20.338	1.840

Fonte: Relatório de Autoavaliação 2015 – UEG; Relatório de Gestão 2016 – UEG (elaboração própria)

Observa-se uma diferença em relação aos quantitativos de acadêmicos apresentados para o anos de 2016 no Quadro 23 (20.338) e Gráfico 1 (19.258), disponível no site da UEG. A diferença se dá em função dos acadêmicos de pós-graduação que perfazem um quantitativo, naquele ano, de pouco mais que 2.300 estudantes.

A Tabela 10, a seguir, apresenta os quantitativos de docentes e técnicos administrativos que são efetivos, contratos temporários, que estão à disposição da UEG vindos de outros órgãos do estados de Goiás, bem como os técnicos administrativos comissionados no ano de 2017.

Tabela 10 - QUANTITATIVO DE SERVIDORES ATIVOS E SITUAÇÃO FUNCIONAL-2017

DOCENTE				TÉCNICO ADMINISTRATIVO					Total
Efetivo	Contrato Temporário	Disposição	Sub-total	Efetivo	Contrato Temporário	Comissionado	Disposição	Subtotal	
958 (50,5%)	922 (48,6%)	17 (0,8%)	1897	395 (26,3%)	985 (65,6%)	62 (4,1%)	59 (3,9%)	1501	3.398

1.897

1.501

Fonte: UEG/Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional/Gerência de Gestão de Pessoas

Verifica-se que o número de professores efetivos na UEG (958) ultrapassa em 36 o número de professores com contrato temporário (922), totalizando 1.897 professores no ano de 2017. Em outra proporção, o número de servidores técnicos administrativos efetivos (395) é três vezes menor que o número de servidores técnicos com contrato temporário de trabalho (985), aproximadamente. Totalizam 1.501 servidores. No Anexo 3, constam dados mais detalhados e é verificado que o maior número de técnicos efetivos estão “lotados” na Administração Central, assim como esse espaço da gestão agrupa um grande número de técnicos temporários (198). Em 2017, somente 9 professores efetivos trabalhavam na Administração Central. O Anexo 3 também apresenta o número de doutores por câmpus e na Administração Central da UEG. Verifica-se que os câmpus mais antigos, que já eram faculdades isoladas e a UNIANA, são os câmpus que detém o maior número de doutores: Câmpus de Ciências Exatas e Tecnológicas Henrique Santillo em Anápolis, Câmpus de Ciências Sociais, Econômicas e Humanas também em Anápolis (antiga UNIANA) e Câmpus Goiás (Cora Coralina). Da mesma forma, os câmpus que detém o maior número de professores efetivos são, sequencialmente: Câmpus de Ciências Exatas e Tecnológicas Henrique Santillo em Anápolis, Câmpus de Ciências Sociais, Econômicas e Humanas também em Anápolis (antiga UNIANA); Câmpus Goiânia Eseffego, Câmpus Goiás (Cora Coralina), Câmpus Quirinópolis. Observa-se que são câmpus mais antigos da UEG, instituições que foram agrupadas à Universidade no momento de sua fundação em 1999.

O Quadro 24, a seguir, apresenta a formação dos servidores técnicos administrativos e docentes nos quadros da UEG no ano de 2016. Observa-se que em maior número estão os técnicos administrativos com graduação. Em relação aos docentes ainda predominam os especialistas, bem como compõem o quadro de professores 96 graduados. Dentre os professores com pós-graduação stricto sensu, são em maior número os com a titulação em mestrado.

Quadro 24: RECURSOS HUMANOS DA UEG - 2016

Formação	Técnicos administrativos	Docentes
----------	--------------------------	----------

Ensino Fundamental	187	
Ensino Médio	432	
Graduados	811	96
Pós-Graduação	19	844 especialistas 667 mestres 390 doutores
	TOTAL: 1449	TOTAL: 1997

Fonte: site da UEG no material intitulado UEG em Dados

link <http://www.ueg.br/aditivo/revista/?funcao=visualizar&variavel=29>

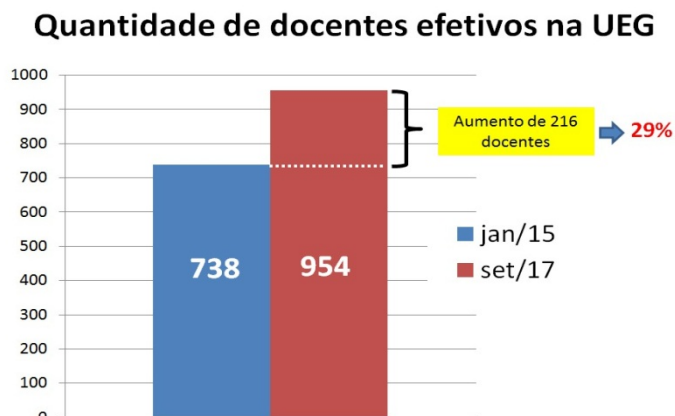
Acesso em 18/11/2016 (elaboração própria)

Uma questão importante e que merece ser apresentada, é o entendimento de que a UEG se institui-se como uma universidade de ensino, ou seja, há uma evidente acentuação na organização do trabalho docente em aulas. Com a falta de professores para suprir todas as aulas dos câmpus e com o discurso da otimização dos recursos humanos, instituiu-se em 2015 “um mínimo de doze aulas para cada professor de tempo integral ou dedicação exclusiva” (Resolução CsU n. 706 de 04 de fevereiro de 2015), com exceção aos professores dos estágios supervisionados (mínimo de 4 aulas e doze a quinze alunos para orientação e acompanhamento).

A Resolução (op.cit) foi apresentada à comunidade acadêmica no início do ano de 2015, em janeiro, sem amplo debate. Posteriormente, com alguma reformulação, a Resolução (op.cit) é aprovada em definitivo na data supracitada e avalia-se que a medida estabelece-se de forma reativa à indicação do governo do estado de Goiás em não provimento de cargos para professores por meio de concurso público. Nessa condição, como uma universidade que prioriza as aulas em função do deficit de professores em regime de Tempo Integral e de RTIDP (dedicação exclusiva), a pesquisa fica subsumida no horizonte do trabalho docente. A UEG, nesse sentido, estrutura um perfil de universidade, em que as aulas (o ensino) ganham maior relevância que a pesquisa, e a extensão é, por sua vez, incorporada ao trabalho docente como complementação de carga horária.

Em reunião do CsU em 27 de novembro de 2017, um grupo de professores que reivindica acesso ao Regime de Trabalho em Tempo Integral de Dedicção e Pesquisa (RTIDP), apresentou o estudo no sentido de evidenciar a necessidade de ampliação orçamentária para que a UEG garanta o acesso de mais professores a esse regime. Seguem os dados:

Gráfico 2: QUANTITATIVO DE DOCENTES EFETIVOS NA UEG



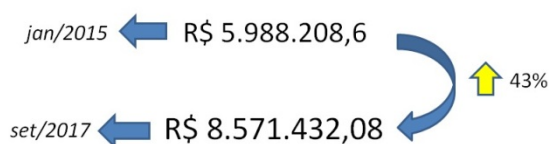
Fonte: Portal da Transparência do Governo de Goiás (<http://www.transparencia.go.gov.br/portaldatransparencia/>); Dados produzidos e autorizados pelo professor Glauco Vitor Pedrosa⁹⁶ para apresentação nessa pesquisa

Observa-se no Gráfico 2 um aumento do número de docentes nos últimos anos, isso refere-se à última chamada do concurso público realizado para ingresso de docentes em 2014. Houve um aumento de 29% de docentes efetivos entre os anos de 2015 e 2017.

Figura 4: AUMENTO DA FOLHA DE PAGAMENTO DOS PROFESSORES EFETIVOS – 2015 a 2017

⁹⁶ Professor efetivo da UEG desde 2016, lotado no Câmpus de Santa Helena. Possui graduação em Ciência da Computação pela Universidade Federal de Uberlândia (2009), mestrado em Ciência da Computação pela Universidade Federal de Uberlândia (2011) e doutorado em Ciências da Computação e Matemática Computacional pela Universidade de São Paulo (2015). Tem experiência na área de Ciência da Computação, com ênfase em Processamento de Imagens, atuando principalmente na área de Visão Computacional. (dados colhidos no Currículo Lattes, disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4249287T2>) (acesso em 30/04/2018).

Gasto com folha de pagamento dos professores efetivos



Motivos:

- Aumento de 6,66% no salário em dez/2016
- Progressões entre classes e entre níveis
- Contratação de novos docentes efetivos (216 vagas do concurso de 2014)

Fonte: Portal da Transparência do Governo de Goiás (<http://www.transparencia.go.gov.br/portaldatransparencia/>); Dados produzidos e autorizados pelo professor Glauco Vitor Pedrosa para apresentação nessa pesquisa

Analisa-se, a partir da Figura 4 que entre os anos de 2015 e 2017 houve um incremento na fatia do orçamento destinada ao pagamento de professores efetivos da UEG. Isso se deu em função de percentual de 6,66% de aumento salarial, progressões entre classes e níveis de trabalho, bem como à contratação de novos docentes efetivos oriundos concurso de 2014.

A Figura 5, a seguir, apresenta os quantitativos a serem atingidos por docentes da UEG por classe de trabalho. Conforme o documento *Regulamento da Promoção da Carreira do Magistério Superior da UEG* (Resolução CsU n. 615 de 24 de setembro de 2013), em seu Art. 1º. define que a promoção na carreira do magistério público superior dar-se-á entre as classes, exclusivamente por titulação, e entre os níveis de classes, por merecimento ou antiguidade. As classes e níveis são assim divididas: Docente de Ensino Superior Graduado (DES I) (Nível 1 e 2); Docente de Ensino Superior Especialista (DES II) (Nível 1 e 2); Docente de Ensino Superior Mestre (DES III) (Nível 1, 2, 3); Docente de Ensino Superior Doutor (DES IV) (Nível 1, 2, 3); Docente de Ensino Superior Pós-Doutor (DES V) (Nível 1, 2, 3).

Figura 5: QUANTIDADE DE DOCENTES EM CADA CLASSE DE TRABALHO

Quantidade máxima de docentes em cada classe de trabalho

Classe	Quantitativo	
	Maximo	Atual
DES II	360	113
DES III	610	430
DES IV	386	312
DES V	100	99

atingiremos o máximo em 2018

máximo já atingido. Quase 100 docentes na lista de espera

Fonte: Portal da Transparência do Governo de Goiás (<http://www.transparencia.go.gov.br/portaldatransparencia/>); Dados produzidos e autorizados pelo professor Glauco Vitor Pedrosa para apresentação nessa pesquisa

Verifica-se, pela Figura 5, que faltam poucos professores para atingir as Classes DES III (Mestrado) e V (Doutorado) completando o que a legislação regula, ou seja, que a universidade deve manter um quadro de docentes qualificados com, no mínimo, 2/3 de mestres e doutores. A limitação de um número de docentes por titulação e classe de trabalho é um fator que fragiliza a Universidade, impõe uma diferenciação entre professores com a mesma titulação, rompe com o critério da isonomia e gera inúmeras insatisfações no corpo docente. A fragilidade se estende ao campo da pesquisa acadêmica, pois professores que não são reconhecidos e valorizados por sua formação, seja em termos salariais seja no âmbito institucional e entre pares, se abstêm de participar de grupos ou núcleos de pesquisa. Isso denota o limite orçamentário que a UEG dispõe para o campo da pesquisa.

A Entrevistada 7, faz uma avaliação do percurso da UEG, bem como das condições atuais em relação aos professores:

Nós estamos aí quase que meio a meio de professores efetivos e temporários. Nós tivemos recentemente um concurso para técnicos administrativos. Tem, não contempla todos, mas já temos o RTIDP que é com dedicação exclusiva, estamos aumentando o número de projetos de pesquisa, de projetos de extensão. Então assim, várias ações da universidade colocam ela num lugar que, talvez, a gente já pudesse estar um tempo atrás, mas que pelas condições da época não foi possível. Então, hoje a posição é de consolidação, ainda temos várias fragilidades, ainda temos, mas assim, nesse sentido o fato de ter chegado os professores efetivos, principalmente nos campus do interior, apesar do grande êxito de professores que vão para o interior e querem vir para Goiânia – Anápolis, a gente já vê com dados, que nós já temos uma pesquisa significativa no interior. Então, hoje já vejo que ela caminha para se consolidar enquanto uma instituição de ensino superior com maior qualidade e com maior estabilidade, inclusive pelos dois processos eleitorais que ocorreram: eleição e agora a eleição para diretores. Penso que há um processo de amadurecimento, ainda com muitos problemas, mas há um processo de amadurecimento. (Entrevistada 7)

Sobre outro indicador, verifica-se que no percurso de institucionalização da

UEG houve a ampliação de cursos, como pode ser verificado no Quadro 25:

Quadro 25 - QUANTIDADE DE CURSOS OFERTADOS/NOVOS/EXTINTOS ENTRE OS ANOS 2000 E 2016

ANO	Cursos ofertados	Cursos Novos	Cursos Extintos
2000	89		
2001	92	3	
2002	93		
2003	97	6	2
2004	97		
2005	97		
2006	129	32	
2007	129		
2008	129		
2009	130	1 Pedagogia Minaçu	
2010	138	8 Anuais de meio de ano	Não houve oferta de vagas para 6 cursos criados em 2010, transferência da oferta de vagas do ano de 2011/2 para 2012/1
2011	130		2
2012	136		
2013	136		1 Curso Superior de Tecnologia em Aquicultura foi ofertado, porém não teve demanda, deixou de ofertar vaga no vestibular/ 2014
2014	132		2
2015	132	3	4
2016	131		1
2017	142		

Fonte: Dados solicitados à PrG no segundo semestre de 2017 (elaboração própria)

Os momentos de maior expansão na UEG aconteceram em dois blocos. O primeiro, no ano de 2000, com a criação simultânea de oito campus; e o segundo bloco, em 2006, com a abertura de mais 10, vindo a constituir-se de 41 campi, somando-se aos que já a constituíram em sua fundação. Nesse movimento, ocorreu o aumento do número de cursos também, como é apresentado no Quadro 25.

O Quadro 26 apresenta a distribuição dos cursos de graduação presenciais e a distância por câmpus. No primeiro semestre de 2016, a concentração de cursos oferecidos pela UEG era de 75 cursos de licenciatura, 36 cursos de bacharelado, 20 cursos tecnológicos e 4 cursos a distância.

Quadro 26 - CURSOS DE GRADUAÇÃO PRESENCIAS E A DISTÂNCIA – UEG 2016/1

CURSOS DE GRADUAÇÃO - LICENCIATURA (PRESENCIAS)

Ciências Biológicas (07) : Anápolis – CET, Iporá, Itapuranga, Morrinhos, Palmeiras de Goiás, Porangatu e Quirinópolis.

Educação Física (04) : Goiânia – ESEFFEGO (duas turmas), Porangatu, Quirinópolis e Itumbiara.

Física (01): Anápolis – CET.

Geografia (10): Anápolis – CSEEH, Formosa, Goiás, Iporá, Itapuranga, Minaçu, Morrinhos, Pires do Rio, Porangatu e Quirinópolis.

História (11): Anápolis – CSEH, Formosa, Goianésia, Goiás, Iporá, Itapuranga, Morrinhos, Pires do Rio, Porangatu, Quirinópolis e Uruaçu.

Letras - Português/Inglês (15) : Anápolis – CSEH, Campos Belos, Formosa, Goiás, Inhumas, Iporá, Itapuranga, Jussara, Morrinhos, Pires do Rio, Porangatu, Posse, Quirinópolis, São Luís de Montes Belos e São Miguel do Araguaia.

Matemática (10): Anápolis – CET, Formosa, Goiás, Iporá, Jussara, Morrinhos, Porangatu, Posse, Quirinópolis e Santa Helena de Goiás.

Pedagogia (15): Anápolis – CSEH, Campos Belos, Crixás, Formosa, Goianésia, Inhumas, Itaberaí, Jaraguá, Luziânia, Minaçu, Pires do Rio, Quirinópolis, São Luís de Montes Belos, São Miguel do Araguaia e Uruaçu.

Química (02): Anápolis – CET e Formosa.

TOTAL DE CURSOS: 75 (SETENTA E CINCO)

CURSOS DE GRADUAÇÃO - BACHARELADO (PRESENCIAS)

Administração (08): Anápolis – CSEH, Aparecida de Goiânia, Caldas Novas (duas turmas), Goianésia, Luziânia, Silvânia, Sanclerlândia e Santa Helena de Goiás.

Agronomia (02) : Ipameri e Palmeiras de Goiás.

Arquitetura e Urbanismo (01): Anápolis – CET.

Ciências Contábeis (05): Anápolis – CSEH, Aparecida de Goiânia, Jaraguá, Morrinhos e Uruaçu.

Ciências Econômicas (02): Anápolis – CSEH e Itumbiara.

Cinema e Audiovisual (01) : Goiânia – Laranjeiras.

Enfermagem (02): Ceres e Itumbiara.

Engenharia Agrícola (02): Anápolis – CET e Santa Helena de Goiás.

Engenharia Civil (01): Anápolis CET.

Engenharia Florestal : Ipameri.

Farmácia (02): Anápolis – CET, Itumbiara.

Fisioterapia (01) : Goiânia – ESEFFEGO.

Química Industrial (01) : Anápolis – CET.

Sistema de Informação (07) : Anápolis – CET, Goianésia, Itaberaí, Porangatu, Posse e Santa Helena de Goiás.

Zootecnia: (01): São Luís dos Montes Belos.

TOTAL DE CURSOS: 36 (TRINTA E SEIS)

CURSOS DE GRADUAÇÃO - TECNOLÓGICOS - PRESENCIAS

Agronegócios (01) : Edeia.

Alimentos (01) : Jataí.

Design de Moda (02): Trindade e Jaraguá.

Estética e Cosmética (01) : Goiânia – Laranjeiras.

Gastronomia (02) : Caldas Novas e Pirenópolis.

Hotelaria (01) : Pirenópolis.

Turismo (02) : Goiás e Niquelândia .

Laticínios (01): São Luís dos Montes Belos.

Logística (02) : Jataí e Senador Canedo.

Mineração (01) : Niquelândia.

Produção Sucroalcooleira (02): Edeia e Mineiros.

Produção de Grãos (01) : Posse.

Redes de Computadores (03): Crixás, Pires do Rio e Trindade.

TOTAL DE CURSOS TECNOLÓGICOS : 20 (VINTE)

CURSOS NÃO PRESENCIAS

<p>Administração Pública (02 polos) : Águas Lindas, e Uruaçu. Licenciatura em História (04 polos): Alto Paraíso , São Simão Uruaçu e Mineiros. Licenciatura em Ciências Biológicas (03 polos): Aparecida de Goiânia, Mineiros e São Simão Licenciatura em Computação (07 polos): Aparecida de Goiânia, Alto Paraíso, Alexânia, Jussara, São Simão, Mineiros e Uruana. TOTAL DE CURSOS: 04 (QUATRO) QUE SE DESDOBRAM EM 16 TURMAS</p>

Fonte: PrG – UEG (elaboração própria)

Verifica-se que, dentre os cursos de graduação, os de maior incidência são as licenciaturas no conjunto de cursos da Universidade e, de toda forma, pode-se inferir que são cursos “mais baratos” no quesito equipamentos e laboratórios. No ano de 2016, as licenciaturas mais ofertadas foram as de Pedagogia e Letras (Português/Inglês), seguidas de História, Geografia e Matemática. Os cursos de bacharelados mais ofertados foram os de Administração, Sistemas de Informação e Ciências Contábeis. Os cursos de tecnologias têm oferta equiparada, mas o que mais é ofertado é o de Redes de Computadores.

Desde 2015 há determinação do governo estadual, mediante atendimento à Representação do Ministério Público encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado em 3 de julho de 2015, em não abrir processos seletivos para professores com contratos temporários (precários). A representação do Ministério Público (2015, p.01) apresenta, em síntese:

Ementa: Representação. Contratação por tempo determinado de profissionais para exercício de atividade na área de educação. Ofensa ao inc. II do art. 37 da Constituição Federal e à legislação afeta ao quadro plano de carreira dos docentes de nível superior. Prejuízo à oferta de ensino de qualidade. A manifesta ausência de planejamento não deve ser utilizada como instrumento para caracterizar a necessidade temporária e permitir a admissão de servidor sem a realização de concurso público. Cautelar com vistas a impedir órgão jurisdicionado dê continuidade sistemática ilegalmente adotada.

Contraditoriamente às questões estruturais e acadêmicas enfrentadas pela Universidade, inclusive apontadas na Representação do Ministério Público, com a manutenção de contratos precários para professores para tempo determinado, o Conselho Universitário da UEG aprovou a criação de novos cursos em novembro de 2017 para início em 2018 (1º. ou 2º. semestres letivos): o curso de Medicina em Itumbiara, modalidade bacharelado, em turno integral, com 24 (vinte e quatro) vagas, entrada semestral e início em 2018 (Resolução CsU n. 821/2017); essa aprovação ocorreu mediante uma série de questionamentos de um grupo de conselheiros quanto a estrutura física do câmpus, as dificuldades formativas diante da ausência de Projeto de Curso aprovado, ausência de professores, a parceria

com a Secretaria de Saúde do município de Itumbiara, o não-implemento no orçamento para custear novos cursos, dentre outros pontos. É interessante analisar que mesmo com clara observância pela negativa em aprovação da proposta para abertura do curso de Medicina por um conjunto de conselheiros, a proposta foi aprovada pela maioria, ou seja, dos 55 conselheiros presentes houveram 46 votos favoráveis, 3 contra e 6 abstenções. No mesmo dia, foram aprovadas a criação de 6 cursos de bacharelado em Direito nos câmpus de Uruaçu, Iporá, Palmeiras de Goiás, Aparecida de Goiânia, Morrinhos e Pires do Rio, todos com expressiva votação favorável dos conselheiros⁹⁷. Um argumento contrário à criação dos cursos foi o do conselheiro Marcelo Moreira, que “defendeu que cursos que não apresentam Projeto Pedagógico do Curso (PPC), planejamento e impacto orçamentário para instituição não deveriam ter sua criação homologada e deveriam sair de pauta.⁹⁸” Na continuidade de sua argumentação, o conselheiro “defendeu que os mesmos procedimentos deveriam ser seguidos por todos os cursos. Voltou a exigir a publicação do impacto orçamentário” (Ata da 103ª Reunião do Conselho Universitário de 28/06/2017, p. 14)⁹⁹. Na mesma reunião, ocorreu manifestação de

97 A Resolução - CsU n.823/2017 cria o curso de Direito na UEG Câmpus Palmeiras de Goiás; sob a Resolução - CsU n.828/2017 cria o curso de Direito, modalidade bacharelado, na UEG Câmpus Uruaçu; mediante a Resolução - CsU n.827/2017 Criar o curso de Direito, modalidade bacharelado, na UEG Câmpus Iporá; com a Resolução - CsU n.826/2017 criar o curso de Direito, modalidade bacharelado, na UEG Câmpus Aparecida de Goiânia, em turno matutino, com 50 (cinquenta) vagas, entrada anual e início em 2018/1; a Resolução - CsU n.825/2017 cria o curso de Direito, modalidade bacharelado, na UEG Câmpus Morrinhos, em turno matutino, com 40 (quarenta) vagas, entrada anual e início em 2018/1. A Resolução - CsU n.824/2017 cria o curso de Direito, modalidade bacharelado, na UEG Câmpus Pires do Rio, em turno matutino, com 40 (quarenta) vagas, entrada anual e início em 2018/1; o curso de Educação Física, modalidade bacharelado, foi criado mediante Resolução - CsU n.829/2017 na UEG Câmpus Goiânia - Eseffego, em turno vespertino, com 30 (trinta) vagas, entrada anual e início em 2018; a Resolução - CsU n.830/2017 cria o curso de Educação Física, modalidade bacharelado, na UEG Câmpus Itumbiara, em turno matutino, com 40 (quarenta) vagas, entrada anual e início em 2018; a Resolução - CsU n.831/2017 cria o curso de Agronomia, modalidade bacharelado, na UEG Câmpus Posse, em turno integral, com 30 (trinta) vagas, entrada anual e início em 2018. A Resolução - CsU n.832/2017 cria o curso de Sistemas de Informação, modalidade bacharelado, na UEG Câmpus Trindade, em turno noturno, com 40 (quarenta) vagas, entrada anual e início em 2018. Por meio da Resolução - CsU n.836/2017 autoriza a oferta de 40 (quarenta) vagas no período noturno do curso de Pedagogia da UEG Câmpus Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Econômicas, modalidade licenciatura, em complementação às vagas ofertadas no período matutino, totalizando 80 (oitenta) vagas; a Resolução - CsU n.843/2017 aprova a substituição do curso Superior de Tecnologia em Produção Sucroalcooleira pelo curso de bacharelado em Administração, oferta modular, com 40 (quarenta) vagas, turno noturno, na UEG Câmpus Mineiros. A 104ª. Reunião do CsU cria o curso de bacharelado em Psicologia – Inhumas para o ano letivo de 2018.

98 Neste trecho do trabalho faz-se a citação nominal dos conselheiros por se entender que as Atas das Reuniões do CsU são públicas e estão disponíveis no site da Universidade para consulta pública, não só para servidores e profissionais da UEG.

99 Disponível em http://www.cdn.ueg.br/source/conselhos_superiores_ueg_236/conteudo_compartilhado/7402/ATA_CsU_103.pdf (acesso em 11/01/2018).

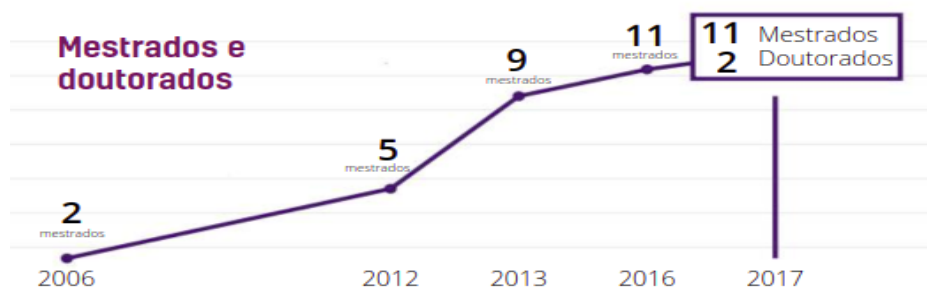
preocupação de conselheiros no sentido de adiamento da aprovação de cursos de Direito em função de mudança de agentes políticos em cargos de gestão no governo estadual, o que poderia comprometer a subsequente aprovação dos cursos. O trecho da Ata da 103ª Reunião do Conselho Universitário que retrata essa questão é:

Na sequência, o conselheiro Valdir Specian disse que, se havia menos pressão em Pires do Rio, talvez fosse melhor deixar a criação do curso em questão para depois nesse Câmpus e sugeriu que o início do curso de Direito em Iporá fosse em 2018/1. *Colocou também sua preocupação em deixar a aprovação do curso para momento posterior, tendo-se em vista as mudanças nos cargos ligados ao Governo de Goiás.* Propôs abrir todos os cursos de Direito em 2018/1 ou, no máximo, até 2018/2 e que houvesse a inversão entre as datas de oferta do curso em Iporá e Pires do Rio. (Ata da 103ª Reunião do Conselho Universitário de 28/06/2017, p. 15). (grifos nossos).

No trecho em questão, observa-se no posicionamento do conselheiro o claro entendimento da vinculação das decisões relativas à UEG a agentes políticos do governo do estado de Goiás (deputados estaduais, secretários de governo). Analisa-se também, que todos os diretores dos 41 câmpus da UEG são conselheiros do CsU, ou seja, são também, em boa medida, agentes políticos que, por vezes, “emprestam” sua posição de gestão a interesses pautados por prefeitos, vereadores, deputados estaduais de seus municípios, onde ocupam cargo de diretor de câmpus. Observa-se, pois, o jogo, estratégias no interior do corpo gestor da Universidade no sentido de assegurar “aquilo que vem como força maior no jogo”, ou seja, a necessidade de pertencimento e reconhecimento nos/pelos grupos de poder de sua região/cidade.

Em relação à Pós-graduação, o Gráfico 3 apresenta a progressão em quantidade de cursos *Stricto Sensu* entre os anos de 2006 e 2017. Verifica-se um intervalo entre os anos de 2006 e 2012, justamente no período de crise institucional e gestora na UEG. Após 2012 houve um incremento significativo nos cursos de Mestrado, especialmente, aumentando de 5 para 11. Considera-se que o maior equilíbrio institucional e no campo da gestão (Administração Superior) contribuiu para esse fato, bem como o ingresso de novos doutores nos concursos de 2011 e 2014 que ocuparam postos como docentes da Pós-graduação.

Gráfico 3 – PROGRESSÃO ENTRE OS ANOS DE 2006 E 2017 DO NÚMERO DE CURSOS DE MESTRADOS E DOUTORADOS NA UEG



Fonte: UEG em Dados (www.ueg.org.br) (acesso em 23/01/18).

Sobre a pós-graduação, a Entrevistada 1 faz um lembrete:

Uma outra coisa que também foi um marco foi o aperto que nós passamos diante da pressão do MEC, que para se construir universidade era preciso ter os cursos de stricto sensu, coisa que a gente não tinha até 2006. Então nessa época, no ano de 2006, um pouco antes talvez, não estou lembrando direito aqui, que a universidade teve que tomar a decisão de investir em programas de stricto sensu. Então esse também foi um marco muito importante na universidade porque ela amplia o seu espaço de atuação com as pesquisas, ela valoriza os professores para os trabalhos com pesquisas, porque até então as atividades dos professores eram voltadas para o ensino e para a gestão local. Então, eu acho que isso foi um marco importante, que nós estamos agora no caminho e com dez programas, dez ou onze.

O Quadro 27 apresenta os cursos de pós-graduação que estão sendo desenvolvidos na UEG no ano de 2018, a totalização de alunos que fazem os cursos, bem como especifica os câmpus onde se desenvolvem.

Quadro 27: CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO NA UEG – ANO DE 2018

Doutorados – 16 acadêmicos	
Câmpus-Anápolis CCET	Recursos Naturais do Cerrado
Câmpus-Anápolis CCET	Química
Mestrados – 353 acadêmicos	
Câmpus	Curso
Câmpus-Anápolis CET	Ciências Aplicadas a Produtos para Saúde
	Ciências Moleculares
	Engenharia Agrícola
	Ensino de Ciências
Câmpus-Anápolis CSEH	Recursos Naturais do Cerrado (RENAC)
	Educação, Linguagem e Tecnologias
	Territórios e Expressões Culturais no Cerrado
Câmpus-Cora Coralina	Língua, Literatura e Interculturalidade
Câmpus-Ipameri	Produção Vegetal
Câmpus-Morrinhos	Ambiente e Sociedade
Câmpus-São Luis	Desenvolvimento Rural Sustentável
Especializações – 2.696 acadêmicos	
Câmpus-Anápolis CET	Engenharias, Tecnologias e Sustentabilidade Urbana
	Educação Ambiental: perspectivas interdisciplinares e tecnológicas
Câmpus-Anápolis CSEH	Linguagens e Educação Escolar
	Políticas Públicas e Dinâmicas Territoriais
Câmpus-Caldas Novas	Gestão de Pessoas e Estratégias Financeiras
Câmpus-Cora Coralina	Formação Docente para Educação da Relações Étnico-Raciais: História a Cultura Afro-Brasileira e Africana

Câmpus-Edéia	Gestão em Agronegócio com Ênfase em Cálculos Financeiros
Câmpus-Formosa	Geografia e Análise Ambiental
Câmpus-Goiânésia	Educação e Diversidade
Câmpus-Goiânia-ESEFFEGO	Fisioterapia Esportiva
Câmpus-Goiânia-ESEFFEGO	Lato Sensu - Educação Física Escolar
Câmpus-Goiânia-ESEFFEGO	Movimento Humano
Câmpus-Goiânia-Laranjeiras	Gestão e Biossegurança em Estética e Cosmética
Câmpus-Inhumas	Docência Universitária
Câmpus-Iporá	Cultura, Territorialidades e Identidades
Câmpus-Iporá	Letramento, Produção de Sentidos e Escrita
Câmpus-Iporá	Ordenamento Ambiental e Desenvolvimento Sustentável
Câmpus-Itapuranga	Linguagem, Tecnologia e Ensino
Câmpus-Itumbiara	Gestão em Agronegócios
Câmpus-Itumbiara	Gestão em Saúde
Câmpus-Jataí	Gestão da Produção e da Qualidade Agroindustrial
Câmpus-Jussara	Cultura, Identidade e Região
Câmpus-Jussara	Ensino da Matemática
Câmpus-Luziânia	Docência e Gestão da Educação Superior: Presentificando a interdisciplinaridade
Câmpus-Luziânia	MBA em Gestão de Negócios e Inovação
Câmpus-Mineiros	Docência e gestão do ensino superior
Câmpus-Mineiros	Gestão em Agronegócio
Câmpus-Mineiros	Gestão em Agronegócio
Câmpus-Mineiros	Gestão Estratégica e Recurso Humanos
Câmpus-Morrinhos	Controladoria e gestão financeira de empresas
Câmpus-Morrinhos	Planejamento e Gestão Ambiental
Câmpus-Niquelândia	Planejamento e Gestão Ambiental
Câmpus-Pirenópolis	Transdisciplinaridade e Interdisciplinaridade na Educação
Câmpus-Porangatu	Educação e Linguagens
Câmpus-Quirinópolis	Cultura, diversidade e meio ambiente
Câmpus-Santa Helena	Análise e Desenvolvimento de Sistemas Especialistas
Câmpus-Santa Helena	Gestão Estratégica nos Agronegócios e suas Tecnologias
Câmpus-São Luis	Educação, Arte e Cultura
Câmpus-São Luis	Produção animal
Câmpus-São Luis	Produção animal
Câmpus-Senador Canedo	Gestão Estratégica em Logística
Câmpus-Silvânia	Planejamento em Gestão de Negócios
Câmpus-Trindade	Segurança e Gestão da Tecnologia da Informação
Câmpus-Uruaçu	Saberes Docentes da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental

Fonte: Dados da Gerência de Pessoas/UEG

Observa-se que os 2 cursos de doutorado são ofertados no mesmo câmpus de Anápolis e os 11 cursos de mestrado são oferecidos em 5 cidades. As especializações são mais “pulverizadas” e são oferecidas em 26 cidades do estado de Goiás. Mesmo havendo um aumento importante, a quantidade de cursos de Pós-graduação stricto sensu na UEG representa um percentual de 9,15% em relação ao total de cursos de graduação que a UEG oferece (142 cursos). Do total de cursos de graduação, em torno de 52% são de licenciatura, ou seja, de formação de professores. Nessa observação, constata-se a vocação da Universidade que se expressa, essencialmente, como universidade que forma professores.

CAPÍTULO 4

A gestão administrativa e acadêmica da Universidade Estadual de Goiás (UEG): embates e tensões no processo de estruturação e organização universitária e de constituição do *habitus* gestor

A contradição é destruidora, mas também criadora, já que se obriga à superação, pois a contradição é intolerável. Os contrários em luta e movimento buscam a superação da contradição, superando-se a si próprios. Na superação, a solução da contradição aparece enriquecida e reconquistada em nova unidade de nível superior. Cada coisa é uma totalidade de movimentos e de momentos que se envolvem profundamente, e cada uma contém os momentos e elementos provenientes de suas relações, de sua gênese e de sua abertura. (CURY, 1986, p.30)

Neste capítulo, faz-se uma discussão sobre a autonomia universitária da UEG, além de apresentar alguns embates enfrentados pela gestão da Universidade na sua relação com o governo do estado de Goiás para a afirmação desse princípio; examinam-se, ainda, como os Órgãos Colegiados e estrutura da Administração Central se estruturam para a gestão da Universidade. Sob outro sentido, compreende-se que a gestão universitária, como componente fundamental da dinâmica acadêmica, pode contribuir com a condução de projetos que se contraponham à perspectiva da administração científica propugnada pelos ideais taylorianos, mercadológicos, tão apropriados ao corolário do capitalismo. A administração de uma universidade, em função de sua natureza institucional, não pode ser realizada a partir da aplicação de métodos e técnicas de gerenciamentos próprios de uma empresa, dada sua especificidade e natureza. Para tanto, este Capítulo faz uma abordagem sobre a reforma vivida pela UEG com a inclusão das gerências em sua estrutura básica da Administração Central e discute os efeitos desse modelo de gestão na Universidade. Na sequência, apresentam-se elementos observados em reuniões e documentos do Conselho Acadêmico (CsA) e Conselho Universitário (CsU) que contribuem para o entendimento da constituição do *habitus* institucional acadêmico e da gestão da Universidade.

4.1. A UEG e os *limites* de sua autonomia universitária

A primeira vez que a expressão “autonomia universitária” foi incorporada aos princípios da educação superior foi no ano de 1911 na Reforma Rivadávia Corrêa (Decreto n°. 8.659), portanto, antes mesmo de ter sido criada a Universidade do Rio de Janeiro, posteriormente Universidade do Brasil. Na sequência, a Reforma Carlos Maximiliano (1915) reorganizou a educação secundária e superior da República e o termo foi suprimido só reaparecendo em 1931 na Reforma Francisco Campos. Esta concede às universidades uma “autonomia relativa” como preparação para a autonomia plena, sem a conseqüente definição de “autonomia de gestão financeira”. (FÁVERO, 1997, p. 9).

[...] o projeto preferiu a orientação prudente e segura da autonomia relativa, destinada a exercer uma grande função educativa sobre o espírito universitário, que na sua prática adquirirá a experiência e o critério indispensáveis a uma autonomia mais ampla, seja no terreno administrativo, seja no domínio didático. Com a experiência poderá o quadro da autonomia ir se alargando de maneira gradual e progressiva até que, finalmente, com o desenvolvimento da capacidade e da envergadura do espírito universitário, este venha a reunir sob a sua autoridade todos os poderes de governo do grande agrupamento administrativo, técnico e didático que constitui a universidade. A autonomia integral será, assim, obra de conquista de espírito universitário, amadurecido, experiente e dotado do seguro e firme sentido de direção e de responsabilidade, ao invés de constituir uma concessão graciosa e extemporânea, destinada antes a deseducar do que a formar, no centro universitário o senso de organização, de comando e de governo. (Estatuto das Universidades Brasileiras, Reforma Francisco Campos de 1931¹⁰⁰).

Fávero (1997, p. 56) considera que a autonomia universitária não pode ser concedida como uma dádiva, mas como uma responsabilidade que a universidade deve assumir, de forma competente, no desenvolvimento de suas funções de ensino, pesquisa e extensão. A autora acrescenta, nesse sentido, que a autonomia é também uma conquista. Nessa linha de raciocínio, pode-se avaliar que se torna ilusória a autonomia didática e científica não acompanhada da autonomia administrativa, de gestão, e esta última não pode, praticamente, existir sem a autonomia financeira. Pode-se, mesmo, dizer que o grau de autonomia didática e administrativa de instituições de educação superior se mede pela amplitude da autonomia financeira que lhes é proporcionada. Nessa questão, concorda-se com Fávero (op.cit), bem como com Lima (2008, p. 26), que a autonomia universitária não deve se instituir como concessão ou outorga e

100 Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-norma-pe.html>. Acesso em: 21/06/2018

[...] não se pode desconsiderar que, embora diversos governos tentem limitar o princípio da autonomia à publicação de decretos historicizando sua existência a contextos políticos, *o princípio da autonomia ultrapassa a outorga, o decreto, a publicação de leis*. Na realidade, a autonomia universitária é um direito que precede às constituições nacionais competindo a estas o seu reconhecimento ou não, portanto não é concessão, é condição ímpar prevista desde seu surgimento ainda no período medieval. (grifos nossos).

Sobre autonomia universitária, referindo-se às reivindicações e movimentos no âmbito das universidades públicas no período militar no Brasil, Chauí (1999, p. 05) acentua:

Sob suas múltiplas manifestações, *a ideia de autonomia*, como a própria palavra grega indica – *ser autor do nomos, ser autor da norma, da regra e da lei* – buscava não só garantir que a universidade pública fosse regida por suas próprias normas, democraticamente instituídas por seus órgãos representativos, mas visava, ainda, assegurar critérios acadêmicos para a vida acadêmica e independência para definir a relação com a sociedade e com o Estado. Numa palavra, *autonomia possuía sentido sócio-político e era vista como a marca própria de uma instituição social que possuía na sociedade seu princípio de ação e regulação*.

A autora, ao evidenciar o termo *autonomia* a relaciona à universidade como instituição social. Enfatiza que a autonomia universitária é expressa pela relação que a universidade mantém com a sociedade, pois é esta que a deve regular e para a qual a universidade devem convergir suas ações.

A par dessas considerações, é possível avaliar a importância da autonomia universitária na área didático-científico, como na área financeira, ou seja, há uma interdependência importante entre essas duas áreas que precisam ser consideradas. Nesse sentido, sobre a autonomia universitária da UEG, o grupo gestor que compunha a reitoria de Haroldo Reimer, no ano de 2013, apresentou ao governo do estado de Goiás e à Assembleia Legislativa, um documento intitulado *Subsídios para criação de lei que regulamenta a autonomia da Universidade Estadual de Goiás* (UEG, 2013).

O documento é resultado de discussões nos colegiados gestores, em especial no Conselho Universitário, bem como foi originado de mobilizações e reivindicações de professores¹⁰¹ sobre a premente necessidade de se estabelecer a autonomia

101 O documento *Subsídios para criação de lei que regulamenta a autonomia da Universidade Estadual de Goiás* (UEG, 2013, p. 09) acrescenta as seguintes informações sobre as mobilizações docentes em 2013: “O principal da pauta foi o projeto de alteração de Plano de Cargos e Salários dos docentes da UEG, encaminhado a SEGPLAN para cálculo de impacto e envio a Assembleia para alteração na Lei que institui o Plano de Cargos e Salários da UEG (Lei n. 13.842, de 01 de junho de 2001 e Lei 14.042, de 21 de dezembro de 2001). A alteração requerida no referido processo enseja duas questões principais: i) a *incorporação da gratificação de dedicação exclusiva (DE) na remuneração dos docentes, com a transformação da DE de*

universitária conforme regula a legislação sobre a matéria¹⁰². Nessa direção, o documento (op.cit, p. 06 -10) argumenta que questões judiciais demandadas contra a Universidade reiteram a urgência por sua autonomia e controle sobre os seus recursos e orçamento. Dentre as questões judiciais, destaca: i) a Ação Civil Pública impetrada pelo Ministério Público na Justiça Estadual, na Vara da Fazenda Pública da Comarca de Anápolis, solicitando, em pedido de liminar, a determinação judicial de realização de concursos, proibição de novos contratos temporários e renovação dos existentes; ii) Em 06 de novembro, a UEG recebeu do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, com citação/intimação para que o novo reitor tomasse ciência de documentos de controle de contas e desempenho relativos ao período de 2006-2008 e a perspectiva de fiscalização em 2013, e, no prazo máximo de 60 dias, apresentar cronograma de adoção de medidas recomendadas por meio de Acórdão, visando a autonomia da UEG conforme os ditames constitucionais e a legislação infraconstitucional pertinente; iii) dos recursos, resultados e acordos firmados com a Justiça Estadual e Ministério Público;

O documento intitulado *Subsídios para criação de lei que regulamenta a autonomia da Universidade Estadual de Goiás* (UEG, 2013) apresenta em seu escopo principal:

Proposta de criação de lei de autonomia para a UEG regulamentando os ditames constitucionais (federal e estadual), de acordo com leis infraconstitucionais (LDB), Resolução nº 2 do Conselho Estadual de Educação, Parecer do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, Estatuto da UEG, Ação Civil Pública do Ministério Público de Goiás, Decisão da Vara da Fazenda Pública de Anápolis. (UEG, 2013, p. 01).

O documento da UEG (2013) apresenta argumentos para a definição da autonomia universitária, reivindicando autonomia de gestão acadêmica, administrativa, orçamentária, com a possibilidade de gerir seus recursos. Acentua a necessidade de transferência do que está definido na legislação estadual, em relação ao repasse mensal de duodécimos relativos aos 2% que devem ser

gratificação em regime de trabalho. Apesar de algum impacto financeiro presente, os efeitos maiores da alteração se darão na aposentadoria dos docentes. ii) a alteração do quantitativo de doutores e pós-doutores sem alteração do quantitativo geral dos cargos de docentes fixados em lei (total de 1456 docentes). A alteração destes quantitativos parciais é condição necessária para a devida acomodação dos docentes em face da qualificação docente continuada dentro da UEG.” (grifos nossos).

102 Uma reflexão crítica apresentada pelo gestor, Entrevistado 3 para essa pesquisa, que participou das reuniões colegiadas para discussão e encaminhamento da proposta, infere que a UEG “é uma universidade que ainda está muito presa a uma tutela do governo estadual. Há uma tutela do governo estadual. Em que pese toda a discussão sobre autonomia, a própria lei de autonomia não reflete aquilo que de fato foi pensado pelo coletivo para se transformar em lei e acabou se transformando numa camisa de força para tomar decisões.” (grifos nossos).

destinados à Universidade, oriundos dos recursos estaduais. O texto do documento esclarece:

Pretende-se regulamentação para a autonomia orçamentária e de gestão financeira na UEG. Isso é diferente de autonomia financeira. A UEG continuará a ser dependente do repasse regular da vinculação constitucional, contudo com determinação constitucional, preferencialmente na forma de duodécimos (valor estimado ao final do mês com ajuste no mês seguinte) para conta específica da UEG saindo da conta centralizadora do Estado. (UEG, 2013, p. 24).

Na exposição da legalidade sobre autonomia universitária, o documento *Subsídios para criação de lei que regulamenta a autonomia da Universidade Estadual de Goiás* (2013), apresenta artigos e fundamentos de leis nacionais e estaduais para compor a argumentação sobre a necessária autonomia da UEG. Toma como base a Constituição Federal de 1988 que, em seu Art. 207, estabelece: “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. O documento da UEG (2013) apresenta trecho da Constituição do Estado de Goiás que define em seu Art. 161:

As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa, financeira e patrimonial e observarão o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, assegurada a gratuidade do ensino nas instituições de ensino superior mantidas pelo Estado”. (UEG, 2013, p. 02)

O documento da UEG (2013) acrescenta o exposto nos Art. 53 e Art. 54, parágrafo 1º da LDB (Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996) que:

[...] define processos como criação, organização e extinção pelas universidades, em sua sede, de cursos e programas de educação superior [...] o estabelecimento de planos, programas e projetos de pesquisa científica, produção artística e atividades de extensão; fixação de número de vagas, elaboração de estatutos, atribuição de graus [...] programação das pesquisas e das atividades de extensão, contratação e dispensa de professores, a definição de planos de carreira, sem prejuízo de outras. (UEG, 2013, p. 02).

Por sua vez, o documento (op. cit, p. 02-03) acrescenta que o Art. 64 e Art. 71 da Lei Complementar nº 26, de 28 de dezembro de 1998 que institui as diretrizes e bases do Sistema Educativo do Estado de Goiás estabelece a autonomia didático-científica, administrativa e de gestão patrimonial (Art. 64) e ou “autonomia científico pedagógica, administrativa e de gestão financeira, na forma do artigo 207 da Constituição Federal” (Art. 71).

O trecho do Estatuto da UEG (Decreto no 7.441, de 08 de setembro de 2011), destacado pelo documento da UEG (2013), define:

Art. 2º: A UEG é uma autarquia, instituída mediante transformação jurídica operada pelo art. 18 da Lei n. 16.272, de 30 de maio de 2008, com autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, nos termos dos arts. 207 da Constituição da República Federativa do Brasil e 161 da Constituição do Estado de Goiás, regendo-se por este Estatuto, pelo Regimento Geral e demais normas complementares. (UEG, 2013, p. 03)

Outro texto que trata da autonomia e é apresentado no documento da UEG (2013) é o Art. 12, parágrafo 7º e Incisos I, II e III da Resolução nº 02 de 06 de julho de 2006 do Conselho Estadual de Educação do Estado de Goiás (CEE/GO) que estabelece o raio de ação da UEG no exercício do gozo da autonomia ditada em texto constitucional:

Parágrafo 7º: A universidade pertencente ao Sistema Estadual de Ensino Superior, de acordo com a legislação superior que rege a matéria, goza de autonomia didático-científica, que lhe é assegurada pela autonomia administrativa e pela autonomia de gestão financeira e patrimonial, explicitada em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI):

Inciso I: a autonomia didático-científica dá à universidade o direito de definir o projeto acadêmico, científico e de desenvolvimento da instituição de cada curso, de criar, organizar e extinguir cursos e programas na sede e nos campi autorizados, bem como de fixar número de vagas;

Inciso II: a autonomia administrativa dá à universidade o direito de elaborar seus estatutos, regimentos e demais normas, de escolher os dirigentes, de aprovar as formas colegiadas de gestão acadêmica, os regulamentos de carreira para docentes e funcionários administrativos e de gerir os recursos materiais;

Inciso III: a autonomia de gestão financeira e patrimonial dá à universidade o direito de gerir os recursos patrimoniais, orçamentários e financeiros gerados ou recebidos, de acordo com a legislação pertinente. (UEG, 2013, p. 03).

É importante observar que o CEE/GO reafirma a autonomia da UEG nos três eixos básicos, conforme lhe outorga a legislação vigente e apresentada no PDI da Universidade: autonomia didático-científica, autonomia administrativa e autonomia de gestão financeira e patrimonial.

Por meio de trecho do documento da UEG (2013), analisa-se no conjunto das **estratégias de convencimento** ao governo do estado, que o governo de Goiás terá ganhos no campo da gestão com a concessão da autonomia à UEG:

A atual gestão da UEG tem como objetivo o desenvolvimento da UEG rumo à sua consolidação e excelência, convencida de que uma universidade forte e reconhecida, nos parâmetros da autonomia a ser estabelecida em diálogo com o governo estadual, *reverterá de forma muito positiva para o reconhecimento da qualidade de gestão do governo estadual*. Indicativo neste sentido foi o slogan da campanha eleitoral para reitor e vice-reitora da UEG: “Consolidação e integração – caminhos para a excelência” (UEG, 2013, p. 23, grifos nossos).

O ganho do governo do estado seria o do reconhecimento da qualidade da gestão, ou seja, conceder autonomia à Universidade, no que concerne ao

atendimento da legislação vigente, ressoaria positivamente ao governo do estado.

Na continuidade da argumentação, conforme o documento (op.cit, p. 24), a UEG ainda está em processo de institucionalização, bem como de constituição de uma cultura organizacional¹⁰³ no campo da gestão de seus recursos. Este trecho do documento apresenta uma posição ponderada, porém, pode-se inferir que há um “recoo estratégico” nesta posição:

Há o reconhecimento de que a UEG padece de uma cultura organizacional que precisa ser confrontada de forma cadenciada com os ditames e as responsabilidades inerentes à autonomia universitária, rumo a maior assunção de responsabilidades para a devida e responsável gestão do dinheiro público em prol de toda a comunidade do Estado de Goiás.

A autonomia da UEG é um processo de médio e longo prazo, com ações a serem implementadas a curto prazo.

A autonomia a ser implementada na UEG a curto e médio prazo pressupõe a continuidade dentro da estrutura administrativa centralizada do Estado hoje existente, com ajustes pontuais. (UEG, 2013, p. 23, grifos nossos).

É possível observar, a partir do trecho acima, que é apresentada a fragilidade da UEG quanto à condição administrativa de implementar sua autonomia. O texto afirma que essa é uma possibilidade de médio e longo prazo e que para ser implementada a curto e médio prazo há a necessidade de continuidade de sua inserção “dentro da estrutura administrativa centralizada do Estado”, afirmando possibilidade de “ajustes pontuais”. Ora, percebe-se aqui o jogo da gestão da Universidade com o governo do estado, porém, um jogo de risco, pois pode ocorrer a interpretação do governo de que a fragilidade apresentada no corpo administrativo e de gestão da UEG possam ser obstáculos para a concessão de autonomia à Universidade. Essa estratégia se inclui como estratégia política, porém, avalia-se, um tanto desfavorável à posição da UEG no jogo, inclusive por se ter que, em algum momento, fazer avaliação do tempo e condição exatos para o desvencilhamento da dependência umbilical da Universidade em relação ao estado de Goiás. Observa-se, em boa medida, também, a contradição da situação naquilo que é mais evidente, ou seja, apresentam-se as premissas, a necessidade, a importância da autonomia, mas evidencia-se no discurso para o convencimento, a fragilidade.

103 Macedo e Pires (2015, p. 87) assim definem cultura organizacional: “A cultura organizacional é um conceito essencial à construção das estruturas organizacionais. Percebe-se, então, que a cultura de uma organização será um conjunto de características que a diferencia em relação a qualquer outra. A cultura assume o papel de legitimadora do sistema de valores, expressos através de rituais, mitos, hábitos e crenças comuns aos membros de uma organização, que assim produzem normas de comportamento genericamente aceitas por todos.”

Outro ponto que merece atenção no trecho em destaque no documento da UEG (2013) é o apontamento sobre a cultura organizacional. O texto afirma que “a UEG padece de uma cultura organizacional que precisa ser confrontada de forma cadenciada com os ditames e as responsabilidades inerentes à autonomia universitária”. Sendo assim, o termo “cadenciada” converge para o entendimento de que a cultura organizacional da UEG deve ser modificada, adequada aos poucos, a médio e longo prazo, para atender o que se requisita em termos de gestão da autonomia da Universidade; o texto faz, portanto, uma crítica ao modo como a cultura organizacional se configura na UEG. Concebe-se aí que a cultura organizacional da Universidade pode ser adequada ao tom da necessidade, mesmo que aqui se estabeleça, positivamente, a autonomia universitária como horizonte. É possível inferir, nesta interpretação, por uma visão funcional que concebe a cultura organizacional como algo que pode ser conduzida ou reelaborada a partir de uma demanda específica. Ao contrário, de acordo com Schein (2009), a cultura organizacional é resultado das interações entre os sujeitos da instituição, da interação com as bases da organização institucional, com os processos históricos, políticos e sociais de constituição da instituição; o que se denomina de cultura organizacional movimenta-se de acordo com as crenças, valores e convicções dos sujeitos de cultura que integram a instituição, inclusive em postos de gestão. Para contribuir com a análise, retoma-se a compreensão de Berger e Berger (1988) que afirmam que as instituições têm a qualidade da historicidade e, nesse sentido, as ideias corporificadas foram acumuladas por indivíduos durante um longo período de tempo. Sendo assim, a cultura organizacional de uma instituição ou as “ideias corporificadas”, como afirmam os autores (op.cit), se constitui ao longo de sua história.¹⁰⁴

O documento da UEG (2013) apresenta a ocorrência de fato importante, já em 2005, com a Emenda Constitucional nº 39 que define o repasse de 2% dos recursos de arrecadação do estado de Goiás à UEG em duodécimos mensais. Salieta que em 2008 houve Projeto de Emenda Constitucional (PEC) para reduzir os repasses da vinculação constitucional de 2% para 0,25%, excluída deste percentual a folha

104 Em um sentido semelhante, uma entrevistada para essa pesquisa afirma sobre a autonomia interna de trabalho na Administração Central e sobre a necessidade de reelaboração da cultura institucional, organizacional da UEG,: “Eu acredito que autonomia nós temos. O que precisa ser fortalecido, e eu acho que está a caminho. Então, há autonomia e existe o espaço, a cultura precisa ser fortalecida em relação a esse processo prospectivo e em direção a um objetivo definido.” (Entrevistada 8).

de pagamento, cujo custo seria transferido para o estado de Goiás. A forte reação da comunidade acadêmica e da opinião pública rejeitou a proposta de emenda, que não se efetivou. Porém, a partir da Emenda Constitucional nº 43 de 2009, o estado se desobriga do repasse dos duodécimos mensais, porém mantém-se a legislação do repasse dos 2% anuais.

O Artigo 158 da Constituição do Estado de Goiás define os percentuais de investimento da receita do estado na educação pública e, por conseguinte, na educação superior pública, no caso, a UEG como única universidade no estado:

Art. 158 - O Estado aplicará, anualmente, no mínimo, 28,25% (vinte e oito e vinte e cinco) da receita resultante de impostos, inclusive transferências, em educação, destinando 25% (vinte e cinco por cento) da receita na manutenção e no desenvolvimento do ensino público, na educação básica, prioritariamente nos níveis fundamental e médio, e na educação profissional, os 3,25% (três e vinte e cinco centésimos por cento) restantes, na execução de sua política de ciência e tecnologia, inclusive educação superior estadual, distribuídos conforme os seguintes critérios: I. 2% (dois por cento), na Universidade Estadual de Goiás – UEG. (GOIÁS, 2009)¹⁰⁵.

Conforme estudo sobre a questão do financiamento regulado pelas Constituições Estaduais (CE), Carvalho (2018, p. 231) ressalta

[...] que a previsão de vinculação de recurso nas CEs não garante que o recurso chegue à instituição. Os estados, além da previsão na Constituição, podem regulamentar o financiamento de seu Sistema de Educação Superior por meio de leis, Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) etc ou, ainda, podem não estabelecer nenhum percentual vinculado de financiamento.

Sobre a vinculação de percentual relativo à receita do estado de Goiás, a CE é clara e atribui 2% de sua receita anual ao financiamento da UEG, diferentemente de outras Universidades Estaduais (UE) pesquisadas pela autora.

A autora (op.cit), analisa, ainda, em seu estudo sobre o financiamento das 38 UE no Brasil que:

O levantamento realizado nos estatutos dessas 38 instituições apurou as suas fontes de receita, destacando-se, entre elas, as dotações orçamentárias previstas nos orçamentos estaduais, as receitas provenientes de prestação de serviços, acordos ou convênios e as oriundas de taxas e emolumentos. Em todos os estatutos pesquisados, as dotações orçamentárias provenientes do poder público estadual aparecem como a principal fonte de receita das UEs, isto é, as UEs são mantidas, principalmente, por meio de recursos financeiros provenientes do fundo público estadual. (CARVALHO, 2018, p. 231).

No caso da UEG, o seu Estatuto no Artigo 49 explicita sobre as origens de sua dotação orçamentária:

¹⁰⁵ Redação dada pela Emenda Constitucional nº 43, de 12-05-2009, D.A. de 14-05-2009. Regulamentado pela Lei nº 19.065, de 19-10-2015

- I - dotações consignadas, anualmente, no Orçamento Geral do Estado de Goiás;
- II - recursos provenientes de fundos governamentais destinados à instituição vinculados a projetos específicos de ensino, pesquisa e extensão;
- III - recursos de fontes nacionais, públicas ou privadas, e de fontes estrangeiras e internacionais, destinados a incentivar o desenvolvimento científico e tecnológico e custear as atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- IV - dotações e subvenções diversas dos poderes públicos federal, estadual e municipal, consignadas nos respectivos orçamentos gerais;
- V - doações, legados ou contribuições, auxílios e subvenções de pessoas jurídicas de direito público e privado, nacionais, estrangeiras, internacionais e de particulares;
- VI - rendas de qualquer espécie constituídas por terceiros a seu favor;
- VII - rendas decorrentes de serviços prestados;
- VIII - rendas oriundas de movimentações de seu patrimônio próprio;
- IX - produtos de operações de créditos e de juros bancários;
- X - taxas e emolumentos cobrados pela prestação de serviços, fixados conforme as normas legais pertinentes;
- XI - rendimentos eventuais, ainda que decorrentes de venda de materiais, equipamentos, produtos agropecuários, industrializados e artesanais, inclusive, direitos autorais e royalties.

Sobre as fontes para a dotação orçamentária da UEG, como exemplo, é possível verificar que há a destinação de recursos do governo do estado de Goiás para o pagamento da folha de pessoal (professores e servidores técnico-administrativos) e que essa fonte é a mais expressiva em termos de volume de recursos. O Quadro 28 apresenta as fontes de receitas e despesas, conforme dados publicados pela gestão da UEG, que financiaram a Universidade no ano de 2013.

Quadro 28: FONTES DE RECEITAS E DESPESAS EFETUADAS DA UEG - 2013

Receitas	
Transferência Orçamentária – Tesouro Estadual	R\$ 201.691.411,67
Receitas Próprias	R\$ 30.517.127,67
Outras Receitas	R\$ 0,00
Total de Receitas	R\$ 232.208.539,34
Despesas	
Pessoal - Remuneração de Pessoal Docente	R\$ 91.043.565,67
Pessoal - Remuneração de Pessoal Técnico-Administrativo / Pedagógico	R\$ 37.290.440,93
Pessoal - Benefícios e Encargos Sociais	R\$ 26.820.647,95
Outras Despesas de Custeio	R\$ 36.997.988,91
Investimentos (Despesa de Capital)	R\$ 32.754.185,54
Pesquisa e Desenvolvimento	R\$ 592.309,83
Outras Despesas	R\$ 0,00
Total Despesa	R\$ 225.499.138,83

Fonte: UEG (2013, p. 95).

O Quadro 28 apresenta os recursos do Tesouro Estadual destinados à UEG no ano de 2013 e verifica-se que estes representam mais de 95% da receita para

manutenção da Universidade (R\$201.691.441,67 de R\$232.208.539,34) naquele ano. De R\$ 201.691.441,67 milhões provindos do Tesouro Estadual, R\$155.154.654,55 milhões foram destinados às despesas com pessoal (remuneração de pessoal docente, remuneração de pessoal administrativo, benefícios e encargos sociais), ou seja, mais de 96% dessa fonte de recurso, conforme o Relatório. O Quadro 29, a seguir, expõe a discriminação de despesas e empenho realizado no exercício de 2014 pela UEG, conforme seu Relatório Institucional daquele ano:

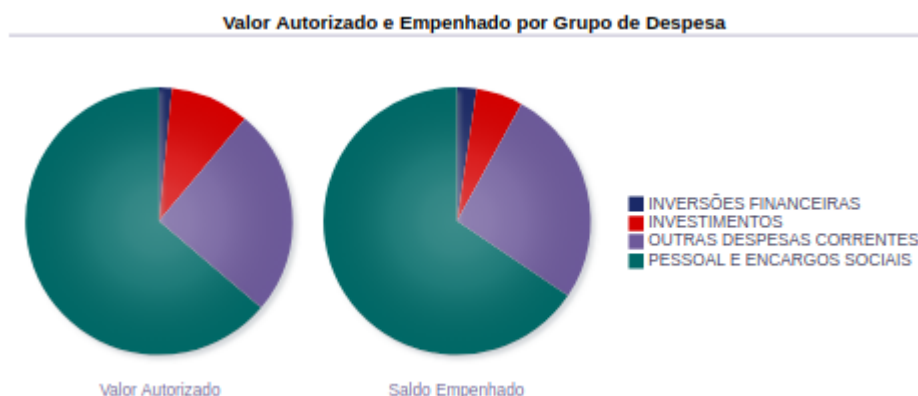
Quadro 29: DISCRIMINAÇÃO DE GRUPO DE DESPESA E VALORES EMPENHADOS NOS GASTOS DA UEG EM 2014

Grupo de despesa	Empenhado (R\$)	%
1- Pessoal e encargos	R\$ 164.145.488,20	71,02
2- Outras despesas correntes	R\$ 48.715.602,20	21,08
3- Investimentos	R\$ 18.254.254,12	7,90
Total	R\$ 231.117.358,52	100,00

Fonte: UEG (2014, p. 158)

Observa-se, a partir do total de recursos empenhados para o exercício de 2014, o percentual de mais de 71% com pagamento em pessoal e encargos. Com a mesma proporção, observa-se no Gráfico 4 a parcela de aproximadamente 2/3 dos recursos da UEG destinada a pagamento de folha de pessoal e encargos sociais no ano de 2018, conforme apresentado no site Goiás Transparente.

Gráfico 4: VALOR AUTORIZADO E EMPENHADO POR GRUPO DE DESPESA – UEG - 2018



Fonte: Goiás Transparente

http://www.transparencia.go.gov.br/lai.php?painel=execucao_orcamentaria_visao_geral&orgao=ueg
(acesso em 03/07/2018)

O que é importante refletir com esses dados apresentados sobre os recursos da UEG e com os percentuais e quantitativos destinados aos pagamentos de pessoal (docentes e servidores técnico-administrativos) é que se verifica a indução da Universidade para angariar recursos próprios visando sua manutenção (infraestrutura e serviços) e investimentos na área da pesquisa, ensino e extensão, como já apontado anteriormente neste trabalho na correlação que se fez sobre as universidades públicas.¹⁰⁶ Nessa condição, a análise de Chauí (1999) contribui para o entendimento sobre essa situação de uma forma mais contextual e do que se exige das universidades públicas, dos seus gestores, sob sua modelação ao que a autora denomina de “organização administrada”:

Ao ser, porém, transformada numa organização administrada, a universidade pública perde a ideia e prática da autonomia, pois esta agora se reduz à *gestão de receitas e despesas*, de acordo com o contrato de gestão pelo qual o Estado estabelece metas e indicadores de desempenho que determinam a renovação ou não renovação do contrato. *A autonomia significa, portanto, gerenciamento empresarial da instituição e prevê que, para cumprir as metas e alcançar os indicadores impostos pelo contrato de gestão, a universidade tem ‘autonomia’ para ‘captar recursos’ de outras fontes, fazendo parceria com empresas privadas.* (CHAUÍ, 1999, p. 05, grifos nossos).

No caso da UEG, em uma observação geral dos dados, verifica-se a necessidade de ampliar os recursos do Tesouro Estadual à Universidade, pois, analisa-se que mesmo buscando recursos externos, há uma grande proporção dos recursos estaduais para folha de pagamento, o que resta pouco para investimentos na estrutura física e pedagógica da instituição.

O documento da UEG (2013, p. 06) também acentua o que denomina de “Inércia da Administração Superior da UEG” ao atribuir às gestões passadas a

¹⁰⁶ **Convênios da UEG com entidades privadas:** ABRACERVA - Associação Brasileira das Microcervejarias e Empresas do Setor Cervejeiro; AMBEV - Companhia de Bebidas das Américas; Anglo American Níquel Brasil Ltda; Associação dos Docentes, Discentes, Egressos e Amigos da UEG - Câmpus Itumbiara; Caoa Montadora de Veículos Ltda; Celena Participações e Serviços em Marketing; Construtora Amazonas Comércio e Indústria; Construtora Biapó Ltda; ECONTEC - Empresa de Consultoria Educacional, Soluções em Tecnologia e Serviços Ltda – ME; Fundação Crescer; Fundação Cultural Divino Espírito Santo de Jataí; Fundação Cultural Serra Azul; FUNAPE - Fundação de Apoio à Pesquisa; Fundação de Desenvolvimento da Região da Serra da Mesa; FUNTEC - Fundação de Desenvolvimento de Tecnópolis (Programa de Desenvolvimento Tecnológico e Empreendedorismo Inovador 2017); FUNTEC - Fundação de Desenvolvimento de Tecnópolis; Fundação Educacional de Jataí; FUNREI - Fundação Rádio Educativa de Iporá-GO; Fundação Roberto Marinho; FUNDEPEC/GOIÁS - Fundo para o Desenvolvimento da Pecuária em Goiás; Instituto Essence; IQUEGO - Indústria Química do Estado de Goiás; Marsou Engenharia EIRELI; Mineração Curral de Pedra Ltda; Optigera S.A.; OVG - Organização das Voluntárias de Goiás; Restaurante Cidadão; RNP - Rede Nacional de Ensino e Pesquisa; Sertão Mineração Ltda; Sobrado Construção Ltda; Soliker Brasil; Total Energia S.A.; TRON Informática Ltda; UniEvangélica - Centro Universitário de Anápolis-GO. (disponível em: http://www.convenios.ueg.br/conteudo/13005_convencios) Acesso em: 25/02/2018.

incapacidade de estabelecer os parâmetros da autonomia da Universidade, inclusive mantendo o seu Estatuto sem alteração até o ano de 2010. Apresenta a reformulação do Estatuto em 2011 e Regulamento da UEG em 2012 como passos importantes da Administração Superior em prol da adequação dos documentos norteadores da Universidade a favor da autonomia universitária.

Em 2015, após extensas negociações entre reitoria e governo do estado de Goiás, foi promulgada a Lei nº 18.971, de 23 de julho de 2015 que dispõe sobre a autonomia da UEG¹⁰⁷. O Artigo 1º define que:

A Universidade Estadual de Goiás –UEG–, nos termos dos arts. 207 da Constituição Federal e 161 da Constituição Estadual, gozará de autonomia didático-científica, administrativa, de gestão financeira e patrimonial e observará o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. (GOIÁS, 2015).

Dentre as atribuições que lhe foram estipuladas a partir da Lei nº 18.971/2015, denominada Lei da Autonomia, conforme seu Art. 2º estão:

- I - formulação e execução da política estadual de educação de nível superior no âmbito de sua área de atuação;
- II - VETADO;
- III - formulação e execução da sua política de assistência estudantil;
- IV - formação, qualificação e capacitação de profissionais nas mais variadas áreas de abrangência do ensino universitário, da pesquisa e extensão;
- V - fomento à pesquisa, inovação tecnológica e extensão;
- VI - requerimento de registro de propriedade intelectual;
- VII - formação, qualificação e capacitação de seus servidores;
- VIII - concessão de bolsas para discentes, docentes e técnicos administrativos;
- IX - realização de concursos públicos, exceto para o preenchimento de cargos de seu quadro permanente de docentes;
- X - fomento às atividades dos docentes, discentes e técnicos administrativos em eventos científicos com apoio à publicação de resultados de suas pesquisas. (GOIÁS, 2015).

A Lei da Autonomia (Lei nº 18.971/2015) estabelece que a UEG deve manter contas bancárias específicas e pode efetuar transferências, quitações e tomar outras providências de ordem financeira e patrimonial por ato do seu ordenador de despesas, nesse caso o reitor. Para tanto, a gestão da Universidade ainda necessita

¹⁰⁷ Em entrevista para esta pesquisa, um dos gestores analisa a questão da autonomia da Universidade: "Entretanto, acho que na trajetória nós tivemos avanços. A vinculação constitucional como base de financiamento é um avanço importante. Esse modelo, hoje com maior respeitabilidade, inclusive de órgãos do estado e do governo do estado em relação a universidade, a lei de autonomia também é um passo importante, mas eu não tenho uma visão idealizada da autonomia para esse momento que vivemos. *Eu acho que ela é resultado e uma construção histórica e avançará ou não de acordo com a trajetória e o modelo de gestão que nós adotarmos e da qualidade acadêmica que nós consolidarmos.* Até lá... é sempre um processo de negociação, você tem um mantenedor, você obrigatoriamente e institucionalmente precisa dialogar com ele." (Entrevistado 6, grifos nossos).

de autorização do governo do estado para efetivação de diversos serviços, dentre eles concurso público para docentes e funcionários administrativos. Essa é uma questão que ainda submete a gestão da Universidade às prioridades do governo do estado de Goiás, ou seja, a UEG entra no rol das despesas do governo do Estado e o repasse – autorizado ou não para aquele fim naquele momento – dependerá da análise do governo estadual sobre sua pertinência.

Conforme a Lei (op.cit), o seu § 3º acrescenta que “[...] bastará o repasse regular e periódico à conta bancária específica da UEG, cabendo-lhe a gestão plena dos recursos”, porém a forma de repasse dos recursos não são automaticamente liberados em duodécimos mensais, são liberados de acordo com a capacidade financeira do governo do estado de Goiás, fechando em 2% ao final do ano ou, quando não, fica de saldo positivo para a UEG para o próximo exercício.

O § 1º da Lei da Autonomia (Lei nº 18.971/2015) define que

Na apuração do percentual indicado no art. 158 da Constituição do Estado de Goiás não serão consideradas as liberações do Tesouro do Estado, originárias de repasse de financiamentos concedidos a projetos específicos ou obtidos mediante convênios, emendas parlamentares, recursos próprios, bem como os rendimentos de aplicações financeiras. (GOIÁS, 2015)

Sendo assim, conforme o § 1º da referida Lei, há possibilidade de, sendo repassados fielmente os 2% anuais dos recursos destinados¹⁰⁸, a UEG tem a possibilidade de aumentar suas fontes de financiamento à medida que empreenda esforços para realização de convênios, produção de recursos próprios, dentre outras fontes. Por sua vez, o Art. 4º da Lei da Autonomia autoriza a UEG a:

- I - elaborar, aprovar, registrar, expedir e publicar os atos de seu ordenador de despesa relacionados a progressão funcional, disposição de servidores, lotação, licença e afastamento, regime e local de trabalho, concessão de adicionais, ajudas de custo e designação para funções de confiança, na forma da lei, respeitadas as competências do Chefe do Poder Executivo;
- II - autorizar, na forma da lei, a participação de servidores em cursos e/ou eventos estaduais, nacionais e/ou internacionais, bem como a liberação de ajuda de custo e auxílio financeiro para a participação nesses eventos, por ato do seu ordenador de despesa;
- III - realizar as obras civis necessárias às suas finalidades, podendo licitá-las, bem como exercer o controle e acompanhamento de sua execução com a observância dos padrões de fiscalização da entidade estadual dela encarregada, bem como da normatização pertinente;
- IV - realizar os procedimentos necessários a sua publicidade institucional e à divulgação dos resultados relativos a suas atividades finalísticas, inclusive licitação, se for o caso;
- V - fazer gestão plena dos recursos patrimoniais, dos saldos orçamentários

¹⁰⁸ Sobre a questão do financiamento da UEG ver dissertação intitulada *Universidade Estadual de Goiás: Histórico, Realidade e Desafios* (CARVALHO, 2013) e tese da mesma autora denominada *O PNE e as universidades estaduais brasileiras: assimetrias institucionais, expansão e financiamento* (CARVALHO, 2018).

e financeiros gerados ou recebidos, de acordo com a legislação pertinente, bem como administrar o seu patrimônio, constituído por bens imóveis, móveis, instalações, semoventes, patentes, títulos e direitos existentes ou que venham a ser adquiridos, com recursos financeiros do Estado de Goiás e recursos próprios, ou por meio de doações e legados, estando autorizada, ainda, a adquirir, locar, ceder ou conceder quaisquer bens e direitos que possua, nos termos da legislação;

VI - alienar bens, na forma legal, dependendo de autorização legislativa específica, quando imóveis. (grifos nossos)

A partir da Lei da Autonomia, avalia-se que à UEG cabe a gestão dos recursos que lhe são transferidos, não havendo, por parte do governo do estado de Goiás, a obrigatoriedade de um sequenciamento uniforme de transferências. Isso, por sua vez, dificulta o planejamento do uso dos recursos pela Universidade tendo que, certamente, remanejá-los, replanejar gastos e pagamentos, incidindo diretamente na gestão. Compreende-se que a gestão orçamentária, a forma e as condições para tal, impactam diretamente a gestão pedagógica da Universidade, vez que a base orçamentária atinge projetos em andamento, programas, processos, convênios, empenhos e serviços já realizados que dão suporte às áreas pedagógicas.

Instaura-se, nessa situação, a continuidade do jogo político e estratégico a se manter entre a gestão da Universidade e governo do estado de Goiás; condição de manutenção de uma estreita relação de subordinação da Universidade, como autarquia, às definições do governo do estado de Goiás no que se refere ao seu posicionamento como universidade autônoma. Ou seja, não deveria haver, necessariamente, solicitação da UEG de concessão de sua autonomia ao governo, a começar da autorização de recursos para gestão de seu orçamento, já definido em legislação do próprio estado de Goiás.

A par das análises realizadas até então neste trabalho, compreende-se, portanto, que o processo de institucionalização da UEG, bem como de institucionalização da gestão da Universidade ao longo de seu tempo histórico, tem se dado por relações de força e poder; em que a constituição de um *habitus* de gestão é marcado pela necessidade de se empreender estratégias políticas, coletivas e, por vezes, de confronto ao instituído como resultado das relações entre a Universidade – no conjunto de seus gestores e comunidade acadêmica - e o governo do estado de Goiás.

4.2. A gestão da UEG: os órgãos colegiados

A gestão, conforme Gaulejac (2007, p. 39-42) deve ser compreendida como “um conjunto de técnicas, destinadas a racionalizar e otimizar o funcionamento das organizações” e que compreende alguns aspectos de elaboração de “discursos sobre os modos de organizar a produção”; o autor acrescenta que a gestão institui formas e maneiras “[...] de ordenar o tempo e o espaço, de pensar a empresa como uma organização racional”. O autor (op.cit) analisa que outros aspectos a serem observados no modelo de gestão racional são “as técnicas, processos, dispositivos que conciliam as atividades, fixam os lugares, as funções, os estatutos, definem regras de funcionamento”. Nesse sentido, a gestão se revela como um “sistema de organização de poder”.

Sob o aspecto da organização administrativa da UEG, está definido no seu Estatuto que os órgãos deliberativos da Universidade atuam no sentido de elaborar, apreciar e aprovar e estabelecer diretrizes acadêmicas e de gestão em consonância com as ações constantes nos Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Plano Estratégico de Gestão (PEG), Plano de Desenvolvimento de Ensino (PDE) e Plano Plurianual da UEG. Refletindo com Weber (1999, p. 198-200), é possível compreender que a racionalidade burocrática insere-se como forma de organização do trabalho administrativo e acadêmico-científico da Universidade e tem como gênese a racionalidade técnica, pragmática. Analisa-se a retroalimentação desse modelo, pois ao mesmo tempo em que as normativas, regulações guiam-se por Planos, Propostas, Projetos, há a criação e deliberação de novas normativas, regulações a partir destes e continuamente a reformulação, atualização de novos Planos, Propostas, Projetos para a Universidade.

A gestão administrativa e acadêmica da UEG é organizada e estruturada em Órgãos Colegiados, como Conselhos, Câmaras e Núcleos. Essa organização e estrutura é resultado de uma concepção de gestão democrática e, portanto, induz a gestão, seja da Administração Superior seja dos câmpus, a garantir uma posição democrática sob a base desses princípios. Nesse sentido, as decisões administrativas, acadêmicas e pedagógicas devem originar-se e ser respaldadas no âmbito coletivo por meio dos representantes dos segmentos da Universidade, com a possibilidade de, sendo assim, se garantir o princípio constitucional da autonomia universitária. É importante compreender que autonomia universitária não se refere à

soberania da universidade, ou seja, a instituição universitária deve submeter suas contas e atos aos órgãos de controle.

Especificamente em relação ao ensino superior, destacamos algumas questões para debate: condições que viabilizem nas instituições universitárias as funções de ensino, pesquisa e extensão; formas atuais e futuras de organização das IES; *democratização das instituições universitárias, em termos de acesso e gestão; autonomia universitária; integração entre instituições universitárias.* (FÁVARO, 1988, p. 45 – 46, grifos nossos).

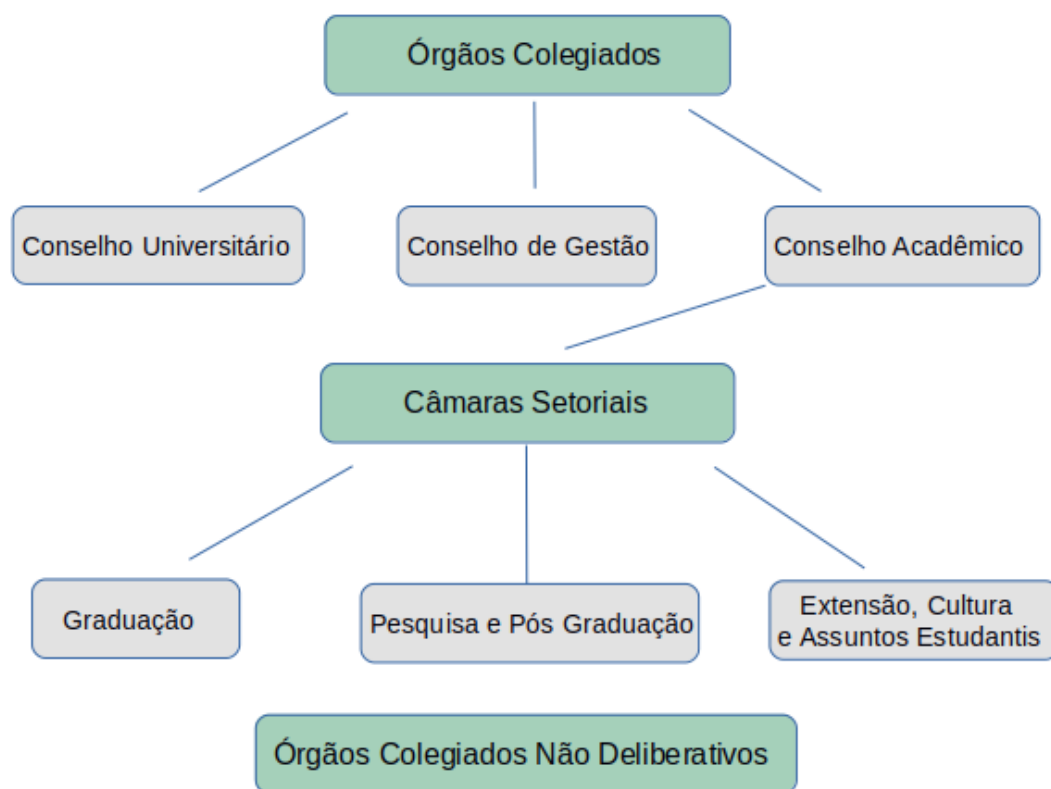
Na premissa da gestão democrática, a organização gestora da UEG é constituída por Órgãos Colegiados Deliberativos e Não Deliberativos, pela Administração Central, pelos câmpus, bem como por órgãos complementares definidos por legislação específica. O Art. 7º do estatuto da UEG designa que os colegiados Deliberativos são o Conselho Universitário, o Conselho de Gestão e o Conselho Acadêmico; e os Não Deliberativos são a Assembleia Universitária e Conselho Comunitário. Há documentação específica que normatiza os Órgãos Colegiados e outras regulamentações oriundas das decisões destes Órgãos que regulam o trabalho e as ações dos câmpus no seu conjunto de segmentos, bem como de toda a Universidade¹⁰⁹.

A par desta introdução, compreende-se que os Órgãos Colegiados são os detentores das decisões que norteiam a gestão administrativa e acadêmica da UEG.

O Organograma (Figura 6) a seguir, apresenta a posição dos Órgãos Colegiados, conforme exposto no Art. 5º do Regimento Geral (UEG, 2014):

109 Dentre os documentos que orientam e normatizam as ações dos órgãos colegiados e instâncias da gestão da UEG estão: Estatuto, Regimento Geral, Projeto Pedagógico Institucional, Plano de Desenvolvimento Institucional, Regimentos Internos do CsU, do CsA, do Conselho de Gestão; Regulamentos dos Órgãos Não Deliberativos; Regimentos dos Câmpus, PPC dos Cursos, Regulamento Geral da Graduação, Regulamento da Pós-graduação, Regulamento da Extensão, Regulamentos dos Estágios, dentre outros. Além desta documentação, são oficializadas Resoluções, Instruções Normativas, Portarias, Votos Circunstanciados. Toda a documentação está disponível nos sites <http://www.legislacao.ueg.br>, bem como no <http://www.conselhossuperiores.ueg.br/>

Figura 6: ORGANOGRAMA DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS DA UEG



Fonte: UEG (2014) (elaboração própria)

Apresenta-se, na sequência, a estrutura e funções de cada Órgão no sentido de balizar sua relevância no conjunto da gestão da Universidade.

“O Conselho Universitário da UEG (CsU) é o órgão máximo da instituição, com funções normativa, deliberativa e recursal.” (UEG, 2014, p. 06). Conforme o Regimento do CsU, em seu Art. 3º, o Conselho Universitário da UEG tem a seguinte composição:

- I - o Reitor, como presidente;
 - II - os Pró-Reitores;
 - III - os Diretores de Câmpus;
 - IV - 1 (um) representante da Secretaria de Estado à qual a UEG está jurisdicionada.
 - V - representantes docentes, com o número de membros titulares correspondente a 15% (quinze por cento) do total de membros natos;
 - VI - representantes dos servidores técnico-administrativos, com o número de membros titulares correspondente a 15% (quinze por cento) do total de membros natos;
 - VII - representantes discentes, com o número de membros titulares correspondente a 15% (quinze por cento) do total de membros natos.
- § 1º Nos casos dos incisos V, VI e VII deste artigo, quando o cálculo resultar em número fracionário, arredondar-se-á para o primeiro número

inteiro imediato se a fração for igual ou superior a 0,5 e para o número inteiro anterior se a fração for inferior a 0,5.

§ 2º O mandato dos membros representantes no CsU eleitos é de 1 (um) ano, sendo permitida uma recondução.

§ 3º Os membros representantes de docentes e servidores técnico-administrativos serão do quadro efetivo.

§ 4º Os membros representantes de docentes, servidores técnico-administrativos e discentes serão eleitos por seus pares.

(UEG, 2017).

Observa-se que no CsU o reitor da Universidade é o presidente, bem como este Conselho é integrado por todos os Diretores dos Câmpus e Pró-reitores, além de representantes de diversos segmentos da Universidade, inclusive representantes docentes, técnico-administrativos do quadro efetivo e discentes. Nos termos do Artigo 10 do Estatuto da UEG, o Conselho Universitário atualmente conta com 72 (setenta e dois) conselheiros titulares, distribuídos da seguinte forma: o Reitor (membro nato) - presidente do conselho; os 5 (cinco) Pró-Reitores (membros natos); 41 (quarenta) Diretores de Câmpus (membros natos); 8 (oito) representantes docentes - 1 para cada região - eleitos a cada ano; 8 (oito) representantes discentes - 1 para cada região - eleitos a cada ano; 8 (oito) representantes técnico-administrativos - 1 para cada região - eleitos a cada ano; 1 (um) representante da Secretaria de Estado e Ciência e Tecnologia (indicado pela pasta) (atualmente Secretaria de Desenvolvimento).¹¹⁰

Como lei que orienta e regula a educação brasileira, a LDB nº. 9.394 de 1996 em seu Art. 56 afirma que “as instituições públicas de educação superior obedecerão ao princípio da gestão democrática, assegurada a existência de órgãos colegiados deliberativos, de que participarão os segmentos da comunidade institucional, local e regional” e complementa em Parágrafo Único: “em qualquer caso, os docentes ocuparão setenta por cento dos assentos em cada órgão colegiado e comissão, inclusive nos que tratarem da elaboração e modificações estatutárias e regimentais, bem como da escolha de dirigentes”. Trazendo a compreensão do Artigo supracitado para a UEG, o que chama a atenção nessa questão, é o fato de que os exclusivamente docentes, sem cargo ou função,

¹¹⁰ Um dos entrevistados pondera sobre a formação do CsU: “Essa nova estrutura de composição, que no meu entendimento é mais adequada do que a anterior, que era realmente no sentido de ter uma maioria constituída por representantes que estavam bem mais próximos da figura do reitor. Exemplo, na época o José Izecias e Luiz [Arantes] eram figuras representativas, por exemplo, tinha a associação dos diretores, ele já era diretor, mas ele estava ali como presidente da associação dos diretores e mais com os seus delegados. A [ADUEG] A associação dos docentes, o DCE. Então eram representantes de segmentos, digamos assim, os administrativos já estavam lá, mas que não dialogavam com a base. Eles estavam ali como representantes da reitoria.” (Entrevistado 3)

ocupam, no CsU, um percentual muito inferior aos setenta por cento, como indica lei. Evidentemente que as IES estatuais estão em consonância com a legislação estadual e seguem seus preceitos, bem como são fiscalizadas e acompanhadas pelos Conselhos Estaduais de Educação, porém, fica a questão como ponto importante que se junta às análises desse estudo. De outro modo, um ponto que pode ser questionado neste artigo da LDB (op.cit) é quanto a uma definição exclusiva de docentes com um percentual bastante significativo nos colegiados e comissões das IES públicas, em omissão à regulação da participação de discentes e servidores técnico-administrativos. Trata-se da gestão democrática, porém exclui-se outros segmentos fundamentais da comunidade universitária.

Mantendo-se como está, no caso local da UEG, conforme o Regulamento do CsU, pode-se questionar qual a real representação docente, discente e dos técnicos administrativos nos Conselhos Superiores, em especial no CsU, como representação de voz de uma maioria, observando-se os incisos V, VI e VII do Art. 3º do Regimento do CsU. Observa-se, pois, a grande representatividade dos diretores dos câmpus, pois todos são membros natos do Conselho. Na condição de uma minoria de representantes, pode-se inferir que esse pequeno quantitativo de docentes, técnicos administrativos e discentes podem ser inibidos, em boa medida, quanto à tomada de decisões, ou mesmo não representarem a maioria de seus segmentos. Observa-se, que não se tem nas plenárias do CsU, um representante desses segmentos dos 41 câmpus, ou um número mais representativo por Regiões. Tem-se uma expressão de 15% de cada um destes segmentos do total de membros natos e são, em 2018, oito representantes das oito regiões nas quais a UEG distribui seus 41 campi¹¹¹. Não se tem aí, uma representação paritária, o que essa experiência poderia possibilitar um melhor desenvolvimento da consciência democrática no interior da Universidade e, de forma mais evidente, coibir possibilidades de qualquer tipo de corporativismo.

Em outros aspectos, dentre suas várias funções, o CsU tem definido em seu Regimento Interno, Art. 5º:

¹¹¹ Devido a sua dimensão, a Universidade Estadual de Goiás foi organizada geograficamente em 8 regiões, a saber: **Região 1:** Caldas Novas; Ipameri; Itumbiara; Morrinhos; Pires do Rio; **Região 2:** Administração Superior; Anápolis (CET, CSEH, EAD); Jaraguá; Pirenópolis; Silvânia; **Região 3:** Aparecida de Goiânia; Goiânia (ESEFFEGO e Laranjeiras); Inhumas; Senador Canedo; Trindade; **Região 4:** Campos Belos; Formosa; Luziânia; Posse; **Região 5:** Ceres; Goianésia; Goiás; Itaberaí; Itapuranga; Jussara; **Região 6:** Crixas; Minaçu; Niquelândia; Porangatu; São Miguel do Araguaia; Uruaçu; **Região 7:** Iporá; Palmeiras de Goiás; Sanclerlândia; São Luís de Montes Belos; **Região 8:** Edéia; Jataí; Mineiros; Quirinópolis; Santa Helena de Goiás.

III - estabelecer diretrizes acadêmicas e de gestão da UEG, em consonância com o disposto no Estatuto e no Regimento Geral, bem como nas normas jurídicas vigentes;

IV - aprovar o plano de gestão de cada reitorado da UEG, elaborado com base no orçamento da instituição, bem como acompanhar periodicamente a sua execução; (UEG, 2017, grifos nossos)

Sobre o inciso III do Art. 5º. citado acima, é importante refletir que o CsU, em sua representatividade, ao estabelecer diretrizes acadêmicas e de gestão da UEG, bem como aprovar o plano de gestão de cada reitorado (inciso IV), imprime, a cada regulação de diretrizes, as concepções gestoras prevalecentes do grupo naquela ocasião de estabelecimento e aprovação. As diretrizes, neste caso, expressam o entendimento de um coletivo, marcado por um tempo e contexto, como a expressão de um *habitus* coletivo a partir de uma prática institucionalizada. Essa prática, bem como os procedimentos adotados pela gestão, por meio dos Conselhos Superiores, não ocorre sem conflitos, marcação de posição, não sem embates, em situações de pressão institucional.¹¹² Como órgão máximo da Universidade, o CsU apresenta ainda as seguintes atribuições expressas no Artigo 9º do Estatuto da UEG:

[...]

V. aprovar e homologar as alterações no Regimento Geral, nos Regimentos das Unidades Universitárias e demais Regimentos e Regulamentos da UEG e propor ao Governador do Estado alterações no Estatuto da Universidade;

VI. apreciar e aprovar propostas de criação, modificação ou extinção de órgãos da estrutura interna da Universidade;

VII. apreciar a outorga de distinções universitárias previstas no Estatuto;

VIII. aprovar, por maioria absoluta, solicitação ao Governador do Estado, de afastamento temporário do Reitor, Vice-Reitor e ou Pró-Reitores, em casos de fortes indícios de irregularidade ou ilegalidade praticada por qualquer deles;

IX. aprovar normas disciplinadoras quanto à organização, admissão, promoção, punição, dispensa, remuneração, avaliação, desenvolvimento e qualificação dos docentes e dos servidores técnico-administrativos, nos termos das diretrizes existentes e da legislação vigente;

X. aprovar as atividades de ensino e os planos e linhas de pesquisa e de extensão;

XI. aprovar as propostas de criação, reformulação e/ou extinção de cursos de formação, de graduação, de pós-graduação e demais cursos previstos na legislação;

XII. aprovar a oferta de vagas nos cursos oferecidos pela UEG;

XIII. aprovar a proposta de criação ou extinção de Unidades de Gestão e Universitárias/ Centros Universitários;

XIV. aprovar o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Plano Estratégico de Gestão (PEG), Plano de Desenvolvimento de Ensino (PDE) e Plano Plurianual da UEG;

XV. propor alteração dos planos de cargos e salários dos docentes e técnico-administrativos da Universalidade;

XVI. propor as alterações necessárias no orçamento aprovado no Plano Plurianual;

¹¹² Mais adiante, neste trabalho, encontra-se item específico com análise dos registros de acompanhamentos realizados para esta pesquisa a algumas reuniões dos Conselhos Superiores.

- XVII. propor políticas de taxas e emolumentos para os serviços prestados pela UEG;
- XVIII. regulamentar o processo para a escolha de representantes docentes, servidores técnico-administrativos e estudantes nos colegiados da UEG, na forma da lei;
- XIX. apreciar e encaminhar ao Conselho de Gestão as proposições de incorporação de bens patrimoniais imóveis, bem como a aceitação de legados e doações oferecidos à UEG;
- XX. apreciar e encaminhar ao Conselho de Gestão as propostas dos convênios e contratos da UEG com instituições de direito público ou privado, na forma da lei;
- XXI. promover o processo de escolha dos dirigentes da UEG, na forma da lei, dos estatutos e dos regimentos;
- XXII. atuar como instância máxima de recurso acadêmico e administrativo, bem como examinar as diversas matérias de interesse da UEG.

A partir do exposto, relativo às atribuições do CsU, verifica-se o grande poder que o Conselho tem sobre a Universidade e sua importância para a gestão acadêmica e para o direcionamento das ações para os câmpus e demais segmentos da estrutura universitária.

Por sua vez, o Conselho Acadêmico (CsA) exerce as tarefas de supervisão e deliberação em assuntos de ensino, pesquisa, extensão, cultura e assuntos estudantis, atuando também como instância de recursos acadêmicos. Dentre tantas funções, estabelece normas gerais para organização, funcionamento, avaliação e alterações relativas aos cursos de graduação, pós-graduação *lato sensu*, aos programas de pós-graduação *stricto sensu*; aprova os currículos dos cursos de graduação; aprecia e analisa propostas sobre criação ou extinção dos cursos de graduação e dos programas de pós-graduação *stricto sensu*; estabelece normas gerais para o afastamento de docentes, servidores técnico-administrativos para pós-graduação; emite parecer sobre convênios da Universidade com Instituições de direito público ou privado; realiza estudos relativos à política educacional da Universidade; elabora normas disciplinadoras do ingresso, regime de trabalho, progressão funcional, avaliação e qualificação dos docentes; realiza estudos sobre propostas de criação, incorporação e extinção de câmpus e órgãos complementares e suplementares da gestão da Universidade.

O CsA tem a seguinte composição, conforme Art. 19 do Estatuto da UEG: o Reitor, como Presidente; o Pró-Reitor de Graduação; o Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa; o Pró-Reitor de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis; o Diretor do Núcleo de Seleção; três representantes: a) da Câmara de Graduação; b) da Câmara de Pós-Graduação e Pesquisa; c) da Câmara de Extensão, Cultura e

Assuntos Estudantis; d) dos docentes efetivos, por classe, eleitos pelos pares; e) dos discentes, eleitos pelos pares.

Conforme o Artigo 12º do Regimento Geral da UEG, as Câmaras Setoriais são órgãos técnicos de assessoria e consultoria do CsA, subsidiando-o em suas deliberações, e de decisão em questões operacionais e assuntos pertinentes às respectivas Pró-Reitorias. Dentre as funções mais prementes, as Câmaras Setoriais apreciam processos encaminhados ao CsA; respondem às consultas feitas pela plenária ou pelo Presidente do CsA; propõem à plenária do CsA normas e regulamentos a serem debatidos no colegiado; promovem instrução de processos e cumprem diligências determinadas pela plenária; analisam estatísticas e desenvolvem estudos, pesquisas e levantamentos que servem de subsídios para decisões do CsA.

Sobre o Conselho de Gestão, o Art. 11 do Estatuto da UEG define que este Conselho é o órgão de gestão e fiscalização econômico-financeiro da Universidade e tem por finalidade, dentre as mais importantes: apreciar e aprovar políticas de taxas e emolumentos para os serviços prestados pela UEG; fixar orientação geral dos trabalhos e orçamentos da UEG, em consonância com os planos de ação do Governo do Estado; fixar diretrizes orçamentárias da UEG, inclusive de curto, médio e longo prazo; exercer a fiscalização econômico-financeira da Universidade; aprovar proposta de instituição e/ou alteração nos planos de cargos e salários dos servidores e docentes da UEG; aprovar qualquer atividade/ação que resulte em aumento de despesa; aprovar propostas de contratação de empréstimos e outras operações que resultem em endividamento; aprovar propostas de aquisição ou alienação de bens imóveis, do patrimônio da UEG, obedecida a legislação específica; homologar a celebração de convênios, contratos e ajustes com entidades públicas e privadas que impliquem compromissos financeiros para a UEG; apresentar ao Governador do Estado, até 31 de janeiro de cada ano, relatório anual sobre os trabalhos e execução orçamentária da UEG realizados no exercício anterior.

O Art. 12. do Estatuto da UEG, por sua vez, estabelece que o Conselho de Gestão da UEG terá oito membros, com a seguinte composição: o Secretário de Ciência e Tecnologia (hoje o Secretário de Desenvolvimento), que será o seu Presidente; o Reitor da UEG, como seu Vice-Presidente; o Pró-Reitor de Planejamento, Gestão e Finanças da Universidade Estadual de Goiás; um

representante dos diretores de unidades universitárias e centros universitários da UEG, eleito entre seus membros; um representante dos docentes mestres/doutores efetivos, eleito entre seus membros; um representante servidor técnico-administrativo efetivo da UEG eleito por seus pares; dois representantes de entidades da sociedade civil diretamente relacionadas com os objetivos da UEG, a serem indicados pelo seu representante superior, após apreciação do titular da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia (hoje integrada à Secretaria de Desenvolvimento);

Conforme o Regimento Geral da UEG (Art. 17º), a Assembleia Universitária e o Conselho Universitário são Órgãos Colegiados Não-Deliberativos e suas funções e atribuições são definidas em regimentos próprios. A Assembleia Universitária, segundo o Art. 24 do Estatuto, é a reunião constituída por docentes, discentes, servidores técnico-administrativos e convidados. Convocam a Assembleia Universitária o Reitor ou a maioria simples do Conselho Universitário.

Como outra instância, o Art.26 do Estatuto da Universidade, define que o “Conselho Comunitário é um órgão de natureza consultiva e tem a finalidade de assegurar a participação de segmentos representativos da sociedade nos assuntos relativos à atuação da UEG”. Por sua vez, o Art.27 do mesmo Estatuto, define que é atribuição do Conselho Comunitário “a análise das demandas da sociedade, visando propor o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão em áreas prioritárias, em parceria com os diversos setores do poder público e da sociedade civil”.

Os Órgãos Colegiados, ao integrarem a gestão da Universidade, apresentam importantes funções e são um dos espaços de participação, espaços de voz dos segmentos da Universidade, desde que estes tenham organização e capital político¹¹³, científico e acadêmico para ter presença e maior assento nesses espaços. Verifica-se que, seja pela dispersão geográfica dos câmpus universitários seja pela divisão interna acentuada entre professores e servidores técnicos administrativos temporários, regida pela falta de isonomia nos regimes de trabalho, visualiza-se concretamente, a pequena representação destes segmentos nos Órgãos Colegiados. Avalia-se que o lugar subsumido destes segmentos nos Órgãos Colegiados é ponto a ser compreendido como ponto de disputa, de luta e que não

113 Capital político no sentido de que a política media as relações humanas e não no sentido da política partidária.

foi ainda verificado como importante por boa parte de agentes destes segmentos no conjunto da Universidade.

4.2.1. A organização gestora da Administração Central da UEG: Reitoria e Pró-reitorias

Neste item apresentamos como se organiza e se divide a gestão administrativa e acadêmica na Administração Central da UEG, espaço importante do poder na UEG.

Compreende-se que no interior da Universidade, no espaço da Administração Central, ocorreram mudanças significativas, ao longo das experiências vivenciadas no seu percurso histórico. com três gestões, uma intervenção na reitoria, como já apresentado nos Capítulos 2 e 3 deste trabalho. Concebe-se, também que, ao entrar outro reitor, entre consigo um outro grupo de apoio, o que acaba por mudar as prioridades, os enfoques, as análises e as prerrogativas. Para além das modificações de pessoas em cargos e funções em momentos pontuais como uma nova escolha de reitor, há também um contínuo movimento de entrada e saída de servidores nos espaços de médio escalão na Administração Central, como exemplifica uma Gerente entrevistada para esta pesquisa:

Teve colaborador que era de outro órgão, trabalhou um tempo e teve que voltar, tinham os contratos temporários que saíram porque às vezes conseguem outras opções melhores em outros lugares. E com o último concurso, nos trouxe muita gente para cá. (Entrevistada 8).

Sob um sentido mais amplo, analisa-se que o espaço da Administração Central, no conjunto de seus segmentos, estabelece-se como um espaço político, de relações políticas, de poder, de marcação de lugares, com o jogo da influência e estratégias para sustentação de funções e cargos, bem como pela luta dos melhores argumentos e posicionamentos.

Sobre o desenvolvimento da gestão da Universidade um entrevistado analisa que:

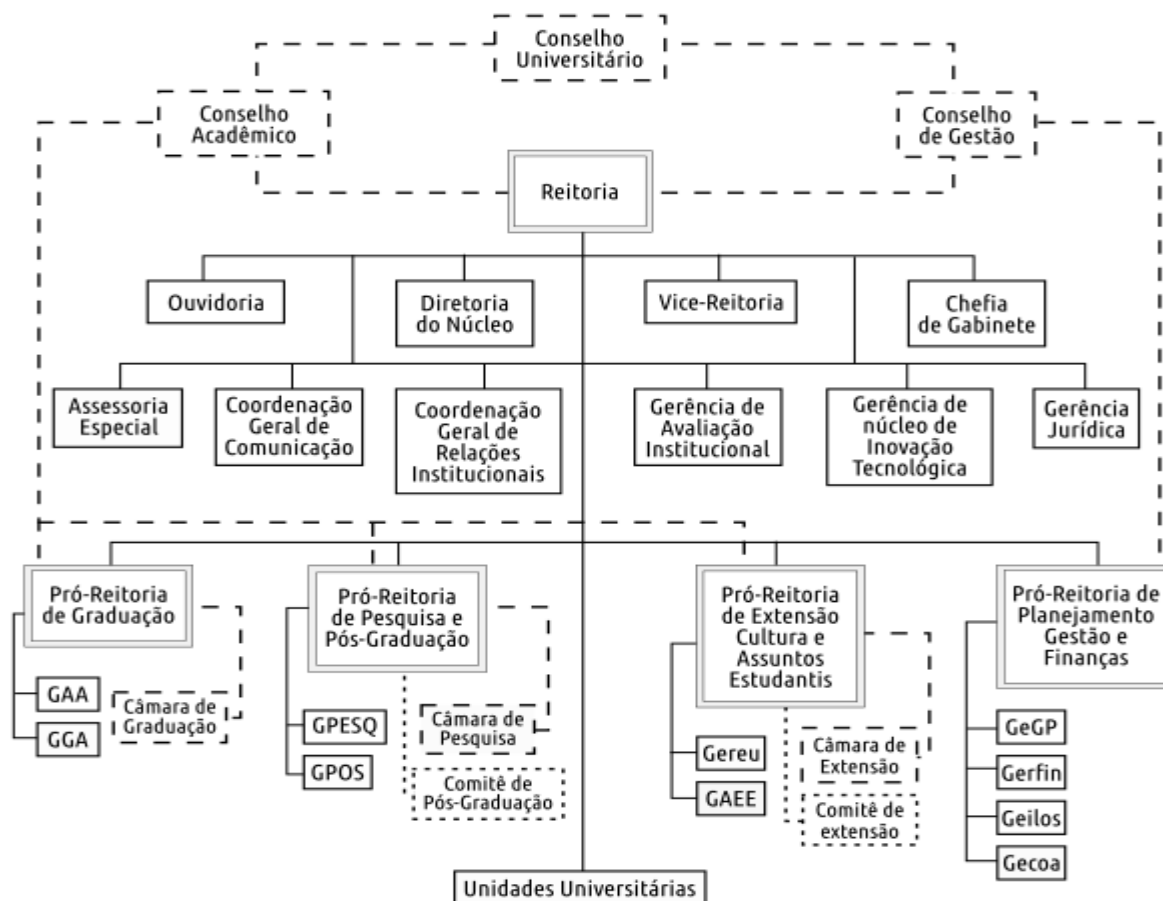
Então o que impacta para mim é que a universidade *precisa ser gerida por quem tem inserção real, trajetória e história dentro dela. É isso que abre as possibilidades efetivas de diálogo e de horizontes de gestão em torno de problemas concretos que a universidade vive. [...]* . E se eu perco a noção da história do que já foi construído, eu não tenho condições de fazer essa avaliação. (Entrevistado 6, grifos nossos).

O entrevistado apresenta um ponto importante sobre um princípio a ser considerado por quem está na gestão da Universidade: o conhecimento de sua

história, trajetória dentro dela, “inserção real”. Sua consideração alia-se ao entendimento de que o gestor que tem uma “inserção real” na Universidade abre possibilidades para o diálogo com a comunidade acadêmica, até porque, infere-se, está imbuído do reconhecimento de sua legitimidade.

Observa-se, a seguir, na estrutura da Administração Central da UEG em 2005 o aparato administrativo marcante da burocracia gerencial, como apresentado na Figura 7, a seguir. Essa estrutura foi alterada a partir de 2016.

Figura 7: ESTRUTURA DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DA UEG – ANO: 2005



GAA	Gerência de Assuntos Acadêmicos
GGA	Gerência de Graduação Acadêmica
GPESQ	Gerência de Pesquisa
GPOS	Gerência de Pós-Graduação
Gereu	Gerência de Extensão Universitária
GAEE	Gerência de Assuntos Estudantis e Egressos
GeGP	Gerência de Gestão de Pessoas
Gerfin	Gerência de Planejamento e Finanças
Geilos	Gerência de Infraestrutura, Apoio Logístico e de Suprimentos
Gecoa	Gerência de Contratos e Convênios Acadêmicos

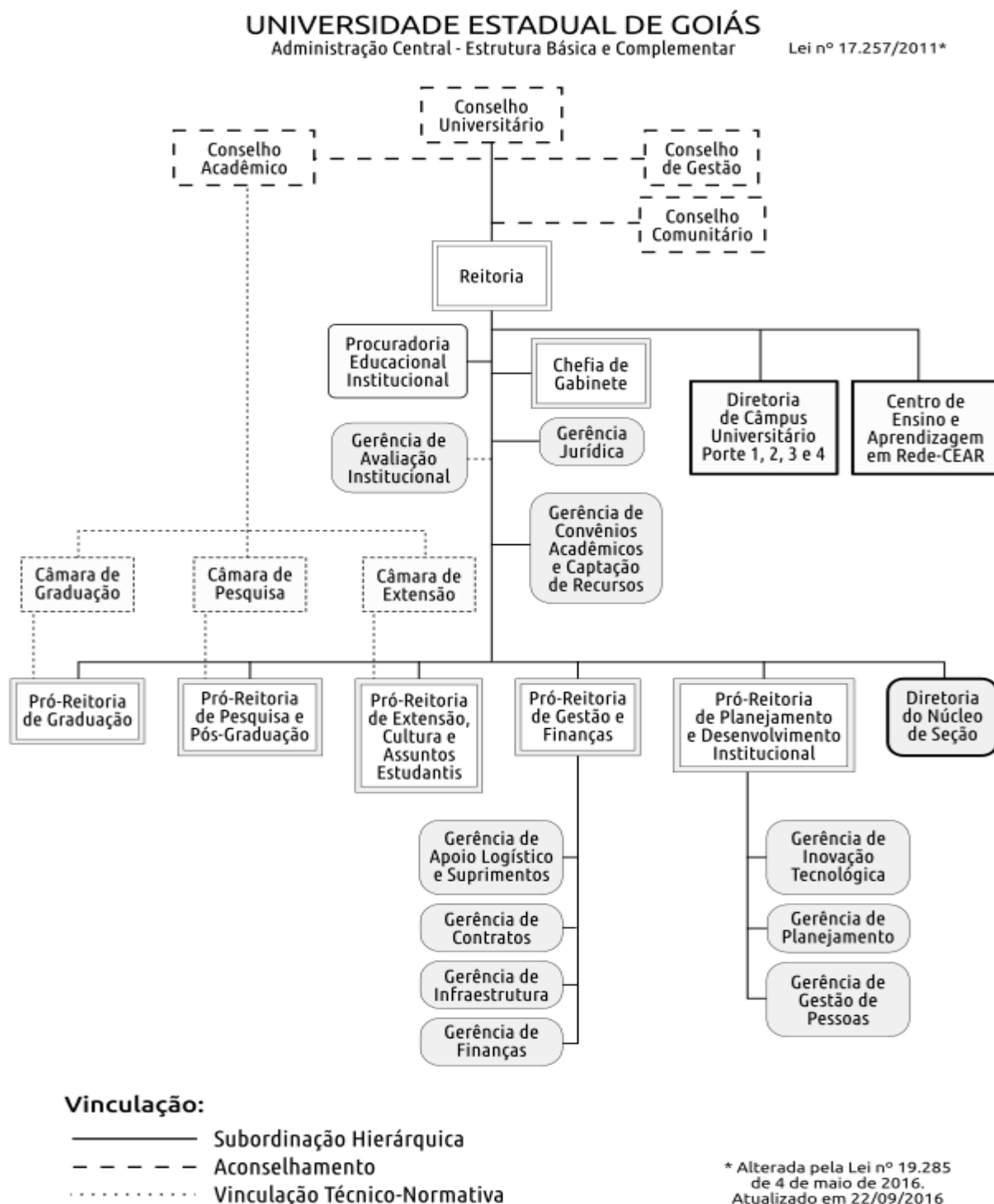
Legenda:

—————	Relacionamento Executivo
- - - - -	Relacionamento Consultivo
.....	Relacionamento Deliberativo

Fonte: UEG (2015, p. 13) (elaboração própria)

Já em 2016, o modelo da Estrutura Básica Complementar da Administração Central foi reconfigurada para o seguinte organograma, conforme Figura 8, a seguir.

Figura 8: ESTRUTURA BÁSICA E COMPLEMENTAR DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DA UEG A PARTIR DO ANO DE 2016



Fonte: UEG - disponível em: <http://www.ueg.br/referencia/10032>
Acesso em: 19/11/2017 (elaboração própria)

Diretamente relacionados à Reitoria estão: os diretores de câmpus universitários, as Gerências Jurídica, de Avaliação Institucional, de Convênios Acadêmicos e Captação de Recursos. Ainda: o Centro de Comunicação

Institucional, Assessoria de Relações Externas e a Coordenação da Assessoria dos Órgãos Colegiados.

Após 2016, o cargo de Vice-reitoria foi extinto e foi criada uma nova Pró-reitoria, a Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional.

Conforme o Estatuto da UEG em seu Artigo 30º, a Reitoria é composta pelo Reitor, Chefia de Gabinete, Pró-Reitores e Diretor do Núcleo de Seleção, nomeados pelo Governador do Estado, cujas atribuições e competências são estabelecidas no Regimento Geral da UEG. O Art. 31 do mesmo Estatuto define que as Pró-Reitorias e as Gerências vinculadas à Reitoria são órgãos de execução adjunta do Reitor, responsáveis pela supervisão e coordenação das atividades em suas áreas de atuação. Os Pró-Reitores são indicados pelo Reitor e nomeados pelo Governador do Estado, conforme a legislação vigente.

Conforme uma gestora entrevistada, as Pró-reitorias, na figura de seus gestores e segmentos, têm se constituído em instâncias de acesso e de apoio aos câmpus.

As pro-reitorias, e isso é um ponto positivo, elas tem trabalhado muito em prol desse funcionamento do campus. Para efetivo funcionamento dos campus. Acho que elas entenderam que a universidade não é só sede. Então acho que isso é um avanço. Bom, não vamos pensar o que está por trás disso não, vamos pensar nisso enquanto realidade para quem está no campus. Então hoje o que a gente tem de realidade? Um acesso muito fácil às pro-reitorias, os diretores tem acesso com todos os pró-reitores. Tem uma possibilidade de resolução de problemas relativamente fácil. (Entrevistada 1, grifos nossos)

É possível verificar que as Pró-reitorias ocupam um lugar de destaque na Administração Central, inclusive porque lidam diretamente com as questões acadêmicas e científicas. São assessoradas pelas Câmaras específicas, de graduação, pesquisa e extensão. Não têm Gerências vinculadas diretamente ao trabalho que desenvolvem.

Ao se observar a Figura 8 verifica-se um todo segmentado, ou seja, a estrutura da Administração Central apresenta-se, no Organograma, como algo dividido, mas integrado. Porém, a entrevistada pondera sobre a integração do trabalho na Administração Central, bem como no conjunto da UEG:

[...] tem muita coisa que precisa ser construída ainda, segundo eu acho, em termos de novos processos, melhoria de vários processos, a contínua formação de pessoas em todos os campus para que eles consigam também ser protagonistas nessas novas histórias que a universidade precisa. [...]. então unificar o sentimento de pertença de todo mundo não deve ser algo muito fácil. E fazer que todo mundo, no mesmo tom, fazer com que todo mundo trabalhando ao mesmo tempo, com todas as

diferenças que existem, elas representam um desafio muito grande, especialmente, hoje num momento que a gente está assim com tantas limitações orçamentárias, no Estado e no país. A gente vê, assim, os recursos do governo federal diminuindo, no Estado também, então como é que a gente faz melhor com menos? *Esse é o desafio hoje, então fazer mais e melhor com menos. Isso absolutamente requer que a gente melhore...* aí volta na pergunta que você fez lá atrás - como é que a gente vai fazer isso? *Só se a gente conseguir fazer uma gestão melhor, e a gente não vai fazer uma gestão melhor se a gente não conseguir trazer para dentro da administração pública processos de gestão que funcione. É entregar um serviço de qualidade para a população e para o cidadão, e quem ganha com isso é o aluno, é quem está fora e deve encontrar a universidade e se relacionar, então a gente tem muito caminho pela frente.* (Entrevistada 8, grifos nossos)

Um dos pontos importantes apresentados pela entrevistada é o entendimento de que o aluno, o acadêmico, é a ponta final do processo da administração e gestão acadêmico-científica da Universidade, porém, compreende que a qualidade do trabalho na Universidade está baseada na entrega de “um serviço de qualidade” à população.

4.2.2 A organização gestora da Administração Central da UEG com a introdução das Gerências

No âmbito da reestruturação administrativa e gestora, a UEG, como instituição autárquica e sob a regulação do Estado de Goiás, se conforma à Lei n. 17.257, de 25 de janeiro de 2011 (revoga a Lei nº 16.272, de 30 de maio de 2008)¹¹⁴, que suprime e redefine funções e posições de todo o conjunto da gestão estadual. No sentido de reforma da estrutura organizacional complementar, o Decreto n. 7.275, de 04 de abril de 2011 determina:

Art. 1º Fica instituída a estrutura organizacional complementar da Universidade Estadual de Goiás –UEG–, com os cargos de provimento em comissão que lhe são correspondentes, juntamente com os respectivos símbolos de subsídios, quantitativos e *quadro de gerências a serem providas pelo critério de meritocracia*, na forma prevista no Anexo Único que acompanha este Ato. (grifos nossos)

Destaca-se no processo de reforma administrativa da gestão no estado de Goiás, o modelo gerencial imposto às secretarias, autarquias, agências de governo. Mais destaque ainda pode se dar à UEG, que passou por uma reforma no âmbito da gestão da Administração Central, incorporando as **Gerências**. Está aí a materialidade da **gestão burocrática gerencial, de caráter regulador**.

¹¹⁴ Em 2008 somente alguns segmentos da UEG já eram organizados administrativamente como Gerências; segmentos da Reitoria da UEG, da Pro-Reitoria de Administração, Planejamento e Finanças e Diretoria do Núcleo de Seleção.

Com a observação das Figuras 7 e 8, verifica-se que as Gerências estão incorporadas à Administração Central da UEG e, entre os anos de 2005 a 2011, as gerências também estavam incorporadas às Pró-reitorias de Graduação, Pesquisa e Extensão. Estabelecem-se como órgãos acessórios e de especificidade técnica. De-têm a tarefa de subsidiar a gestão superior com dados, informes estatísticos, relató-rios, pesquisas, ou seja, fazem o suporte técnico e seus gestores estão subordina-dos à Reitoria e Pró-reitorias.

No caso da UEG, sob o signo da administração burocrática gerencial, segundo os argumentos gestores, está mais atualizada e desvinculada dos aspectos negativos da burocracia.

Então vai depender, se as gerências, e isso vai muito além do que eu estou vivendo aqui, se as gerências elas conseguem trazer uma visão de entrega de resultados e da importância das respostas ágeis, e trazer para dentro do trabalho que a universidade faz procedimentos que facilitem, e tem dentro do campo da administração várias técnicas de planejamento e de mapeamento de gestão de processos. Então, quando a gente consegue trazer essas coisas que auxiliam desburocratizam ao invés de burocratizar. (Entrevistada 8)

É possível pensar que as Gerências dão um destaque a quem a ocupa como cargo, expressam o poder de mando administrativo, incorporado ao volume e espécie de capital que imprime poder para a ocupação de espaço pela Gerência na organização administrativa, bem como é medido o poder do agente/profissional que ocupa a cadeira.

A validade de um poder de mando pode expressar-se num sistema de regras racionais, estatuídas (pactuadas ou impostas) (...) encontram obediência quando a pessoa por elas autorizada a exige. Obedece-se às regras e não à pessoa, ou então baseia-se o poder de mando em autoridade pessoal.” (WEBER, 1999,196, grifos do autor).

Porém, Weber (1999, 200) explica que “a ocupação de um cargo, também na economia privada, é considerada equivalente à aceitação de um específico dever de fidelidade ao cargo, em troca de uma existência assegurada”. Pode-se inferir que, no serviço público, essa condição também existe, sendo o ocupante de um cargo cobrado por fidelidade e compromisso, porém a estabilidade para o servidor público é um trunfo muito maior que aquele estimado pelo funcionário da economia privada.

A burocracia entranha-se nas práticas institucionais de maneira a interromper ou mesmo cercear possibilidades de ações autônomas dos indivíduos. Por meio de ofícios, resoluções, pareceres, os agentes institucionais, os gerentes – no caso da UEG – protegem-se do estranhamento de suas decisões. O aparato burocrático se

cerca de cuidados para a manutenção da impessoalidade, com o discurso e justificativa para a preservação do bem público e legalidade. Conforme analisa um dos entrevistados para essa pesquisa,

[...] a burocracia ela é importante, as normas, as regras, a legislação e as instruções elas garantem uma burocracia organizada. Ou como diria o Weber “uma burocracia qualificada”. Quando isso não acontece numa instituição, então as fragilidades começam a aparecer e aí a tomada de decisão do próprio gestor ela também começa ficar muito fluida e muito a depender de mudanças corriqueiras da legislação. (Entrevistado 3)

O gestor, em seu entendimento, avalia que a “burocracia qualificada”, referindo-se a Weber, é necessária no conjunto de regulações da instituição que contribuem para a tomada de decisões dos gestores e, de algum modo, impedem decisões “fluidas”, estas que são tomadas “seguindo-se as mudanças corriqueiras da legislação”.

É interessante analisar assim o sentido das normatizações, das regras, da legislação que, não sendo alteradas, sob seu entendimento, impedem ou dificultam a fragilização da instituição e dão segurança aos gestores para a tomada de decisões. Sobre essa ideia, é importante lembrar o volume de reformas realizadas pelo governo do estado de Goiás no aparato administrativo da gestão executiva do estado que, sequencialmente, modifica a legislação, institui novas regras, normatizações e novas funções ao conjunto de segmentos reorganizados em cada ocasião. Verifica-se na UEG um movimento semelhante, pois se observa um significativo volume de normatizações em Resoluções, Pareceres, Instruções Normativas, Portarias e outros documentos reguladores¹¹⁵. Em muitas situações, documentos que modificam outros, alteram decisões recentes no sentido do atendimento de demandas apresentadas. O gestor entrevistado, continua em sua análise:

O regimento geral da UEG foi revisto depois de vários debates, três ou quatro CsUs para discutir, e intensos e densos CsUs e dias inteiros de discussão. E passaram dois ou três meses de novo Regimento e ele já foi alterado e em função de uma conveniência. Mais recentemente mais alterado ainda, em função de novas conveniências. *Eu entendo isso como uma instabilidade institucional* e um sentido que assim as coisas vão mudar a medida da necessidade daquele grupo dominante, daquele grupo que

115 Além desta documentação, são oficializadas Resoluções, Instruções Normativas, Portarias, Votos Circunstanciados. Até a data desta pesquisa (20/06/2018), já foram organizadas e oficializadas **de 1999 a 2018, 907 Resoluções do CsU** em 107 reuniões, **1079 Resoluções/Pareceres** em 156 reuniões **do CsA, 75 Instruções normativas, 979 Portarias, 51 votos circunstanciados**. Essa documentação está em processo de levantamento e organização, pois, no percurso de institucionalização da universidade, muitos documentos – se produzidos – se perderam ou foram numerados de forma equivocada. Toda a documentação está disponível nos sites <http://www.legislacao.ueg.br>, bem como no <http://www.conselhossuperiores.ueg.br/>

está no poder daquela instituição. Isso me causa problemas sérios, eu tenho horror a isso. *Então as normas elas têm que dar um sentido, elas têm que ser firmes, elas têm que ser rígidas no sentido da impossibilidade da alteração, mas a alteração para um sentido maior, um sentido que possibilite uma melhoria institucional.* (Entrevistado 3, grifos nossos)

O gestor Entrevistado 3 exemplifica o que analisou sobre a burocracia e a questão das mudanças de documentos e regulamentações na UEG em função do que denomina “conveniências” que, segundo sua interpretação, promove “instabilidade institucional”. Porém, ao contrário, é até possível compreender, que a tentativa da gestão em gerar uma grande quantidade de orientações, normatizações e regulações advindas da Administração Central, via Reitoria e Pró-reitorias, das Gerências do Gabinete do Reitor, dos Órgãos Colegiados e outros segmentos, pode ser no sentido da estabilidade institucional ou mesmo procurar garantir a unicidade do trabalho administrativo e acadêmico na Universidade.

Sobre a importância das Gerências no interior da administração e gestão de uma universidade, a entrevistada defende sua permanência e explica:

A instituição pública, obviamente, ela não prevê e não busca o lucro, mas ela precisa entregar benefícios ao cidadão. E se esse benefício ele não estiver pautado em procedimentos bem organizados e se esses serviços não estiverem pautados em procedimentos bem organizados, em dinâmicas de trabalho bem organizadas, a gente não vai conseguir alcançar o resultado que o aluno precisa e que o professor precisa. Então hoje o papel que as gerências têm acho que são importantes. *Quando a gente fala em administração do nível estratégico, do tático e do operacional e de distribuição de tarefas e de funções, a gente compreende que as gerências elas se localizam especialmente de um nível tático para o operacional.* Tem muito de estratégico, num processo de retroalimentação, as vezes, o estratégico, obviamente, vem das instâncias superiores: dos colegiados e da reitoria e das pro-reitorias, veem como demandas para que no nível tático a gente faça isso acontecer e junto com as equipes operacionalize, *mas só vem a partir das gerências que estão aqui no meio do caminho, entre o que está vendo o operacional e o que está vendo do estratégico, que a gente consegue identificar muita oportunidade para poder fazer o que? Retroalimentar um processo de:* Reitor, identificamos tal situação... Pró-reitor, olha essa situação... E professor e diretor que está lá no campus e chamá-lo para identificar a oportunidade. Isso acontece muito nessa gerência, pela característica que ela tem e pela função que ela tem na universidade. (Entrevistada 8, grifos nossos)

A entrevistada entende que as Gerências na Universidade possibilitam organizar melhor os serviços, os procedimentos, ou seja, o trabalho. Explica sobre administração no nível estratégico, tático e operacional, bem como a função de distribuição de tarefas. Localiza as Gerências na UEG entre o nível tático e o operacional, bem como estratégicas para a retroalimentação do trabalho e visualização de demandas. Compreende as Gerências como instâncias de operacionalização das demandas que veem das Pró-reitorias, por exemplo e as enxerga como instâncias me-

diadoras, instâncias meio no conjunto da administração da Universidade.

A partir da exposição da entrevistada, verificam-se os componentes do campo administrativo que as Gerências impregnam na Administração Central da Universidade, em que a entrevistada compreende como instâncias estratégicas para qualificar a gestão no sentido da agilidade dos serviços, da qualidade dos processos, bem como da mediação possível entre as instâncias de gestão da Administração Superior e os câmpus universitários. A qualidade dos serviços é o foco; a entrega de um serviço de qualidade.

Como elemento de coerência a esses princípios, a instituição de Gerências no seio da UEG faz sentido, especialmente quando se tem tão fortemente o discurso e jargão da eficiência administrativa em prol da qualidade acadêmica. O *slogan* da gestão para os anos de 2012 a 2016 foi: *Gestão 2012-2016 - consolidação e integração: caminhos para a excelência*. Pode-se compreender que o termo *excelência* aqui cunhado, ressoa em uma ideologia pragmática, ou seja, alinhado à epistemologia do campo empresarial, em que qualidade pode ser identificada como excelência na produtividade acadêmica. Chauí (1999, p. 06), ratifica essa compreensão ao propor a discussão sobre a qualidade no interior da “universidade operacional”, conceito cunhado pela autora:

A qualidade por sua vez, é definida como *competência e excelência* cujo critério é o *‘atendimento às necessidades de modernização da economia e desenvolvimento social’*; e é medida pela *produtividade*, orientada por três critérios: *quanto* uma universidade produz, *em quanto tempo* produz e qual o *custo* do que produz. Em outras palavras, os *critérios da produtividade* são *quantidade, tempo e custo*, que definirão os contratos de gestão. Observa-se que a pergunta pela produtividade não indaga: o que se produz, como se produz, mas opera uma inversão tipicamente ideológica da qualidade em quantidade. (grifos nossos).

De toda forma, observou-se um enxugamento na quantidade das Gerências a partir de 2016 na Administração Central da UEG, bem como o agrupamento das mesmas em duas Pró-reitorias: Pró-reitoria de Gestão e Finanças e Pró-reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional. Foi extinta a função de Vice-Reitoria e acrescentada mais uma Pró-Reitoria; fez-se o desmembramento da Pró-reitoria de Planejamento e Gestão em Pró-reitoria de Gestão e Finanças e Pró-reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional. Até 2015 a administração superior continha treze gerências, na atualidade tem dez, também reformuladas em designação e funções.

As Gerências, na estrutura da Administração Central, detêm os arquivos e in-

formações técnicas. Todavia, imprimem elementos da burocracia no corpo da gestão, pois se organizam por meio de aparatos instrumentais e reguladores. Conforme a entrevistada que ocupa o cargo de Gerente na Administração Central, as Gerências não vão tornar a gestão mais burocrática, porém reconhece a burocracia do estado, seja a nível estadual ou federal. Também atribui a burocracia à forma como algumas pessoas trabalham ou concebem as questões a serem resolvidas ou encaminhadas.

A administração pública em si, pela quantidade de leis que tem que observar e pela quantidade de limitação que... sabe lá um milhão de coisa que... o conjunto legal que tem que ser observado é muito grande. Isso naturalmente gera procedimento muito mais burocrático. Então é muito mais emperrado do que uma empresa para gerir, é óbvio. Tem um agravante que é: por trás de todo um procedimento desse tem um profissional que vai analisar e que vai se responsabilizar por este processo, então, o que a gente observa? E que é natural, a gente lida com o governo federal, então as vezes a gente liga em algum órgão, só um exemplo para exemplificar, em algum órgão as vezes o posicionamento de um analista é de uma maneira e de um outro ele é muito mais conservador. Por quê? Porque ali existe uma pessoa e um profissional, que está assumindo o maior ou menor grau de risco naquele julgamento naquela... ou as vezes não é nem o grau de risco, as vezes ele interpreta e adota uma postura muito mais conservadora, outros menos conservadora na interpretação daquele conjunto legal, que ele tem que ser aplicado determinados procedimentos. Então dizer que uma estrutura de gerência torna um processo muito mais burocrático não acredito que seja, porque não é a estrutura de gestão que vai tornar mais ou menos burocrático, eu acho que é o que a gente tem que atender. (Entrevista da 8, grifos nossos).

Sob outro ponto, o gestor Entrevistado 4, afirma sobre o que entende do modo como a administração da Universidade se desenvolve:

A administração é demasiadamente centralizada. Toda administração centralizada, a burocracia tende a engessar ainda mais. É aquilo que eu disse: A vida do gestor de campus da UEG é ir para Anápolis pedir as coisas. No meu cotidiano eu faço, mais ou menos umas oito, até quinze ligações para tentar agilizar processos. Processos de compra, processos de locação e processos de aquisição de equipamentos, enfim. Se houvesse uma descentralização, pelo menos por região, o enxugamento da estrutura e a burocracia seria menos pesada. Da maneira como está ela desagiliza demais os processos. Para você conseguir comprar uma coisa você tem muita dificuldade. (Entrevistado 4)

O Entrevistado 4 avalia a administração como centralizada e essa centralização atrapalha a gestão do câmpus. Os processos para compras de equipamentos, por exemplo, desenvolvem-se lentamente. E acrescenta: “O campus que tem uma equipe de profissionais mais capacitada para fazer isso, ele faz isso dentro dessa morosidade, mas os campus que não têm uma equipe qualificada para fazer esse tramite burocrático ele fica na penúria.” Compreende-se que, por exemplo essa

questão de compras de equipamentos requer autorizações, licitações, processos longos que são encaminhados e acompanhados pelas gerências. Sabe-se também, que os gerentes são só funcionários de médio escalão, por assim dizer, ou seja, dependem de outros para fazer fluir o seu trabalho, dependem de instâncias superiores e outras equipes fora da universidade. Nesse sentido, a demora nos processos se explica, porém, essa organização foi estruturada para dar agilidade e eficiência aos trâmites das instituições.

A Gerente entrevistada, ao ser perguntada se percebe incoerência em ter Gerências no interior da administração de uma universidade pública, inclusive por ter uma função social bastante distinta de uma empresa ou qualquer órgão público, a mesma responde:

A gente aprende a pensar sempre com os negócios e todos os procedimentos a partir de um enfoque sistêmico, e trazer isso para a administração pública, especialmente, para dentro de uma instituição de ensino público, um pouco do que acredito e do que eu vejo e também pelo campo da administração eu acho que não é incoerente. Pelo contrário, eu acho que a administração pública precisa incorporar um pouco do perfil empreendedor, não no sentido de abertura de negócios, mas no sentido de identificar oportunidades, conduzir a partir de um ponto de vista e a partir de procedimentos organizados, é qualificar a administração pública, acho que se resume a isso, qualificar a administração pública. (grifos nossos).

O modelo da Administração Central que inclui as Gerências (mesmo que não estejam vinculadas às Pró-reitorias) ratifica a adesão ao modelo de gestão do estado de Goiás. Incluem-se, na proposta, como possibilidade de agilizar processos e dinamizar a gestão, no sentido de gerar dados, informações, promover serviços de qualidade. Compreende-se que, para além das Gerências como segmentos explícitos e materializados, o que está em processo de implantação na Administração Central, bem como na gestão da Universidade como um todo, é a racionalidade pragmática e instrumental que se aloja no interior dessa organização e reverbera nos discursos de **qualidade** na Universidade,

4.3. Características gestoras observadas: análise sobre *habitus* gestor da UEG a partir de análises e registros de reuniões do CsA e CsU

Para este item, em questão, apresentam-se alguns elementos e dados qualitativos, resultados de observações em reuniões do CsA e do CsU, análise das atas dessas reuniões, bem como dos documentos disponibilizados para as referidas reuniões e acessíveis no site da UEG; far-se-á uma análise geral das reuniões dos Conselhos, caracterizando-as. Tomou-se como período, a última reunião de cada

Conselho no ano de 2016 e as reuniões realizadas no ano de 2017. Do total de 12 reuniões realizadas, seis foram acompanhadas presencialmente, perfazendo 50% das mesmas.

Quadro 30: REUNIÕES ANALISADAS DO CsA E CsU DA UEG

CsA			CsU		
Data	Sessão	Item	Data	Sessão	Item
23/11/2016	151°	Observação da reunião*	14/12/2016	100°	Observação da reunião*
22/03/2017	152°	Observação da reunião*	29/03/2017	101°	Observação da reunião*
17/05/2017	153°	Pauta e registros no site da UEG	25/04/2017	102°	Ata
22/08/2017	154°	Ata	28/06/2017	103°	Observação da reunião*
22/11/2017	155°	Ata	30/08/2017	104°	Observação da reunião*
			11/10/2017	105°	Ata
			29/11/2017	106°	Ata

(elaboração própria)

* os relatórios de observação produzidos compõem o acervo de dados da pesquisa; as atas, pautas e documentos das reuniões são encontradas em: <http://www.conselhossuperiores.ueg.br>

O que se observou inicialmente é que as reuniões do CsA distinguem-se das do CsU em vários aspectos. No CsA há um menor número de participantes, com uma variação de 20 a 30 (conforme listas de presença) e as pautas e discussões apresentam, em caráter geral:

a) Debate mais pontual em relação às questões dos câmpus, cursos, aprovação de Projetos Pedagógicos dos Cursos, chancela de Matriz Curricular de determinados cursos;

b) Discussões sobre aprovação e reformulação de Regulamentos, como exemplo o que trata sobre afastamento de professores para qualificação, o Regulamento do CsA, regulação de candidatos a assumirem vagas docentes, dentre outros;

d) Apresentação de projetos, eventos da Universidade e detalhamento sobre sua efetivação;

e) Demandas de vagas, cursos (solicitações de ampliação ou fechamento, ponto de corte);

f) Discussões sobre ENADE, avaliação dos cursos de graduação (IGC e IGC

contínuo; Conceito Preliminar do Curso (CPC)) e pós-graduação; função do NDE nos cursos, em especial, nessa questão de avaliação;

g) Decisões do Conselho Estadual de Educação (CEE) em forma de Resoluções e Pareceres sobre os cursos ofertados e em aprovação pelo CEE;

h) Aprovação de cursos de graduação e pós-graduação, substituição de curso por outro em determinado câmpus;

g) Aprovação de editais (por exemplo, UEG/Universidade Aberta do Brasil – UAB; Edital do processo seletivo 2017/2);

h) Discussão sobre Grupos de Trabalho das Pró-reitorias e sua inserção e orientações nos câmpus;

As reuniões do CsA são presididas pelo Reitor e quando este não pode comparecer, indica um Pró-reitor que o substitua. O que se observou presencialmente nas reuniões foi o ambiente silencioso, formal. As reuniões denotam um rito, com aprovação da Ata da reunião anterior, aprovação da Pauta da reunião presente, solicitações de inclusão de pauta e nova aprovação dos membros com posterior inscrição para fala. Os documentos a serem discutidos são encaminhados aos Conselheiros com antecedência e estes mesmos documentos ou assuntos já passaram anteriormente nas Câmaras Setoriais com uma pré-aprovação para serem encaminhados e pautados na reunião do CsA. Por sua vez, o CsA discute os temas, documentos, pautas e estes são encaminhados para aprovação final no CsU. Observa-se o trâmite e que este deve ser fluido e contínuo e, quando não, há atrasos em processos e orientações aos câmpus universitários, em especial aos diretores, coordenadores e colegiados de cursos. Houve, em determinada reunião, de fala do presidente da sessão, sobre o cuidado de serem debatidos todos os temas importantes e atinentes ao Conselho antes de serem encaminhados ao CsU, com o risco de retornarem e atrasarem o processo.

Observaram-se proposições mais acadêmicas e não carregadas de temas da política em grande proporção, porém, verificou-se, uma preocupação com índices, avaliação de cursos e pontuação de corte dos cursos, que, na ocasião, incidia sobre a manutenção ou não de cursos; observou-se uma alusão à política do governo com a não tolerância a baixos índices. Também chamou a atenção na observação realizada, certo consenso dos conselheiros (não houve posição contrária ao tema), sobre a ideia de “certa acomodação dos professores” frente às pressões que a Universidade enfrenta; foi usado o termo “imobilismo docente” para referir-se a uma não-

reação docente frente aos índices baixos apresentados pelos cursos na ocasião.

Um outro ponto observado foi a pouca ou nenhuma participação de professores e acadêmicos conselheiros nas reuniões do CsA; isso pode ser observado também no registro das Atas; mesmo presentes, em pouco número (3 a 4, no máximo, para cada segmento) poucos se manifestaram; manifestaram-se mais em votos para concordância e menos em posicionamentos e ideias para debate. Observou-se a prevalência, de fala e encaminhamentos para as decisões, da presidência do Conselho e de Pró-reitores; assim como, os técnicos apenas apresentaram os estudos sobre determinado tema a ser votado para decisão preliminar. Nesse sentido, observou-se a participação de quem, do grupo, se avaliou como “mais autorizado” à discussão ou mesmo se percebeu com igual ou melhor capital social, profissional e acadêmico em relação ao grupo, com possibilidades de participação. Nessa questão observada, é possível refletir, também, com a ideia de “poder” de Weber. Segundo Max Weber (1999, p. 33), “poder significa toda probabilidade de impor a própria vontade numa relação social, mesmo contra resistências, seja qual for o fundamento dessa probabilidade”. Infere que poder é a oportunidade que uma pessoa ou um conjunto de pessoas tem para impor suas vontades sobre as vontades de outras pessoas na sociedade numa dada situação, mesmo com resistência das mesmas.

Por sua vez, foram observadas características distintas nas reuniões do CsU, que acolhem as pautas do CsA e ali também são apresentadas outras, de cunho exclusivo do Conselho, dentre tantas verificadas:

- a) Decisões sobre reformulação do Estatuto e Regimento Geral da UEG;
- b) Criação de Comissões e representações da UEG em órgãos, Conselhos, Comitê de Internacionalização da UEG e outros;
- c) Aprovação de Regimentos Internos dos câmpus universitários;
- d) Designação de Comissão Eleitoral de eleições para o cargo de diretor de câmpus;
- e) Homologação do processo eleitoral dos conselheiros representantes dos Conselhos Superiores e Câmaras Setoriais;
- f) Criação, substituição, reformulação e aprovação de novos cursos de graduação e pós-graduação; criação de cursos de pós-graduação *lato sensu* – EaD (encaminhados pelo CsA);
- g) Calendário Acadêmico de 2018;
- h) Alteração do Regimento Interno do Comitê de Ética em Pesquisa;

- i) Alteração do Regimento Interno do Comitê de Ética em Pesquisa;
- j) Programa de Captação de Patrocínios e Doações da UEG;
- h) Projeto de lei que dispõe sobre as relações entre a Universidade Estadual de Goiás e as fundações de apoio;
- i) Gravação e transmissão ao vivo das sessões plenárias do Conselho Universitário;
- j) Tribuna Acadêmica no Conselho Universitário;
- k) Homologação da eleição para o cargo de Diretor de Câmpus – 2017;
- l) Alteração de Resoluções, as mais variadas e em momentos diversos;
- m) Quantitativo de Bolsas – 2018;
- n) Adequações no Regulamento do concurso de docentes da UEG;

Assim como nas reuniões do CsA, as sessões do CsU também guardam uma expressiva formalidade e uma expressiva burocratização do trabalho. Mantém o rito, assim como no CsA, com composição de mesa, aprovação de Ata de reunião anterior, aprovação de pauta da reunião em questão, inclusões de pauta e aprovação das mesmas; marcação de três minutos de fala para cada conselheiro que se inscrever (inclusive com cronômetro em painel); uma mesa assessora ao presidente da sessão, com computadores, escriba para Ata, todos os documentos acessíveis, necessários à reunião e encaminhados com antecedência a todos os conselheiros. Mas, conforme um dos gestores entrevistados, nem sempre os documentos chegam com a antecedência necessária para a divulgação e estudo. Observa-se, na fala do entrevistado, que ele identifica algo intencional na forma e nas condições de divulgação dos documentos à comunidade acadêmica para o debate no CsU.

A ideia de estrutura e de uma pauta ser divulgada com boa antecedência, os documentos sendo publicados com antecedência para que possamos lê-los e identificar as questões e analisá-los, não só eu como gestor, mas eu poder divulgá-los para a comunidade e a comunidade dar o retorno e poder me orientar sobre o posicionamento que devo ter dentro do conselho universitário, isso já demonstra uma transparência e uma organização melhor do era com as gestões anteriores. E por que que eu digo que ainda não está muito adequada? *Porque não é atoa que determinados documentos chegam em cima da hora. Ainda acontece. E algumas das situações os documentos não são divulgados.* (Entrevistado 3, grifos nossos).

Na observação das reuniões foi possível verificar alguns pontos que chamaram a atenção: o posicionamento, inclusive com a ocupação de lugares

distintos no auditório, de grupos de diretores mais favoráveis ou menos favoráveis aos encaminhamentos da presidência e mesa de conselheiros pertencentes à Administração Central; organização de grupos mais capitalizados (gestores de câmpus mais centralizados) e grupos menos capitalizados (gestores de campos mais interiorizados) em relação a demandas apresentadas nas sessões; alguns diretores que se posicionam mais e outros não falam em momento algum; alguns diretores muito críticos a cada proposição da mesa diretiva; observou-se, aparentemente, posicionamentos “combinados” com antecedência por alguns grupos e com a própria presidência da sessão para aprovação de pautas divergentes;

Um dos gestores entrevistados ratifica essa percepção:

Agora você tem um conselho universitário com setenta e tantos representantes e desses setenta uns quarenta são diretores. Então não é pouca coisa do ponto de vista dos momentos mais tensos e nos momentos de tomada de decisão. *Só que desses a participação é muito ativa dos diretores, em termos de organização da defesa de um determinado ponto de vista.* Mas isso é feito e não é individualmente e muitas vezes, eu já vivi isso no conselho universitário, *não representa os anseios da base.* Em tese um diretor está ali representando o campus. Então, por exemplo, o que eu faço aqui? Aqui toda vez que sai pauta do conselho universitário eu encaminho para toda comunidade, administrativo, docentes e os representantes dos estudantes. [...] eu tenho que ir respaldado pela comunidade que me elegeram porque esse é que é o ponto. Então o que eu observo no conselho universitário é que a via de regra é que não é isso que acontece. *O que acontece é que a depender da intensidade do tema, as ações são costuradas antes.* Então nós temos no grupo de diretores... e assim, com muita tranquilidade, não é por má fé nem nada não. As dificuldades são tamanhas que muitas vezes a ideia de um voto positivo com determinada propositura é importante para garantir algo depois para o campus e isso é quase que natural dentro da universidade.
(Entrevistado 3, grifos nossos).

Compreende-se a necessidade da estratégia nessas situações, entendendo-as como os espaços alargados para as negociações, como possibilidades de movimentação dos agentes. A gestão, então, se faz com o jogo, com a negociação, com a formação de grupos de resistência, com grupos de adesão, com o embate, com a necessidade de se visualizar o contraditório, o diverso, o diferente, a jogar com ele em benefício de uma causa comum. O que se verificou, em boa medida, também, nas reuniões acompanhadas do CsU, foi a negociação entre diretores de câmpus e o jogo com a reitoria com a formulação de estratégias de ganhos para o “seu câmpus”, a sua cidade. O gestor entrevistado, faz uma reflexão sobre esse tema e afirma:

[...] eu vejo que ainda permanece uma dificuldade de compreender no diá-

logo de conjunto da universidade do diretor do campus em si. Compreender não apenas como diretor daquele campus, ele é um dirigente universitário. Aí consolidar essa compreensão, um dos elementos que explicita e aí, já na dinâmica de poder interno da instituição, é quando vamos discutir assim: Cria ou não cria cursos? Então o discurso de todos é assim, *há um esgotamento da possibilidade de expansão na graduação na universidade, mas a grande maioria dos diretores estão lá dialogando na criação de cursos naquele campus, você pode ir em qualquer campus, eu estou dizendo qualquer campus no sentido de que todos sem nenhuma exceção querem criar cursos. E, portanto, isso demonstra certo limite dos compromissos locais, da vivência local e do ter que dar respostas ao ambiente local e a compreensão aí universal entre aspas que compõe a própria universidade. Esses dois movimentos eu acho que são movimentos ainda muito delicados na constituição do modelo de gestão. [...] que é essa dificuldade de compreender a universidade em seu conjunto [...]* (Entrevistado 6, grifos nossos)

Essa é uma questão importante para a gestão da Universidade, qual seja a de compreensão da instituição no seu conjunto, de se conseguir visualizá-la no seu todo, na sua complexidade enquanto uma instituição multicampi. Em alguns posicionamentos observados nas reuniões do CsU, é possível inferir que, por vezes, as falas de alguns gestores denotam o entendimento do seu câmpus como uma faculdade isolada, distanciada da unicidade pretendida para a constituição da UEG. A gestora entrevistada, aponta para essa complexidade, inclusive se referindo àquilo que ainda permanece no interior da gestão dos câmpus mais interiorizados: a relação mais direta com a política partidária local.

Um reitor também precisa saber qual a opinião da sua comunidade, porque as vezes uma decisão que vai ser tomada achando que é excelente para todo mundo, para quem está a trezentos quilômetros da sede, as vezes, não é. *E como os diretores dos municípios mais afastados da sede eles são muito ligados às questão de política local, então nós não vencemos esse ponto com a eleição de professores efetivos.* Então o CSU que poderia realmente ser o lugar do exercício dessa autonomia, ele comete alguns equívocos que na minha opinião já deveriam ter sido superados. (Entrevistada 1, grifos nossos).

Com a observação e acompanhamento da 103ª reunião do CsU foi possível observar a incidência clara da política partidária na fala e posicionamento de alguns diretores de câmpus e a visibilidade do jogo dos diretores em angariar capitais para si, enquanto representantes de uma IES com câmpus no interior do estado de Goiás. Seguem alguns trechos do relatório de observação produzido para essa pesquisa sobre a pauta de aprovação e criação de novos cursos de Medicina e Direito em alguns câmpus:

Criação do curso de Medicina na UEG Câmpus Itumbiara
 - a mesa diretora da reunião apresentou histórico sobre o porque de se pensar e incentivar a abertura do curso de Medicina em Itumbiara; incluiu pressão do MEC, Sesu, bem como pressões das lideranças locais; esclareceu que anteriormente foi feita uma lista de critérios de parcerias

com o município, bem como de aporte financeiro para laboratórios; *deixa claro a influência e atropelamento político do prefeito da cidade junto ao governador para abertura do curso de medicina na Ueg*; PPC está quase pronto e foi feito por profissionais capacitados da Ueg;

- diretores se posicionam contra e a favor da abertura do curso em função do orçamento

- diretor apresenta proposta de escrever carta do CsU condicionando a abertura do curso ao aumento do repasse orçamentário da Ueg;

- diretora parabeniza a abertura do curso e “entende” como algo que saiu da universidade; *propõe que todos procurem os políticos de suas cidades e façam lobby para que aprovem aumento dos recursos da Ueg*.

- outro diretor propõe que se faça um estudo sobre os custos e impactos que a abertura de um curso desse terá para a universidade; que investiu sua carreira na universidade e quer saber sobre os impactos que isso irá trazer; *que os bônus de abertura desse curso ficarão para os políticos e os ônus ficarão para a universidade*;

- outro diretor defende a abertura do curso e que o curso de medicina alçará a universidade a outro patamar; perguntou sobre hospital escola.. reitor esclarece que não terá, pelo tipo de curso proposto, pois os alunos usarão a própria rede de saúde, postos de saúde, ambulatórios... proposta de formação ativa... será realizado no hospital municipal.

- outro diretor falou em cobrar os 3% para o orçamento da universidade; é necessário investir em outras áreas, especialmente nas licenciaturas.. defende o fechamento de cursos e de campus..

- diretor se diz representando o câmpus e diz da preocupação dos professores de seu câmpus sobre salários, sobre dedicação exclusiva, necessidade de se pensar as licenciaturas, onde serão alocados os recursos e como ficarão os cursos e profissionais, professores que já estão na universidade? Remete a questões de condições estruturais.

- diretor defende o planejamento e não se deve confiar em promessas políticas, pois elas passam e as questões precisam ser bem avaliadas... falou do alto custo de um aluno...

- diretor elogia a iniciativa da UEG em abrir o curso de medicina ; *fala da contrapartida dos políticos, dos prefeitos; assume e defende o perfil político da Ueg*.

- outro diretor fala sobre abertura do curso de Pedagogia, que foi cobrado e não foi aberto por causa da necessidade de PPC.. como apresentação de motivo... outros cursos planejados e não foram aprovados... *acrescenta “que acha engraçado” esse pêndulo que pende aos desejos políticos e e que estamos com tantas questões e que se atende ao bel prazer dos desejos políticos... que não existe planejamento, que não tem uma planilha de custos, de gastos e investimentos para abertura de um curso dessa natureza*.

- outro diretor reivindica a manutenção do curso de design e que tem representação estudantil... *deixou claro a sua vinculação ao deputado N... que luta politicamente na manutenção da Ueg na cidade e são demandas que precisam ser atendidas; citou o governador Marconi Perillo dizendo sobre sua vinculação a ele*.

- diretor fez uma leitura, *reivindicando o curso de Direito e apresentou uma série de argumentos, nomes de políticos, de situações da região, do preparo do câmpus para ter o curso de Direito*.

- outro diretor faz uma fala dura sobre as incoerências, sobre não ser apadrinhado político, apresenta sua posição de que deve ser retirado de pauta os câmpus que não apresentam PPP, que não apresentam orçamento, não existem dados para qualquer debate ou voto. (Relatório de Observação, 103º sessão plenária CsU, 2017, grifos nossos).

Observou-se nas reuniões do CsU, em especial, uma marca de permanência da história da UEG que é bastante visível no grupo da gestão da Universidade - não

explicitamente no grupo atual da gestão da Administração Central, mas em grupos e indivíduos que atuam como diretores de câmpus: a presença da vinculação da política partidária, o jogo da política, a estratégia política para o ganho de bônus locais, para a capitalização política com o uso da Universidade.

Em outra medida, observou-se a resistência, a fala ponderada, o posicionamento pelo *todo* da Universidade, para a constituição de uma Universidade afastada do jogo político do governo. Verificou-se, ainda, a Administração Central da Universidade fazendo parte do jogo, em luta, em alguns momentos constrangida, porém participando frontalmente com estratégias, inclusive de convencimento.

De modo geral, a gestão administrativa e acadêmica da UEG vem se estabelecendo por meio de processos de estruturação e organização que buscam constituir a UEG como instituição universitária. Observa-se no processo de constituição do *habitus* gestor a busca de um *modus operandi* mais acadêmico, embora estejam implícitos os embates e tensões decorrentes das condições objetivas da instituição, de sua posição no campo da educação superior e das suas relações com o campo político.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando a pesquisa e a sua exposição chega a um fim – não necessariamente a um fim de tudo, mas a um fim limitado pela proposição e pelas condições objetivas para sua realização – retomam-se as indagações iniciais para verificação da efetividade do que se propôs em termos de objetivos, problema, bem como do percurso metodológico realizado para esta pesquisa; e se os achados contribuíram, em boa medida, para uma reflexão fundamentada sobre o objeto pesquisado. Para essa verificação, serão aqui retomados, para uma melhor consideração, os elementos que, articulados, encaminham as análises a partir deste estudo.

Sendo assim, sob a premissa e alcance da compreensão, buscou-se na pesquisa realizada, motivos, fatos, situações, contextos políticos gerais e do estado de Goiás, agentes individuais e institucionais que produziram processos de institucionalização da UEG ao longo de seu percurso histórico e que constituíram e constituem, continuamente, o *habitus* da gestão da Universidade. Estudar a gestão e tomá-la como um dos elementos que contribuem com a institucionalização da UEG, revelou a necessidade de um estudo do interior e o do exterior da Universidade, bem como da relação entre o interior e o exterior; a metodologia de estudo e pesquisa promoveu essa condição para se chegar a uma interpretação sobre a constituição de um *habitus* e um *ethos* acadêmico específico desta Universidade. O que aqui se denomina estudo do interior da Universidade foi a busca sistemática dos elementos próprios de constituição da UEG, sua história, os contextos internos específicos, características próprias da Universidade, documentos produzidos para a orientação e regulação da Universidade, identificação de agentes da gestão, posicionamento e interpretação de gestores da Universidade que perfizeram percursos distintos no seio da instituição, dentre tanto mais. O que se compreende como estudo do exterior da Universidade é aquele referente ao contexto social, político, econômico e da educação superior, externos à Universidade, mas que a conformam e condicionam sua efetivação enquanto uma Universidade com função social que busca sua consonância com os ideais de Universidade. O mais significativo, porém, foram os sentidos do que se encontrou das relações intrínsecas entre o interior e o exterior, bem como a compreensão de que, por meio da pesquisa, dos estudos e das interpretações realizadas, o interior e o exterior da Universidade compõem e integram uma mesma realidade.

A par destas questões iniciais, o que se compreendeu dos estudos realizados sobre o Estado, sobre política, na perspectiva de Bourdieu e Weber, contribuíram, sobremaneira, para o entendimento sobre o Estado brasileiro, bem como sobre a produção político-ideológica dos agentes sociais que ocupam postos de governança na condução do Estado; agentes esses que são aderentes ao campo e que, em relações de força e poder, movimentam-se para estabelecerem-se no campo em funções políticas e públicas importantes e influentes, como, por exemplo, em cargos no interior dos segmentos da estrutura administrativa do Estado.

Nesse sentido, foi possível compreender que o Estado é aquele que se torna campo da produção ideológica e se posiciona com uma autonomia relativa ante a economia e a sociedade civil. Que o Estado é um campo, conforme afirma Bourdieu (2014). É preciso, também, analisá-lo a partir de uma dimensão simbólica importante, qual seja, “do efeito de Estado que Bourdieu desenvolve ao compreender que esse efeito é visível nas ações, nos interesses e estratégias dos servidores civis que produzem um discurso performativo”, de convencimento que, ao mesmo tempo que reconhecem e legitimam o Estado também o constituem como agência da dominação simbólica na luta por poder. São agentes políticos capitalizados, ou seja, são “agentes políticos e gestores do Estado, impulsionados pela luta no campo, que conquistaram posição e distinção, bem como evidenciaram, conforme Bourdieu (2014), “capital político em composição e volume suficientes para a sua ascensão, manutenção e pertença no campo” .

Analisar essa questão foi substancial para compreender, no espaço local, o papel do estado de Goiás, a sua função demarcada – no tempo histórico analisado – por grupos políticos (agentes políticos) que expressam interesses e angariam benefícios em postos de poder, ou mesmo, por ocuparem determinados postos, exercem poder e beneficiam outros. Foi importante encontrar os movimentos de reformas do estado de Goiás, quando este elabora Leis Ordinárias que “Dispõe sobre a organização da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo” (Leis Ordinárias), em várias ocasiões, observado em práticas consecutivas ao longo de décadas até a atualidade. As denominadas “reformas”, segundo nossa interpretação, materializam-se, em grande parte, como estratégias políticas para inclusão e retirada de agentes políticos de postos de gestão, para atendimento àqueles que estão na base política de sustentação do governo do estado de Goiás; sob os argumentos expressos em diversas leis ordinárias do

estado, que apresentaram a modernização, a eficiência, o planejamento, organicidade, normatização, desconcentração ou descentralização funcional como princípios para as reformas, foi possível analisar que houve e há a produção de legislação pela administração pública para atendimento a interesses do campo político, bem com para incorporar agentes individuais e institucionais do capital econômico e do capital financeiro na esfera pública do estado de Goiás. Ora, observou-se que essa prática patrimonialista constitui-se, por décadas, como um *habitus* de gestão do governo do estado de Goiás, não só do governo do PSDB, mas de governos anteriores, referentes ao período analisado (1961 a 2017). As reformas na administração pública revelam um modo de fazer gestão em consonância com o modo de articulação da política partidária, com o intuito de ocupação de espaços de poder na gestão pública, atualizando, por assim dizer, o regime patrimonialista, como uma forma legitimada de dominação política.

Hoje assistimos a um aprofundamento do que se iniciara no Brasil, nos idos de 1990, com o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), pois as políticas para a educação têm sua razão estrutural nas variadas fases de movimentação do capital, de sua reestruturação. É possível compreender que as políticas educacionais compõem uma parte expressiva de toda a ordenação legal e jurídica que se materializou, mais intensamente sob um viés pragmático, com a Reforma do Aparelho do Estado, conduzida pelo então Ministro de FHC, Bresser-Pereira. Tem como práticas a instituição de formas de controle sobre o desempenho dos gestores públicos e instaura-se sob a clara disposição à diminuição da presença do Estado. O que se compreendeu é que, a partir da Nova Gestão Pública, mais do que adotar uma estrutura de gerências no interior da administração do Estado, bem como, nos estados brasileiros e em seus segmentos da administração pública – dentre os quais as autarquias, o que se implantou foi a racionalidade instrumental e pragmática na organização administrativa da esfera pública; princípios presentes e oriundos da administração da empresa privada. Nessa premissa, há a compreensão de constituição de um *habitus* institucional do Estado brasileiro que modelou, por meio de violência simbólica, as diferentes instituições com a intenção de imprimir um modo de fazer, um *modus operandi* em consonância com os princípios presentes no Estado naquele dado momento histórico.

Realizar uma análise da atual conjuntura da educação superior brasileira é uma tarefa de grande desafio. Muitos são os motivos para isso, a começar de sua

diversificação e heterogeneidade, especialmente em relação à organização acadêmica, qualidade e inclusão social. Em algum sentido, foi possível analisar, a partir dos estudos realizados, que a diferenciação das IES se apresenta como estratégia política engendrada via políticas educacionais em que, contraditoriamente, ao mesmo tempo que cria uma condição de maior de acesso, reforça processos históricos de desigualdade escolar, processos profundos de exclusão e impedimentos de chegada de jovens à educação superior no Brasil. Tal diferenciação não é uma marca só nossa, pois o sistema universitário, no plano internacional, vem passando também por transformações em direção a um sistema amplamente diversificado, com uma multiplicidade de arranjos institucionais. A tendência às reformas da educação, em especial da educação superior, estão presentes em vários países americanos e europeus, em especial. Portanto, a análise da educação superior na conjuntura atual é complexa porque vivenciamos um tempo presente muito conturbado e crítico, como é o caso brasileiro. Desde a ruptura ocorrida em 2016, com a retirada da presidenta Dilma do governo federal, vivemos sob a égide de um governo que está sob uma “corda bamba” política para angariar legitimidade. Temos tido inúmeros retrocessos nas políticas educacionais, a acirrada polarização de posições e ideias, assim como uma acentuação ao controle de práticas e propostas acadêmicas, à judicialização de pessoas e instituições, bem como ao desmonte de políticas sociais importantes sob o discurso da economia de gastos; há a premissa do governo federal atual, equivocada, de compreender os investimentos com educação como gastos.

No Brasil, a década de 1990 foi o marco histórico dessas profundas mudanças e também na cultura institucional da educação superior, que se prolonga e se aprofunda até os dias atuais. São intensas as tentativas de vincular, organicamente, a produção de conhecimento às cadeias produtivas locais, nacionais e mundializadas. Isso impõe às IES e comunidades de pesquisa, a sua própria pauta de investigação, o que implica dizer que a pesquisa é pautada e realizada por interesses da indústria, do mercado, do desenvolvimento econômico. Assim, de modo contraditório, a ciência e a atividade de investigação universitária não escapam dos avanços da lógica mercantil que invade, progressivamente, mais e mais o interior da academia e, também, a vida coletiva. Sobre essa questão, constatou-se, sobremaneira, a incidência da lógica produtiva nos documentos pesquisados que orientam as diretrizes organizacionais, de gestão da UEG, no seu

Estatuto, Regulamento, PDI, atas de Conselhos (Órgãos Colegiados), Resoluções, bem como no discurso de alguns dos gestores entrevistados. Esse é um elemento importante que impacta frontalmente a constituição do *habitus* da gestão da UEG. Alinhar a Universidade aos interesses de desenvolvimento regional na perspectiva desenhada pelo estado de Goiás, é um desafio que se impõe a toda comunidade acadêmica, em especial aos professores, aos gestores, sejam os da Administração Superior, sejam os gestores dos câmpus universitários. Por si só, esse desafio é complexo, porém a complexidade aumenta quando, o argumento do desenvolvimento regional integra o discurso político dos agentes políticos das localidades, dos municípios onde os câmpus estão assentados e daqueles agentes políticos de municípios onde ainda não há um câmpus da Universidade.

Observou-se que os fundamentos da lógica produtiva já estão impressas, em boa medida, nos objetivos constituídos para a UEG. Nesse contexto, Catani e Oliveira (2002, p. 16) alertam que “[...] quando a Universidade abre mão da sua identidade histórica, ela corre o risco de servir, mais diretamente, a propósitos de reprodução do poder e das estruturas existentes e não à sua transformação”. Nesse sentido, a instituição, segundo os autores, “[...] pode tornar-se mais funcional, operacional e passiva diante do instituído, participando da estrutura de poder social e contribuindo com as estratégias de conservação da ordem social”. Na visão desses autores, quando isso ocorre, a instituição “[...] nega e compromete a sua existência, tendo em vista que perde sua autonomia, ganha uniformidade e subordina-se aos interesses diretos do Estado e do mercado”. Nesse sentido, o conceito hegemônico de qualidade, atualmente, é o proferido pelos defensores da NGP segundo a qual a qualidade na educação se relaciona diretamente ao cumprimento de metas, à produtividade, ao desempenho, à eficácia, à efetividade e à excelência.

É possível observar que a premissa “[...] a administração pública deve ser permeável à maior participação dos agentes privados e/ou das organizações da sociedade civil e deslocar a ênfase dos procedimentos (meios) para os resultados (fins)[...]”, apresentada no documento do Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), o PDRE (1995) sobre a administração pública, está evidenciada no corpo das orientações e atribuições administrativas da UEG.

Verificou-se que, em grande parte, os cursos oferecidos pela UEG nas cidades do interior, não estão efetivamente em relação direta com os setores produtivos

locais; são, em sua maioria, cursos de graduação em licenciatura, o que revela que a Universidade mantém o que mais de um gestor entrevistado denominou de vocação original, documentos como Relatórios de Avaliação Institucional da Universidade afirmam essa “vocação”, qual seja, a de formação de professores. Alguns pontos podem ser inferidos quanto a essa questão. Para tanto, retoma-se trechos do documento PDI (2010 – 2019) da UEG em que expõe que a UEG é uma das “políticas para o desenvolvimento do Estado [...] objetiva responder às demandas da sociedade goiana [...] inclui-se no elenco de estratégias fundamentais que vêm sendo adotadas para alavancar o crescimento e o desenvolvimento do Estado”. Quando se analisa a expressão “alavancar o crescimento e desenvolvimento do Estado”, não fica claro sobre que tipo de desenvolvimento o texto se refere, porém, por meio da interpretação do conjunto documental estudado e atinente ao estado de Goiás e à UEG e, em alguns momentos expostos no corpo da tese, infere-se que o desenvolvimento econômico é o que se tem de mira para os governos do estado de Goiás.

Analisa-se, como outro ponto sobre essa questão observada, que a UEG, por meio de sua organização acadêmica, com a implementação e manutenção majoritária de cursos de licenciatura, está em dissonância com o que se intenciona, via PDI e outros documentos consultados. Não se faz aqui, de forma alguma, o demérito dos cursos de graduação em licenciatura, o que se faz é uma reflexão sobre sua natureza e diretrizes, ou seja, não são estes cursos que aliam-se expressivamente aos setores produtivos, ao desenvolvimento econômico; aliam-se, em boa medida, ao desenvolvimento social de uma região. Verifica-se, pois, o tensionamento entre o instituinte e o instituído, ou seja, há a orientação expressa para o desenvolvimento do estado, inclusive essa premissa apresenta-se nos discursos dos reitores da Universidade. Porém, o que também se verificou no estudo sobre a UEG, são os entraves nas condições estruturais para tal (na esfera acadêmico-científica e estrutura física dos câmpus).

Concebeu-se, sob outro viés, que a vinculação da UEG ao desenvolvimento regional estrutura-se sob uma estratégia política, seja do governo do estado de Goiás seja da própria gestão da Universidade no decorrer de sua institucionalização. O que levou a essa interpretação? Que o discurso de promoção do desenvolvimento regional abriu possibilidades para a expansão da Universidade, para a sua interiorização mais expressiva e, de toda forma, é um discurso que

aplana resistências e gera convencimento local e no interior da própria instituição. Não se quer, com essa interpretação, minimizar os efeitos positivos da interiorização da Universidade no estado e não se nega a sua importância nos municípios onde mantém câmpus e cursos. O que se até é para o “efeito do discurso” que não se estabeleceu e não se mantém de forma desinteressada.

Sob outra interpretação, verificando-se o texto da Missão Institucional da UEG, que é “[...] desenvolver a cultura e a formação integral de profissionais e indivíduos capazes de se inserirem criticamente na sociedade e promoverem a transformação da realidade socioeconômica do Estado de Goiás e do Brasil”, observa-se mais claramente a intenção formativa para o desenvolvimento social e econômico do Estado de Goiás. Infere-se, a partir de análise do conjunto dos dados institucionais da UEG, que a formação de professores promove nas regiões onde se mantém os câmpus, uma maior qualificação da educação básica que, a médio e longo prazo, fortalece a região, ampliando as possibilidades de ocupação e emprego no setor produtivo local, bem como contribui com a formação em nível superior dos jovens e adultos da região.

Retomando os dados apresentados na tese, verifica-se que a UEG, em 2016, ofereceu “26,2% dos bacharelados, 46,4% das licenciaturas e 82,8% dos cursos tecnológicos” dentre as três universidades estaduais da Região Centro Oeste. Em números absolutos, observou-se que a UEG em 2016, fez 8.515 matrículas em 75 cursos de licenciatura, 6.163 matrículas em 36 cursos de bacharelado e 1.670 matrículas em 20 cursos tecnológicos. Verificou-se, pelos números, uma proporção maior de matrículas nos cursos de bacharelados e tecnológicos em relação às matrículas nos cursos de licenciatura (relação direta entre número de matrículas e cursos). Conforme dados obtidos para este estudo as licenciaturas mais ofertadas na UEG, no ano de 2016, foram as de Pedagogia e Letras (Português/Inglês), seguidas de História, Geografia e Matemática. Os cursos de bacharelados mais ofertados foram os de Administração, Sistemas de Informação e Ciências Contábeis e dos cursos de tecnologias, o mais ofertado foi o de Redes de Computadores. Esses dados são aqui retomados para que contribuam com a análise sobre a acentuação de que a UEG promove o desenvolvimento regional ou de que tenha “vocaçãõ para as licenciaturas”. O que de fato, pode ser deduzido, é que há uma insistência na manutenção das licenciaturas, a começar pela verificação das matrículas. Considera-se aqui, fundamental essa insistência, que se expressa – não

de forma tão clara - como política interna da UEG, inclusive pela necessidade de professores no Brasil e no estado de Goiás. Verificou-se, também, que os cursos de bacharelado e tecnológico mais oferecidos são aqueles que não requerem estrutura física sofisticada dos câmpus, bastando, de modo geral, laboratórios de informática, bibliotecas e professores. Os cursos de maior oferta são então, os de formação de professores e aqueles que alimentam, em boa medida, os setores de prestação de serviços.

Sob uma parte dos dados apresentados na tese, visando-se uma interpretação de sua totalidade, pode-se confrontar a ideia de que a UEG **promove o desenvolvimento regional** com outras questões verificadas quando:

a) As questões estruturais e acadêmicas enfrentadas pela Universidade limitam os processos qualitativos de sua institucionalização;

b) Foram poucos os concursos realizados para efetivação de professores e técnicos administrativos;

c) As progressões na carreira e progressões por titulação são limitadas a percentuais mínimos dentre o grupo de professores efetivos (958 em 2017);

d) Se tem um quantitativo de docentes efetivos reduzido à metade do número necessário para o atendimento dos cursos (basicamente metade do número de professores temporários);

e) Há uma política partidária e de governo que incide sobre a Universidade de se manter um expressivo número de professores com contratos temporários, configurando uma prática clientelista (922 em 2017);

f) O número de servidores técnicos administrativos efetivos (395 em 2017) é três vezes menor que o número de servidores técnicos com contrato temporário de trabalho (985 em 2017), configurando, também, uma prática clientelista ;

g) Problemas graves na condução da gestão da Universidade afetaram, de forma contundente, o seu processo qualitativo de institucionalização acadêmica (denúncia de corrupção e desvio de recursos que levaram à exoneração de reitor);

h) Os movimentos docentes e de servidores em geral são constantes, seja por melhores condições de trabalho e salários, seja para contrapor-se a medidas tomadas pela Administração Superior (aumento de carga horária; intensificação do trabalho; precarização das condições de trabalho, dentre outras apontadas na tese);

i) Os recursos destinados à Universidade são insuficientes para manutenção de seus 41 câmpus e 135 cursos (dados de 2016 e 2017, portanto uma

universidade expressiva em tamanho no conjunto das universidades estaduais) e a induz a buscar novas fontes de recursos no setor produtivo, com convênios e parcerias; e mesmo assim faz-se, contraditoriamente, abertura de cursos sob pressão política do governo do estado de Goiás e de políticos locais (compreendidos como representantes de demandas da sociedade local); (cursos novos de Medicina e Direito aprovados em 2017 e Psicologia aprovado em 2018);

j) Há limitações definidas pelo governo do estado de Goiás que impedem a autonomia universitária, mantendo a gestão da Universidade dependente nos processos decisórios relativos à gestão dos recursos financeiros;

k) Há pouco investimento e, portanto, pouca visibilidade da pesquisa e extensão no interior da Universidade e fora dela, caracterizando a UEG como uma *universidade de ensino*;

l) Os ritos burocráticos, com a produção de excessiva regulamentação, que são reformuladas continuamente, criam, conseqüentemente, entraves para a fluidez da gestão acadêmica, bem como geram, pela deficiência de comunicação à comunidade acadêmica, insegurança nas ações de gestores dos câmpus, professores e servidores técnicos;

m) E por fim, para essas considerações, quando se verifica o processo aligeirado de constituição da Universidade com o agrupamento de faculdades isoladas que mantém uma diferenciação entre câmpus, inferindo-se, inclusive, uma condição de distinção entre eles (câmpus mais próximos da sede da UEG, mais antigos, com adensamento de professores efetivos com maior qualificação acadêmica em relação a câmpus mais distantes);

As considerações apresentadas revelam, sobremaneira, uma Universidade em processo de institucionalização, que apresenta fragilidade institucional em questões básicas de sua estrutura física e acadêmica e que, no conjunto da Universidade como instituição social, revelam um modo próprio de se constituir, um *modus operandi* próprio, que dá forma a um *habitus* institucional marcado pela forte pressão do governo do estado de Goiás, que a limita em diversos aspectos.

Verificou-se que a UEG, por meio da gestão da Administração Superior e das decisões encaminhadas pelos Órgãos Colegiados, acolhe e reproduz, em boa medida, um modo de fazer gestão aderente ao campo político e da base de sustentação partidária do governo do estado de Goiás, ou seja, por ser autarquia e

com limites em sua autonomia, é constrangida e, como instituição da educação superior estadual, mantém-se em uma relação muito próxima aos objetivos e propósitos políticos do governo, sofrendo influências diversas no seu processo de constituição e atuação. Constatou-se, pois, que ao longo da história da UEG há um movimento constante de agentes políticos do governo estadual no interior da Universidade ou mesmo realizando movimentos de força e poder no sentido de instituir a Universidade sob seus interesses.

Nessa direção, a UEG, via corpo gestor e comunidade acadêmica, de modo geral, luta e desenvolve estratégias para aplainar e relativizar o discurso do governo no seu interior; isso por meio da estratégia do fortalecimento de ações acadêmicas e do discurso acadêmico. Porém, a história da Universidade ainda a remete para a compreensão de que a UEG, ao ser concebida como uma estratégia política do governo estadual, contribui para potencializar e capitalizar poder político. Porém, de forma expressiva, a gestão da Universidade joga o jogo visando sua sobrevivência, manutenção e pertencimento ao campo da educação superior, num jogo de forças e poder ainda bastante subordinado aos interesses do governo do estado de Goiás e das forças do campo político a ele vinculado.

O poder político, que o governo do estado de Goiás insiste em assegurar, inseriu-se na gestão da Universidade e, a partir das análises dos conteúdos dos documentos, dos registros das entrevistas, da legislação que rege a UEG, da observação de reuniões dos Conselho Acadêmico (CsA) e Universitário (CsU), verificou-se a presença dos princípios de gestão do governo do estado de Goiás que conduz - ou condiciona - os gestores a limitarem-se, em boa medida, a gerentes universitários que, na prática, cumprem determinações estabelecidas na esfera política estadual. O arcabouço legal-institucional da Universidade é produzido em consonância com as delimitações que o estado estabelece, ou seja, na realidade da Universidade, o princípio da autonomia universitária é condizente com os princípios da política estadual. Todo esse contexto é resultado de lutas internas, estratégias e tensionamentos, em especial entre professores, servidores técnico-administrativos e os gestores dos câmpus, gestores da Administração Central e governo do estado de Goiás.

Compreendeu-se que os elementos e fatores apresentados no conjunto da tese e alguns deles retomados nestas considerações, integram o *habitus* institucional-acadêmico e da gestão universitária da UEG, pois, conforme Miceli

(2015), o “*habitus* vem a ser, portanto, um princípio operador que leva a cabo a interação entre dois sistemas de relações, as estruturas objetivas e as práticas”. Nesse sentido, observou-se que as práticas institucionais da Universidade estão em consonância com as estruturas objetivas, verificáveis na instituição. As práticas gestoras, na esfera acadêmica e administrativa da Universidade, sintetizam, então, um *habitus* específico e intransferível, como princípio operador que resulta da interação desses dois sistemas.

O *habitus* “impõe um esquema durável e, não obstante, suficientemente flexível a ponto de possibilitar improvisações reguladas” (Miceli, 2015), portanto, a constituição do *habitus* se dá de forma flexível, durável, porém com possibilidades de alterações, o uso de estratégias criativas e ações improvisadas e reguladas. Nesse sentido, a constituição do *habitus* institucional-acadêmico e da gestão da UEG, é verificável no decorrer de sua história, mas também, guarda traços indissociáveis dos processos de fundação da Universidade, da forma como ocorreram as decisões, os princípios definidos e que nortearam o projeto de universidade pelos agentes institucionais, políticos, coletivos e individuais naquele momento. Porém, no decurso de sua institucionalização, alguns traços permanecem e isso identifica e caracteriza o modo de fazer e agir da gestão da instituição, pois o *habitus* “tende, ao mesmo tempo, a reproduzir as regularidades inscritas nas condições objetivas e estruturais que presidem a seu princípio gerador”, conforme Miceli (2015). O que se verificou como um dos elementos duráveis e que incidiram sobre o *habitus* institucional acadêmico e da gestão da Universidade, é elemento das estratégias políticas e outro o da improvisação.

Retomando a citação de Miceli (2015), em que o autor analisa o *habitus* e que “[...] as situações conjunturais com as práticas por elas exigidas, acabam por conferir à *práxis* social um espaço de liberdade [...]”, confere à constituição do *habitus* o aspecto conjuntural e alia as práticas a esse aspecto, que são decorrentes, portanto, da conjuntura. Ora, verificou-se e localizou-se no trabalho, as situações conjunturais do país, em especial os da década de 1990 e as décadas subsequentes, bem como os aspectos relevantes dessa conjuntura que entranharam-se e desenvolveram-se no interior da Universidade. A racionalidade instrumental, gerencial, bem como a lógica produtivista e desenvolvimentista são marcas importantes do período e que permanecem e permeiam os princípios da instituição e da gestão; elementos já aqui apresentados nestas considerações e que

são identificados como constituidores do *habitus* institucional-acadêmico e da gestão da UEG. Porém, o que se desenvolve como resistências, movimentos contrários e contraditórios no interior da Universidade a esses elementos, corroboram para o entendimento do “espaço de liberdade”, apontado por Miceli (op.cit); isso também constitui o *habitus*.

Ao conceber que o “*habitus* completa o movimento de interiorização de estruturas exteriores, ao passo que as práticas dos agentes exteriorizam os sistemas de disposições incorporadas”, conforme Miceli (op.cit), foi possível compreender que a instituição, na constituição de seu *habitus* institucional-acadêmico e da gestão universitária, fez e faz esse movimento, visível na figura de seus gestores. Os gestores configuram-se como agentes em evidência e materializam uma dada racionalidade capitaneada de um grupo, como agentes capitalizados, que os legitimam na função gestora. Como exemplo, nas observações das reuniões do CsU, foi possível verificar essa questão na relação de grupos de diretores de câmpus e o reitor da Universidade. Como estrutura interiorizada, foi possível observar e analisar como o modo da atual gestão do estado de Goiás, sob o governo de Marconi Perillo (PSDB), com característica política importante, está incorporada ao modo de fazer gestão de gestores da Universidade; isso é exteriorizado como práticas, discursos e relações entre os grupos e comunidade universitária.

Ao se chegar ao final destas considerações, é importante deixar claro que não se fez e não se faz julgamento de valores sobre a UEG, bem como dos processos de constituição de seu *habitus* institucional-acadêmico e da gestão universitária. Portanto, não se chegou ao final deste estudo com impressões negativas daquilo que foi verificado e evidenciado em dados para este estudo. O que se concebe é a importância da UEG como universidade pública estadual em Goiás, a começar pela sua capilaridade institucional. Porém, verificou-se que a Universidade vem se constituindo com aquilo que desenvolve desse entrelace de si, como instituição social, e da conjuntura que a acerca e permeia. Está em mudança contínua e tem ganhos nesse processo; desde sua fundação, muito ocorreu e se efetivou para a sua institucionalização como uma Universidade de relevância social para o estado.

Considera-se, ainda, bastante importante, novas pesquisas que tracem elementos para a verificação de aspectos mais específicos sobre as formas e processos de como as faculdades isoladas e a UNIANA se conformaram à UEG no

sentido de se constituírem uma Universidade, em especial, no que se refere às resistências e movimentos docentes na época e aos aspectos referentes a como essas instituições foram reestruturadas e reformadas nesse processo. Considera-se, também, que merecem pesquisas mais específicas os aspectos políticos, econômicos e sociais que permeiam a constituição dos governos do estado de Goiás, em especial a partir da década de 1990. Também considera-se importante mais pesquisas sobre a constituição do *habitus* institucional, acadêmico e da gestão de IES, em especial de IES estaduais, no sentido de se confirmar, refutar, comparar com o que se apresenta nesta pesquisa em questão. É preciso ainda, verificar o processo de interiorização da UEG de forma mais pontual, analisando-se a totalidade de seus câmpus, observando-se a efetividade da institucionalização da Universidade e a materialização de sua missão institucional. Estudos posteriores, ao juntarem-se aos já desenvolvidos sobre a UEG, podem contribuir para uma perspectiva compreensiva sobre a Universidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, P. S F. *A Expansão das licenciaturas e da Educação Superior em Goiás: privatização, interiorização e estadualização (1997 – 2006)*. Goiânia, UFG: 2008. Dissertação de Mestrado.
- ADORNO, T. W. e HORKHEIMER, M. Sociologia. In: FORACHI, M. M. e MARTINS, J. S. *Sociologia e Sociedade (leituras de introdução à Sociologia)*, RJ: Livros Técnicos e Científicos Editora LTDA, 1988, p. 263-275.
- ADRIÃO, Theresa; PERONI, Vera. *Análise das consequências de parcerias firmadas entre municípios brasileiros e a Fundação Ayrton Senna para a oferta educacional*, 2010. (Relatório de pesquisa).
- AMARAL, N. *Financiamento da Educação Superior – Estado e Mercado*. Cortez: Piracicaba, SP, Ed. UNIMEP, 2003.
- AMARAL, N.C. *Uma análise do documento “Um Ajuste Justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil”*, Goiânia: UFG, 2017. (disponível em <https://www.ufg.br/up/1/o/ANALISE-CRITICA-BM-2017.pdf>).
- ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2000.
- ANTUNES, R. *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil (A era da informatização e a era da informalização)*. SP: Boitempo, 2008.
- ARENDT, H. *O que é política?* [editoria, Ursula Ludz]; 3^a. ed. tradução de Reinaldo Guarany. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 240 p.
- AUDY, J. Entre a tradição e a renovação: os desafios da universidade empreendedora in *A universidade no Brasil: concepções e modelos* / Marília Morosini, organizadora. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. (p. 265 – 274).
- AZEVEDO, I. A. M. *As Políticas Públicas Educacionais e o Processo de Formação do Professor nos Cursos de Licenciatura*, UNB, Brasília /DF, 2008, Dissertação de Mestrado.
- BALL, Stephen J.; OLMEDO, Antonio. *A “nova” filantropia, o capitalismo social e as redes de políticas globais em educação*. In: PERONI, Vera (Org.). *Redefinições das Fronteiras entre o Público e o Privado: implicações para a democratização da educação*. Brasília, Líber Livro, 2013.
- BALDINO, M. *Ensino superior em Goiás em tempos de euforia - da desordem aparente à expansão ocorrida na década de 80*. Goiânia: 1991. Dissertação de Mestrado, UFG.

BARBALHO, M. G. C. *A diversificação institucional: nova construção da identidade acadêmica das instituições de ensino superior*. ANPAE, 2011. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompletos/comunicacoesRelatos/0363.pdf>

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.

BARREYRO, G. B. *Mapa do Ensino Superior Privado*. Brasília : Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008. 77 p. : il. (Série Documental. Relatos de Pesquisa, ISSN 0140-6551 ; 37).

BARROS, A. S. X. *Expansão da educação superior no Brasil: limites e possibilidades*. Educ. Soc., Campinas, v. 36, nº. 131, p. 361-390, abr.-jun., 2015

BASTOS, M. F. *Formação e Exercício Profissional de Docentes dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental: relações entre o Projeto do Curso de Pedagogia da LPP/UEG e a prática pedagógica observada na escola de Maria de Fátima Bastos PUC Goiás, Goiânia/GO*, 2008, Dissertação de Mestrado.

BAUMAN, Z. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

BAUMAN, Z; BORDONI, C. *Estado de Crise*. RJ: Zahar, 2016.

BEGHIN, N, *A filantropia empresarial*. São Paulo, Cortez, 2005

BERGER; BERGER, B. O que é uma instituição social? In: FORACHI, Marialice M. e MARTINS, José de S. *Sociologia e Sociedade (leituras de introdução à Sociologia)*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora LTDA, 1988b, p. 193-199.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. *A Construção Social da Realidade: Tratado de Sociologia do Conhecimento*. 22. ed., Vozes: Petrópolis, 2002.

BORGES; et.al. *O Estado e Regionalização em Goiás Revista Territorial - Goiás*, v.1, n.1, p.112-134, jul./dez. 2012.

BEZERRA, D. D.S. *Formação de professores no projeto LPPE - As concepções reveladas nos discursos dos docentes*, UFG, Goiânia/GO – 2007, Dissertação de Mestrado.

BEZERRA, M. O. *BOURDIEU, Pierre. Sobre o Estado*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. **Rev. Hist. (São Paulo)**, São Paulo, n.173, p.487-495, dezembro de 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-83092015000200487&lng=en&nrm=iso>. acesso em 01 de maio de 2018. Epub 25 de agosto de 2015. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2015.98814>.

BOSCHETTI, V. R. *Plano Atcon e Comissão Meira Mattos: construção do ideário da universidade do pós-64*. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.27, p.221 –229,

set. 2007 - ISSN: 1676-2584 <http://nucleodememoria.vrac.puc-rio.br/system/files/acervo-livre/cg0128/videocg0128004.pdf>
acesso 24/04/2018

BOURDIEU, P. *O Campo Econômico*. São Carlos: UFSCar: Revista Política e Sociedade n. 06, abril de 2005. disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1930> (acesso em 23/03/17)

BOURDIEU, P. *Campo de poder, campo intelectual*. Buenos Aires: Folios, 1983b.

BOURDIEU, P. *Capital Simbólico e Classes Sociais*. SP: CEBRAP, Revista Novos Estudos n. 96, julho 2013, pp. 105-115. (Tradução Fernando Pinheiro).

BOURDIEU, P. *O campo científico*. In: ORTIZ, R. (org.) *Pierre Bourdieu – sociologia*. São Paulo: Ática, 1983a. cap. 4, p. 122-155.

BOURDIEU, P. *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neo-liberal*/ Pierre Bourdieu; tradução Lucy Magalhães. — Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998

BOURDIEU, P. *O Campo Político*. Revista Brasileira de Ciência Política, no 5. Brasília, janeiro-julho de 2011, pp. 193-216.

BOURDIEU, P. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 4. ed., 2001a (Tradução de Fernando Tomaz).

BOURDIEU, P. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Editora UNESP, 2003. 86 p.

BOURDIEU, P. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Tradução de Mariza Corrêa. São Paulo: Papyrus Editora, 3. ed., 2001b.

BOURDIEU, P. *Sobre o Estado : Cursos no Collège de France (1989-92) / Pierre Bourdieu; [edição estabelecida por Patrick Champagne... [et al.]]; tradução Rosa Freire d'Aguiar — 1a ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 2014.*

BOURDIEU, Pierre e PASSERON, Jean-Claude. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. 2. ed., livro 1 e 2. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1982.

BOTELHO, A. F. *Intencionalidades e efeitos da autoavaliação institucional na gestão de uma universidade multicampi*. UNB, Brasília /DF, 2016. Tese de Doutorado.

BRASIL/Presidência da República/Casa Civil. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. (disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) Acesso em: 03/07/2017.

BRASIL/Presidência da República/Casa Civil. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* (Lei no 9.394 de 20 de dezembro de 1996). (disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l9394.htm) Acesso em: 03/07/2017.

BRASIL/MEC/SESu. *Referenciais orientadores para os bacharelados interdisciplinares e similares*. Brasília: 2010. (Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho instituído pela Portaria SESu/MEC No. 383, de 12 de abril de 2010). (disponível em: http://reuni.mec.gov.br/images/stories/pdf/novo%20-%20bacharelados%20interdisciplinares%20-%20referenciais%20orientadores%20-%20novembro_2010%20brasil.pdf) Acesso em: 20/05/2018)

BRASIL/Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado (Câmara da Reforma do Estado – Presidência da República). *Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado*. Brasília, 1995.

BRASIL/MEC/INEP - *Sinopse Estatística da Educação Superior 2016*. Disponível em <http://inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior> . Acesso em novembro de 2017.

BRASIL/MEC/INEP – *Censo da Educação Superior 2016 – Notas Estatísticas*. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2016/notas_sobre_o_censo_da_educacao_superior_2016.pdf (acesso em novembro de 2017).

BRASIL/MEC/INEP. *Relatório do 1º. Ciclo de Monitoramento das Metas do PNE (2014 – 2016)*, 2016. Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/pne/saiba-mais/relatorio-do-1-ciclo-de-monitoramento-das-metas-do-pne-bienio-2014-2016> (acesso em 24/08/2017).

BRASIL/MEC/INEP – *Políticas educacionais e diretrizes curriculares – Sistema de Educação Superior*. disponível em: <http://slideplayer.com.br/slide/3037460/> . Acesso em 20/04/2018

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei Federal, Brasília, n. 9.394 de 1996.

BRESSER-PEREIRA. *Democracia, Estado social e reforma gerencial*. RAE, São Paulo, v. 50, n.1, jan./mar. 2010, 112-116 (artigo).

BUENO, M. S. S.; DOURADO, L. F. *O público e o privado em educação*. (disponível em: download.inep.gov.br/download/comped/politica_gestao/texto.../Capitulo_IV.doc.) Acesso: 14/05/2017.

BUTELMANN, I. *Pensando as Instituições*. Porto Alegre: Editora Artmed, 1998

CADERNOS ANDES. *As novas faces da reforma universitária do governo Lula os impactos do PDE sobre a educação superior*. Brasília, n. 25, p. 1-41, agosto de 2007. ISSN 1677-8107. (disponível em: <http://www.anped11.uerj.br/novas%20faces%20reforma%20universitaria.pdf>) (acesso em: 18/11/2017).

CAREGNATO, C.E. *Caráter público e identidade acadêmica na educação superior: uma análise da diversificação institucional por meio do estudo de centros universitários*. UFRGS/PPGE, 2004, Tese de Doutorado.

CARNOY, M. *Educação, economia e Estado (base e superestrutura, relações e mediações)*. Trad. Dagmar M.L. Zibas. São Paulo, Cortez Autores Associados, 1984.

CARNOY, M. *Estado e Teoria política*. (equipe de trad. PUCCAMP) 2a ed. Campinas: Papirus, 1988. [pp. 19-62]

CARVALHO, R. B. S. *Formação inicial de professores: um estudo da Licenciatura Plena Parcelada em Letras da Universidade Estadual de Goiás*. PUC Goiás: Goiânia/GO, 2009, Dissertação de Mestrado.

CARVALHO, R. R. S. *Universidade Estadual de Goiás: histórico, realidade e desafios*. UFG – Faculdade de Educação, Goiânia/GO, 2013, Dissertação de Mestrado.

CARVALHO, R. R. S. *O PNE e as universidades estaduais brasileiras: assimetrias institucionais, expansão e financiamento*, UFG – Faculdade de Educação, Goiânia/GO, 2018

CASSIMIRO; GONÇALVES. *Rumos da Universidade Brasileira*. Goiânia: UFG, 1986

CATANI, A. *Pierre Bourdieu: Um estudo da noção de campo e de suas apropriações brasileiras nas produções educacionais*. Actas dos ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção Atelier: Educação e Aprendizagens. (disponível em https://aps.pt/wpcontent/uploads/2017/08/DPR4628ba6c00014_1.pdf)

CATANI, A. *As possibilidades analíticas da noção de campo social*. Educ. Soc., Campinas, v. 32, n. 114, p. 189-202, jan.-mar. 2011

CATANI; OLIVEIRA. *Educação superior no Brasil – reestruturação e metamorfose das Universidades Públicas*. Petrópolis: Vozes, 2002

CHARLOT, B. *Da relação com o saber – elementos para uma teoria*. Tradução de Bruno Magne. Porto Alegre: Artmed, 2000, p. 34-38.

CHAUÍ, M. *A universidade operacional*. Avaliação - Revista da Avaliação da Educação Superior, 4(3), 1999. (Recuperado de <http://periodicos.uniso.br/>).

CHAUÍ, M. *Escritos sobre a universidade*. SP: Editora Unesp, 2001.

CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo, Xamã Editora, 1996.

COELHO, I. M. *Realidade e utopia na construção da universidade*. Goiânia: Editora UFG, 1999. (Memorial).

CONTEL, F. B. *Os conceitos de região e regionalização: aspectos de sua evolução e possíveis usos para a regionalização da saúde*. Saúde Soc. São Paulo, v.24, n.2, p.447-460, 2015 disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v24n2/0104-1290-sausoc-24-02-00447.pdf> (acesso em 18/14/2018).

CUNHA, L. A. *O ensino superior no octênio FHC*. Educ. Soc., Campinas, vol. 24, n. 82, p. 37-61, abril 2003 Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br> (acesso em 23/06/17).

CUNHA, L. A. *O desenvolvimento meandroso da educação brasileira entre o estado e o mercado*. Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 809-829, out. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a0928100.pdf>. (acesso em 03/04/2017)

CURY, C. R. J. *Educação e contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo*. São Paulo: Cortez, Editores Associados, 1986.

DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo*. SP: Editora Boitempo, 2017.

DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. *A gaiola de ferro revisitada: isomorfismo institucional e racionalidade coletiva nos campos organizacionais*. RAE-Revista de Administração de Empresas, vol. 45, n. 2, abr-jun 2005. (disponível em: <http://rae.fgv.br/rae/vol45-num2-2005>) (acesso em: 25/02/17).

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*. 17ª edição. Ed. Atlas. São Paulo: 2004.

DOURADO, L. F. *Expansão e interiorização do Ensino Superior em Goiás nos anos 80: a política de privatização do público*. Tese de Doutorado em Educação. FE / UFRJ, 1997.

DOURADO, L.F. *Expansão e interiorização da Universidade Federal de Goiás nos anos 80: a parceria com o poder público municipal*. Unicamp, HISTEDBR - Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil, Anais do IV Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas, 1997
http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario4/trabalhos.htm (acesso 19/03/2014).

DOURADO, Luiz Fernando; OLIVEIRA, João Ferreira de. *A educação superior em Goiás: regulamentação, políticas e perspectivas na reconstituição do campo universitário*. In: TOSCHI, Mirza; FALEIRO, Marlene de O. L. A LDB no estado de Goiás: análises e perspectivas. Goiânia: Alternativa, 2001.

DOURADO, L. F.; OLIVEIRA, J. F. *A reforma da educação superior e os seus desdobramentos nas universidades federais: tópicos para um debate*. Campo Grande: UCDB, Série Estudos, n. 16, p. 79 a 92, jul/dez 2003.

DOURADO, L. F.; OLIVEIRA, J. F. *Meta 12 – Educação superior* in Caderno de avaliação das metas do Plano Nacional de Educação: PNE 2014-2024. Organização: João Ferreira de Oliveira, Andrea Barbosa Gouveia e Heleno Araújo [Livro Eletrônico]. – Brasília: ANPAE, 2018.

DUARTE, T. M. *O projeto de desenvolvimento do regime militar e o estado de Goiás*. Revista OPSIS, Catalão, v. 9, n. 12, jan-jun 2009. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/Opsis/article/download/9446/6534> (acesso: 11/07/2016).

ENTREVISTADA 1. *Entrevista concedida presencialmente a Sylvana de Oliveira Bernardi Noleto em 10/03/2017* (acervo da pesquisa).

ENTREVISTADO 2. *Entrevista concedida presencialmente a Sylvana de Oliveira Bernardi Noleto em 13/02/2017* (acervo da pesquisa).

ENTREVISTADO 3. *Entrevista concedida presencialmente a Sylvana de Oliveira Bernardi Noleto em 17/03/2017* (acervo da pesquisa).

ENTREVISTADO 4. *Entrevista concedida presencialmente a Sylvana de Oliveira Bernardi Noleto em 02/06/2017*. (acervo da pesquisa).

ENTREVISTADO 5. *Entrevista concedida presencialmente a Sylvana de Oliveira Bernardi Noleto em 27/03/2017* (acervo da pesquisa).

ENTREVISTADO 6. *Entrevista concedida presencialmente a Sylvana de Oliveira Bernardi Noleto em 22/09/2017*. (acervo da pesquisa).

ENTREVISTADA 7. *Entrevista concedida presencialmente a Sylvana de Oliveira Bernardi Noleto em 21/09/2017*. (acervo da pesquisa).

ENTREVISTADA 8. *Entrevista concedida presencialmente a Sylvana de Oliveira Bernardi Noleto em 10/07/2018*. (acervo da pesquisa).

FAVARO, T. C. P. *O governo Mauro Borges (1961-1964): o planejamento tecnocrático e os limites do personalismo populista*. Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História (FH), Programa de Pós-Graduação em História, Goiânia, 2015. 435 f. Tese (Doutorado).

FÁVERO, M. L. A. *Ensino superior, universidade e a nova LDB: encaminhamento de questões*. Em Aberto, Brasília, ano 7, n. 38, abr./jun. 1988.

FÁVERO, M. L. A. *Autonomia universitária: desafios histórico-políticos*. Universidade e Sociedade, ano VII, no. 12, fev., 1997.

FERREIRA, C. L. *A UEG no olho do furacão: o processo de criação, estruturação e expansão da Universidade Estadual de Goiás*. Goiânia-GO, Universidade Federal de Goiás, 2006 (Dissertação).

FERREIRA, Suely. *A universidade do século XXI: concepções, finalidades e contradições*. Goiânia-GO, Universidade Federal de Goiás /FE, 2009 (Tese).

FERREIRA; OLIVEIRA. *Universidade Estadual de Goiás (UEG) – concepção e funções sociais em debate*. ANPAE, 2007 (Anais do evento). Disponível em: www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2007/431.pdf (acesso: 25/04/2016).

FERREIRA; OLIVEIRA. *Concepção e funções sociais da universidade: o caso da Universidade Estadual de Goiás (UEG)*. Série-Estudos. Campo Grande-MS, n. 26, p. 199-213, jul./dez. 2008.

FERREIRA; OLIVEIRA. *Reforma da educação superior no Brasil e na Europa: em debate novos papéis sociais para as universidades*. Nuances: Estudos sobre Educação. Ano XVII, v. 17, n. 18, p. 50-67, jan./dez. 2010.

FERNANDES; BEZERRA; NASCIMENTO. *As Reformas Administrativas nos estados Brasileiros e seus Contextos Locais: o caso da Reforma Administrativa do Estado do Piauí*. RJ: EnANPAD, 2014. (Anais do XXXVIII Congresso da EnANPAD).

FERREIRA, C. L. *A UEG no olho do furacão o processo de criação, estruturação e expansão da Universidade Estadual de Goiás*, UFG, Goiânia/GO, 2006, Dissertação de Mestrado

FIALHO, N. H. *Universidade Multicampi*. Brasília: Autores Associados: Plano Editora, 2005.

FIALHO, N. H. *Educação Superior no Brasil: Universidades Estaduais à deriva?* UNEB/GESTEC, 2011. disponível em <http://www.uneb.br/gestec/publicacoes-e-recursos-para-pesquisa/publicacoes/>. (acesso 18/05/2017).

FIALHO, N. H. *Universidades estaduais no Brasil: pauta para a construção de um sistema nacional articulado de educação*. Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 21, n. 38, p. 81-93, jul./dez. 2012.

GAULEJAC, V. *Gestão como doença social – ideologia, poder gerencialista e fragmentação social*. Aparecida/SP: Ideias e Letras, 2007.

GEERTZ, C. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Tradução de Vera Mello Joscelyne. Petrópolis, Vozes, 1997, 366 pp

GOIÁS/Conselho Estadual de Educação. *Resolução nº 02 de 06 de julho de 2006*. (disponível em <https://cee.go.gov.br/category/resolucoes/>) Acesso em 18/01/2018.

GOIÁS/Gabinete Civil da Governadoria. *Constituição do Estado de Goiás*, 1989 (disponível em: http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/constituicoes/constituicao_1988.htm) Acesso em: 02/06/2017.

GOIÁS. *Emenda Constitucional nº 43, de 12-05-2009*, D.A. de 14-05-2009 (disponível em: http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/constituicoes/constituicao_1988.htm) Acesso em: 02/06/2017.

GOIÁS. *Informe Técnico n. 12/2017*, Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. (disponível em: (<http://www.imb.go.gov.br/>)). Acesso em 15/11/2017.

GOIÁS. *LEI N. 3.999, DE 14 DE NOVEMBRO DE 1961.*
<http://www.casacivil.go.gov.br/post/ver/108328/leis-ordinarias-por-ano>
Acesso em 23/11/17.

GOIÁS. *LEI N. 7.928, DE 21 DE MAIO DE 1975.*
<http://www.casacivil.go.gov.br/post/ver/108328/leis-ordinarias-por-ano>
Acesso em 23/11/17.

GOIÁS. *LEI N. 10.160, DE 09 DE ABRIL DE 1987*
<http://www.casacivil.go.gov.br/post/ver/108328/leis-ordinarias-por-ano>
Acesso em 23/11/17.

GOIÁS. *LEI N. 10.502, DE 09 DE MAIO DE 1988*
<http://www.casacivil.go.gov.br/post/ver/108328/leis-ordinarias-por-ano>
Acesso em 23/11/17.

GOIÁS. *LEI N. 11.655, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1991*
<http://www.casacivil.go.gov.br/post/ver/108328/leis-ordinarias-por-ano>
Acesso em 23/11/17.

GOIÁS. *LEI Nº 12.603, DE 07 DE ABRIL DE 1995*
<http://www.casacivil.go.gov.br/post/ver/108328/leis-ordinarias-por-ano>
Acesso em 23/11/17.

GOIÁS. *LEI Nº 13.456, DE 16 DE ABRIL DE 1999*
<http://www.casacivil.go.gov.br/post/ver/108328/leis-ordinarias-por-ano>
Acesso em 23/11/17.

GOIÁS. *LEI Nº 13.550, DE 11 DE NOVEMBRO DE 1999*
<http://www.casacivil.go.gov.br/post/ver/108328/leis-ordinarias-por-ano>
Acesso em 23/11/17.

GOIÁS. *LEI Nº 14.383, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2002*
<http://www.casacivil.go.gov.br/post/ver/108328/leis-ordinarias-por-ano>
Acesso em 23/11/17.

GOIÁS. *LEI Nº 14.383, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2002*
<http://www.casacivil.go.gov.br/post/ver/108328/leis-ordinarias-por-ano>
Acesso em 23/11/17.

GOIÁS. *LEI Nº 14.577, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2003.*
<http://www.casacivil.go.gov.br/post/ver/108328/leis-ordinarias-por-ano>
Acesso em 23/11/17.

GOIÁS. *LEI Nº 15.123, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2005*
<http://www.casacivil.go.gov.br/post/ver/108328/leis-ordinarias-por-ano>
Acesso em 23/11/17.

GOIÁS. *LEI Nº 15.724, DE 29 DE JUNHO DE 2006*
<http://www.casacivil.go.gov.br/post/ver/108328/leis-ordinarias-por-ano>
Acesso em 23/11/17.

GOIÁS. *LEI Nº 16.272, DE 30 DE MAIO DE 2008*
<http://www.casacivil.go.gov.br/post/ver/108328/leis-ordinarias-por-ano>
Acesso em 23/11/17.

GOIÁS. *LEI Nº 16.365, DE 07 DE OUTUBRO DE 2008*
<http://www.casacivil.go.gov.br/post/ver/108328/leis-ordinarias-por-ano>
Acesso em 23/11/17.

GOIÁS. *LEI Nº 17.257, DE 25 DE JANEIRO DE 2011*
<http://www.casacivil.go.gov.br/post/ver/108328/leis-ordinarias-por-ano>
Acesso em 23/11/17.

GOIÁS. *Decreto n. 7.275, de 04 de abril de 2011*
<http://www.casacivil.go.gov.br/post/ver/108328/leis-ordinarias-por-ano>
Acesso em 15/05/17.

GOIÁS. *LEI Nº 18.746, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2014*
<http://www.casacivil.go.gov.br/post/ver/108328/leis-ordinarias-por-ano>
Acesso em 23/11/17.

GOIÁS. *LEI Nº 18.971, DE 23 DE JULHO DE 2015 (Lei da Autonomia da UEG)*
<http://www.casacivil.go.gov.br/post/ver/108328/leis-ordinarias-por-ano>
Acesso em 06/02/2016

GOIÁS. *LEI Nº 19.065, DE 19 DE OUTUBRO DE 2015*
<http://www.casacivil.go.gov.br/post/ver/108328/leis-ordinarias-por-ano>
Acesso em 06/02/2016

GOIÁS. *LEI Nº 19.515, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2016*
<http://www.casacivil.go.gov.br/post/ver/108328/leis-ordinarias-por-ano>
Acesso em 23/11/17.

GOIÁS. *LEI Nº 19.865, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017*
<http://www.casacivil.go.gov.br/post/ver/108328/leis-ordinarias-por-ano>
Acesso em 23/11/17.

GOIÁS. *Lei Complementar nº 26, de 28 de dezembro de 1998*
<http://www.casacivil.go.gov.br/post/ver/108328/leis-ordinarias-por-ano>
Acesso em 26/11/17.

GOIÁS/SEPLAN. *Reformas Administrativas – 4 décadas de transformação no poder executivo*, Goiás: SEPLAN, 2005, disponível em:
<http://www.sgc.goias.gov.br/upload/arquivos/2011-07/quatro-decadas.pdf>. (Acesso em outubro de 2017).

GOIÁS/SEGPLAN. *15 anos de transformações no Poder Executivo*, Goiás: SEGPLAN, 2018. Disponível em: <http://www.segplan.go.gov.br/images/15-anos-Transformacoes-05-03.pdf>. (Acesso em 24/04/18).

GOIÁS. *O Estado de Goiás e a Região Metropolitana de Goiânia no Censo 2010*. Coordenação de Aristides Moisés (estudo). Observatório das Metrôpoles: núcleo Goiânia. (www.observatoriodasmetropoles.net/download/GoeRMG_Censo.pdf). (acesso: 25/07/2017)

GOIÁS. *Estatísticas das meso e microrregiões do Estado de Goiás*, Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos, 2014. (disponível em: (<http://www.imb.go.gov.br/>)).

GOIÁS/MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. *Representação contra o governo do Estado de Goiás e UEG por meio da Procuradora Maira de Castro Sousa Barbosa*. Goiânia, 03/07/2015. (documento).

HABERMAS, J. *A nova intransparência: a crise do Estado do Bem estar social e o esgotamento das energias utópicas*. SP: CEBRAP, Revista Novos Estudos, nº 18, setembro 87 pp. 103-114.

HARVEY, D. *Espaços de esperança*. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. Loyola: São Paulo, 2004.

HARVEY, D. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*; tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

HEY, A. P. *Esboço de uma sociologia do campo acadêmico - a educação superior no Brasil*. São Carlos: EdUFSCar, 2008.

JR ABREU, N. *Universidade Multicampi e sua gestão acadêmica: o caso da Universidade Estadual de Goiás*, Brasília: UNB, 2017 (Tese de Doutorado).

KERR, C. *Os usos da universidade*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2005, 15^a. ed.

LAGE, A. B. A experiência de reforma nos estados in *Balanço da Reforma do Estado no Brasil: A Nova Gestão Pública*, Brasília, 6 a 8 de agosto de 2002. – Brasília: MP, SEGES, 2002. p. 191-198.

LEFEBVRE, H. Espaço y Política. Barcelona: Península, 1976, 157p.

LEITE, D. Modelos institucionais, avaliação e isomorfismos In: *Modelos Institucionais de Educação Superior*, Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006, p. 165 – 195 (Coleção Educação Superior em Debate; v. 7).

LIMA, I. O. *Autonomia universitária controlada: o político e o jurídico-institucional na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia*. São Carlos : UFSCar, 2010. 168 f. Tese (Doutorado).

LOPES, C. M. ; PASSOS, G. O. *A contribuição das universidades estaduais (UES) para o ensino superior no Brasil*. Revista HOLOS, Ano 31, Vol. 3. Disponível em www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/download/2737/1105 (acesso: 25/11/2017)

LOTTA, G. S. ; PIRES, R. ; OLIVEIRA, V. *Burocratas de Médio Escalão: novos olhares sobre velhos atores da produção de políticas públicas*. Revista do Serviço Público, v. 65, p. 463-492, 2014.

MACEDO; PIRES. *Cultura organizacional em organizações públicas no Brasil*. Rio de Janeiro, RAP, 40(1):81-105, Jan./Fev. 2006.

MAINARDES, J. *Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais*. Educ. Soc., Campinas, vol. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006
Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>> (acesso em: 14/02/17).

MANCEBO, D; et all. *Reformas da educação superior: cenários passados e contradições presentes*. SP: Xamã, 2009.

MANCEBO; SILVA JR, J. R.; OLIVEIRA, J. F. *Políticas, Gestão e Direito a Educação Superior: Novos Modos de Regulação e Tendências em Construção*. Revista Acta Scientiarum. Education, v. 40, e37669, 2018. <http://periodicos.uem.br/ojs/acta> ISSN on-line: 2178-5201
Doi: 10.4025/actascieduc.v40i1.37669 (acesso: 21/04/2018).

MARQUES, W. *Expansão e oligopolização da educação superior no Brasil*. Avaliação (Campinas), Sorocaba , v. 18, n. 1, p. 69-83, Mar. 2013 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772013000100005&lng=en&nrm=iso>. access on 18 Mar. 2018.
<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-40772013000100005>.

MARICATO, E. *Globalização e Política Urbana na Periferia do Capitalismo*. Revista VeraCidade – Ano IV - No 4 – Março de 2009
(disponível em: <http://www.veracidade.salvador.ba.gov.br/v4/images/pdf/artigo7.pdf>)
(acesso em: 26/10/17).

MARTINS, C.B. *Notas sobre o sistema de ensino superior brasileiro contemporâneo*. Revista USP, São Paulo, n.39, p. 58-82, setembro/novembro, 1998. disponível em <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/35068/37807> (acesso em 15/08/2016)

MENEZES, M. F. S. *A Formação de Professores Municipais de Ceres em Pedagogia pela Licenciatura Plena Parcelada – um estudo de caso de Maria de Fátima Santos Menezes*, PUC Goiás, Goiânia/GO, 2008, Dissertação de Mestrado.

MICELI, S. A Força do Sentido (Introdução) in BOURDIEU. P. *A Economia das Trocas Simbólicas*. SP: Perspectiva, 2015 (Coleção Estudos), p. VII – LXI.

MINASI; VECCHI; SÁ. *O processo de meritocracia em Goiás: seleção de gerentes por capacitação e mérito*. Brasília: VI Congresso CONSAD, 16 a 18 abril, 2013 (Apresentação de Painel).

MORAES, R. C. *Reformas neoliberais e políticas públicas: hegemonia ideológica e redefinição das relações Estado-sociedade*. Educ. Soc., set. 2002, vol.23, no.80, p.13-24.

MOREIRA, Marcos Elias. *Universidade Estadual de Goiás (UEG): agentes, memórias e eventos (1999-2006)*. Goiânia-GO, Universidade Federal de Goiás, 2007 (Dissertação).

MOTTA e VASCONCELOS. *Teoria Geral da Administração*. São Paulo: Ed. Pioneira Thomson, 2002.

NEVES, C. E. B. *Diversificação do sistema de educação terciária: um desafio para o Brasil*. Tempo soc., São Paulo, v. 15, n. 1, p. 21-44, Apr. 2003. Available from <http://www.scielo.br/scielo.phpscript=sci_arttext&pid=S010320702003000100002&lng=en&nrm=iso>. access on 01 May 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20702003000100002>.

NOLETO, S. O. B. *O Estado Gerencial como indutor da lógica de mercados às universidades públicas*. Seminário Universitas, 2016 (Anais), p. 1466 a 1467.

NOVAES, V. G. S. *Pólo Universitário de Palmeiras de Goiás - concretização das Políticas Educacionais da Ueg*. Dissertação (Mestrado em Educação), PUC Goiás, Goiânia, 2004.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; ASSIS, Lúcia Maria de; LIMA, Daniela da Costa Britto Pereira. *Educação pública em risco em um cenário político de instabilidade e retrocessos*. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE, [S.l.], v. 33, n. 3, p. 507 - 520, dez. 2017. ISSN 2447-4193. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/79293/46229>>. Acesso em: 15 jun. 2018. doi:<http://dx.doi.org/10.21573/vol33n32017.79293>.

OLIVEIRA, J. F.; et all. *A reforma da Educação Superior e os mecanismos de parceria público-privada*. Perspectiva, Florianópolis, v. 23, n. 02, p. 323-348, jul./dez. 2005 <http://www.ced.ufsc.br/nucleos/nup/perspectiva.html> (acesso em 25/11/2017)

OLIVEIRA, J. F.; PESSOA, J. M. *Pesquisar com Bourdieu*. Goiânia: Cânone, 2013.

OLIVEIRA, R. P. de. *A transformação da educação em mercadoria no Brasil*. Educação & Sociedade, Campinas: CEDES, v. 30, n. 108, p.739-760, out. 2009.

OLIVEIRA, V. A. *As políticas para o ensino médio no período de 2013 a 2014: disputas, estratégias, concepções e projetos*. Goiânia, UFG, 2017. Tese de Doutorado.

PEREIRA, E. L. M. *Formação de professores de história na universidade para os trabalhadores da educação: Projeto de LPP da UEG no Norte Goiano (1999-2001)* de Edna Lemes Martins Pereira, PUC Goiás, Goiânia/GO, 2014, Tese de Doutorado.

PERONI, V. V; CAETANO, M. R. *O público e o privado na educação Projetos em disputa?* Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 9, n. 17, p. 337-352, jul./dez. 2015. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/viewFile/584/658> (acesso em agosto, 2017).

PERROUX, F. *A Economia do Século XX*. Lisboa, Portugal, 1967.

PINTO, J. M. *Meta 20 – Financiamento da educação* in Caderno de avaliação das metas do Plano Nacional de Educação: PNE 2014-2024. Organização: João Ferreira de Oliveira, Andrea Barbosa Gouveia e Heleno Araújo [Livro Eletrônico]. – Brasília: ANPAE, 2018.

POCHMANN, M. *Estado e capitalismo no Brasil: a inflexão atual no padrão das políticas públicas do ciclo político da nova república*. Educ. Soc., Campinas , v. 38,n. 139,p. 309-330, June 2017 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302017000200309&lng=en&nrm=iso>. access on 02 May 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/es0101-73302017176603>.

REIS, M. S. A. *Expansão e interiorização da educação superior: o caso singular do município de Jataí-GO*. Goiânia: UFG, 2014. (Tese de Doutorado).

RESENDE, L. A. S. *Formação De Professores De Educação Física: a experiência emergencial da Licenciatura Plena Parcelada da Universidade Estadual de Goiás – LPP/UEG* de Leonardo Ângelo Stacciarini de Resende, PUC Goiás, Goiânia/GO, 2010. Dissertação de Mestrado.

ROSSI, P; DWECK, E. *Impactos do Novo Regime Fiscal na saúde e educação*. Cad. Saúde Pública 2016; 32(12):e00194316 | www.ensp.fiocruz.br/csp. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v32n12/1678-4464-csp-32-12-e00194316.pdf> Acesso em 24/04/2018

ROUSSEAU, J-J. *Do Contrato Social ou Princípios do direito político*. Trad. de Pietro Nassetti. 3ª ed. São Paulo, Editora Martin Claret, 2010. Título Original: Du Contrat Social. p. 59 a 92.

SALLUM JR. B ;CASARQUES, G. S. P e. *O impeachment do presidente Collor: a literatura e o processo*. Lua Nova [online]. 2011, n.82 [citado em 2018-08-03], pp.163-200. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452011000100008&lng=en&nrm=iso>.ISSN 0102-6445.

SAMPAIO, H. *Ensino superior no Brasil – o setor privado*. São Paulo: Fapesp/Hucitec, 2000.

SAMPAIO, H. *O setor privado de ensino superior no Brasil: continuidades e transformações*. Campinas: Revista Ensino Superior UNICAMP, 2011, outubro, ano 2, nº4.

SAMPAIO; BALBACHESKY; PEÑALOZA. *Universidades Estaduais no Brasil – Características Institucionais*. NUPES - Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior Universidade de São Paulo, 1998. disponível em <http://nupps.usp.br/downloads/docs/dt9804.pdf>. Acesso: 19/05/2017.

SANTOS, B. S. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. Porto: Edições Afrontamento, 1994.

SANTOS, B. S. *A universidade no século XXI*. SP: Cortez, 2011, 3ª. ed.

SANTOS, C. A. dos. *Dimensão política no(a) professor(a) da licenciatura em história das UnUS de Goiás e Morrinhos da UEG (1999-2010)*. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2010.

SANTOS, M. *Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial*. Território / Laget, UFRJ, v.4, n.6 (jan/jun. 1999), p.5-20, Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização - do pensamento único à consciência universal*, SP: Record, 2000.

SAVIANI, D. *O futuro da universidade entre o possível e o desejável* (Texto da exposição apresentada no Fórum “Sabedoria Universitária” realizado na Unicamp em 10 de novembro de 2009) disponível em: http://www.gr.unicamp.br/ceav/revista/content/pdf/O_futuro_da_universidade_Dermeval_Saviani.pdf

SCHEIN, E. *Cultura Organizacional e Liderança*. São Paulo: Atlas, 2009.

SCHLICKMANN, R. *Administração universitária: desvendando o campo científico no Brasil*, Santa Catarina: UFSC, 2013. (Tese).

SECCHI, L. *Modelos organizacionais e reformas da administração pública*. Revista da Administração Pública — Rio de Janeiro 43(2):347-69, MAR./ABR. 2009

SGUISSARDI, V. Diferenciação e diversificação: marcas das políticas de educação superior no final do século. In: SGUISSARDI, Valdemar (Org.). *Educação superior: velhos e novos desafios*. São Paulo: Xamã, 2000, p. 47-63.

SGUISSARDI, V. *Universidade, Fundação e Autoritarismo: o caso da UFSCar*. São Paulo: Estação Liberdade; São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 1993.

SGUISSARDI, V. *Universidade pública estatal: entre o público e o privado/mercantil*, Educ. Soc., Campinas, vol. 26, n. 90, p. 191-222, Jan./Abr., 2005.

SILVA JR; SGUISSARDI, V. A educação superior privada no Brasil: novos traços de identidade. In: Sguissardi, Valdemar (Org.). *Educação superior: velhos e novos desafios*. São Paulo: Xamã, 2000. p.155-177.

SILVA JR; SGUISSARDI, V. *Novas faces da educação superior no Brasil – Reforma do Estado e mudanças na produção*. SP: Cortez, 2001.

SGUISSARDI, V. *Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária*. Educ. Soc. [online]. 2008, vol.29, n.105, pp.991-1022. ISSN 0101-7330. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302008000400004>. (acesso: 02/10/17).

SGUISSARDI, V. *Universidade Brasileira no Século XXI – desafios do presente*. SP: Cortez, 2009.

SGUISSARDI, V. *Educação superior no Brasil - democratização ou massificação mercantil?* Educ. Soc., Campinas, v. 36, nº. 133, p. 867-889, out.-dez., 2015.

SILVA, A. J. *A expansão da educação superior em Goiás na interseção com as políticas públicas do governo estadual*. UNB, Brasília /DF, 2008 Tese de Doutorado.

SILVA, Y, F, O. *Universidade e desenvolvimento local: o caso da Universidade Estadual de Goiás*. UFRJ - Instituto de Economia, RJ, 2014 . Tese de Doutorado.

SILVA, T. T. *Identidades Terminais: as transformações na política da pedagogia e na pedagogia da política*. SP: Vozes, 1996.

SOUSA, S. M. Z. L.; OLIVEIRA, R. P. *Políticas de avaliação da educação e quase mercado no Brasil*. Educação e Sociedade, Campinas, v. 24, n. 84, p.873-895, set.2003.

TEIXEIRA, R. A. Capital e colonização: a constituição da periferia do sistema capitalista mundial . **Estudos Econômicos (São Paulo)**, São Paulo, v. 36, n. 3, p. 539-591 , sep. 2006. ISSN 1980-5357. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ee/article/view/35883>>. Acesso em: 25 July 2018. doi:<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-41612006000300005>.

TRAGTENBERG. M. *Weber – Vida e obra*. In: Os Pensadores – Max Weber (Textos selecionados); tradução de Maurício Tragtenberg... [et.al.], 3º edição – São Paulo: Abril Cultural, 1985, p. VII – XVII.

UEG. *Subsídios para criação de lei que regulamenta a autonomia da Universidade Estadual de Goiás*. Documento, 2013.
(disponível em http://www.ueg.br/conteudo/12627_autonomia_universitaria)

UEG. *Ata da 103ª Reunião do Conselho Universitário de 28/06/2017*
(http://www.conselhossuperiores.ueg.br/conteudo/11028_sessoes_plenarias_do_cs)
(acesso em: 05/03/2018)

UEG. *Plano de Desenvolvimento Institucional (2010 – 2019)*. (disponível em: http://www.cdn.ueg.br/arquivos/legislacao/conteudo_compartilhado/944/Res_CsU_2010_009.pdf). (acesso em 15/02/16).

UEG. *Projeto Pedagógico Institucional, 2011*. (disponível em: http://www.cdn.ueg.br/arquivos/legislacao/conteudo_compartilhado/1713/Res_CsU_2011_011.pdf). (acesso em 15/02/2016).

UEG. *Regimento Interno do Conselho Universitário*. Resolução CsU n. 803, de 29 de março de 2017

UEG. *Regimento Geral da Universidade Estadual de Goiás*. Resolução CsU n. 705 de 15 de dezembro de 2014.

UEG/CPA. *Relatório de Autoavaliação Institucional 2005 UEG*. Anápolis, GO: UEG, 2006.

UEG/CPA. *Relatório de Autoavaliação Institucional 2006 UEG*. Anápolis, GO: UEG, 2007.

UEG/CPA. *Relatório de Autoavaliação Institucional 2007 UEG*. Anápolis, GO: UEG, 2008.

UEG/CPA. *Relatório de Autoavaliação Institucional 2010 UEG*. Anápolis, GO: UEG, 2011.

UEG/CPA. *Relatório de Autoavaliação Institucional 2014 UEG*. Anápolis, GO: UEG, 2015.

UEG/CPA. *Relatório de Autoavaliação Institucional 2016 UEG*. Anápolis, GO: UEG, 2017.

UEG. *Relatório de Autoavaliação – Administração Central, 2016*.

UEG. *Relatório Institucional, 2012*.

UEG. *Relatório Institucional*, 2013.

UEG. Resolução CsU 236 de 2004

(disponível em: http://www.legislacao.ueg.br//exec/consulta_tipo_doc_legislacao/?funcao=tela_inicial_resolucao&variavel=27) (acesso: 08/02/2018).

UEG. Resolução CsU n. 042/2013

(disponível em: http://www.legislacao.ueg.br//exec/consulta_tipo_doc_legislacao/?funcao=tela_inicial_resolucao&variavel=27) (acesso: 14/03/2018).

UEG. Resolução CsU n. 051 de 2013.

(disponível em: http://www.legislacao.ueg.br//exec/consulta_tipo_doc_legislacao/?funcao=tela_inicial_resolucao&variavel=27) (acesso: 14/03/2018).

UEG. Resolução CsU n. 804, de 29 de março de 2017

(disponível em: http://www.legislacao.ueg.br//exec/consulta_tipo_doc_legislacao/?funcao=tela_inicial_resolucao&variavel=27) (acesso: 16/06/17).

UEG. Resolução CsU n.821/2017

(disponível em: http://www.legislacao.ueg.br//exec/consulta_tipo_doc_legislacao/?funcao=tela_inicial_resolucao&variavel=27) (acesso: 16/06/17).

UEG. Resolução - CsU n.823/2017

(disponível em: http://www.legislacao.ueg.br//exec/consulta_tipo_doc_legislacao/?funcao=tela_inicial_resolucao&variavel=27) (acesso: 15/03/2018)

UEG. Resolução - CsU n.824/2017

(disponível em: http://www.legislacao.ueg.br//exec/consulta_tipo_doc_legislacao/?funcao=tela_inicial_resolucao&variavel=27) (acesso: 15/03/2018)

UEG. Resolução - CsU n.825/2017

(disponível em: http://www.legislacao.ueg.br//exec/consulta_tipo_doc_legislacao/?funcao=tela_inicial_resolucao&variavel=27) (acesso: 15/03/2018)

UEG. Resolução - CsU n.826/2017

(disponível em: http://www.legislacao.ueg.br//exec/consulta_tipo_doc_legislacao/?funcao=tela_inicial_resolucao&variavel=27) (acesso: 15/03/2018)

UEG. Resolução - CsU n.827/2017

(disponível em: http://www.legislacao.ueg.br//exec/consulta_tipo_doc_legislacao/?funcao=tela_inicial_resolucao&variavel=27) (acesso: 15/03/2018)

UEG. Resolução - CsU n.828/2017

(disponível em: http://www.legislacao.ueg.br//exec/consulta_tipo_doc_legislacao/?funcao=tela_inicial_resolucao&variavel=27) (acesso: 15/03/2018)

UEG. Resolução - CsU n.829/2017

(disponível em: http://www.legislacao.ueg.br//exec/consulta_tipo_doc_legislacao/?funcao=tela_inicial_resolucao&variavel=27) (acesso: 15/03/2018)

UEG. Resolução - CsU n.830/2017

(disponível em: http://www.legislacao.ueg.br//exec/consulta_tipo_doc_legislacao/?funcao=tela_inicial_resolucao&variavel=27) (acesso: 15/03/2018)

UEG. Resolução - CsU n.831/2017

(disponível em: http://www.legislacao.ueg.br//exec/consulta_tipo_doc_legislacao/?funcao=tela_inicial_resolucao&variavel=27) (acesso: 15/03/2018)

UEG. Resolução - CsU n.832/2017

(disponível em: http://www.legislacao.ueg.br//exec/consulta_tipo_doc_legislacao/?funcao=tela_inicial_resolucao&variavel=27) (acesso: 15/03/2018)

UEG. Resolução - CsU n.836/2017

(disponível em: http://www.legislacao.ueg.br//exec/consulta_tipo_doc_legislacao/?funcao=tela_inicial_resolucao&variavel=27) (acesso: 15/03/2018)

UEG. Resolução - CsU n.843/2017

(disponível em: http://www.legislacao.ueg.br//exec/consulta_tipo_doc_legislacao/?funcao=tela_inicial_resolucao&variavel=27) (acesso: 15/03/2018)

WEBER, M. *Sobre a universidade*. São Paulo: Cortez, 1989. (Coleção Pensamento e Ação)

WEBER, M. *Ciência e Política: duas vocações*. SP: Cultrix, 2007.

WEBER, M. *Economia e Sociedade – fundamentos da sociologia compreensiva*. Volume 2, Brasília: Editora UNB, 1999, tradução: Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa, revisão técnica: Gabriel Cohn.

WOOD, E. M. *Democracia contra o capitalismo – a renovação do materialismo histórico*. SP: Boitempo, 2011.

ANEXO I – CURSOS DAS IES ISOLADAS EM 1999

CURSOS DAS IES ISOLADAS REFERENTE AO ANO LETIVO DE 1999

IES	CÂMPUS
CET - Anápolis	- Ciências – Licenciatura de 1º Grau - Ciências Biológicas - Química – Licenciatura - Engenharia Civil - Tecnologia em Processamento de Dados
CSEH - Anápolis	- Administração - Ciências Contábeis - Ciências Econômicas - Geografia - História - Letras – Português/Inglês e Resp. Literaturas - Pedagogia
Formosa	- Ciências – Licenciatura de 1º Grau - Geografia - História - Letras - Português/Inglês e Resp. Literaturas
Goianésia	- História - Letras - Português/Inglês e Resp. Literaturas
Goiânia - Eseffego	- Educação Física - Fisioterapia
Goiás – Cora Coralina	- Geografia - História - Letras - Português/Inglês e Resp. Literaturas
Iporá	- Ciências - Licenciatura de 1º Grau - Ciências Biológicas - Matemática - Geografia - História - Letras - Português/Inglês e Resp. Literaturas
Itaberaí	- Pedagogia
Itapuranga	- Geografia - História - Letras - Português/Inglês e Resp. Literaturas
Jaraguá	- Ciências Contábeis
Jussara	- Letras - Português/Inglês e Resp. Literaturas

Morrinhos	- Ciências - Licenciatura de 1º Grau - Ciências Biológicas - Matemática - Geografia - História - Letras - Português/Inglês e Resp. Literaturas
Pires do Rio	- Geografia - História - Letras - Português/Inglês e Resp. Literaturas
Porangatu	- Ciências - Licenciatura de 1º Grau - Geografia - História - Letras - Português/Inglês e Resp. Literaturas
Quirinópolis	- Ciências - Licenciatura de 1º Grau - Ciências Biológicas - Geografia - Matemática - Educação Física - História - Letras - Português/Inglês e Resp. Literaturas
São Luís de Montes Belos	- Pedagogia
São Miguel do Araguaia	- Pedagogia
Uruaçu	- Ciências Contábeis - Pedagogia

Assessoria Acadêmica de Expedição e Registro de Diplomas, aos 11 dias do mês de outubro de 2017.

**ANEXO II - NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS POR CÂMPUS E
CURSOS EM 2017/2**

Cora Coralina	MATEMÁTICA	99
Cora Coralina	SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE TURISMO	66
Chixás	PEDAGOGIA	126
Chixás	SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM REDES DE COMPUTADORES	36
Edéia	ADMINISTRAÇÃO	38
Edéia	SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM AGRONEGOCIO	3
Edéia	SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM AGRONEGOCIO	103
Edéia	SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM PRODUÇÃO SUICROALCOOLEIRA	6
Edéia	SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM PRODUÇÃO SUICROALCOOLEIRA	14
Formosa	GEOGRAFIA	140
Formosa	HISTORIA	137
Formosa	LETRAS	45
Formosa	LETRAS-LINGUA PORTUGUESA, LINGUA INGLESA E SUAS RESPECTIVAS LITERATURAS	98
Formosa	MATEMÁTICA	117
Formosa	PEDAGOGIA	152
Formosa	QUÍMICA	21
Formosa	QUÍMICA	61
Formosa	ADMINISTRAÇÃO	144
Goianésia	HISTORIA	114
Goianésia	PEDAGOGIA	154
Goianésia	SISTEMAS DE INFORMACÃO	104
Goianésia	EDUCAÇÃO FÍSICA	446
Goianésia-ESSEFFGO	FISIOTERAPIA	275
Goianésia-Laranjeiras	CINEMA E AUDIOVISUAL	103
Goianésia-Laranjeiras	COMUNICAÇÃO SOCIAL/AUDIOVISUAL	15
Goianésia-Laranjeiras	SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM ESTÉTICA E COSMÉTICA	3
Goianésia-Laranjeiras	SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM ESTÉTICA E COSMÉTICA	113
Inhumas	LETRAS	27
Inhumas	LETRAS-LINGUA PORTUGUESA, LINGUA INGLESA E SUAS RESPECTIVAS LITERATURAS	82
Inhumas	AGRONOMIA	149
Inhumas	AGRONOMIA	297
Jamperi	ENGENHARIA FLORESTAL	74
Jporá	CIENCIAS BIOLÓGICAS	82
Jporá	GEOGRAFIA	93
Jporá	HISTORIA	66
Jporá	LETRAS	12
Jporá	LETRAS-LINGUA PORTUGUESA, LINGUA INGLESA E SUAS RESPECTIVAS LITERATURAS	63
Jporá	MATEMÁTICA	70
Jporá	PEDAGOGIA	146
Jatobral	SISTEMAS DE INFORMACÃO	116
Jatpuranga	CIENCIAS BIOLÓGICAS	96
Jatpuranga	GEOGRAFIA	90
Jatpuranga	HISTORIA	80
Jatpuranga	LETRAS	19
Jatpuranga	LETRAS-LINGUA PORTUGUESA, LINGUA INGLESA E SUAS RESPECTIVAS LITERATURAS	66
Jumbara	CIENCIAS ECONÓMICAS	60

Iumbiara	CIÊNCIAS ECONÔMICAS	107
Iumbiara	EDUCAÇÃO FÍSICA	113
Iumbiara	ENFERMAGEM	84
Iumbiara	FARMÁCIA	200
Jaraguá	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	186
Jaraguá	PEDAGOGIA	152
Jaraguá	SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM DESIGN DE MODA	80
Jatá	SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM ALIMENTOS	86
Jatá	SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM LOGÍSTICA	123
Jussara	HISTÓRIA	21
Jussara	LETRAS	23
Jussara	LETRAS-LÍNGUA PORTUGUESA, LÍNGUA INGLESA E SUAS RESPECTIVAS LITERATURAS	72
Jussara	MATEMÁTICA	90
Jussara	PEDAGOGIA	31
Jussara	ADMINISTRAÇÃO	164
Luziânia	PEDAGOGIA	156
Luziânia - Município Santo Antônio do Descoberto	PEDAGOGIA	1
Maracá	GEOGRAFIA	94
Maracá	PEDAGOGIA	150
Mineiros	CIÊNCIAS ECONÔMICAS	26
Mineiros	SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM AGRONEGÓCIO	32
Mineiros	SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM PRODUÇÃO SUCROALCOOLEIRA	47
Morrinhos	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	36
Morrinhos	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	181
Morrinhos	GEOGRAFIA	102
Morrinhos	HISTÓRIA	117
Morrinhos	LETRAS	33
Morrinhos	LETRAS-LÍNGUA PORTUGUESA, LÍNGUA INGLESA E SUAS RESPECTIVAS LITERATURAS	75
Morrinhos	MATEMÁTICA	96
Morrinhos	ADMINISTRAÇÃO	36
Niquelândia	SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE TURISMO	38
Niquelândia	SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM MINERAÇÃO	69
Palmeiras	AGRONOMIA	140
Palmeiras	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	110
Pirenópolis	SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GASTRONOMIA	97
Pirenópolis	SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE TURISMO	1
Pires do Rio	SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM HOTELARIA	16
Pires do Rio	GEOGRAFIA	73
Pires do Rio	HISTÓRIA	102
Pires do Rio	LETRAS	18
Pires do Rio	LETRAS-LÍNGUA PORTUGUESA, LÍNGUA INGLESA E SUAS RESPECTIVAS LITERATURAS	68
Pires do Rio	PEDAGOGIA	121
Porangatu	SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM REDES DE COMPUTADORES	77
Porangatu	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	122
Porangatu	EDUCAÇÃO FÍSICA	134
Porangatu	GEOGRAFIA	96

Porangatu	HISTÓRIA	83
Porangatu	LETRAS	35
Porangatu	LETRAS-LINGUA PORTUGUESA, LINGUA INGLESA E SUAS RESPECTIVAS LITERATURAS	84
Porangatu	MATEMÁTICA	116
Porangatu	SISTEMAS DE INFORMACÃO	93
Posse	LETRAS	23
Posse	LETRAS-LINGUA PORTUGUESA, LINGUA INGLESA E SUAS RESPECTIVAS LITERATURAS	105
Posse	MATEMÁTICA	119
Posse	SISTEMAS DE INFORMACÃO	91
Posse	SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM PRODUÇÃO DE GRÃOS	22
Posse	SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM PRODUÇÃO DE GRÃOS	97
Quirinópolis	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	108
Quirinópolis	EDUCAÇÃO FÍSICA	84
Quirinópolis	GEOGRAFIA	90
Quirinópolis	HISTÓRIA	77
Quirinópolis	LETRAS	25
Quirinópolis	LETRAS-LINGUA PORTUGUESA, LINGUA INGLESA E SUAS RESPECTIVAS LITERATURAS	70
Quirinópolis	MATEMÁTICA	75
Quirinópolis	PEDAGOGIA	103
Quirinópolis	ADMINISTRAÇÃO	93
Quirinópolis	ADMINISTRAÇÃO	32
Samclerlândia	ADMINISTRAÇÃO	8
Samclerlândia	LICENCIATURA EM INFORMÁTICA	27
Samclerlândia	SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	136
Santa Helena	ADMINISTRAÇÃO	81
Santa Helena	ENGENHARIA AGRÍCOLA	78
Santa Helena	MATEMÁTICA	25
Santa Helena	SISTEMAS DE INFORMACÃO	76
Santa Helena	SISTEMAS DE INFORMACÃO	31
São Luis	LETRAS	105
São Luis	LETRAS-LINGUA PORTUGUESA, LINGUA INGLESA E SUAS RESPECTIVAS LITERATURAS	63
São Luis	MEDICINA VETERINÁRIA	162
São Luis	PEDAGOGIA	30
São Luis	SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM LATICÍNIOS	16
São Luis	SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM LATICÍNIOS	249
São Luis	ZOOTECNIA	22
São Miguel	LETRAS	48
São Miguel	LETRAS-LINGUA PORTUGUESA, LINGUA INGLESA E SUAS RESPECTIVAS LITERATURAS	116
São Miguel	PEDAGOGIA	113
Senador Caneleto	SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM LOGÍSTICA	130
Silvânia	ADMINISTRAÇÃO	1
Silvânia	LICENCIATURA EM INFORMÁTICA	37
Silvânia	PEDAGOGIA	91
Trindade	SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM DESIGN DE MODA	2
Trindade	SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM DESIGN MODA	101
Trindade	SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM REDES DE COMPUTADORES	178
Uruaçu	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	

Urugu	HISTORIA	114
Urugu	PEDAGOGIA	166
TOTAL GERAL		16488

Data base: 21/09/2017

ANEXO III

QUANTITATIVO DE PROFESSORES DOUTORES POR CÂMPUS

QUANTITATIVO DE DOUTORES EFETIVOS POR CÂMPUS

LOTAÇÃO	QTD.
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	01
CEAR	01
PROGRAMA EDUCANDO E VALORIZANDO A VIDA	
CÂMPUS ANÁPOLIS CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLÓGICAS HENRIQUE SANTILLO	58
CÂMPUS ANÁPOLIS CIÊNCIAS SÓCIO-ECONÔMICAS E HUMANAS	38
CÂMPUS APARECIDA DE GOIÂNIA	04
CÂMPUS CALDAS NOVAS	02
CÂMPUS CAMPOS BELOS	01
CÂMPUS CERES	02
CÂMPUS CRIXÁS	-
CÂMPUS EDÉIA	01
CÂMPUS FORMOSA	12
CÂMPUS GOIANÉSIA	01
CÂMPUS GOIÂNIA ESEFFEGO	27
CÂMPUS GOIÂNIA LARANJEIRAS	06
CÂMPUS CORA CORALINA	21
CÂMPUS INHUMAS	04
CÂMPUS IPAMERI	14
CÂMPUS IPORÁ	10
CÂMPUS ITABERAÍ	01
CÂMPUS ITAPURANGA	11
CÂMPUS ITUMBIARA	09
CÂMPUS JARAGUÁ	01
CÂMPUS JATAÍ	01
CÂMPUS JUSSARA	01
CÂMPUS LUZIÂNIA	04
CÂMPUS MINAÇU	-
CÂMPUS MINEIROS	-
CÂMPUS MÖRRINHOS	15
CÂMPUS NIQUELÂNDIA	-
CÂMPUS PALMEIRAS DE GOIÁS	09
CÂMPUS PIRENÓPOLIS	02
CÂMPUS PIRES DO RIO	08
CÂMPUS PORANGATU	02
CÂMPUS POSSE	03
CÂMPUS QUIRINÓPOLIS	16
CÂMPUS SANCLERLÂNDIA	-
CÂMPUS SANTA HELENA DE GOIÁS	06
CÂMPUS SÃO LUÍS DE MONTES BELOS	14
CÂMPUS SÃO MIGUEL DO ARAGUAIA	-
CÂMPUS SENADOR CANEDO	02
CÂMPUS SILVÂNIA	-
CÂMPUS TRINDADE	01
CÂMPUS URUAÇU	03
Total Geral	312

Universidade Estadual de Goiás


 Ana Cristina Felner Rocha
 Gerente de Gestão de Pessoas

ANEXO IV
QUANTITATIVO DE SERVIDORES ATIVOS POR CÂMPUS E SITUAÇÃO
FUNCIONAL

RELATÓRIO QUANTITATIVO DE SERVIDORES ATIVOS POR CÂMPUS E SITUAÇÃO FUNCIONAL – REF. SETEMBRO DE 2017

Lotação	Docente				Técnico Administrativo					Total
	Efetivo	Contrato Temp.	Disposição	Subtotal	Efetivo	Contrato Temp.	Comissionado	Disposição	Subtotal	Quant. Total
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	9	2	3	14	110	198	34	29	371	385
CEAR	10	15		25	3	14		2	19	44
PROGRAMA EDUCANDO E VALORIZANDO A VIDA	1	45		46	1	40	3	10	54	100
CÂMPUS ANÁPOLIS CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLÓGICAS HENRIQUE SANTILLO	184	35		219	20	62	1	3	86	305
CÂMPUS ANÁPOLIS CIÊNCIAS SOCIOECONÔMICAS E HUMANAS	95	17		112	34	16	1	3	54	166
CÂMPUS APARECIDA DE GOIÂNIA	14	5	2	21	6	19		1	26	47
CÂMPUS CALDAS NOVAS	8	17		25	3	15		2	20	45
CÂMPUS CAMPOS BELOS	7	26		33	2	16	2		20	53
CÂMPUS CERES	7	23		30	4	18	1		23	53
CÂMPUS CRIXÁS	1	18	1	20	4	9			13	33
CÂMPUS EDÉIA	3	13		16	3	13	1		17	33
CÂMPUS FORMOSA	21	39		60	7	23			30	90
CÂMPUS GOIANÉSIA	8	37	1	46	8	15		1	24	70
CÂMPUS GOIÂNIA ESEFFEGO	80	25		105	25	45		1	71	176
CÂMPUS GOIÂNIA LARANJEIRAS	15	7		22	3	22	1		26	48
CÂMPUS GOIÁS	45	26		71	8	18			26	97
CÂMPUS INHUMAS	24	8		32	5	15			20	52
CÂMPUS IPAMERI	24	16		40	8	20			28	68
CÂMPUS IPORÁ	32	26	1	59	5	19			24	83
CÂMPUS ITABERAÍ	7	17		24	5	12	3		20	44
CÂMPUS ITAPURANGA	27	27		54	6	19	1		26	80
CÂMPUS ITUMBIARA	21	42	1	64	5	34	2		41	105
CÂMPUS JARAGUÁ	11	27		38	2	14	1		17	55
CÂMPUS JATAÍ	5	16		21	4	10	1	1	16	37
CÂMPUS JUSSARA	14	17	1	32	4	18			22	54
CÂMPUS LUZIÂNIA	12	11		23	7	9			16	39
CÂMPUS MINAÇU	6	13	3	22	4	11			15	37
CÂMPUS MINEIROS	2	12		14	2	12	1		15	29
CÂMPUS MORRINHOS	41	35		76	9	20	1	1	31	107
CÂMPUS NIQUELÂNDIA	3	15	1	19	4	11	1		16	35
CÂMPUS PALMEIRAS DE GOIÁS	19	12		31	7	11	1	1	20	51
CÂMPUS PIRENÓPOLIS	3	8		11	7	19	1		27	38
CÂMPUS PIRES DO RIO	28	27		55	5	15	1	1	22	77
CÂMPUS PORANGATU	23	55	1	79	6	28			34	113
CÂMPUS POSSE	7	29		36	3	17			20	56
CÂMPUS QUIRINÓPOLIS	44	28	1	73	13	22			35	108
CÂMPUS SANCLERLÂNDIA	5	13		18	5	10	1		16	34
CÂMPUS SANTA HELENA DE GOIÁS	18	26		44	6	15			21	65

Universidade Estadual de Goiás

 Ana Cristina Felner Rocha
 Diretora de Gestão de Pessoas

CÂMPUS SÃO LUÍS DE MONTES BELOS	31	26		57	8	22	3	2	35	92
CÂMPUS SÃO MIGUEL DO ARAGUAIA	6	18		24	3	13			16	40
CÂMPUS SENADOR CANEDO	5	7		12	6	7			13	25
CÂMPUS SILVÂNIA	6	10	1	17	4	11			15	32
CÂMPUS TRINDADE	7	11		18	5	10			15	33
CÂMPUS URUAÇU	19	20		39	6	18		1	25	64
Total Geral	958	922	17	1897	395	985	62	59	1501	3398
Fonte: Sistema RHNET -19-09-2017	1897				1501					

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS

Ana Cristina Felier Rocha
Coordenadora de Gestão de Pessoas

APÊNDICE I – ROTEIRO DE ENTREVISTAS

Este instrumento de pesquisa destina-se a colher informações e dados sobre a gestão da administração superior da UEG, bem como avaliações e análises dos gestores no que se refere ao trabalho de gestão da Universidade. Os dados e informações colhidas subsidiarão a pesquisa de doutorado em andamento intitulada **Gestão universitária e habitus: elementos para compreensão dos processos de efetivação institucional da Universidade Estadual de Goiás** realizada pela professora Sylvana de Oliveira Bernardi Noleto e sob a orientação do prof. Dr. João Ferreira de Oliveira da Faculdade de Educação da UFG. As entrevistas serão realizadas presencialmente ou pelo software skype e guardarão a ética como um princípio importante, sem nomear os entrevistados, resguardando suas identidades pessoais. Para participar da entrevista, cada entrevistado(a) assinará, em duas vias, um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

ROTEIRO DE ENTREVISTA ESTRUTURADA GESTORES DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR - UEG

As **Pró-Reitorias** são órgãos de execução adjunta do reitor, responsáveis pelo planejamento, coordenação, execução, controle e supervisão das atividades em suas áreas de atuação. Têm como titular um docente efetivo do quadro da universidade. São quatro as Pró-Reitorias: Pró-Reitoria de Graduação; Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação; Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis e Pró-Reitoria de Planejamento, Gestão e Finanças.

As **Diretorias/Coordenações Adjuntas e Gerências** são órgãos da estrutura básica da UEG de execução adjunta do Reitor, responsáveis pelo planejamento, coordenação, execução, controle, avaliação e supervisão das atividades em suas áreas de atuação. As Gerências são destinadas ao atendimento das áreas jurídicas, avaliação institucional e inovação tecnológica, assim como a formalização de Convênios Acadêmicos e Captação de Recursos

Entrevistado(a): () Pró-reitor(a) () Diretor/Coordenador(a) Adjunto
() Gerente

EIXO 1 - DADOS GERAIS DA ÁREA/SETOR DE ATUAÇÃO

- 1- Qual a qtde. de profissionais na sua área/setor?
- 2- Qual a qtde. de funções gestoras na sua área/setor?

EIXO 2 - FORMAÇÃO, DADOS PROFISSIONAIS E EXERCÍCIO DA FUNÇÃO **Formação inicial e pós graduação**

- () Especialização - Instituição formadora
- () Mestrado - Instituição formadora
- () Doutorado - Instituição formadora

Regime de trabalho: () efetivo () contrato temporário
() 10h () 20h () 30h () Tempo Integral () Dedicção Exclusiva

- Trabalha em outra instituição? Em que? Quais funções, atividades você desenvolve fora da UEG?
- Por quais funções tem desenvolvido seu trabalho na universidade?
- Qual seu tempo de trabalho na UEG e na função atual?

EIXO 3 - PARTICIPAÇÃO NA HISTÓRIA DA UEG

- Quais fases ou pontos importantes da história da UEG que você destaca e que tenha participado? Por que os destaca?

- Quais pontos críticos na história da universidade que você participou e destaca? Por que os destaca?
- Quais pontos positivos, de avanço na história da universidade que você participou e merecem destaque? Por que os destaca?

EIXO 4 - COMPREENSÃO SOBRE A UEG E SUA FUNÇÃO SOCIAL

- Como você caracteriza a UEG? Que tipo de universidade ela é?
- Como você define a função social da UEG?
- Como analisa a relação do Governo do Estado de Goiás com a UEG? Desde a fundação da Universidade, a relação é sempre a mesma? Por que?

EIXO 5 - A GESTÃO DA UEG

- Quais são as característica(s) da gestão da administração superior da UEG existentes desde sua fundação em 1999 até a atualidade?
- O que mais caracteriza a gestão dos períodos dos reitores José Izcias de Oliveira, Luiz Francisco Arantes e Haroldo Reimer?
- Em que medida a gestão da administração superior da universidade, na atualidade, impacta na consecução dos objetivos da universidade como um todo? E no seu trabalho?
- Quais aspectos positivos e negativos você identifica no modo de organização e de tomada de decisões na UEG?
- De que maneira os profissionais chegam aos cargos da administração superior? Como você avalia as formas de acesso?
- Como você avalia as reuniões das Câmaras Setoriais, Conselho Gestor, CsU, CsA no que se refere a: - tomada de decisões; - participação democrática; - formato das reuniões; - efetividade;

EIXO 6 - PRÁTICAS DE GESTÃO

- Quais os desafios mais expressivos que você pode destacar no exercício das suas atividades no trabalho na UEG? Por quê?
- Destaque as práticas que desenvolve continuamente no trabalho.
- Quais os momentos de planejamento e avaliação das atividades que desenvolve?
- Como você caracteriza a sua gestão?
- Como você avalia as relações profissionais e de trabalho estabelecidas pelo seu setor/área com outros da administração central?
- Você se sente assegurado(a) na função que exerce? Por que?

APÊNDICE 2

COMPREENSÃO SOBRE A POSIÇÃO DA UEG E GESTÃO EM SUA RELAÇÃO COM O GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS

Autonomia e Gestão